

# TEMAS, CONCEITOS E PERCURSOS METODOLÓGICOS

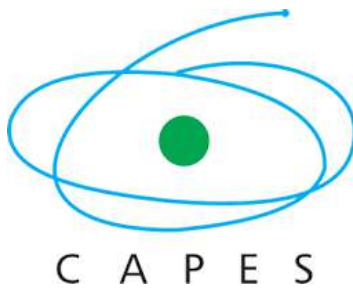
Possibilidades da Pesquisa  
em Educação

Betina Hillesheim  
Camilo Darsie de Souza  
Mozart Linhares da Silva  
Willian Fernandes Araujo



Pedro & João  
editores

**Temas, conceitos e percursos metodológicos:  
possibilidades da pesquisa em educação**



"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

**Betina Hillesheim  
Camilo Darsie de Souza  
Mozart Linhares da Silva  
Willian Fernandes Araujo  
(Organizadores)**

**Temas, conceitos e percursos metodológicos:  
possibilidades da pesquisa em educação**

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Betina Hillesheim; Camilo Darsie de Souza; Mozart Linhares da Silva; Willian Fernandes Araujo [Orgs.]**

**Temas, conceitos e percursos metodológicos: possibilidades da pesquisa em educação.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 296p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-1142-8 [Impresso]  
978-65-265-1145-9 [Digital]**

1. Metodologias. 2. Pesquisas em Educação. 3. Educação brasileira. I. Título.

---

CDD – 370

**Capa:** Luidi Belga Ignacio

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Editorial da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2024

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| A pesquisa em educação: mosaico de temas, percursos, conceitos e experiências de subversão  | 7   |
| 1. Biopolítica e Necropolítica, <i>Mozart Linhares da Silva</i>   | 15  |
| 2. Geopolítica: relatos sobre um percurso de pesquisa em educação, deslocamentos teóricos e a proposição de um conceito, <i>Camilo Darsie</i> | 37  |
| 3. A emergência dos estudos sobre a branquitude no Brasil, <i>Marisa Fernanda da Silva Bueno</i>  | 61  |
| 4. Educação, branquitude e gênero na Primeira República, <i>Rafaela Rech e Mozart Linhares da Silva</i>                                       | 85  |
| 5. Dos (des)encontros inesperados e imprevisíveis de uma cartografia migrante: um corpo-migrante-pesquisadora, <i>Letícia Aline Back</i>      | 107 |
| 6. Biografemas: por uma escrita que não dê conta da vida, <i>Amanda Cappellari e Lilian Rodrigues da Cruz</i>                                 | 119 |
| 7. Personagem conceitual como estratégia cartográfica na pesquisa com crianças, <i>Gisele Dhein</i>   | 129 |
| 8. Fragmentos da inclusão: o que nos é dado a pensar? <i>Betina Hillesheim</i>  | 153 |

|  |     |
|--|-----|
| 9. Jogos de poder em mapas: tensionamentos a partir de ferramentas foucaultianas e conhecimentos do campo da educação, <i>Daniel Felipe Schroeder e Camilo Darsie</i>            | 171 |
| 10. Educação, Saúde e Relações Internacionais: reflexões sobre uma pesquisa entre campos, <i>Afonso Cima e Camilo Darsie</i>   | 193 |
| 11. Fragmentos de uma pesquisa sobre cuidados de saúde e educação básica em tempos de pandemia, <i>Douglas Luís Weber</i>  | 213 |
| 12. Arquitetura, Geografia e Educação: a produção de sujeitos por meio de ambientes, paisagens e heterotopias, <i>Bruno Cristiano dos Santos e Camilo Darsie</i>                 | 227 |
| 13. Educação e Relações Internacionais: caminhos de uma pesquisa sobre tratados internacionais e políticas anti-imigração; <i>Guilherme Vendruscollo Werlang e Camilo Darsie</i> | 249 |
| 14. Biopolítica e lusotropicalismo: sexualidade e gênero na construção das narrativas nacionais de Portugal e Brasil; <i>Mozart Linhares da Silva e Mateus Silva Skolaude</i>    | 269 |

# A PESQUISA EM EDUCAÇÃO: MOSAICO DE TEMAS, PERCURSOS, CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS DE SUBVERSÃO

Betina Hillesheim  
Camilo Darsie  
Mozart Linhares da Silva  
Willian Fernandes Araujo

Nas últimas décadas, os estudos foucaultianos da área da educação alcançaram significativo espaço acadêmico, com inúmeros grupos e linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação do país. As teorias de Michel Foucault sobre o poder disciplinar, as práticas discursivas, a governamentalidade e as análises sobre os processos de subjetivação têm se constituído em grades analíticas potentes para a problematização da educação.

A obra aqui apresentada segue essa trajetória de amplificação das pesquisas orientadas pela perspectiva do filósofo francês, em diálogo com outros autores e autoras que também tensionam as ideias de universal, verdade e essência. Desse modo, os textos que compõem esta coletânea são resultados de pesquisas e discussões que ocorrem na linha de pesquisa “Educação, cultura e produção de sujeitos”, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, em conjunto com outros pesquisadores e pesquisadoras, de diferentes instituições, que compartilham inquietações sobre o processo de pesquisa.

Para esta construção, foi feito um convite: escrever sobre sua pesquisa. Entendemos, a partir de Zanella (2012), que a escrita da pesquisa não se confunde com um relato, mas “é discurso, é criação de seu autor a recriar a realidade em foco” (p. 90). Assim, não se trata de uma mera expressão, mas reinvenção, transformando o/a próprio/a pesquisador/a. A escrita vem, assim, como aquilo que contagia, que coloca elementos heterogêneos em jogo, que



descentraliza o pensamento, que abre mundos, que faz passar um sopro de vida, entre tantas outras possibilidades que nos falam Costa e Costa (2009). Escrever sobre sua pesquisa. Um convite que também nos faz titubear, pois, nos passos de Foucault (2003), os autores e autoras que o aceitaram, escrevem para mostrar os gestos de fabricação dos instrumentos que lhes auxiliaram a fazer aparecer determinados objetos e lhes possibilitam agir politicamente sobre a realidade e sobre si mesmos.

Dessa maneira, os autores e autoras deste livro escrevem numa tentativa de torção do pensamento, de deslocamento de certezas e quebra de saberes universais. Escrevem sobre coisas ínfimas, buscam fissuras, cavam, com as palavras, outras possibilidades de vida. Para tanto, se debruçam sobre conceitos e temas diversos, como é possível perceber nos diferentes textos que compõem esta coletânea.

Nos quatro primeiros capítulos, observa-se a preocupação dos/as autores/as em operar com conceitos foucaultianos, articulados a diferentes disciplinas, de modo a potencializar seus usos no território da educação. Tratam-se de movimentos que não se limitam a práticas pedagógicas escolares, mas, de maneira mais ampla, consideram que os processos educativos contemporâneos se associam à emergência de racionalidades diversas por meio de enunciados, imagens, práticas, conjuntos de leis, entre outros elementos que dão forma ao que se entende por discurso.

No primeiro, **Biopolítica e Necropolítica**, Mozart Linhares da Silva utiliza estes conceitos para problematizar análises sobre países emergentes do mundo colonial escravista, como o Brasil. Segundo o autor, nestes contextos é possível pensar sobre a consolidação da necrobiopolítica, ou seja, uma lógica biopolítica que é permanentemente atravessada pela necropolítica, pondo em evidência as relações entre vida e morte que produzem sujeitos em diferentes períodos históricos e recortes espaciais.

Em **Geobiopolítica: relatos sobre um percurso de pesquisa em educação, deslocamentos teóricos e a proposição de um conceito**, Camilo Darsie apresenta os caminhos de uma pesquisa

em que articulou conhecimentos dos campos da educação, da saúde e da geografia para problematizar ações de controle de doenças em escala global, especialmente as manejadas pela Organização Mundial da Saúde. Para tanto, refere que foi estratégica a elaboração do conceito de geobiopolítica, por meio do qual aproxima as discussões foucaultianas acerca da biopolítica ao conceito de espaço e aos saberes da geopolítica.

Por sua vez, Marisa Fernanda da Silva Bueno, no capítulo intitulado **A emergência dos estudos sobre a branquitude no Brasil**, analisa as condições que possibilitaram a emergência dos estudos críticos da branquitude e sua articulação com pesquisas acadêmicas de diferentes campos. A autora discorre sobre o conceito de branquitude e sobre as tensões raciais que se alinham às sociedades e produções científicas contemporâneas.

Uma análise, a partir da perspectiva da biopolítica, sobre como a educação foi instituída como um dispositivo de constituição da branquitude no Brasil, a partir do contexto do pós-abolição, é a proposta do capítulo **Educação, branquitude e gênero na primeira república**, de Rafaela Rech e Mozart Linhares da Silva. Para tanto, os autores destacam a atenção do Estado à educação pública e a entrada massiva das mulheres no magistério durante os anos de 1910.

Após este primeiro panorama conceitual, seguem-se quatro capítulos que se debruçam sobre outras formas de pesquisar. As autoras, por meio de movimentos de pesquisa cartográficos, fazem uso de estilos de escrita e de pesquisa que, no limite, desafiam as barreiras rígidas dos contextos científicos. A relevância de seus argumentos para o campo da educação irradia-se em, pelo menos, duas direções. A primeira diz respeito às possibilidades de pensar a educação a partir de práticas sociais que operam na produção de sujeitos, ou seja, que educam diferentes indivíduos a partir de vivências balizadas por determinados regimes de verdade; a segunda, por outro lado, articula-se aos modos como tais experiências não se limitam aos espaços públicos da vida não escolar, mas, de fato, reproduzem-se em ambientes escolares constituindo estudantes, professores e comunidades escolares.

Assim, no quinto capítulo, **Dos (des)encontros inesperados e imprevisíveis de uma cartografia migrante: um corpo-migrante-pesquisadora**, fala-se sobre encontros de/na pesquisa. De acordo com a autora, Letícia Aline Back, os encontros também se constituem enquanto processos metodológicos, visto que ocorrem entre pessoas, movimentos, acontecimentos, ideias e entidades. Por meio de movimentos cartográficos, Letícia discorre sobre a ocupação de diferentes espaços junto de sujeitos migrantes, ressaltando suas experiências de pesquisa que envolveram questões raciais, políticas públicas, processos de inclusão, entre outras.

Amanda Cappellari e Lílian Rodrigues da Cruz em **Biografemas: por uma escrita que não dê conta da vida**, por meio de uma escrita que faz encontrar a ciência e a poesia, discorrem sobre angústias e possibilidades de seus movimentos no campo da pesquisa, orientados por biografemas. As autoras escrevem na direção de apresentar e defender métodos de pesquisa considerados não tradicionais, mas que são potentes para a criação de novos olhares e novos modos de vida. Na mesma direção, Gisele Dhein, em **Personagem conceitual como estratégia cartográfica na pesquisa com crianças**, narra o percurso metodológico que trilhou para construção de sua tese de doutorado, cujo objetivo foi compreender as possibilidades emergentes dos encontros entre crianças e migrações.

Também na direção de pensar o método como invenção, o oitavo capítulo da coletânea, **Fragmentos da inclusão: o que nos é dado a pensar?**, de Betina Hillesheim, discute a inclusão a partir de fragmentos da mídia recolhidos e registrados em um diário de um campo. Esses fragmentos são usados pela autora como disparadores para reflexões que colaborem na desnaturalização de regimes de verificação.

Por fim, nos seis capítulos que seguem, destacam-se as aproximações entre os saberes do campo da educação a diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, os textos contam experiências de articulação e tensionamento entre/das verdades

que historicamente dão contorno às fronteiras que separam saberes que, ao invés de controversos, podem ser entendidos como complementares.

Deste modo, em **Jogos de poder em mapas: tensionamentos a partir de ferramentas foucaultianas e conhecimentos do campo da educação**, Daniel Felipe Schroeder e Camilo Darsie utilizam ideias de três cartógrafos-autores por meio das ferramentas de Michel Foucault, tensionando os mapas e suas possibilidades enquanto estratégias biopolíticas. Os autores abordam a cartografia como narrativa que produz e controla o espaço, especialmente, por meio de valores eurocêntricos.

Sequencialmente, no capítulo **Educação, Saúde e Relações Internacionais: reflexões sobre uma pesquisa entre campos**, elaborado por Afonso Cima e Camilo Darsie, são apresentados os caminhos percorridos durante o processo de concepção, pesquisa e escrita de uma dissertação de mestrado em Educação que fez uso de ferramentas de outros campos de saber - saúde e relações internacionais. Os autores utilizam-se dessas áreas na direção de entenderem como a escola se tornou uma instituição privilegiada no que se refere à produção de uma racionalidade medicalizante.

A seguir, Douglas Luís Weber, no texto intitulado **Fragmentos de uma pesquisa sobre cuidados de saúde e educação básica em tempos de pandemia** apresenta o caminho metodológico que percorreu na elaboração de sua tese de doutorado em Educação. O autor tensiona a produção de práticas educativas vinculadas aos discursos da saúde, durante a pandemia de covid-19 e, para tanto, transita entre os campos das políticas públicas, da saúde e da educação.

O décimo segundo capítulo, **Arquitetura, Geografia e Educação: a produção de sujeitos por meio de ambientes, paisagens e heterotopias**, escrito por Bruno Cristiano dos Santos e Camilo Darsie, opera na direção de mesclar três áreas que, a princípio, parecem bastante distantes, mas atravessam-se constantemente. A partir de ferramentas foucaultianas, os autores alinhavam os saberes técnicos da arquitetura às reflexões

geográficas indicando a emergência de processos educativos significativos que ocorrem a partir das paisagens que nos cercam.

**Educação e Relações Internacionais: caminhos de uma pesquisa sobre tratados internacionais e políticas anti-imigração**, de Guilherme Vendruscollo Werlang e Camilo Darsie, antecede o encerramento da coletânea apresentando discussões emergentes de uma pesquisa que tratou de um conjunto de políticas anti-imigração. Os autores destacam que o texto visa descrever as pontes teórico-metodológicas entre os campos da Educação e das Relações Internacionais (RI), a partir de uma perspectiva pós-estruturalista.

O capítulo intitulado **Biopolítica e lusotropicalismo: sexualidade e gênero na construção das narrativas nacionais de Portugal e Brasil**, de Mozart Linhares da Silva e Mateus Silva Skolaude, apresenta uma análise comparativa das narrativas identitárias nacionais entre Portugal e Brasil durante os anos 1930. Baseando-se nos anais de dois eventos emblemáticos de 1934 - o 1º Congresso Afro-Brasileiro, no Brasil, e a 1ª Exposição Colonial Portuguesa na cidade do Porto, em Portugal - os autores examinam como cada país procurou moldar sua identidade nacional, enfatizando os discursos em torno da miscigenação, especialmente nas questões de gênero e raça, com particular atenção para a erotização das mulheres negras. Os autores mostram como a erotização das mulheres negras do império português contrasta com erotização da chamada “mulata” brasileira, que passou a constituir o imaginário sociorracial brasileiro.

Dessa maneira, os textos dialogam com diferentes aspectos da pesquisa em educação, subvertendo conceitos e procedimentos metodológicos. Assim, o livro filia-se ao conceito de subversão, tal como descrito por Lemos, Silva e Santos (2012):

Experimental ao invés de informar; fazer a potência do aprender se multiplicar; esticar a linha do pensar; cortar com a escrita; jogar os dados sem cálculo de probabilidades; não prever; mergulhar na intensidade; percorrer trilhas no fio da navalha sem marcar o caminho; burlar as regras e

embaralhar os códigos; inventar cartografias; ousar na busca de novas perguntas; desnaturalizar os objetos de estudo (p. 224).

Espera-se, portanto, que os textos apresentados causem desconfortos, inspirações e novos percursos de pesquisa, pautados na subversão acadêmica, no esfacelamento das crenças universais. A educação, enquanto campo de disputas, está em constante movimento de transformação, o qual só é possível por meio da experimentação de novas possibilidades.

## Referências

COSTA, C.B. da; COSTA, L. B. da. Bando. In: AQUINO, J.G., CORAZZA, S.M. (orgs.) *Abecedário*. Educação da diferença. Campinas: Papyrus, 2009. p. 28-32.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos IV*. Estratégia poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

LE MOS, F.C.S.; SILVA, A.A.; SANTOS, D.V. Subverter. In: FONSECA, T.M.; NASCIMENTO, M.L. do; MARASCHIN, C. (org.). *Pesquisar na diferença*. Um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 89-91.

ZANELLA, A. V. Escrever. In: FONSECA, T.M.; NASCIMENTO, M.L. do; MARASCHIN, C. (org.). *Pesquisar na diferença*. Um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 223-225.



# BIOPOLÍTICA E NECROBIOPOLÍTICA<sup>1</sup>

Mozart Linhares da Silva

## Introdução

Início esse capítulo partindo de uma constatação: a insuficiência que determinadas reflexões sobre biopolítica, segundo os estudos de Michel Foucault, apresentam quando da abordagem do mundo colonial e, especificamente, do caso brasileiro. Não são raros os estudos, na esteira foucaultiana, que lançam mão de determinados esquematismos teórico-metodológicos que vão, vale dizer, na contramão de tudo o que Foucault nos propôs em sua obra. Como lembram Veiga-Neto e Rech (2014, p. 67), “Foucault não é pau pra toda obra”. Depois de vasculhar a oficina de Foucault, Veiga-Neto nos coloca que o filósofo nos oferece conceitos que devem ser “manuseados” “enquanto ferramentas com as quais golpeamos outros conceitos, o nosso próprio pensamento e a nossa própria experiência” (2006, p. 81). É preciso tomar a desconfiança enquanto “método” e dar as costas para fidelidades irrefletidas. Melhor dizendo, se pretendemos “usar” Foucault, é preciso certa infidelidade. Ainda segundo Veiga-Neto (2006, p. 84),

Se por um lado a (in)fidelidade representa um risco, por outro lado talvez esteja justamente aí a oportunidade de fazermos aquilo que o próprio Foucault queria que fizéssemos dele e com ele: usá-lo como um instrumento, um bisturi, uma tática, um coquetel molotov, fogos de artifício a serem carbonizados depois do uso (2006, p. 84)

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa conta com apoio da FAPERGS, através do Edital 07/2021 - Programa Pesquisador Gaúcho – PqG, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital Universal: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021.



É a partir dessas provocações que pretendo tomar o conceito de biopolítica foucaultiano: utilizá-lo não apenas como instrumento, mas como uma grade analítica sempre incompleta, sujeita às contingências históricas e ao campo empírico sobre o qual nos debruçamos. Trata-se de uma reflexão, portanto, que visa a um uso crítico da biopolítica foucaultiana, tomando como *leitmotiv* as pesquisas sobre biopolítica para problematizar análises relativas a países originários do mundo colonial escravista, como o Brasil.

## **Biopolítica**

Em 1974, Foucault veio ao Brasil para uma série de compromissos, entre eles a realização de uma conferência no “Instituto de Medicina Social” da UERJ, intitulada “O Nascimento da Medicina Social”, publicada mais tarde na coletânea “Microfísica do Poder” (1979 [1978]). Em livro, a biopolítica aparece vinculada ao dispositivo da sexualidade, no último capítulo de “História da Sexualidade: vontade de saber” (2001 [1976]). O conceito, no entanto, merecerá maior profundidade no decorrer dos cursos no *Collège de France*, realizados a partir da segunda metade dos anos 1970 e publicados após sua morte. Na última aula do curso de 1975-1976, publicado com o título “Em defesa da sociedade” (2002b), Foucault aprofunda o conceito, agora sob a égide do racismo de estado. No ano seguinte, no curso de 1977-1978, publicado como “Segurança, Território, População” (2008a), o autor nos traz a biopolítica na perspectiva dos dispositivos de segurança norteados nas tecnologias de governo do Estado. Finalmente, no curso de 1978-1979, “Nascimento da Biopolítica” (2008b), Foucault trata da biopolítica na era neoliberal. Nestes cinco anos de cursos no *Collège de France*, Foucault nos apresenta, portanto, as estratégias e táticas de governo da população desde sua emergência no século XVIII, com a fisiocracia, e, sobretudo, com o liberalismo, até sua versão neoliberal da atualidade.

No decorrer de suas análises do poder, Foucault faz referência a dois deslocamentos da arte de governar no Ocidente, do poder

soberano ao poder disciplinar e deste para o biopoder. O poder soberano é contextualizado do medievo até o final do Antigo Regime no século XVIII e se caracteriza pela centralidade do poder na figura do soberano ou monarca. Todo cerimonial do poder, nesse contexto, está estruturado na hierarquização social, tendo o monarca como irradiador dessa hierarquia pela pirâmide societária. Ele é o detentor do direito de distribuição de bens e títulos nobiliárquicos e cobrança de impostos. Foucault nos oferece inúmeras descrições do poder soberano quando analisa o sistema punitivo na obra “Vigiar e Punir” (2010 [1975]). Naquele contexto, segundo o autor, “o crime, além de sua vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o pessoalmente, pois a lei vale como a vontade do soberano; ataca-o fisicamente, pois a força da lei é a força do príncipe” (2010, p. 48). O exemplo maior Foucault nos apresenta na abertura de “Vigiar e Punir” com o suplício de Damiens, ocorrido na Holanda no século XVIII. Naquele espetáculo aterrorizante do suplício, o corpo do condenado foi mutilado e esquartejado na presença de uma multidão aglomerada na praça. O público assistia não apenas à punição, mas à manifestação monumental do poder do soberano que o afirmava, pois a punição exemplar e extravagante era a demonstração de que o crime era um crime contra o monarca que, ao punir, multiplicava sua força e soberania. Não se tratava apenas de uma punição, mas de um ato político de afirmação do poder do soberano. Como aponta Foucault (2010, p. 53) sobre o episódio,

deve-se conceber o suplício, tal como é ritualizado ainda no século XVIII, como um agente político. Ele entra logicamente num sistema punitivo, em que o soberano, de maneira direta ou indireta, exige, resolve e manda executar os castigos, na medida em que ele, através da lei, é atingido pelo crime.

A punição seguia a ordem social da Idade Média e do Antigo Regime, eivada de representação do poder, glória, ritualística das hierarquias e estratificação social. Trata-se de um sistema de individuação moldado pelos estamentos sociais rígidos,

valorização da sanguinidade representada nas genealogias familiares, laços de fidelidade, ostentação de riquezas, privilégios concedidos e atos memoráveis.

A partir do final do século XVII, mais acertadamente a partir do século XVIII, chamado por Foucault de era clássica, observa-se o esgotamento desse tipo de manifestação do poder. É o nascimento da era das disciplinas, de uma outra forma de pensar o corpo e sua utilidade, não mais uma lógica implicada em sua destruição, mas um poder que se ocupa de aprimorar e extrair sua produtividade. A sociedade disciplinar que vai emergir na era das luzes é contemporânea à Revolução industrial, ao crescimento urbano, ao aumento significativo da população e ao nascimento do capitalismo. Um novo entendimento sobre a propriedade, geração e circulação de riquezas e afirmação da liberdade individual demandam novas estratégias de governo que a soberania não tinha condições de gerar. A sociedade disciplinar vai produzir seu próprio indivíduo, distante daquele do Antigo Regime, apto ao trabalho regular e à disciplina, maximizado em sua força produtiva e dócil à nova racionalidade política que organizava a sociedade industrial. Aqui vale uma observação sobre o poder.

Observa-se que o exemplo da sociedade disciplinar nos mostra um funcionamento do poder que vai de encontro a uma concepção comum à ciência política clássica que o vincula a sistemas repressivos e negativos, como algo que restringe. Como afirma Foucault (2010, p. 185),

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Se a ciência política clássica nos conduz a um olhar negativo para o poder, Foucault nos mostra sua positividade, pois o poder está relacionado, inclusive, à produção de verdades e saberes que precisam ser sempre contextualizados para sua compreensão. O

funcionamento do poder diz respeito a seu contexto histórico, pois ele não é algo dado e atemporal, é histórico e culturalmente constituído. As formas de saber e o poder estão implicados, articulados e “moldam” as visões de mundo no tempo e espaço.

Foucault entende o poder como algo que não é possuído por alguém, por uma classe dominante ou mesmo pelo Estado em si, mas de forma relacional, capilar e desdobrado em processos de subjetivação e produção dos sujeitos. O poder é uma ação sobre ações, age no corpo, na gestualidade, atitudes, organiza os discursos e a própria vida cotidiana (Foucault, 1979, p. 131). Feitas essas observações, voltemos à sociedade disciplinar.

O funcionamento da sociedade disciplinar fica mais evidente quando nos debruçamos sobre a análise que Foucault realiza do modelo arquitetônico Panóptico (Pan = grande, óptico = visão), do filósofo e jurista utilitarista inglês Jeremy Bentham, publicado em 1791. O edifício é organizado em forma circular (ou na forma de um anel) a partir de um pátio central tendo uma torre de observação ao centro. As celas são distribuídas de modo a permitir a entrada de luz externa que é projetada para o interior do anel, possibilitando ao vigia da torre uma visão detalhada dos indivíduos confinados. O funcionamento do dispositivo é todo organizado para a vigilância ininterrupta. Como a torre de vigia é aparelhada com venezianas ou postigos semicerrados, os detentos não sabem se estão ou não sendo vigiados, mas presumem, o que aciona o mecanismo disciplinar e autodisciplinar (Foucault, 2002a, p. 87), como mostra a imagem a seguir. Segundo Candiotti, “o olho anônimo do poder e sua estruturação arquitetural é que impelem o indivíduo a se autodisciplinar” (2012, p. 20).



Panóptico

O dispositivo arquitetônico elaborado por Bentham foi desenvolvido para ser, prioritariamente, uma arquitetura prisional com capacidade de se estender a outras instituições de confinamento e disciplina. É uma maquinaria disciplinar, portanto. Segundo Foucault (2010, p. 197),

Na famosa jaula transparente e circular, com sua torre alta, potente e sábia, será talvez o caso para Bentham de projetar uma instituição disciplinar perfeita; mas também importa mostrar como se pode “destrancar” as disciplinas e fazê-las funcionar de maneira difusa, múltipla, polivalente no corpo social inteiro.

O modelo de Bentham é detalhado e apresenta inúmeros processos de controle e disciplinamento que atuam na vigilância e normalização dos confinados (Bentham, 2000). Foucault identifica três desses mecanismos, sintetizados na *vigilância hierárquica*, na *sanção normalizadora* e no *exame*, os quais devem ser entendidos de forma articulada.

A vigilância hierárquica diz respeito às estratégias de observação e organização do espaço, que possibilita a distribuição calculada dos indivíduos no dispositivo de modo a fazer funcionar a vigilância plenamente. A sanção normalizadora atua na gestão das infrapenidades, comportamentos e pequenos delitos não

previstos em lei, mas que demandam ajustamentos e punições. É no vácuo da lei que essas infrapenalidades movem os mecanismos disciplinares calcados em recompensas e penalidades. Segundo Foucault (2010, p. 171-172),

na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma penalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes 'incorretas', gestos não conforme, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência).

São estratégias institucionais de governo de condutas que agem nos processos de normalização dos comportamentos. O exame articula a vigilância hierárquica com a sanção normalizadora, colocando o indivíduo submetido a instrumentos de registros, regulação, avaliação e saberes que são mensurados e articulados com os demais; ou seja, o indivíduo submetido ao exame é colocado em relação/comparação com os demais, intensificando os processos disciplinares. Nesse sentido, os indivíduos são objetificados, documentados e descritos detalhadamente, gerando determinadas formas de saber que retornam sobre eles potencializando os ajustamentos tanto à norma como aos demais. Segundo Foucault (2010, p. 183), “o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber”. Para ilustrar, citamos dois exemplos analisados por Foucault: o caso do hospital e da escola.

O hospital, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, abrirá à medicina um campo empírico de observação, individualização e documentação dos pacientes que oferecerá ao médico a possibilidade de dar às costas a uma medicina textual para abrir uma epistemologia até então inexistente. O hospital, segundo Foucault (2010, p. 178),

vai tornar-se local de formação e aperfeiçoamento científico: viravolta das relações de poder e constituição de um saber. O hospital bem “disciplinado” constituirá o local adequado da “disciplina” médica; esta poderá então perder seu caráter textual e encontrar suas referências menos na tradição dos autores decisivos que num campo de objetos perpetuamente oferecidos ao exame.

Do mesmo modo, na escola, o exame vai liberar a epistemologia da pedagogia, pois “o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre” (Foucault, 2010, p. 179). Assim como o hospital objetificará os pacientes a partir de toda uma política de inspeção, observação, descrição e individuação, a escola objetificará os estudantes, desenvolvendo uma série de saberes sustentados empiricamente pelo exame e documentação detalhada.

Voltando ao Panóptico, se ele pode nos servir como metáfora de uma utopia disciplinar totalizante é porque seus efeitos não se restringem aos muros e aos limites arquitetônicos institucionais; sua implicação mais importante é justamente ultrapassar esses limites e se estender por toda sociedade. A sociedade disciplinar é o resultado desse transbordamento.

Estamos no contexto do século XVIII, na era da indústria e urbanização acelerada, e Foucault vai observar um outro eixo de análise complementar do poder disciplinar que o sobrepe, sem, contudo, deixar de lançar mão de seus efeitos produtivos. Os limites evidenciados da soberania para governar vão ser complexificados com a exigência de novas estratégias de governo, não mais limitadas à anatomopolítica do corpo, mas agora voltadas ao governo da população como conjunto biológico, como corpo-espécie. Esse é o momento em que Foucault nos coloca frente ao biopoder. O biopoder é gestado pelo Estado, tem nos mecanismos de Estado sua organização estratégica que toma a vida nos cálculos do poder. Segundo Foucault (2002b, p. 298):

Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado. Um conjunto orgânico institucional: a organo-disciplina da instituição, e de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a bio-regulamentação pelo Estado.

Soma-se, portanto, ao poder disciplinar, centrado nas instituições de confinamento como escolas, quartéis, hospitais, oficinas e prisões, um poder que atua em outra escala, age “sobre fenômenos globais, sobre os fenômenos de população, com os processos biológicos ou bio-sociológicos das massas humanas” (Foucault, 2002b, p. 298).

Se na sociedade disciplinar assistimos às condições de possibilidade para o surgimento das ciências humanas, como vimos no caso do hospital e da escola, mas também da criminologia, da psiquiatria e psicologia, a partir da biopolítica outra série de saberes serão mobilizados, relativos à economia, geografia, medicina social, demografia e estatística. Ciências que tomam como objeto os fenômenos do corpo-espécie da população, como é o caso das taxas de natalidade e mortalidade, crescimento populacional, migrações, morbidades, entre outros. Se até então o poder soberano era exercido sobre o corpo dos súditos, deixando que vivessem à própria sorte, capturando-os na morte e fazendo dela seu exercício soberano, com a emergência da biopolítica, a vida se torna central. Ocorre uma mudança significativa na gestão das populações, um deslocamento do direito de “fazer morrer e deixar viver” para um direito de “fazer viver e deixar morrer”.

Para uma gestão da vida da população desta natureza, um novo tipo de Estado passa a ser organizado, não mais vinculado à soberania, propriamente dito, mas à racionalidade do próprio Estado burocrático. Tem-se aqui o nascimento da governamentalização do Estado, ou, nas palavras de Foucault (2002b, p. 298),

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer uma forma bem



específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.

Com o liberalismo, a cidade se transforma em um ambiente que demanda a gestão articulada do espaço e da população. O poder não atua diretamente sobre os indivíduos, mas influencia seu entorno e ambiente. Em vez de forçar as pessoas a fazer as mercadorias circularem, o objetivo é criar condições favoráveis para isso, estimulando os interesses individuais nessa direção. Isso representa uma nova maneira de conceber as relações entre as pessoas e as coisas. Além disso, as riquezas, que precisam ser garantidas em sua circulação, também estão relacionadas ao corpo e à população, considerados igualmente como valores e riquezas. Daí surge o conceito de biopoder como um mecanismo de segurança, cujo propósito é administrar os riscos sociais. Isso faz com que a cidade, a nação (que se desenvolveu no contexto do Estado moderno) e o corpo da população se tornem elementos fundamentais nos cálculos do poder.

Os dispositivos de segurança, ao contrário do poder disciplinar que atua sobre os indivíduos, atuam sobre fenômenos populacionais, “em séries de longa duração” (Castro, 2015, p. 83). Entende-se, nessa direção, a importância das estatísticas como instrumento de mensuração e conhecimento da população. Compreender a dinâmica da população, suas flutuações, ambiências e ajustamentos possíveis faz com que o Estado possa gerir e conduzir o corpo-espécie da população.

Se a biopolítica é um governo que toma a vida como valor a ser preservado e gestado, é preciso compreender que ela age, também, na regulação da morte. Para que muitos possam viver mais e melhor, alguns podem ou devem ficar no caminho. Nesse ponto, Foucault nos mostra o funcionamento do racismo de estado e como ele age na eleição daqueles indivíduos qualificados ou não para viver. Mostramos como a biopolítica é uma estratégia que, para regular a vida, precisa produzir a morte. Segundo Duarte (s/d. p. 4),

ali onde nosso sentido comum nos levaria a louvar o caráter humanitário de intervenções políticas que visam incentivar, proteger, estimular e administrar o regime e as condições vitais da população, ali mesmo nosso autor descobrirá a contrapartida sangrenta desta nova obsessão do poder pelo cuidado purificador da vida.

É importante lembrar que, contemporânea ao nascimento do Estado-nação moderno, é a emergência da raça e do racismo. De certa forma, a raça é um dos elementos que atuam na estruturação do próprio Estado moderno. Como aponta Foucault (2002b, p. 304),

o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo.

A nação, como o conjunto dos viventes do Estado, será pensada nos seus aspectos de pureza e preservação, e é nesse sentido que a raça se torna agenciadora da própria população. Conforme Foucault (2002b, p. 304),

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros.

Não é sem sentido que os movimentos eugenistas iniciados no final do século XIX foram obcecados pela limpeza racial e, noutra direção, justificavam a guerra contra os tipos inferiores externos e ameaçadores da população nacional. Entende-se, ainda, porque as guerras na modernidade são também “guerra das raças” e o genocídio como política da morte em massa passou a ser uma tática bélica, como evidenciado no nazismo, considerado o modelo mais

acabado da biopolítica e do racismo de estado. Em nome da vida, a gestão da morte se constitui como um imperativo biopolítico.

A par das análises sobre poder disciplinar e biopolítica na perspectiva foucaultiana, é preciso problematizar os limites que tais abordagens apresentam para pensar as sociedades oriundas do mundo colonial e escravista, como é o caso do Brasil. Nesse escopo, como a perspectiva da biopolítica pode ser mobilizada sem, com isso, perder-se de vista as especificidades do mundo colonial e escravista?

### **Necropolítica**

O filósofo camaronês Achille Mbembe, partindo das análises de Michel Foucault, conduz suas pesquisas para outros marcadores históricos ao propor um olhar diferente para a genealogia da biopolítica, nomeadamente no que diz respeito à relação do biopoder com a gestão da morte. Para tanto, inquire os limites da razão iluminista que contornou as implicações da gestão da vida e da morte no mundo colonial escravista e seus desdobramentos no poder soberano e nos mecanismos de controle social na contemporaneidade.

Mbembe considera que o poder soberano tem suas raízes na era do colonialismo europeu, gerando ramificações significativas que se manifestam no racismo e nas históricas práticas divisórias que continuam a afetar as sociedades contemporâneas. E, nesse processo, a relação estabelecida no iluminismo entre o direito e a morte não parte de uma simetria do reconhecimento da vida do outro a quem se dirige a guerra, por exemplo. A guerra moderna é ordenada juridicamente, uma guerra entre soberanias, o que não se verifica na gestão da vida e da morte no mundo colonial, em que a desumanização dos “selvagens”, por exemplo, institui a excepcionalidade como norma. Nessa direção, a soberania no mundo colonial não é um exercício do poder que trava lutas pela autonomia, mas uma estratégia que visa “a instrumentalização

generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2016, p. 125).

A análise do autor aponta que a raça sempre permeou as práticas biopolíticas ocidentais, nomeadamente quando operou na desumanização e domínio sobre povos estrangeiros. No que diz respeito à política colonial, ela foi toda atravessada pelo espectro da raça e do racismo como forma de desumanização e domínio. A escravidão moderna, vale ressaltar, é racializada, constituindo-se num paradigma do terror que se antecipa ao próprio nazismo como limite radical da biopolítica, conforme havia apontado Foucault (2002b).

A política colonial gesta o corpo do escravo como uma existência de morte em vida; ele é completamente moldado pela soberania, seguindo uma lógica de exercício do poder totalitário. O corpo desumanizado do escravo é transformado em mercadoria, cuja violência não é uma excepcionalidade, mas um exercício cotidiano de submissão e adaptação à soberania como padrão e normalidade. Como afirma Mbembe (2016, p. 130-132),

Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. (...) “Dado que a vida do escravo é como uma “coisa” possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada.

A política colonial é estruturada numa guerra assimétrica, pois como mostra o autor (2016, p. 133),

As colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização.

A esse respeito, tomemos como exemplo o poema “O Fardo do Homem Branco” (*The White Man’s Burden*), do britânico Rudyard Kipling (1865-1936), de 1899, que traduz o espírito das potências europeias no processo de colonização/civilização.

Tomai o fardo do Homem Branco –  
Envia teus melhores filhos  
Vão, condenem seus filhos ao exílio  
Para servirem aos seus cativos;  
Para esperar, com arreios  
Com agitadores e selváticos  
Seus cativos, servos obstinados,  
Metade demônio, metade criança.

Tomai o fardo do Homem Branco –  
Continua pacientemente  
Encubra-se o terror ameaçador  
E veja o espetáculo do orgulho;  
Pela fala suave e simples  
Explicando centenas de vezes  
Procura outro lucro  
E outro ganho do trabalho.

Tomai o fardo do Homem Branco –  
As guerras selvagens pela paz –  
Encha a boca dos Famintos,  
E proclama, das doenças, o cessar;  
E quando seu objetivo estiver perto  
(O fim que todos procuram)  
Olha a indolência e loucura pagã  
Levando sua esperança ao chão.

Tomai o fardo do Homem Branco –  
Sem a mão-de-ferro dos reis,  
Mas, sim, servir e limpar –  
A história dos comuns.  
As portas que não deves entrar  
As estradas que não deves passar  
Vá, construa-as com a sua vida  
E marque-as com a sua morte.

Tomai o fardo do homem branco –  
E colha sua antiga recompensa –  
A culpa de que farias melhor  
O ódio daqueles que você guarda  
O grito dos reféns que você ouve  
(Ah, devagar!) em direção à luz:

"Porque nos trouxeste da servidão  
Nossa amada noite no Egito?"

Tomai o fardo do homem branco –  
Vós, não tenteis impedir –  
Não clamem alto pela Liberdade  
Para esconderem sua fadiga  
Porque tudo que desejem ou sussurem,  
Porque serão levados ou fardo,  
Os povos silenciosos e calados  
Seu Deus e tu, medirão.

Tomai o fardo do Homem Branco!  
Acabaram-se seus dias de criança  
O louro suave e ofertado  
O louvor fácil e glorioso  
Venha agora, procura sua virilidade  
Através de todos os anos ingratos,  
Frios, afiados com a sabedoria amada  
O julgamento de sua nobreza.

A missão civilizatória dos europeus nas terras selvagens e bárbaras soa como um sacrifício a que não se pode recuar, um ato divino cujo sacrifício o homem europeu fora convocado. Mas é mesmo em tal ato que sobressai a superioridade do homem branco cuja civilização é chamada a se pronunciar sobre a barbárie. Essa concepção romântica acerca do imperialismo, no entanto, não resiste à mais superficial das análises sobre o exercício da soberania nessa missão civilizadora.

A forma como o mundo colonial, desde o século XV, fora apresentado para as nações europeias traduz não apenas a hierarquia, mas também a suspeita em relação à humanidade do selvagem. Não custa lembrar que a “descoberta” da América, em 1492, levou ao questionamento sobre a origem adâmica dos ameríndios. Somente em 1537, através da “Bula *Veritas Ipsa*”, no papado de Paulo III, foi proclamada a humanidade dos indígenas. E a discussão, contudo, não se encerrou com essa proclamação, vide o debate teológico consagrado na chamada “Controvérsia de

Valladolid" (1550-1551), entre Bartolomeu de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda. Essas discussões, no entanto, não norteiam a escravização dos negros, como fica evidente na obra "Breve história da Companhia de Jesus no Brasil" (1549-1760), de Serafim Leite (1993), que estudou o movimento jesuíta no Brasil. No que diz respeito aos negros, a tradição exegética da Igreja Católica, desde os tempos medievais, considera-os amaldiçoados, seguindo a leitura mítica da maldição de Canaã, que consta no capítulo nove do "Gênesis". Essa leitura encontra-se, também, nas "Etimologias" de Santo Isidoro de Sevilha, o mais importante exegeta bíblico do século VII. A cor dos negros, nessa direção, era vinculada à ideia de mal. Segundo o texto do "Gênesis" (2015, cap. IX, 20-27, p. 15), que narra a história de Noé depois de cessar o dilúvio:

E começou Noé a cultivar a terra e plantou uma vinha. Bebeu do vinho, e embriagou-se; e achava-se nu dentro da sua tenda. E Cão (Cam), pai de Canaã, viu a nudez de seu pai, e o contou a seus dois irmãos que estavam fora. Então tomaram Sem e Jafé uma capa, e puseram-na sobre os seus ombros, e andando virados para trás, cobriram a nudez de seu pai, tendo os rostos virados, de maneira que não viram a nudez de seu pai. Despertado que foi Noé do seu vinho, soube o que seu filho mais moço lhe fizera; e disse: Maldito seja Canaã; servo dos servos será de seus irmãos. Disse mais: Bendito seja o Senhor, o Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. Alargue Deus a Jafé, e habite Jafé nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo.

Essa leitura da maldição de Canaã esteve presente no processo de expansão europeia desde o século XVI. Chamam a atenção Ivo e Jesus (2019, p. 39) para a "Crónica do descobrimento e conquista da Guiné", escrita em 1448, por Gomes Eanes de Azurara:

E aqui haveis de notar que estes negros posto que sejam Mouros como os outros, são porém servos daqueles por an-tigo costume, o qual creio que por causa da maldição, que depois do dilúvio lançou Noé sobre seu filho Cam, pela qual o maldisse, que a sua geração fosse sujeita a todas as outras gerações do mundo, da qual estes descendem.

Segue-se à maldição de Canaã a antropologia do século XIX, deslocando as questões teológicas da inferioridade para as questões

raciais sustentadas nas teses biodeterministas. O mundo colonial, desde o século XV, fora sustentado nesses dois pilares: o teológico e o científico. O corpo negro fora, nessa direção, alvo de duas epistemes que o inferiorizaram e desumanizaram. A gestão dessa desumanização, portanto, pode ser apontada como tendo sua genealogia no processo colonizador. E é essa genealogia que Mbembe, do ponto de vista político, lança mão para pensar por que a biopolítica precisa ser desdobrada numa perspectiva necropolítica.

A política da desumanização do outro, no caso da escravidão, explicita uma forma de exercício do poder soberano estruturado numa completa dominação e sujeição do corpo do escravo.

Conforme Mbembe, (2016, p. 131),

Em primeiro lugar, no contexto da colonização, figura-se a natureza humana do escravo como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). (...) Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo.

Ainda segundo o autor (2016, p. 132), “esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu dominador”. Nesse sentido, o mundo colonial antecipa o terror que observamos no racismo de estado do nazismo, antecipa o cruzamento do biopoder e o estado de exceção permanente. A vida do escravo, vida em morte, é capturada permanentemente no bando soberano, para usar a expressão de Agamben (2002). Vida nua, exposta à violência e à morte sem que isso se constitua uma ilegalidade; ao contrário, a



sujeição permanente, no mundo escravocrata, é a norma. Como afirma Mbembe (2016, p. 132), “O que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos ‘selvagens’ pelos povos ‘civilizados’ da Europa”.

Na razão ocidental, a guerra é organizada entre soberanias e territórios reconhecidos, e o “Estado se comprometeria a ‘civilizar’ os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar em si” (Mbembe, 2016, p. 133). Sendo assim, conforme o autor,

As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, “inimigo” e “criminoso”. Assim, é impossível firmar a paz com eles.

Na realidade, a guerra permanente no mundo colonial é entre civilização e barbárie, ou entre humanidade e semi-humanos (selvagens). E, nesse cenário, “Da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo provém a constatação de que as colônias possam ser governadas na ilegalidade absoluta” (Mbembe, 2016, p. 133), É isso que faz com que as garantias jurídicas que regulam a guerra fundada na razão moderna possam ser suspensas, constituindo uma zona de guerra permanente em que a negociação da paz não seja possível. Como um ritual que tem abertura, mas não fechamento. Como mostra Mbembe (2016, p. 134-135),

Por todas essas razões, o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar em qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com fantasias geradas colonialmente, caracterizadas por terras selvagens, morte e ficções para criar um efeito de real. (...) Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.

As reflexões de Mbembe sobre a necropolítica oferecem uma nova perspectiva sobre a formação dos Estados-nacionais na América Latina, especialmente influenciados pelo contexto colonial e pela herança do sistema escravista. Isso impõe a necessidade de reexaminar a construção desses Estados-nação que surgiram de um estado de exceção contínuo em territórios marcados pela escravidão, como o Brasil. Segundo Lima (2018, p. 26),

“Necropolítica” fornece ferramentas para pensarmos a forma de constituição de diagramas de poder não apenas nos contextos pós-coloniais de Áfricas, mas também nos processos de colonização, neocolonização, descolonização e nos traços de colonialidade que ainda imperam com força nos contextos latino-americanos, caribenhos e brasileiros (2018, p. 26).

É imperativo pensar o mundo oriundo da experiência colonial escravista como uma biopolítica atravessada de ponta a ponta por uma necropolítica. E isso não significa negar a biopolítica, conforme Foucault a pensou, mas entender como, no caso colonial, ela se institui como uma necrobiopolítica, conforme análise de Bento (2018). Segundo a autora,

A ordem dos termos é fundamental porque defendo que foram a pilhagem e o genocídio que antecederam aquilo que hoje se pode chamar, de forma limitada, a meu ver, de “biopoder” – conceito que temos utilizado em nossos estudos sobre violência de Estado sem o devido cuidado com as condições históricas que definem uma cultura política baseada na eliminação do Outro.

Trazendo a análise para os exemplos contemporâneos, podemos evidenciar como a violência que molda a vida nas periferias, majoritariamente habitadas por não-brancos, reflete um Estado que aplica diferentes abordagens dentro de sua própria população. Isso se manifesta na normalização da morte, transformando-a em uma ocorrência comum para aqueles cujo luto é constantemente negado (Butler, 2018).

Como afirma Siqueira (2022, p. s/p),

Ao identificar o surgimento de novas formas de existência produzidas pela necropolítica, devemos ter em nosso horizonte o fato de que elas se servem do racismo e das condições impostas pela hierarquia racial, mas também se configuram por meio de processos de criminalização, encarceramento e morte, como uma atualização das condições de inferiorização e objetificação presentes na experiência colonial e escravagista.

As análises na perspectiva da necrobiopolítica surgem para aprimorar a compreensão da biopolítica, proporcionando um entendimento mais profundo das sociedades historicamente impactadas pelo colonialismo e escravismo, a exemplo do Brasil.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. I. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. (Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BENTO, Bernice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu** (53), 2018.

**BÍBLIA, GÊNESIS**. A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Salt Lake City, Utah, EUA, Printed in the United States of America, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANDIOTTO, Cesar. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 18-24, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/gwdGTsHtp4hxNGyLhQybKcs/?lang=pt>. Acesso em 26/07/2023.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DUARTE, André. **Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI**. s/d. Disponível em: [http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre\\_duarte.htm](http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as formas jurídicas**. 3. ed., Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

IVO, Isnara Pereira; JESUS, José Robson Gomes de. Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla. **Dimensões**, v. 43, jul.-dez. 2019, p. 28-62. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/28316/20176>

KIPLING, Rudyard. O fardo do homem branco (1899). **Textos e Documentos**. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: [https://www.fafich.ufmg.br/hist\\_discip\\_grad/KIPLING%20%20Fardo%20do%20Homem%20Branco.pdf](https://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/KIPLING%20%20Fardo%20do%20Homem%20Branco.pdf).

LEITE, Serafim. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)**. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, 70, 2018, p. 20-33. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70nspe/03.pdf>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, dezembro 2016.

SIQUEIRA, Fídias Gomes. Necropolítica à brasileira? **Cult**, Edição 288, 2022. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/necropolitica-a-brasileira/>

VEIGA-NETO, Alfredo. Na oficina de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.79-91.

VEIGA-NETO, Alfredo; RECH, Tatiana Luiza. Esquecer Foucault?  
**Pro-Posições**, v. 25, n. 2 (74), p. 67-82, maio/ago. 2014.

## **GEOBIOPOLÍTICA: RELATOS SOBRE UM PERCURSO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, DESLOCAMENTOS TEÓRICOS E A PROPOSIÇÃO DE UM CONCEITO**

Camilo Darsie

Neste texto, retomo o conceito de geobiopolítica, desenvolvido em minha tese de doutorado intitulada “Educação, Geografia e Saúde: geobiopolíticas nos discursos da Organização Mundial da Saúde e a produção da mundialidade pelo controle e prevenção de doenças” (Souza, 2014). Por meio dele, associo a noção de biopolítica, conforme apresentada por Foucault (2008; 2009), às dinâmicas geopolíticas relacionadas à saúde.

Operei, para tanto, com os discursos da Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionados ao manejo de doenças infectocontagiosas em articulação às dinâmicas espaciais. Ao problematizar o que chamo de discursos, destaco que não me detive a atos de fala ou a alguns informes oficiais da OMS. De maneira ampla, debrucei-me sobre um conjunto de práticas, saberes e narrativas que operam em rede e fazem emergir racionalidades acerca de cuidados individuais e coletivos contra fatores que colocam populações em risco, especialmente sob a lógica da globalização.

Como ponto de partida, trabalhei com orientações e documentos organizados, publicados e distribuídos pela Organização, bem como estratégias de circulação e publicização de suas informações para diferentes públicos. Associado a isso, normas sanitárias nacionais, artefatos midiáticos e campanhas de saúde, por exemplo, também foram observados. Entendo tais documentos como um conjunto de enunciados recorrentes e balizados por regras específicas, atualizados constantemente, que ajudam pesquisadores a observarem os regimes de verdade

associados à saúde em escalas mundial, nacional, local e suas interfaces com processos educacionais.

Tal investigação me levou a entender que as práticas de controle de doenças se encontram atreladas a diferentes jogos de poder que subjetivam sujeitos, conduzindo suas vidas e demarcando desequilíbrios que diferenciam e caracterizam territórios nacionais. Neste sentido, países considerados mais seguros, do ponto de vista sanitário, à época, passavam a se preocupar com a possibilidade de doenças diversas – emergentes em países identificados como precários – atingirem seus territórios e populações, produzindo, assim, significados sobre lugares e sujeitos a partir de suas condições de saúde.

O espaço global – para além das fragmentações que lhe envolvem – começava a ser entendido, por especialistas, como uma das principais escalas relacionadas ao controle de doenças e de seus impactos, visto que as gripes aviária e suína, em 2003 e 2009, haviam se deslocado por muitos países, em curtos períodos. Essas doenças espalharam-se seguindo padrões até então inesperados, causando mortes e prejuízos não apenas em países reconhecidos por suas falhas sanitárias, mas, também, naqueles tidos como mais seguros. Isso disparou um alerta internacional acerca do controle de fronteiras, tornando reconhecido que os limites nacionais, politicamente definidos, em função dos deslocamentos contemporâneos, não são capazes de barrar surtos de doenças.

O cuidado com a saúde – e com a vida – tornou-se, de maneira mais explícita, uma questão geopolítica baseada na produção de uma lógica em que diferentes comportamentos individuais e populacionais, em quaisquer localidades de diferentes países, podem causar efeitos globais, por meio das dinâmicas de um mundo interconectado. Em especial, fortaleceu-se o entendimento de que determinadas nações – mais empobrecidas – carecem de maiores investimentos relacionados aos saberes do autocuidado e à imunização dos corpos dos sujeitos que formam suas populações. Essa ideia representa a substituição das preocupações associadas a estruturas sanitárias mais adequadas, bastante dispendiosas para

muitas realidades, por investimentos direcionados às “blindagens” corporais que prometem ser mais eficazes para barrar surtos epidêmicos e pandêmicos.

Diante disso, fiz uso do conceito de espaço a partir de autores europeus e norte-americanos situados no campo dos estudos pós-críticos e com certa tradição de investigações sobre o controle de doenças. Assumi o espaço como o resultado das relações estabelecidas entre diferentes sujeitos, populações, instituições e Estados em articulação aos elementos materiais – naturais e construídos –, em um tempo marcado por deslocamentos e conexões entre seres-vivos, bem como entre informações relacionadas a saúde. Observei que os discursos da OMS espalham-se globalmente, atravessando diferentes fronteiras, dando origem a políticas públicas nacionais, porém interagindo e sendo manejados de formas diferentes entre governos e populações distintas.

Enquanto os governantes mais influentes – política e economicamente – pressionam a Organização e representantes nacionais para que resolvam os problemas de países mais pobres, esses intensificam práticas de controle de doenças, de divulgação de informações e de educação para saúde sobre as regiões com maiores fragilidades. Para tanto, apoiam-se em conhecimentos e biotecnologias produzidas, justamente, nos contextos mais desenvolvidos que, muitas vezes, são inacessíveis ou chocam-se como as espacialidades que visam transformar nos países sobre os quais atuam.

Foi a partir dessa tensão que elaborei a noção de geobiopolítica, já que as estratégias biopolíticas, quando tensionadas em articulação ao conceito de espaço, podem ser compreendidas como práticas que se transformam em tempos diferentes e em contextos sociais e estruturais conflitantes entre si, a partir de jogos de poder geopolíticos. Elas ressaltam e (re)significam iniquidades, especialmente ao serem divulgadas de maneira ampla, visando adequar regras e práticas sanitárias coletivas a demandas políticas e econômicas.



O termo geobiopolítica não se opõe ou diferencia-se radicalmente daquilo que Michel Foucault chama de biopolítica. Complementarmente, busca dar visibilidade aos estudos que envolvem o fenômeno espacial e todas as suas relações e especificidades ao serem tensionadas as políticas de potencialização da vida, as relações entre governos, instituições e populações, assim como as práticas educacionais que envolvem o tema.

No contexto em que foi criado, o conceito foi associado aos discursos da OMS em escalas e olhares que partem do global para os níveis nacional e local. Contudo, ele possibilita também operar com processos que envolvem outros campos de ação. Políticas públicas de saúde e ações sanitárias nacionais, estaduais, municipais, entre outras podem ser problematizadas a partir desta ferramenta.

Pensar sobre a saúde, a doença, medicamentos, campanhas sanitárias e demais elementos que envolvem o assunto não se resume à marcação de territórios, conhecimentos biológicos e acesso a recursos. Atualmente, essa prática demanda observar as relações que envolvem marcadores espaciais, políticos, econômicos e sanitários, em conjunto, em quaisquer situações.

Diante disso, a seguir, apresento o percurso teórico que me possibilitou pensar em uma forma de operar com os conceitos de biopolítica e geopolítica em articulação, representando-os em uma só palavra. Para tanto, parto de breve fundamentação teórica relacionada às estratégias biopolíticas, discutindo algumas de suas transformações. Sequencialmente, abordo o conceito de espaço e o deslocamento teórico que fiz para operar com ele a partir de uma perspectiva que pode ser considerada pós-crítica. Partindo disso, discuto a emergência do conceito de geobiopolítica e dos processos que acredito sustentá-lo. No entanto, antes, escrevo sobre os acontecimentos que me provocaram a retomar e ampliar o conceito, neste momento, após terem se passado tantos anos.

A ideia deste texto, portanto, é ressaltar os percursos pelos quais estabeleci essas ideias, enquanto pesquisador, para auxiliar, na medida do possível, demais interessados na articulação entre

áreas distintas, em especial, a saúde a geografia e a educação – mas não apenas elas – sob a lógica dos estudos pós-críticos.

### **O resgate de uma proposta conceitual**

A retomada do conceito de geobiopolítica, neste ensaio, 10 anos depois de tê-lo lançado, fundamenta-se nos eventos que marcaram a pandemia de covid-19. Nesta ocasião, deparei-me com acontecimentos que estão descritos nas páginas de minha tese e tensionados a partir das lentes da saúde, da educação e da geografia, por meio de ferramentas foucaultianas. Tais escritos ficaram “guardados” na biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante algum tempo, talvez para que se tornassem mais maduros ou, ainda, mais palpáveis, visto que a distância temporal entre as pandemias de gripe suína – que me motivou a seguir este caminho de pesquisa – e de covid-19 me deixou em dúvida sobre sua relevância e aplicabilidade.

Foram os anos que separaram as crises sanitárias em associação às demandas acadêmicas e profissionais, deste mesmo período, que me fizeram operar, de modo mais intenso e atento, com outros elementos emergentes de minhas investigações, especialmente no campo da educação em saúde sob a perspectiva da Saúde Coletiva. Além disso, não devo deixar de mencionar as angústias e os medos de um recém Doutor em Educação que se atreveu torcer um conceito foucaultiano de forma inédita, a partir da articulação de conhecimentos geográficos, sanitários e educacionais.

Contudo, nos meses que finalizaram o ano de 2019, após a emergência dos casos de infecção pelo vírus SARS-CoV-2 que se espalharam pelo mundo, seguindo as linhas aéreas que ligam cidades globais e deslocando-se, sequencialmente, para pequenas comunidades, em velocidades diversas, significando lugares, entendi a importância de reassumir aquilo que havia argumentado em 2014.

Não é exagero dizer que os manejos técnicos e informacionais que delinearão a crise, as respostas sanitárias operadas por instituições especializadas, bem como os arranjos geopolíticos e

reações populares que a envolveram foram elaborados e/ou discutidos desde o período em que desenvolvi a pesquisa, sendo colocados em prática, de fato e amplamente, apenas entre os anos de 2019 e 2022. Assim, me deparei com uma espécie de simulação – que infelizmente era real – das reflexões que emergiam a partir das propostas que havia elaborado.

Foi o controle espacial que se configurou como principal estratégia de mitigação da doença, por meio de práticas de isolamento e distanciamento social, desde o surgimento da emergência sanitária até o desenvolvimento, distribuição e aplicação das vacinas. O que se buscou, a partir de acordos geopolíticos, foi a diminuição dos constantes movimentos que envolvem as dinâmicas espaciais de modo a garantir maior tempo para respostas sanitárias ainda em elaboração.

Além disso, um conjunto de informações atravessaram o mundo, quase que simultaneamente aos acontecimentos que retratavam, transpondo fronteiras nacionais – assim como a doença – e ressaltando, para além dos cuidados em saúde, as fragilidades e as potencialidades sanitárias de muitos países. Tais informações instituíram modos de cuidado e compreensões sobre a pandemia e diversas populações por meio de práticas pedagógicas sobre autocuidado que se tornaram parte dos cotidianos da maior parte dos sujeitos.

Apesar de serem relativamente homogêneas, em escala global, as normas sanitárias foram aplicadas de acordo com as espacialidades geograficamente distantes, porém conectadas, que diferenciam parcelas espaciais. Emergiram regimes de verdades que mobilizaram sujeitos em diferentes direções em função de atravessamentos educacionais, políticos, econômicos, religiosos, entre outros. Foram os modos de ser e de estar no mundo, produzidos por diferentes verdades, em diferentes lugares, que fortaleceram os maiores fracassos e os maiores sucessos relacionados ao combate à doença, da mesma forma que estabeleceram maneiras diversas de significar as nossas e as outras sociedades.

Associado a isso, as dinâmicas geopolíticas, nacionais e internacionais, tornaram visíveis as disparidades que constituem o sistema internacional, como ocorrido durante a disputa pelos primeiros lotes de vacina que permitiram a diminuição do número de óbitos e a retomada de atividades coletivas, em alguns países, enquanto outros ainda não contam com elas. Em nível nacional, no Brasil, os desafios sanitários foram atravessados por narrativas político-partidárias que desestruturaram ações de resposta ao surto pandêmico, fazendo erodir as tradicionais campanhas de vacinação que, por anos, deixaram o país em evidência no contexto internacional, prejudicando, no limite, nossas relações internacionais.

Emergiu daí, outro ponto relevante abordado em minhas investigações e marcante durante o período pandêmico, qual seja, a tomada do corpo enquanto uma escala espacial que passei a chamar de “individual”. Sob esse argumento, defendo que os sujeitos são partículas do espaço que circulam por suas diferentes parcelas interconectadas. Assim, em complementação às ações de cancelamento de serviços – comércio, transportes, escolas e universidades, por exemplo –, que nem sempre deram conta de seus objetivos, as blindagens corporais – máscaras e vacinas – foram instituídas como peças-chave para o controle da doença e reinício de atividades coletivas cotidianas. Isso aconteceu por meio de conhecimentos que subjetivaram sujeitos e governos, conduzindo os desdobramentos do evento<sup>1</sup>, mesmo com inúmeros movimentos de resistência.

Assim, foram, conforme defendo, estratégias geobiopolíticas que promoveram acordos internacionais, nacionais e locais, bem como narrativas e práticas de prolongamento da vida, de aumento da produtividade e de superação individual e coletiva de

---

<sup>1</sup> Não pretendo, de forma alguma, questionar a validade das estratégias de segurança assumidas durante a pandemia. Entendo que foram fundamentais para a mitigação da doença e diminuição do número de mortes. O que busco é refletir sobre os aspectos educacionais emergentes da situação e as condições que possibilitaram tais estratégias.

dificuldades durante a crise. Por isso, acredito que a retomada do conceito é significativa para pesquisadores que visam tensionar acontecimentos ligados à saúde, atuais e futuros. Para tanto, entendo que seja necessário iniciar sua apresentação por aquilo que me serviu como ponto de partida para tal empreitada: as estratégias biopolíticas.

### **Estratégias biopolíticas e suas transformações**

De acordo com Foucault (2009), o biopoder é uma dinâmica que age sobre a vida e se constitui a partir de duas lógicas que não devem ser consideradas antitéticas, nem mesmo negativas: o disciplinamento dos corpos e a regulação das populações. É uma forma de poder exercida de maneira produtiva que orienta a gestão da vida em níveis individual (disciplinamento) e coletivo (estratégias biopolíticas). Diante disso, não deve ser compreendido como uma força positiva ou negativa, mas, de maneira ampla, como um conjunto de forças e dinâmicas que se manifestam em rede, subjetivando sujeitos e produzindo conhecimentos.

Para o seu funcionamento são levados em conta os traços biológicos comuns que envolvem a espécie humana e os comportamentos individuais que fazem com que sujeitos se engajem ao funcionamento de determinadas regras em lugar de outras. Configura-se um modo de governar populações a partir das regularidades dos processos vitais que servem para melhor administrá-las, transformá-las e aperfeiçoá-las. Neste caso, destacam-se as taxas de natalidade, mortalidade, adoecimento, entre outras que fundamentam novos conhecimentos (Foucault, 2009).

Algumas das estratégias que atravessam coletivos e fazem parte desse sistema são a produção e a divulgação de conhecimentos sob a lógica da verdade científica baseada em dados estatísticos cruzados a outros saberes. Rose (1996) aponta que estatísticas, historicamente, agem como ferramentas importantes no que se refere aos mecanismos biopolíticos, já que constituem

uma dada pedagogia que orienta sujeitos a seguirem tendências atreladas a determinados regimes de verdade.

Os regimes de verdade representam aquilo que “constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade [...]” (Foucault, 2010, p. 67). Eles posicionam os sujeitos frente ao que se considera verdadeiro sem que seja necessário o uso de pressão e/ou coação. Nessa direção, as estratégias biopolíticas são estabelecidas, operadas e transformam-se por dinâmicas complexas, produzidas pela sobreposição e pelos choques entre diferentes regimes de verdade, enquadrados em contextos políticos, econômicos e culturais pautados, principalmente, em ideais de liberdade.

No entanto, destaco que a noção de liberdade, bem como de que as escolhas são feitas em nível individual, se encontra amalgamada aos diversos discursos que constituem os regimes de verdade e que apontam as “melhores” direções a serem seguidas coletivamente, produzindo os sujeitos e orientando suas escolhas. Ortega e Zorzanelli (2010), ao discutirem transformações que envolvem as estratégias biopolíticas, argumentam que é possível observar, no contemporâneo, em muitas situações, o abandono do entendimento do Estado enquanto gestor dos indivíduos. No lugar dos representantes estatais que gerenciam a vida, constitui-se uma ideia de autogestão de comportamentos, por meio de uma lógica que institui que cada um de nós é responsável por decidir suas ações e por lidar com suas consequências, conforme defendido pelas teorias neoliberais.

Uma imensa gama de conhecimentos relacionados à vida é disponibilizada através de diferentes práticas para tornar possíveis as decisões relativas à segurança, à educação, ao manejo de investimentos financeiros, à saúde, entre outras. Neste processo, tais decisões impactam diretamente índices econômicos, políticos e culturais em diferentes níveis, necessitando serem orientadas por informações estatísticas, estrategicamente validadas e divulgadas. É importante frisar que tais informações não partem, particularmente, de gestores ou representantes. Associam-se a eles uma imensa gama de estudiosos, técnicos, profissionais e meios de comunicação e

tecnológicos que colocam em funcionamento um compartilhamento de conhecimentos, ao mesmo tempo em que os sujeitos passam a produzir dados sobre seus estilos de vida e a demandar novas informações como resultado dos processos que os subjetivam.

Autores como Silva e Araújo (2020), Mattioni et al. (2022), Darsie et al. (2023), têm argumentado que o *ethos* neoliberal subjetiva indivíduos no sentido de consolidar determinadas verdades, em especial a noção de autogestão e autossuperação por meio de dados oriundos de diferentes campos que envolvem a vida. Esse processo ocorre em associação às tecnologias que tratam das molecularidades do corpo – genética, enzimas, células, etc. – e da algoritmização, mensuração, controle e orientação de atividades coletivas e individuais.

Assim, os sujeitos e as instituições, cada vez mais, contam com recursos que lhes permitem acompanhar e interferir em índices de saúde, taxas de rendimento físico e quaisquer outras ações em busca de um constante aumento de segurança, saúde, produtividade e superação de dificuldades. Essa situação não apenas ameniza as responsabilidades acerca de investimentos públicos como também promove o aumento do trabalho e da força vital em nível populacional, a partir de esforços individualizados que miram na ideia de sucesso relacionado aos objetivos pessoais.

As estratégias biopolíticas irradiam-se por diferentes estruturas, transformando os modos de gerenciamento de políticas públicas, de normas institucionais e de cuidados individuais. Weber (2023), por exemplo, argumenta que no contexto da pandemia de covid-19, emergiu, no Brasil, um embate relacionado ao direito à educação e às normas de segurança sanitária que resultou no protagonismo dos discursos da saúde associados a movimentos de autossuperação. Longe de colocar sob suspeita a validade de ambas preocupações, o autor destaca que diante da falta de recursos estatais adequados para o setor educacional e do direcionamento de novas verbas para o controle de uma crise sanitária sem precedentes, a educação brasileira foi conduzida por regimes de verdade que ativaram, fortemente, a ideia de maior

empenho e constante superação de professores e estudantes para a continuidade de atividades escolares, mesmo sem acesso às tecnologias necessárias para tanto.

Outro exemplo estabelecido em meio à pandemia refere-se à relativização de dados produzidos nos campos da Saúde e da Economia, durante a crise. Conforme apontei em outro momento (Darsie, 2020), os números associados aos óbitos decorrentes da doença e aos prejuízos econômicos ocasionados pelas medidas de controle espacial, em associação, engajaram sujeitos a acelerarem a retomada de atividades laborais presenciais, derrubando o isolamento, enquanto fortaleceram a noção de distanciamento social. Isso aconteceu diante dos perigos associados à infecção, já que os riscos emergentes da falta de recursos financeiros pareciam mais próximos dos cotidianos de muitas pessoas. Foi necessário superar o medo em relação à covid-19, enfrentando a possibilidade da morte, para promover o que se chamou de recuperação de uma economia que supostamente potencializa a vida.

Na mesma direção, acerca de outras instâncias, Rosa e Darsie (2023) e Rose (2013) apresentam argumentos sobre o uso de recursos digitais e biotecnológicos direcionados ao fortalecimento das condições físicas e de saúde dos sujeitos. De acordo com eles, as estratégias biopolíticas vêm produzindo uma dada racionalidade que orienta o controle e a potencialização dos corpos por meio do controle de atividades e exercícios físicos, a partir de aplicativos digitais, e por intervenções moleculares representadas pelo uso de medicamentos, vacinas, complementos vitamínicos, orientação genética, entre outros recursos que agem no interior do corpo. O que se busca, em ambos os casos, é o aumento das condições de (sobre)vivência e rendimento, considerando-se que a vida se tornou um bem capital (Pelbart, 2016) cuja regulação e potencialização garante melhores resultados em contextos neoliberais de constante desejo de produtividade e rentabilidade (Darsie, 2020).

Braun (2008) destaca ainda que as dinâmicas espaciais devem ser levadas em conta nas discussões que envolvem estratégias



biopolíticas. Segundo ele, os conhecimentos relacionados ao nível molecular – interior dos corpos –, articulados às constantes inovações no campo das tecnologias direcionadas a saúde, chamadas de biopolíticas do século XXI, por Rose (2013), não se resumem ao corpo-humano. Eles podem ser entendidos a partir das materialidades e dos complexos orgânicos que se distribuem, deslocam-se e transformam-se pelo espaço. Dessa maneira, propõe que novos controles e novos dados, emergentes das dinâmicas espaciais, também operam no sentido de subjetivar sujeitos em um mundo interconectado e repleto de possíveis perigos biológicos.

Complementarmente, afirmo que os recursos biotecnológicos e digitais dos tempos de hoje, que agem sobre o corpo ou produzindo e divulgando cálculos, gráficos e cruzamento de dados, não se descolam das dinâmicas espaciais, contudo associam-se a outras instâncias, como a economia e a geopolítica. Não são apenas os microrganismos do espaço ou molecularidades do corpo que aproximam o fenômeno espacial das discussões sobre conjuntos de controles e informações que envolvem as populações, mas também as possibilidades de acesso a tecnologias clínicas e de comunicação em diferentes contextos sociais.

É no interior dos processos de funcionamento do espaço, ocasionados por jogadas geopolíticas e econômicas, que emergem as facilidades e os obstáculos para acesso a aplicativos, programas, procedimentos corporais e demais recursos. Mesmo que a digitalização da vida e a molecularização dos corpos estejam se tornando práticas e temas comuns em diversos grupos, orientando modos de viver, especialmente os neoliberais, em outros, as condições espaciais ainda resumem tais temas a promessas e desejos acerca daquilo que não se tem acesso. Emerge assim uma problemática que diz respeito ao espaço e suas múltiplas interfaces sociais.

Diante disso, entendo ser relevante mencionar que Foucault (2021) discute as dinâmicas do espaço enquanto dimensão onde as relações de poder, as práticas de disciplinamento, as estratégias biopolíticas, entre outros processos subjetivam sujeitos e populações. Neste sentido, ao ser questionado sobre a abordagem

da ciência geográfica em seus estudos, dispara que não pretende tratá-la como uma ciência especial, especialmente por ser fundamentada em preceitos positivistas, mas indica a aproximação de suas ferramentas, bem como adaptação delas, de acordo com os desejos e necessidades dos pensadores e investigadores da área.

É a partir disso que me arrisquei a tratar das estratégias geobiopolíticas, conforme apresento a seguir.

### **O fenômeno espacial e o deslocamento de um pesquisador**

Início essa seção explicando que o conceito de geobiopolítica foi pensado por meio de minhas incursões na Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, junto a pesquisadores estadunidenses, canadenses, indianos, chineses, entre outros. Assim como eu, estes atuavam nas áreas da saúde global e da geografia da saúde, constantemente preocupados com as dinâmicas espaciais acerca das complexas relações de poder que envolvem a saúde e a doença. Meus movimentos investigativos distanciavam-se dos deles pela aproximação com o campo da educação, no entanto, tratou-se de uma experiência produtiva no que diz respeito a deslocamentos teóricos estratégicos, a partir do contato com novos textos e autores, o que me oportunizou pensar nas dinâmicas espaciais com outras lentes analíticas.

Os estudos brasileiros desenvolvidos no campo da geografia, em sua maioria, originam-se por meio de teorias críticas. Assim, importantes reflexões sobre o território brasileiro, relações internacionais e dinâmicas humanas são estabelecidas servindo de sustentação para discussões acerca das dinâmicas humanas em associação à ideia de dominação espacial. São elas que, em sua maioria, formatam os currículos de formação no país e que, portanto, me constituíram como geógrafo.

O modo como operam com as relações de poder partem de argumentos relativos aos territórios, categoria analítica caracterizada pela apropriação espacial. O espaço, neste contexto, é tomado como uma espécie de conceito secundário, pois é no território e entre

territórios que o poder – de forma verticalizada – se manifesta e constitui lutas entre opressores e oprimidos, quase sempre associadas ao capital, dando forma e significado ao espaço geográfico. As disputas territoriais por diferentes grupos, em diferentes escalas, portanto, tornam-se um ponto de análise relevante.

Particularmente, considero tais movimentos de grande importância, especialmente diante das disparidades sociais que marcam as relações humanas, porém, atentando os caminhos teóricos e investigativos que assumi, necessitei adotar outros modos de observar as dinâmicas de poder que ocorrem articuladas ao espaço e, também, o seu significado.

Por meio de uma perspectiva de inspiração pós-crítica, por onde transito, o espaço pode ser entendido como um fenômeno que é produzido e transformado a partir das relações humanas e das dinâmicas materiais, em conjunto e em rede. Além disso, não são consideradas apenas as disputas territoriais ou econômicas, mas conjuntos de outros interesses que se articulam nele. Assim, pode ser explicado como um produto de relações que ocorrem desde a escala global até o intimamente pequeno, sendo o fenômeno que possibilita a existência da multiplicidade de elementos, de modos de viver e de interesses que se transformam. Considera-se a coexistência de trajetórias marcadas pela heterogeneidade dos acontecimentos e dos jogos de poder que oportunizam sua existência e suas transformações. Deste modo, está em constante mudança, tanto por meio dos significados que o envolvem quanto por suas formas físicas (Massey, 2009).

Nessa linha, deve ser tomado como resultado de múltiplas dinâmicas e interesses que ocorrem em suas diferentes parcelas, de maneira multiescalar e polirrítmica, ou seja, como o produto de acontecimentos que interligam escalas global, nacional e local, entre outras possíveis, em períodos e velocidades diferentes (Darsie e Weber, 2020; Souza 2014). Pensar por meio desta perspectiva convoca a entendê-lo como um *continuum* multifacetado, cujas transformações ocorrem de diferentes modos, em diferentes locais, de maneira imprevisível, ao mesmo tempo em

que acontecem centenas de milhares de deslocamentos por segundo – humanos, animais, microrganismos, produtos, informações –, mantendo-o em funcionamento.

É necessário se assumir que o poder opera em rede, a partir dos múltiplos pontos de força que atravessa, modifica e transforma. Nessa perspectiva, portanto, o poder é entendido como uma rede de relações estratégicas, de mecanismos e de procedimentos em que os sujeitos buscam manter correlações que sejam favoráveis a eles. É por meio dessas dinâmicas que sujeitos são constituídos no espaço e em conjunto. São essas relações que ocorrem em contextos distintos, por meio de intenções múltiplas e efêmeras, que impulsionam deslocamentos, assujeitamentos e transformações (Darsie, Hillesheim, Weber, 2021). O espaço, diante disso, passa a ser delineado pelas espacialidades, ou seja, pelas racionalidades emergentes de processos de subjetivação que produzem os sujeitos a partir de todas as relações que o conformam e que estão em movimento em, e entre, diferentes lugares

O espaço e as espacialidades se encontram em constante ressignificação, por meio de interações sempre articuladas. Isso faz com que a noção de espacialidades vá de encontro às ideias de fissura ou afastamento entre estruturas materiais e questões culturais. É a articulação entre esses elementos que produz significados e materialidades que tornam o espaço uma dimensão viva e tão importante quanto o tempo (Braun, 2008; Massey, 2009). Elas articulam-se às interconexões oportunizadas pelos processos de globalização associados aos meios de transporte, às migrações, aos atravessamentos de fronteiras, à circulação de produtos, de informações, entre outros. São os encontros, os desencontros, os deslocamentos e as estruturas de diferentes cidades, regiões, aeroportos, ruas, enfim, os pontos de entrecruzamento, que agenciam sujeitos sob os regimes de verdade que lhes atravessam em um mundo aberto e em movimento (Maccann, 2011; Mcneill, 2011).

Compreendo, certamente, que nos últimos anos, em decorrência de processos geopolíticos que envolvem guerras, disparidades econômicas, embates políticos e pandemias, a ideia

de um mundo globalizado – aberto e em movimento – tem sido posta sob suspeita por diferentes estudiosos e profissionais. Não são todas as pessoas que têm o direito e/ou as possibilidades de atravessarem as fronteiras de diferentes territórios ou, ainda, de movimentarem-se entre localidades e regiões. Ainda, mesmo sob a influência de milhares de informações, ainda são as consideradas hegemônicas que se sobrepõem a outras e, muitas vezes, apresentam-se inacessíveis para muitos. Contudo, mesmo diante de oportunidades desiguais, os deslocamentos permanecem acontecendo pelo espaço, ligando distintos lugares e transformando relações fronteiriças a partir daquilo que chamo de escalas individual – os sujeitos – e coletiva – populações. Isso ocorre, também, através de conjuntos de artefatos culturais que circulam por diferentes países e localidades, de produtos que alcançam consumidores longínquos e de animais que migram para regiões distantes, em diferentes períodos do ano, por exemplo. Estes movimentos conduzem normas, estratégias governamentais e subjetivam pessoas a partir do que Nail (2015) chama de kinopolítica<sup>2</sup>.

A partir desse conceito, o autor defende a ideia de uma política do movimento (cinética social) que se configura pelas relações de poder estabelecidas através de deslocamentos, especialmente humanos. Nessa perspectiva, refere que as fragmentações espaciais – as fronteiras – não são um *à priori*, mas resultados dos jogos de forças que envolvem as intenções de movimento, de entrada, de saída e de mudança de arranjos em diferentes parcelas espaciais. Tratar do espaço – e das espacialidades –, partindo disso, requer operar com um fenômeno que engloba todos os processos que conhecemos e que estão em constante transformação e deslocamento. Assim, entendo que são justamente as dinâmicas de

---

<sup>2</sup> Segundo o autor, a kinopolítica é a política do movimento, possível de ser pensada em razão desta lógica de um espaço que se encontra em deslocamento constante.

poder que produzem e transformam territórios e outras divisões, no interior do espaço, não o contrário.

Diante disso, destaco que opto por trabalhar com o conceito de espaço em lugar de espaço geográfico (utilizado em estudos brasileiros e na língua portuguesa), pois minha intenção é demarcar um posicionamento teórico-político por meio do qual insisto em defender que não existem duas categorias de espaço – uma da vida e outra da geografia, marcada por relações de poder entre fracos e fortes. O espaço é um fenômeno único, onde ocorrem as negociações e os conflitos que conhecemos, entre sujeitos e instituições de níveis hierárquicos semelhantes e/ou diferenciados, que o transformam constantemente, devendo, assim, ser tensionado por diferentes campos do saber.

Se o espaço acontece sob uma lógica da simultaneidade de eventos, de relações e de disputas justapostas, as redes humanas e seus pontos de interação definem experiências de vida que produzem significações relativizáveis, pois as noções de estar perto ou longe, de ser acessível ou inatingível, de estar dentro ou fora, de ser forte ou fraco, por exemplo, variam de acordo com os diferentes jogos de poder que acontecem em diferentes tempos (Foucault, 2015). Quando associado ao entendimento de biopolítica, o espaço pode ser tensionado, também, a partir das estratégias que o transformam e transformam-se a partir dos discursos que envolvem a saúde e os jogos geopolíticos.

Dessa maneira, é possível pensar que as preocupações relacionadas às espacialidades sanitárias, vividas em diferentes lugares, são remodeladas de acordo com as transformações pelas quais o mundo passa, pelos dados e conhecimentos constantemente produzidos e por disputas políticas e populares que não são estáticas e/ou permanentes. Essas transformações relacionam-se aos encontros de forças em um *continuum* que ativam pontes e fissuras geopolíticas associadas à segurança de determinados grupos humanos diante dos riscos emergentes em outros. É por meio desta relação que se estabelece a geobiopolítica.

## Estratégias geobiopolíticas

As estratégias geobiopolíticas promovem o cruzamento de dados estatísticos relacionados à vida e ao espaço, qualificando ou desqualificando determinadas regiões, nações ou localidades. Não são apenas as populações que se tornam controladas, datificadas e subjetivadas por tais fatores, mas as populações que estão articuladas a contextos espaciais que as balizam e que são transformados por elas. Nesse sentido, as ações estratégicas de promoção da saúde, de controle de doenças, de distribuição de recursos, de delimitação sanitária, entre outras, passam a ser espacialmente significadas e localizadas, sendo definidas e manejadas de maneiras diferentes.

Estabelece-se uma interconexão em que as estatísticas populacionais conferem significados aos índices relativos às materialidades espaciais enquanto o inverso também acontece. Não se consideram satisfatórios comportamentos tidos como mais adequados em ambientes precários, da mesma forma que estruturas consideradas ideais deixam de ser valorizadas diante dos comportamentos coletivos entendidos como negativos, já que representam riscos que podem colocar ambas as instâncias e outros grupos humanos em risco. É a combinação das taxas ambientais e populacionais que passam a educar, subjetivar e orientar sujeitos, populações, Estados e instituições constituindo os “verdadeiros” significados de saúde e de segurança, ao passo que produzem métricas relativas àquilo que se entende como saudável, doente e potencialmente perigoso.

Essas métricas não podem ser associadas apenas aos regimes de verdade que se sustentam naquilo que reconhecemos como saberes científicos biológicos ou geográficos. De modo muito mais complexo, articulam-se, também, aos jogos políticos que as tornam possíveis e verdadeiras. As informações emergentes nestes processos ocasionam decisões geopolíticas, ou seja, é a saúde dos sujeitos e do espaço, em conjunto, que potencializam recursos, esforços, investimentos, embargos, conflitos e demais

acontecimentos entre nações, regiões e localidades. Desta maneira, o desenvolvimento das biotecnologias, das estruturas espaciais e demais equipamentos direcionados aos cuidados em saúde é atrasado ou acelerado, seguindo uma lógica que determina que índices mais satisfatórios recebem, muitas vezes, maiores investimentos, por merecimento, em lugar daqueles que precisariam mais.

Emerge um entendimento de que determinados grupos, em determinados lugares, com níveis de saúde mais elevados são responsáveis por definir o que é saudável ou não, além de estipularem as normas que deverão ser seguidas por outros arranjos espaciais. Assim, metas passam a ser criadas e projetadas para as regiões que fogem dos índices considerados ideais, desencadeando investimentos associados ao controle de doenças que se desenrolam por meio de práticas de educação para a saúde e de blindagem dos corpos. No limite, as geobiopolíticas operam sobre a seleção de populações e profissionais – localizados em determinadas parcelas espaciais – que têm acesso aos conhecimentos mais inovadores, e de outras que devem aprender com os casos de sucesso emergentes nas “melhores”, mesmo não tendo acesso aos recursos necessários.

Associado a isso, compreendo que os preceitos neoliberais, quando aproximados das práticas de saúde impactam localidades de maneira diferenciada. É no contexto das maiores precariedades sanitárias que as populações devem desempenhar os maiores esforços direcionados a sobrevivência e a segurança de si e dos outros, para compensarem as fragilidades estatais. O empenho para a autogestão e autossuperação, mencionado anteriormente como parte daquilo que chamamos de biopolíticas contemporâneas, deve ser intensificado em regiões mais carentes ou problemáticas. Acredito, diante disso, que é preciso atentar ao fato de que a autogestão é facilitada em espacialidades cujos investimentos públicos são mais significativos, enquanto em outras, torna-se uma meta que demanda maiores esforços, sem garantias. Há uma inversão relacionada aos preceitos da lógica



neoliberal, pois os sucessos individuais são mais frequentes em contextos com maiores recursos estatais do que nas regiões marcadas como mais autônomas e empobrecidas, justamente pela falta de tais recursos.

Essas situações ocorrem justamente pelo entendimento do espaço enquanto uma dimensão que se origina nas relações humanas associadas às suas materialidades. As fragmentações geobiopolíticas emergem por meio dos jogos de poder que o significam, criando limites sanitários e políticos que buscam assegurar o controle de doenças e o aumento dos índices de saúde neste *continuum*. Hooker (2009), por exemplo, refere que o mundo se tornou uma escala de insegurança, pois os problemas que antigamente eram localizados, delimitados e “confinados” em determinados territórios, ganharam liberdade nas dinâmicas de circulação de pessoas, animais e produtos, bem como nas telas de televisões, computadores e demais dispositivos. Os perigos mais diversos, relacionados à saúde em diferentes lugares dão forma a acordos e condicionamentos diplomáticos que consideram os movimentos que estabelecem o fenômeno espacial.

Assim, para além dos investimentos biopolíticos que atravessam populações, as estratégias geobiopolíticas subjetivam sujeitos entrecruzando informações sobre corpos, coletivos e materialidades espaciais, índices econômicos e posicionamentos políticos, fazendo emergir racionalidades que classificam tais elementos a partir daquilo que é instituído como ideal ou inadequado. O foco, neste sentido, mira no distanciamento ou anulação dos riscos a partir das parcelas espaciais de onde partem ou circulam os sujeitos que podem afetar populações inteiras, em diferentes lugares, em um espaço marcado por relações geopolíticas.

### **Considerações finais**

Nas linhas anteriores, detive-me a apresentar os percursos que me constituíram como pesquisador e que me conduziram à

elaboração de um conceito que considero relevante. Entendo que cada processo de pesquisa, especialmente na perspectiva teórica e metodológica em que me insiro – provavelmente junto dos leitores deste texto – é único e, por vezes, surpreendente. Não existem, sob essa lógica, fórmulas ou protocolos universais, mas possibilidades de articulações teóricas e movimentos entre estratégias investigativas.

É por meio de fissuras relativas aos conhecimentos historicamente cristalizados que acredito serem possíveis novas problematizações, diferentes ideias e elaboração de temas e objetos de análise adequados aos tempos em que são desenvolvidos. Cabem aos pesquisadores escolhas e coragem para o desbravamento de seus caminhos, considerando ferramentas que podem auxiliar suas investidas, abrindo possibilidades de lançarem novos questionamentos.

Entendo que apresentei uma ideia que pode ou não ser útil ou adequada para quem a conhece, no entanto, são as possibilidades de questionamentos, rearranjos e novas formas de lidar com ela que me parecem relevantes neste momento. Partindo disso, encerro minhas reflexões desejando que minhas experiências possam motivar e sensibilizar demais colegas do campo, especialmente no sentido de promover novos desdobramentos teóricos que engrandecem a área.

## Referências

BRAUN, B. Biopolitics and the molecularization of life. **Cultural Geographies**. V. 6, n. 28, 2007. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1474474007072817>.

\_\_\_\_\_. **Thinking the City through SARS: Bodies, Topologies, Politics**. In: ALI, Harris; KEIL, Roger. (editors). *Networked Disease: Emerging infections in the global city*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008.

DARSIE, C. Biopolitics of COVID-19. *Journal of Infection Control*, v. 9, p. 1, 2020. <https://jic-abih.com.br/index.php/jic/article/view/350>.

\_\_\_\_\_.; WEBER, D. L. Disease and space control: issues about dispersion and isolation in pandemic times. *Journal of Infection Control*, v. 9, p. 1, 2020. <http://jic-abih.com.br/index.php/jic/article/view/298>.

\_\_\_\_\_.; HILLESHEIM, B.; WEBER, D. L. O discurso de controle de doenças da Organização Mundial da Saúde e a produção de espacialidades nacionais. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200587, 2021. <https://doi.org/10.1590/interface.200587>

\_\_\_\_\_. **Pós-pandemia, Neoliberalismo e Educação**. In: Claudionei Lucimar Gengnagel. (Org.). *Ensino de ciências humanas: considerações, críticas e alternativas contemporâneas: volume II*. 1ed. Passo Fundo - RS: Editora da UPF, 2022, v. 2, p. 87-101.

\_\_\_\_\_.; SOMAVILLA, V. E. C.; HERNANDES, C. P.; ARAÚJO, W. F.; ROSA, R. C. Q. **Educação, Saúde e Tecnologias: reflexões sobre aplicativos digitais e controle de riscos**. In: Lutiane de Lara; Lilian R. da Cruz; Patrícia dos Passos. (Org.). *Digitalização da vida e produção de subjetividades*. Florianópolis: Abrapso, 2023.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A história da sexualidade 1 – a vontade de saber**. Maria Teresa da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. (Trad.) Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos – curso no Collège de France (1979-1980)**. Nildo Avelino (trad.). São Paulo/Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos III: estética**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HOOKER, C. **SARS as a 'health scare'**. In: ALI, Harris; KEIL, Roger. (editors). *Networked Disease: Emerging infections in the global city*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rogério Haesbaert e Hilda Preto Maciel (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MCCANN, Eugene. e WARD, Kevin. *Urban assemblages: territories, relations, practices and power*. In: MCCANN, Eugene. WARD, Kevin (Editors). *Mobile Urbanism: cities and policymaking in the global age*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2011.

MCNEILL, Donald. *Airports and urban governance*. In: MCCANN, Eugene. WARD, Kevin (Editors). *Mobile Urbanism: cities and policymaking in the global age*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2011.

MATTIONI, F. C.; SILVEIRA, R. P.; SOUZA, C. D.; ROCHA, C.M.F. *Práticas de promoção da saúde como resistência e contraconduta à governamentalidade neoliberal*. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.23902021>.

NAIL, T. **The figure of the migrant**. Stanford: Stanford University Press, 2015.

ORTEGA, F.; ZORZANELLI, R. **Corpo em evidência – a ciência e a redefinição do humano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

PELBART, P. P. **Vida capital - ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2016.

ROSA, R. C. Q.; DARSIE, C. **Educação, aplicativos fitness e de saúde: outras capturas biopolíticas**. In: Liara S. Brites; Kamyla S. Dias; Camilo Darsie; Andresa S. da C. Mutz; Cristianne Maria F. Rocha. (Orgs.). *Estratégias biopolíticas do hoje e a produção de sujeitos: interfaces entre tecnologias na educação e na saúde*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/264278>.

SILVA, M. L.; ARAÚJO, W. F. *Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade*. *Educação Unisinos*, v. 24, p. 1-20, 2020. <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.40>.

SOUZA, C. D. **Educação, Geografia e Saúde: geobiopolíticas nos discursos da Organização Mundial da Saúde e a produção da mundialidade pelo controle e prevenção de doenças** [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2014. 235 p. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/95666>

ROSE, Nikolas. The death of the social? Re-Figuring the territory of government. **Economy & Society**, v. 25, n. 3, 1996.

\_\_\_\_\_. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. Paulo Ferreira Valério (Trad.). São Paulo: Paulus, 2013.

WEBER, D.L. **Práticas educativas em tempos de pandemia: entre o direito à educação e os cuidados em saúde**. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2023. 141 p. <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3572>.

# A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A BRANQUITUDE NO BRASIL<sup>1</sup>

Marisa Fernanda da Silva Bueno

## 1. Introdução

Os estudos críticos da branquitude emergem nos Estados Unidos, a partir de questionamentos sobre a constituição do racismo e de seus desdobramentos. Nesse contexto, os estudos sobre a branquitude surgem como um segmento dos estudos da “Teoria Racial Crítica”, que se constituiu após a luta pelos Direitos Civis (1954 – 1968), cujo foco principal era o fim do severo regime de segregação racial instituído. A branquitude, como campo teórico, emerge em um momento de esgotamento das pesquisas sobre o racismo, que têm como foco exclusivo o sujeito negro. A partir da perspectiva teórica da branquitude – que problematiza o discurso do racismo pelo enfoque dos interesses e cumplicidades de pessoas que se identificam como brancas, o racismo é pensado neste texto como um dispositivo cujo propósito foi e é a manutenção nos espaços de poder da população que se enquadra no perfil branco/europeu.

Considera-se a brancura como uma forma de (auto)identificação e um processo de subjetivação mobilizador de uma série de privilégios sociais, sejam eles simbólicos, objetivos ou subjetivos. Nesse sentido, a discussão proposta é analisar as condições que possibilitaram a emergência dos estudos críticos da

---

<sup>1</sup> Este capítulo é fruto da pesquisa que realizei no Doutorado em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e da Tese intitulada “A emergência do discurso da branquitude na legislação brasileira: racismo e educação”. A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

branquitude no Brasil e de como ocorreu a sua articulação com novas possibilidades de pesquisas acadêmicas.

## **2. A emergência dos estudos críticos da branquitude e suas implicações no Brasil**

A branquitude emerge como um novo campo teórico, cujo objetivo é, sobretudo, propor um deslocamento no olhar dos estudos sobre o racismo e sobre o uso do negro como objeto de pesquisa. Nesse sentido, analiso a constituição e a produção da “raça”, gestada a partir do momento em que se dá o encontro com o outro (outros povos), diferente estética, moral e culturalmente – e aqui é fundamental referir diferente em termos de razoabilidade – em relação à Europa como centro do mundo.

O outro, cuja aparição colocou em risco a construção discursiva da pretensa razão universal europeia, foi moldado, tecido e identificado através do recurso racial. E logo a fábula serviu para impulsionar o comércio de escravos, justificar a aniquilação desse outro, cuja existência, na escravidão, foi reduzida ao valor de mercadoria. Para Achile Mbembe (2018, p. 45), a “fabricação de sujeitos raciais” colocou em suspenso a humanidade dos escravos, retirando-lhes a capacidade jurídica, desumanizando-os e transformando-os em mercadoria.

O sujeito negro foi produzido com o amparo da “invenção” da categoria racial, pois, como lembra Mbembe (2018), a raça e o negro são conceitos sinônimos no imaginário das sociedades europeias. A contrapartida foi a construção da fantasia europeia da brancura, “que o Ocidente se esforçou para naturalizar e universalizar” (Mbembe, 2018, p. 88). Portanto, as identidades branca e negra foram criadas, reproduzidas e disseminadas a partir de tecnologias de poder e dispositivos capazes de tocar os sujeitos para que desejassem ser brancos e pertencer ao grupo cujos marcadores sociais eram (e são) de privilégios (Mbembe, 2018, p. 90).

Analiso a seguir o conceito de “branquitude” aliado à Teoria Racial Crítica, cujas bases foram concebidas nos Estados Unidos

após o Movimento de Luta pelos Direitos Civis e fim da institucionalização da segregação racial.

### **3. A emergência do discurso da branquitude e a Teoria Racial Crítica (*Critical Race Theory* – CRT)**

Os estudos críticos da branquitude surgem a partir de uma série de questionamentos e problematizações sobre a constituição do racismo e a forma como ele se inscreve como um recurso de exclusão, em prol, sobretudo, de um projeto para identificar a identidade branca como centro de poder.

Dessa forma, nos Estados Unidos, em meados da década de 1970, após o Movimento pelos Direitos Civis, cujos principais objetivos eram acabar com a segregação racial legitimada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário<sup>2</sup>, um grupo de juristas, intelectuais e militantes começou a questionar os avanços do processo de luta pelo fim da segregação. Problematizavam as leis que impediam a segregação em ambientes de convivência pública, bem como a possibilidade de estudantes negros frequentarem as escolas elitistas brancas, além de questionarem o ordenamento jurídico tradicional, uma ciência conservadora, fundamentada em raízes institucionais arcaicas e estruturada a partir de relações de poder através das quais circulam discursos marcados pela supremacia branca.

Em 1981, em função da demanda dos estudantes de Direito da Universidade de Harvard (*Harvard Law School*) por estudos direcionados para temáticas com possibilidade de interlocução entre o direito e a questão racial, o Departamento do Curso de Direito realizou um *workshop* com uma abordagem tradicional sobre esses temas. Então, como uma forma de “boicote”, um grupo

---

<sup>2</sup> O conjunto de leis cujo conteúdo estabelecia a segregação racial no sul dos Estados Unidos era informalmente chamado de *Jim Crow Laws* (1876-1965), um regime extremamente demarcador de diferenças raciais. O Movimento dos Direitos Civis derrubou o *Jim Crow* (a segregação institucional) somente em 1965.



de estudantes e professores promoveu outro curso, “alternativo”, para contrapor o realizado pelo departamento da universidade. A temática do *workshop* alternativo propunha uma intersecção entre o direito e as questões raciais, com o objetivo de fundar um núcleo acadêmico de pensamento e luta contra as estruturas que marcavam e aprisionavam certas identidades (como afrodescendentes, mexicanos e asiáticos, por exemplo) em espaços de inferioridade.

Foi nesse momento que surgiu um novo campo de pesquisas, a *Critical Race Theory* – CRT (Teoria Racial Crítica), a partir das discussões de intelectuais que haviam se envolvido na luta pelos Direitos Civis e tiveram a experiência de vivenciar o período logo após o fim da segregação racial. Dessa forma, puderam questionar como o Direito instrumentalizava a marcação das diferenças e servia como uma ferramenta de perpetuação do *status quo*, apesar do fim da segregação formal. Esses estudantes e pesquisadores iniciaram um processo de questionamento sobre o motivo pelo qual não estudavam na universidade qualquer assunto relacionado à raça ou ao feminismo, por exemplo, e o porquê desses temas não terem qualquer importância para o Direito. Angela Harris, professora de Direito, menciona, no prefácio da obra *Critical Race Theory: an introduction* (um dos livros clássicos da CRT), que existia somente um Direito, o Direito que era aplicado para todos, desconsiderando as individualidades relacionadas à raça, cor, gênero ou religião (Harris, 2001, p. XVIII).

Seguindo nos estudos sobre a CRT, os principais intelectuais na sua formação foram Derrick Bell, Kimberlé Crenshaw, Richard Delgado, Mari Masuda, Patricia Williams, entre outros, e suas problematizações formaram a base de uma nova literatura, diferente da tradicional literatura jurídica. Os textos questionavam o próprio Direito (enquanto Ciência Jurídica) e o seu discurso de justiça, perguntando para quem a “justiça” era direcionada e quem o Direito pretendia proteger. No ano de 1989 aconteceu a primeira conferência com os principais intelectuais da CRT, em Madison, Wisconsin. Os estudos da CRT ganharam força e se espalharam

pelo mundo. Países como a Austrália, o Canadá, a Inglaterra e a Índia incorporaram as suas teorias problematizadoras e passaram a ter grandes centros de pesquisa, expandindo as áreas de atuação para a Educação, os Estudos Culturais, a Sociologia, a Literatura Comparada, a Ciência Política, a História e a Antropologia.

Richard Delgado e Jean Stefancic (2001) mencionam que o movimento de estudos da CRT é constituído por um grupo de ativistas e estudiosos interessados em estudar e mudar as relações entre raça, racismo e poder. Os autores explicam que a CRT se movimenta a partir de alguns pressupostos importantes:

1) O racismo faz parte da estrutura da sociedade, é um mecanismo participante do jogo das relações, por isso é difícil de ser extinto. É preciso, portanto, enfrentá-lo, criando mecanismos e estratégias para superar os problemas por ele gerados. Uma questão relacionada a essa perspectiva é a interpretação formal de igualdade (ou daltônica, como chamado pela CRT): as regras que aplicam a igualdade de forma mecânica não contribuem para mudar a realidade de exclusão da comunidade negra. Por entender que todos são iguais, não há possibilidade de suporte diferenciado em função das vulnerabilidades dos indivíduos;

2) Convergência de interesses, ou seja, o sistema racial serve para sustentar importantes objetivos psíquicos e materiais de parte da população. Assim, as elites brancas, por exemplo, não têm interesse em erradicar o racismo da sociedade. Nesse sentido, em alguns breves momentos ocorre a convergência de interesse das elites poderosas e das minorias cujas demandas solicitam a sua inclusão: são nessas situações, em que os interesses convergem, que as políticas públicas inclusivas são efetivadas (seja por parte de decisões judiciais ou da publicação de leis);

3) O terceiro pressuposto da CRT é que o conceito de raça é pensado em termos sociais, ou seja, se constitui numa “categoria” “criada” em determinado momento, manipulada e que será excluída quando for conveniente para a sociedade (Delgado; Stefancic, 2001).

O princípio de convergência de interesses, desenvolvido e utilizado pelos teóricos da CRT, é explicado com o auxílio do famoso caso *Brown v. Board of Education* (decisão da Suprema Corte, em 1954), que derrubou a interpretação do princípio da igualdade: “separados, mas iguais”. A partir dessa decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, os negros tiveram acesso às escolas, ficando proibida a segregação racial em escolas públicas.

Derrick Bell (um dos fundadores da CRT) escreveu um artigo que marcou a discussão desse famoso caso jurisprudencial – em que propõe uma interseção entre o Direito e a Educação – e que foi referência na luta pelos direitos dos negros nos Estados Unidos –, questionando o porquê da decisão ter sido tomada naquele momento e quais foram os benefícios da integração de pessoas negras nas escolas frequentadas tradicionalmente por brancos (Delgado; Stefancic, 2001).

Derrick Bell expõe os resultados das políticas norte-americanas pelo fim da segregação nas escolas e menciona que os efeitos beneficiaram mais os interesses das elites do que contribuíram para a vida da população negra. As suas pesquisas referem que foram criados fundos de investimento para as escolas das elites como incentivo à educação, pois tiveram grande visibilidade e notoriedade (Bell, 1990). Menciona, ainda, que foi conveniente para os Estados Unidos, em função da Guerra Fria, aparecer para o mundo como um país preocupado com as minorias, já que na disputa com o comunismo – cuja atuação se dava a partir do investimento no “Terceiro Mundo”, com populações de negros e asiáticos – não era interessante a manutenção de histórias de linchamentos, assassinatos e casos de racismo e segregação (Delgado; Stefancic, 2001).

Outro fato interessante apontado pelos autores da CRT foi o ano da decisão da Suprema Corte Norte-Americana, 1954, ou seja, a Guerra da Coreia havia terminado e o fim da Segunda Guerra Mundial era recente. Muitos afro-americanos haviam lutado nessas duas guerras e, pela primeira vez, haviam experimentado uma cooperação que transpunha as barreiras de cor, haviam lutado e

recebido medalhas de honra, assim, não poderiam retornar para o seu país e sofrer situações terríveis de racismo (Delgado; Stefancic, 2001).

De acordo com Viviane Weschenfelder (2018), a medida foi utilizada para responder às reivindicações dos movimentos que atuavam pelo fim da segregação, mas, sobretudo, para amortecer as insatisfações e dar visibilidade internacional para o país. Os efeitos para a comunidade afro-americana são questionados: os negros tiveram acesso às escolas, mas estavam livres de sofrer racismo? Milhares de professoras negras perderam os seus empregos, enquanto mais professoras e colaboradores brancos foram contratados (Weschenfelder, 2018).

#### **4. Centro de Estudos Críticos da Branquitude (*Critical Whiteness Studies*)**

Outra área que emergiu como uma especialidade dos Estudos Raciais Críticos é a *Critical Whiteness Studies*, ou seja, os estudos críticos da branquitude. Esse campo teórico se dedica ao estudo da “raça” branca, ou seja, da maneira como a concepção de brancura se constituiu sociologicamente como um símbolo de poder. Richard Delgado e Jean Stefancic (2001) mencionam que, por muitos séculos, as Ciências Sociais direcionaram os seus estudos para as comunidades negras, pesquisando as suas histórias, as suas culturas e as suas perspectivas para o futuro, e agora os novos pesquisadores optaram por estudar a “whiteness”<sup>3</sup> e examinar a construção da “raça” branca e as suas implicações sociais. Eles referem que a “raça” não tem um significado biológico, obviamente, porém, foi utilizada para nomear os povos não europeus, servindo de justificativa para retirar deles a sua humanidade (Delgado; Stefancic, 2001).

Nessa abordagem de pesquisa, o discurso racial precisa ser debatido, pois ele existe no campo social e promove efeitos

---

<sup>3</sup> A palavra inglesa “whiteness” pode ser traduzida para o português como brancura, branquidade ou, ainda, branquitude.

devastadores na vida das pessoas. Com efeito, a configuração do branco como a norma passa pela tentativa de reduzir a complexidade da vida, pelo “anseio por um mundo sem surpresas, sem cortinas, sem formas complexas” (Mbembe, 2018, p. 200). Em função da redução do “outro”, não branco, à figura da raça, é possível restringir a sua vida a uma palavra – negro – e, assim, aprisionar a sua existência (que, aliás, não segue o padrão ético-moral da Europa) ao mero uso, a uma condição inferior de cidadania.

É esse o raciocínio que se estabelece na criação da imagem da brancura aliada à inocência e à pureza e a ligação da cor preta com o macabro e o perigoso (na literatura, por exemplo) (Delgado; Stefancic, 2001). Esse mecanismo de configuração do imaginário coletivo se constitui como uma estratégia poderosa para a manutenção do branco como próspero e atuante e se materializa no discurso da supremacia branca (Delgado; Stefancic, 2001).

A partir dessa construção normativa, os “outros” grupos de pessoas, como indianos, latinos, asiáticos e africanos, por exemplo, são chamados nos Estados Unidos de não brancos (Delgado; Stefancic, 2001), isto é, o “privilégio” de ser chamado de branco se viabiliza como um troféu para aqueles que se enquadram em parâmetros estabelecidos pela sociedade “branca” ocidental. Nessa lógica, uma questão relevante apontada pelos autores da CRT é que o privilégio de pertencer à “raça” branca não é permanente, pois ele flui conforme os grupos se movimentam nas prerrogativas adquiridas pelas relações de poder. Alguns exemplos que os autores utilizam são os irlandeses, os italianos e os judeus, que eram considerados não brancos e, com o passar dos anos, adquiriram as prerrogativas e a posição social necessárias para serem vistos e considerados brancos (Delgado; Stefancic, 2001).

Nesse sentido, vale ressaltar a reflexão feita por Ladson-Billings (*apud* Gandin; Diniz-Pereira; Hypolito, 2002). Ela chama a atenção para o caso O. J. Simpson e diz que esse é um dos exemplos “mais explícitos do quão mutável é o significado de raça” (Ladson-Billings *apud* Gandin; Diniz-Pereira; Hypolito, 2002, p. 280).

Segundo a autora, o maior crime que Simpson cometeu não foi o homicídio de duas pessoas, foi ter traído a “brancura” que lhe havia sido concedida: “ele tinha ascendido econômica, social e politicamente no espaço dos brancos e eles o tinham aceitado” (Delgado; Stefancic, 2001, p. 280). Dessa forma, os brancos se sentiram traídos com o duplo homicídio que Simpson supostamente cometeu. Ladson-Billings (*apud* Gandin; Diniz-Pereira; Hypolito, 2002, p. 280) explica:

Há algo que mostra com muita clareza este sentimento: no segundo processo sofrido por Simpson – o processo civil no qual se determinaria o quanto ele teria que pagar em danos –, ele foi condenado a pagar uma quantia astronômica de dinheiro. Entretanto, foram até a sua casa para confiscar duas coisas: o troféu Heisman (aquele troféu dado a jogadores de futebol americano que mesmo se for derretido não tem qualquer valor monetário) e os seus tacos de golfe. Isso não tem nada a ver com a condenação multimilionária. O verdadeiro significado deste gesto é a expropriação desses símbolos da branquidade que lhe haviam sido concedidos.

Com efeito, a brancura é percebida como uma característica que representa uma positividade em termos de poder e privilégios na sociedade. Ao problematizar a brancura (material e simbólica), os intelectuais da CRT percebem que o fato de ser branco dá aos sujeitos benefícios e vantagens sem, com isso, marcar o indivíduo, ou seja, o sujeito é privilegiado, no entanto, esse privilégio não é claramente nomeado – o que é extremamente conveniente. A brancura está ligada à invisibilidade – é fácil de se locomover, transitar e ter vantagens –, enquanto o outro, “não branco”, carrega o peso de ser sempre nomeado e visibilizado. Então, a branquitude (como campo teórico) percebe a estrutura social na qual o branco é o centro irradiador de poder e propõe os estudos sobre a identidade branca, com a intenção de problematizar as categorias raciais estabelecidas e propor novas interpretações sobre os estudos raciais.

Uma discussão fundamental que se estabelece a partir das concepções da *whiteness* é a forma como o padrão normativo se constituiu a partir do homem branco europeu. O Iluminismo e a razão iluminista são o norte central da cultura e da racionalidade

ocidental, ou seja, estabeleceram os parâmetros para a construção do humanismo euro-americano e para a universalização das categorias morais e éticas produzidas nesse período.

O princípio da igualdade formal, fundamento da razão iluminista e fruto da Revolução Francesa (outro referencial ocidental), constitui-se como uma ferramenta de manutenção e perpetuação da população branca nos espaços de poder. Afinal, se todos são percebidos com a mesma igualdade, não é possível amparar, em determinados momentos, a população vulnerável, para que consiga ter acesso a bens e propriedades que lhes foram por anos negados, como é o caso das políticas de ações afirmativas.

O princípio da meritocracia, ligado ao liberalismo e às concepções iluministas dos séculos XVII e XVIII, defende a liberdade individual, a hierarquia social definida a partir do mérito dos indivíduos. Trata-se de uma técnica discursiva de manutenção da elite no poder, cuja história se estabeleceu a partir de privilégios estruturados no monopólio do saber e dos conhecimentos científicos. Em contraposição a isso, a luta dos negros nos Estados Unidos, os movimentos pela conquista dos Direitos Civis e a atuação de intelectuais negros permitiram que as bases da sociedade branca norte-americana fossem abaladas. Assim, foi criada uma atmosfera frutífera para a emergência dos discursos relacionados à Teoria Racial Crítica e às problematizações da branquitude.

Diante da perspectiva teórica aqui apresentada, entendo os pressupostos da CRT e da branquitude como uma “lente analítica”, que permite a análise dos discursos raciais com outros olhos, a partir de outras possibilidades, sobretudo em relação à sua constituição discursiva. Inclusive, seguindo nesse raciocínio, entendo a abertura das Ciências Humanas no Ocidente, recepcionando autores africanos, criando novos deslocamentos discursivos e novas constituições do saber – como é o caso da

emergência dos estudos pós-coloniais<sup>4</sup> – como resultado das pesquisas da CRT.

## 5. A emergência do discurso da branquitude no Brasil

Com a influência da CRT e dos *Critical Whiteness Studies* (Estudos Críticos da Branquitude), a partir dos anos 2000 emerge no Brasil um novo campo teórico amparado nos deslocamentos discursivos propostos nos Estados Unidos. A abertura da academia para esse novo campo teórico se deu em função de uma necessidade de oxigenação dos estudos raciais e da possibilidade de renovação das pesquisas sobre a constituição do racismo no Brasil, cujos objetos de estudo eram, sobretudo, a comunidade negra.

Na Universidade de São Paulo (USP), entre os anos 1992 e 1996, uma pesquisa cujo título era *A força psicológica do branqueamento: um estudo sobre a negritude em São Paulo*, do Instituto de Psicologia, coordenada pela pesquisadora Iray Carone, iniciou os primeiros movimentos para pensar a branquitude no Brasil. Segundo ela, o branqueamento é percebido também como uma pressão cultural, exercida pela hegemonia branca: “para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma

---

<sup>4</sup> O termo “estudos pós-coloniais” é utilizado nas Ciências Sociais para as pesquisas realizadas após o período de colonização da África e da Ásia (após 1950) e têm um vínculo com os estudos culturais, como explica José Rivair Macedo (2016). Os primeiros autores que se destacam nos estudos pós-coloniais são Homi Bhabha, Paul Gilroy e Stuart Hall. Atualmente, ganha destaque o camaronês, Achille Mbembe. “Ao longo dos séculos XIX-XX, durante os períodos da colonização europeia, descolonização e reorganização das sociedades africanas, os intelectuais nascidos na África apropriaram-se de um vasto conjunto de referenciais teóricos, conceituais e metodológicos, empregando-os para expressar a posição dos seus coetâneos em relação ao mundo. Paralelamente aos saberes orais, tradicionais, e à experiência vivida que orientavam as formas de organização sociocultural dos povos anteriores ao período de domínio europeu, ganhou corpo um novo tipo de saberes eruditos, fundados em pressupostos acadêmicos, científicos, que deu sustentação ao que se tem denominado de pensamento social africano” (Macedo, 2016, p. 281).



espécie de condição para se ‘integrar’ (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social” (Carone; Bento, 2014, p. 14).

A pesquisadora Edith Piza também se destaca no cenário nacional com os estudos sobre a branquitude. No ano de 1998, Piza publica um livro com a sua tese de doutorado, sobre personagens femininas negras escritas por mulheres brancas. Sua análise percebe que o imaginário das escritoras brancas construía personagens negras marcadas pela questão racial, enquanto as personagens femininas brancas não traziam qualquer referência à sua cor, pois as escritoras brancas não se percebiam racializadas, enquanto viam as personagens negras extremamente carregadas de estereótipos (Piza, 2014, p. 1). Em 2000 e em 2002, Piza publica dois artigos importantes: “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu” e “Porta de vidro: entrada para a branquitude”. Nesses artigos, a autora menciona a invisibilidade da identidade branca, pois, segundo ela, o atributo da brancura não é socialmente marcado. Acrescento, ainda, o texto “Adolescência e racismo: uma breve reflexão”, resultado do Simpósio Internacional do Adolescente (2005), no qual a autora sugeriu o termo “branquitude” como uma identidade branca negativa ou uma negação da identidade branca como supremacia.

Também se destaca, como precursora nos estudos da branquitude no Brasil, a pesquisadora Maria Aparecida Silva Bento, participante do grupo de pesquisas da USP, com foco na branquitude, coordenado por Carone desde 1994. Em 2002, Bento publica a tese *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, cujo objetivo se configurava na compreensão da reprodução das desigualdades raciais no mercado de trabalho a partir de relatos de gestores de Recursos Humanos de dois municípios do Estado de São Paulo. Ao analisar a fala dos gestores, a pesquisadora percebe um pacto “narcísico” entre brancos, relacionado à tomada de decisão que beneficia outros brancos. Esse pacto se configura nas alianças que aparecem nas organizações, bem como no silêncio, na negação e na falta de interesse em tratar problemas de racismo em prol da

manutenção de privilégios da racialidade branca (chamada por ela de branquitude).

No ano de 2002 também ocorre a publicação da primeira edição do livro *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, organizado por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento, constituindo uma importante referência sobre os estudos da branquitude. Lourenço Cardoso publicou o artigo “Retrato do branco racista e antirracista” (2010), no qual chama a atenção para o fato de poucos pesquisadores no Brasil fazerem da branquitude um problema analítico de pesquisa. No ano de 2001, César Rossatto e Verônica Gesser escrevem sobre a importância do conceito no âmbito da educação, cujo papel é pedagógico, no sentido de contribuir para a superação do racismo e da hierarquia racial.

Liv Sovik, entre 2004 e 2005, escreveu “Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil”, “We are family: whiteness in the brazilian media”, e “Por que tenho razão: branquitude, estudos culturais e a vontade da verdade acadêmica”. Nesses textos, a pesquisadora apresenta a mídia como criadora de estereótipos favoráveis ao branco e pejorativos aos negros. Faz, ainda, uma reflexão sobre a importância da discussão acadêmica sobre a branquitude no Brasil, apontando para o fato dessa nova temática redimensionar os estudos sobre as relações raciais.

Por último, Lourenço Cardoso menciona a dissertação de mestrado de Lúcio Otávio, *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude de indivíduos brancos*, na qual analisa a representação social de pessoas brancas. O pesquisador entrevistou oito alunos que se autodefiniram como brancos do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia e concluiu que esses entrevistados não se percebiam com uma identidade branca ou não se identificavam com uma identidade étnico-racial branca. Outra questão importante é que os entrevistados não se viam como pessoas privilegiadas.

Com o objetivo de analisar a emergência da branquitude como tema de estudo no Brasil, pesquisei, no *site* da Fundação Capes

(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no Catálogo de Teses e Dissertações, os termos “branquitude” e “branquidade”. Fiz a busca por teses e não fiz restrição por área de conhecimento, área de avaliação, área de concentração ou ano. Encontrei como resultado 37 teses, com datas de publicação a partir de 2000. Fiz a leitura dos resumos dessas 37 teses e excluí aquelas cujos temas não estavam relacionados à branquitude e/ou branquidade. Como resultado dessa avaliação manual, encontrei 31 teses, desde 2000, sobre a temática (a branquitude ou a branquidade não são necessariamente o tema central das pesquisas, no entanto, em algumas dessas teses são utilizadas como referencial teórico). A pesquisa evidencia o surgimento dessa nova abordagem teórica que se materializa a partir dos anos 2000, além de mostrar que o centro irradiador das pesquisas sobre branquitude no Brasil é a USP. Os dados da pesquisa estão descritos no Quadro 1.

**Quadro 1** – Teses sobre branquitude/branquidade no Brasil entre 2000 e 2019

| <b>Autor</b>                    | <b>Título</b>   | <b>Ano / Local</b>   |
|---------------------------------|---|--|
| Elizabeth Larkin Nascimento     | <i>O sortilégio da cor: identidade afrodescendente no Brasil</i>  | 2000<br>Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, USP |
| Maria Aparecida Silva Bento     | <i>Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público</i>   | 2002<br>Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, USP |
| Marina Pereira de Almeida Mello | <i>Não somos africanos... somos brasileiros...: povo negro, imigrantismo e identidade paulistana nos discursos da imprensa negra e da imprensa dos imigrantes (1900-1924) - dissensões e interações</i> | 2005<br>Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social), USP           |

| <b>Autor</b>                           | <b>Título</b>   | <b>Ano / Local</b>   |
|--|---|--|
| Claudia Miranda                        | <i>Narrativas subalternas e políticas de branquitude: o deslocamento de afrodescendentes como processo subversivo e as estratégias de negociação na academia</i>                                | 2006<br>Doutorado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro      |
| Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher | <i>O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999</i>   | 2006<br>Doutorado em Educação, UFRGS   |
| Luciene Cecília Barbosa                | <i>As representações das relações raciais na telenovela brasileira - Brasil e Angola: caminhos que se cruzam pelas narrativas da ficção</i>   | 2008<br>Doutorado em Ciências da Comunicação, USP                            |
| Adevanir Aparecida Pinheiro            | <i>Identidade étnico-racial e universidade: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes em três instituições de ensino superior no sul do país</i> | 2011<br>Doutorado em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos |
| Lia Vainer Schucman                    | <i>Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana</i>   | 2012<br>Doutorado em Psicologia Social, USP                                  |
| Ana Helena Ithamar Passos              | <i>Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013</i>  | 2013<br>Doutorado em Serviço Social, PUC/RJ                                  |
| Luis Felipe Kojima Hirano              | <i>Uma interpretação do cinema brasileiro através de Grande Otelo: raça, corpo e gênero em sua performance cinematográfica (1917-1993)</i>  | 2013<br>Doutorado em Ciência Social, USP                                     |
| Ana Amélia de Paula Laborne            | <i>Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil</i>  | 2014<br>Doutorado em Educação, UFMG  |
| Daniela Novelli                        | <i>A branquitude em Vogue (Paris e Brasil): imagens da violência simbólica no século XXI</i>  | 2014<br>Doutorado Interdisciplinar em  |

| <b>Autor</b>                  | <b>Título</b>  | <b>Ano / Local</b>   |
|-------------------------------|--|--|
|                               |  | Ciências Humanas, UFSC   |
| Lourenço da Conceição Cardoso | <i>O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil</i>   | 2014<br>Doutorado em Ciências Sociais, da Universidade Paulista<br>Júlio de Mesquita |
| Maria Letícia Puglisi Munhoz  | <i>Direitos humanos e relações raciais: uma contribuição da teoria da branquitude para a análise da jurisprudência brasileira sobre a conduta da discriminação racial prevista na legislação</i> | 2015<br>Doutorado em Direito, USP  |
| Mauro Torres Siqueira         | <i>Pensamentos, sentimentos e preconceitos entre jovens da periferia de São Paulo: um estudo a partir da teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento</i>                                      | 2015<br>Doutorado em Educação, USP   |
| Deivison Mendes Faustino      | <i>Por que Fanon, por que agora?: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil</i>   | 2015<br>Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos                  |
| Edilene Machado Pereira       | <i>A vivência de mulheres em cargos executivos em grandes empresas: uma análise interseccional das desigualdades de gênero e de raça</i>   | 2015<br>Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista                |
| Priscila Elisabete da Silva   | <i>Um projeto civilizatório e regenerador: reflexões sobre "raça" no projeto da Universidade de São Paulo (1900 -1940)</i>   | 2016<br>Doutorado em Educação, USP   |
| Gabriela Balaguer             | <i>Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros</i>  | 2017<br>Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, USP             |

| <b>Autor</b>                          | <b>Título</b>   | <b>Ano / Local</b>  |
|---------------------------------------|---|---|
| Tiago Vinícius<br>André dos<br>Santos | <i>Desigualdade racial midiática: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado</i>   | 2017<br>Doutorado em<br>Direito, USP  |
| Eduardo<br>Santiago<br>Pereira        | <i>O racismo estrutural como limite às políticas públicas de combate à discriminação</i>  | 2018<br>Doutorado em Direito<br>Político e Econômico,<br>Universidade<br>Presbiteriana<br>Mackenzie |
| José Bonifácio<br>Alves da Silva      | <i>Representações acerca das identidades brancas no currículo de um curso de licenciatura em História do Paraná</i>                                     | 2018<br>Doutorado em<br>Educação,<br>Universidade Católica<br>do Paraná                             |
| Rita de Cassia<br>Moser Alcaraz       | <i>Políticas de leitura para a infância no município de Curitiba: o livro como direito à promoção da igualdade racial</i>                               | 2018<br>Universidade Federal<br>do Paraná   |
| Mônica<br>Romitelli de<br>Queiroz     | <i>Invisível, implícito e dissonante: percepções docentes da experiência de relações raciais à luz de políticas afirmativas em um curso de medicina</i> | 2018 / Doutorado em<br>Educação, PUC/RJ   |
| Vanessa Ortiz<br>Piedrahita           | <i>La construcción identitaria de la blanquitud: sentidos y experiencias de jóvenes universitarios de clase media de Brasilia y Medellín</i>            | 2018<br>Doutorado em<br>Estudos Comparados<br>sobre as Américas,<br>Universidade de<br>Brasília     |
| Stella Zagatto<br>Paterniani          | <i>São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia</i>  | 2019<br>Doutorado em<br>Antropologia, na<br>Universidade de<br>Brasília                             |
| Benno Victor<br>Warken Alves          | <i>Brasileiro, branco: a fronteira da branquidade no Paraná</i>   | 2019<br>Doutorado em<br>Sociologia, USP   |

| <b>Autor</b>                 | <b>Título</b>   | <b>Ano / Local</b>   |
|------------------------------|---|--|
| Lais Biasoli Moler           | <i>"Quando os olhos não veem", mas o coração sangra: um estudo sobre as relações raciais pelos afetos e arte na arena do slam</i> | 2019<br>Doutorado em Psicologia Social, PUC/SP                 |
| Edmilson dos Santos Ferreira | <i>Infância e microações afirmativas em contextos significativos</i>  | 2019<br>Doutorado em Educação, UFRJ                            |
| Márcio Antonio Tralci Filho  | <i>"Atleta negro, psicólogo branco": racionalização e esporte na visão de profissionais de psicologia</i>                         | 2019<br>Doutorado em Psicologia Social, USP                    |
| Ilka Cristina Diniz Pereira  | <i>Pelas mãos de mãe Nilza: mulheres negras e religião em Codó-MA</i>   | 2019<br>Doutorado em Educação, Universidade Federal Fluminense |

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Vale mencionar que no ano de 2004 foi publicado no Brasil o livro *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*, organizado pela autora inglesa Vron Ware<sup>5</sup>. O livro traz artigos de autores da Austrália, África do Sul, Europa e Estados Unidos sobre temas relacionados à construção racial da branquidade e sobre o significado de ser branco na contemporaneidade. Outra discussão que aparece no livro é a forma como a sociedade se posiciona frente às políticas antirracistas, como, por exemplo, a reação da sociedade civil, no Brasil, após a implementação da política de cotas, em que aparecem diferentes sentimentos, como medo e insegurança com a ameaça à manutenção de privilégios (Ware, 2004). É interessante que nesse livro o termo *"whiteness"* foi traduzido como "branquidade". Entretanto, a palavra "branquitude" prevaleceu nas pesquisas brasileiras, tanto para identificar a "brancura" como um atributo relacionado à constituição da "raça" branca (como um

---

<sup>5</sup> A propósito, a acadêmica Vron Ware é casada com o autor Paul Gilroy. Considero importante esta informação em função da proximidade intelectual dos dois e para que seja melhor entendido o lugar discursivo de ambos os autores.

suporte para as relações de poder) quanto para fazer referência ao campo de estudos que se ocupa dos estudos da identidade branca.

De forma pioneira, o pesquisador Guerreiro Ramos já havia se debruçado sobre questões relacionadas à identidade branca em 1954. Foi o primeiro autor a propor pesquisas sobre a identidade branca, no ensaio *Patologia social do branco brasileiro*, com a utilização do termo “brancura”, que remete à concepção de branquidade e também à “brancura” da pele (Cardoso, 2010, p. 49). Camila Moreira de Jesus refere que, para Guerreiro Ramos, havia um abuso da utilização do negro como tema de pesquisa, ou seja, “o negro passava a ser o centro das abordagens apenas para ressaltar a brancura de seus pesquisadores” (Jesus, 2017, p. 72). No mesmo sentido, a pesquisadora Paulina Alberto (2017) menciona a luta de Guerreiro Ramos para que autores negros tivessem visibilidade e poder na academia brasileira.

A Sociologia se apresentava como uma ciência “branca”, com um fascínio dos cientistas pelas relações raciais, no entanto, o racismo não era interrogado e apontado com um obstáculo para o desenvolvimento social do Brasil (Alberto, 2017). Guerreiro Ramos (1954, p. 181) declara, neste sentido: “ao tomar o negro como tema, elementos da camada branca minoritária se tornam mais brancos, aproximando-se do seu arquétipo estético – que é europeu”. O autor explica que para a manutenção da elite branca como centro da sociedade brasileira, a minoria de origem europeia recorria à construção de estereótipos ou a “processos de domesticação psicológica”, a partir da orientação discursiva de “excelência da brancura” (Ramos, 1954, p. 175)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Vale citar aqui um trecho do artigo “Ciência Social e ideologia racial: esclarecendo intencionais obscuridades”, de Costa Pinto, publicado em *O Jornal* (1954), respondendo às colocações de Guerreiro Ramos sobre o uso dos negros como objetos de pesquisa: “Duvido que haja biologista que, depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório” (Pinto, 1954, p. 2).



Atualmente, Lourenço Cardoso (2010, p. 50) conceitua a branquitude como “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para a construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo”. Uma nova possibilidade de pesquisa se abriu, segundo Sovik (2004, p. 384), não para “traçar o perfil de um grupo populacional até então ignorado”, mas para “entender como, há tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem”. O fato é que essa perspectiva teórica, como explica Priscila Elisabete da Silva (2017), impõe uma revisita de conceitos estruturantes para a sociedade brasileira, como é o caso da mestiçagem e da democracia racial, com um olhar a partir da branquitude.

O racismo segue sendo o foco, porém, nos estudos da branquitude a análise é feita a partir da constatação de que existe uma identidade branca e de que ela se beneficia com a produção discursiva sobre o racismo, ao ficar oculta. A problematização ocorre, nesse sentido, considerando as vantagens da identidade branca e a forma como os privilégios funcionam para a manutenção de um espaço social marcado pela diferença do outro, já que o padrão normativo é o do branco. Recorro novamente à Priscila Elisabete da Silva, para quem a branquitude é a norma, é neutra: “tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios” (Silva, 2017, p. 28). Nesse sentido, a branquitude assume uma postura considerada “neutra” e “normal”, a partir de um lugar de poder.

## **6. Reflexões finais**

Os estudos sobre a branquitude surgem a partir de um contexto de problematizações relacionadas ao fenômeno do racismo, às teorias raciais e à constituição normativa da brancura.

Nesse sentido, desenvolveram-se os *Critical Whiteness Studies* (estudos críticos da branquitude), cuja temática central sugeriu um

deslocamento nos estudos raciais: o objeto de pesquisa foi deslocado do “negro” para o “branco”. A *whiteness* (brancitude) problematiza a constituição sociológica da brancura num lugar de poder e privilégios. Nesse âmbito, o racismo pode ser considerado uma tecnologia de poder, ou seja, um dispositivo cujo mecanismo de atuação age na modulação dos desejos da população, subjetivando os sujeitos.

A construção histórica ocidental da figura do “outro” e, nesse sentido, a produção e a normalização da brancura passam pela colonização da África e das Américas. O processo de colonização moderno e o encontro do europeu com o “outro” promoveram uma série de movimentos, dentre eles a produção da categoria racial. A fábula racial (Mbembe, 2018, p. 31), a partir desse contexto, foi produzida e reproduzida como recurso político-filosófico legitimador do comércio e da escravidão dos negros através do Atlântico. Esse encontro se deu tendo em vista a relação europeia “do mesmo com o mesmo” (Mbembe, 2018, p. 11), ou seja, olhando para o outro numa constante comparação consigo.

Nessa lógica, produz-se a brancitude como categoria de identidade branca, que cria laços invisíveis e silencia as práticas decorrentes de racismo em prol de uma condição que privilegia as pessoas que se enquadram nesse perfil. Através de uma série de discursos e práticas discursivas para fundamentar a sociedade hierarquizada a partir de marcadores raciais, a população branca é privilegiada.

## Referências

- ALBERTO, Paulina L. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Unicamp, 2017.
- BELL, Derrick. Brown and the interest-convergence dilemma. In: BELL, Derrick (ed.). *Shades of Brown: new perspectives on school desegregation*. New York: Teachers College Press, 1990. p. 90-106.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Biblioteca Digital da USP – Catálogo USP, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514>. Acesso em: 2 dez. 2019.

*Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARDOSO, Lourenço. Branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. *Instrumento*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 81-93, jan./jun. 2011.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. *Critical Race Theory: an introduction*. New York: New York University Press, 2001.

GANDIN, Luís Armando; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Para além de uma educação multicultural: teoria racial crítica, pedagogia culturalmente relevante e formação docente (entrevista com a professora Gloria Ladson-Billings). *Educação & Sociedade*, XXIII, n. 79, p. 275-293, ago. 2002.

HARRIS, Angela. Foreword. In: DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. *Critical Race Theory: an introduction*. New York: New York University Press, 2001.

JESUS, Camila Moreira. Branquitude x Branquidade: uma análise conceitual do ser branco. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 3. *Anais...* UFRB, 2017. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LADSON-BILLINGS, Gloria. Just what is critical race theory and what's it doing in a nice field like education? *International Journal of Qualitative Studies in Education*, p. 47-68, 1998.

MACEDO, José Rivair. Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: considerações sobre Paulin Hountondji, V. Y. Mudimbe e Achille Mbembe. *Revista Opsi*, Catalão-GO, v. 16, n. 2, p. 280-298, jul./dez. 2016.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

p. 363-386.

PINTO, Costa. Ciência social e ideologia racial: esclarecendo intencionais obscuridades. *O Jornal*, 10 jan. 1954.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE. *Anais...* 2005.

Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100022&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100022&script=sci_arttext). Acesso em: 2 jul. 2018.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do branco brasileiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1954.

SILVA, Mozart Linhares da. População-sacer e democracia racial no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p.593-620, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922017000300593&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300593&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 abr. 2020.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron. WARE, Vron (org.). *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WESCHENFELDER, Viviane Inês. Contribuições da teoria racial crítica para pensar a educação das relações étnico-raciais. In: ANPED SUL, 12, 2018. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2018.



# EDUCAÇÃO, BRANQUITUDE E GÊNERO NA PRIMEIRA REPÚBLICA<sup>1</sup>

Rafaela Rech  
Mozart Linhares da Silva

## Introdução

O artigo tem por objetivo analisar, a partir da perspectiva da biopolítica, como a educação foi instituída como um dispositivo de constituição da branquitude no Brasil a partir do contexto do pós-abolição. Para tanto consideramos, nesse processo, dois movimentos: a atenção do Estado à educação pública e a entrada massiva das mulheres no magistério, atendendo aos princípios eugenistas que desde os anos 1910 atravessavam o debate dos intelectuais da época.

Dividimos o artigo em três seções: na primeira, problematizamos a educação eugênica como estratégia de desenvolvimento da nação no contexto pós-abolição e republicano. Na segunda, problematizamos as estratégias para a constituição de um magistério feminino e branco no Brasil, e na terceira seção analisamos o espaço escolar como um ambiente que colabora para a construção da branquitude no país no início do século XX.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa conta com apoio da FAPERGS, através do Edital 07/2021 - Programa Pesquisador Gaúcho – PqG, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital Universal: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021.

## 1. Ressonâncias eugênicas na educação brasileira nas primeiras décadas do século XX

No contexto imediato à abolição da escravidão no Brasil assistimos a emergência da questão racial como problema biopolítico, tratada no campo antropológico e biológico conforme os cânones da ciência que, naquele contexto, tomava para si a responsabilidade de intervir no corpo-espécie da população nacional. No viés da biopolítica, a vida biológica da população é considerada estratégica nos cálculos políticos do Estado, de modo a tratar essa população a partir de processos de normalização da vida, que visem sua melhoria, governo e controle. Para além de conhecer e mensurar questões relacionadas à saúde, higiene, alimentação, sexualidade, natalidade, mortalidade, fecundidade, epidemias, entre outros, a biopolítica tomará a raça como central na sua intenção de intervir e constituir o corpo-espécie da população. Desde o século XIX, período de constituição do Estado-nação moderno, a raça é concebida como estratégica na construção das chamadas “identidades nacionais”. Não é exagero afirmar que a raça, ao lado da história, da cultura, da língua e dos mitos fundadores, ofereceu à narrativa nacional sua naturalização. O racismo é inerente à própria construção do Estado-nação, portanto. Como afirma Michel Foucault (2002, p. 304),

Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo.

A população, nesse sentido, passa a ser considerada a partir da sua constituição biológica e o Estado, para geri-la, passa a lançar mão de novos regimes de verdade sobre a vida e sobre a raça. Na perspectiva biopolítica, a ideia de raça, alicerçada no estatuto da ciência, oferece ao Estado um *corpus* teórico fundamental para as políticas de intervenção no corpo social, como é o caso da eugenia (Black, 2003), que visava a melhoria e o aprimoramento da raça

nacional, numa clara intenção de direcionar a nação para determinado biotipo. A eugenia, a ciência criada por Francis Galton (1822-1911), visava a melhoria da vida daqueles que, evidentemente, tinham uma vida qualificada e merecedora de ser vivida. Isso significava, segundo Foucault (2002, p. 305) que,

Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar.

No contexto do Brasil pós-abolição, ideias como as do positivismo, do darwinismo social, do evolucionismo e do movimento eugenista passaram a ser traduzidas, servindo de esteio para responder as questões históricas atinentes à formação da população nacional, nomeadamente a questão racial e o dilema da miscigenação. Por ter boa parte da população negra e miscigenada, intelectuais apontavam que essa população representava o atraso e a degeneração nacional. Para resolver o problema, a eugenia, que ganhava adeptos entre intelectuais, cientistas e planejadores sociais, passou a ser vista como uma possibilidade para a “cura” e regeneração nacional.

É importante assinalar que, mesmo o Brasil não lançando mão de uma legislação claramente eugenista, o movimento foi influente e passou a fazer parte das políticas públicas do país (Silva, 2013; Koifman, 2012; Stepan, 2005). As estratégias eugênicas passavam pelo branqueamento da população, seja pelo cruzamento racial, controle de imigração ou regulação de casamentos. Intelectuais afirmavam que através da intervenção no processo de seleção natural haveria a diminuição da população negra e indígena, ao mesmo tempo em que a imigração, majoritariamente branca, e o cruzamento entre mulatos e brancos levariam ao branqueamento da população em cem anos, conforme prognosticava João Batista de Lacerda (1846-1915), diretor do Museu Nacional, na ocasião em que representou o Brasil no Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911. Tratava-se de um diagnóstico da



miscigenação que ia de encontro às ideias clássicas da eugenia e do racismo científico, que concebiam as misturas raciais como degenerativas da população.

De acordo com Stepan (2005, p. 167),

[...] o mito do branqueamento repousava claramente em uma idealização da branquitude; ele representava a racionalização de um desejo de uma elite que controlava uma sociedade multirracial dominada pelo racismo – uma ânsia por um sentimento real de brasilidade em um país dividido por raça e classe.

Lacerda tinha como preocupação a representação de uma imagem positiva do Brasil na Europa, e afirmou que o processo de branqueamento no país se daria por três motivos: em primeiro lugar, a seleção sexual por parte dos mulatos, buscando parceiros brancos para voltar à origem racial; em segundo, a crescente entrada de imigrantes no país; e, por fim, os problemas sociais e abandono que os negros sofreram desde o fim da escravidão, em 1888 (Souza; Santos, 2012).

No início do século XX, nessa direção, se constrói pelas narrativas de determinados grupos de intelectuais uma visão otimista do Brasil, a partir do ideal de branqueamento da população, ideal que foi gradativamente se tornando dominante junto às elites da época, segundo Thomas Skidmore (2012).

A implementação de políticas públicas que incentivaram a imigração europeia para o embranquecimento da população surgiu ao mesmo tempo em que novas políticas visavam a construção de um ideal de branquitude que conduzisse os comportamentos e a própria organização social, contornando as práticas culturais africanas e indígenas (D'Ávila, 2006, p. 56).

Nos moldes brasileiros, a eugenia, enquanto desdobramento das estratégias biopolíticas de intervenção no corpo-espécie da população, tornou educação e saúde cada vez mais próximas, e regulou a educação como um espaço para a divulgação de conhecimentos científicos e constituição do cidadão nacional (Silva, 2023). As relações entre educação e saúde foram legitimadas a

partir da criação do Ministério de Educação e Saúde, em 1931. O movimento da educação pública afirmava que o progresso dos brasileiros viria por meio da construção de escolas e da difusão dos conhecimentos eugênicos e higiênicos. Assim, a raça eugênizada se tornou objetivo da ciência da época, e possibilitou a construção do consenso de que a degeneração era adquirida e poderia ser mitigada.

Como afirma D'Ávila (2006, p. 60), “médicos e educadores (a maioria com especialização em ciências sociais) trabalharam juntos para aplicar teorias eugênicas ao complexo de problemas que chamavam de degeneração”. Assim, a eugenia recebia simpatizantes intelectuais das mais diversas áreas, em especial da educação, e poderia intervir diretamente na regeneração do corpo-espécie da população brasileira.

Para Gadelha (2013, p. 178),

Na medida em que a escola se viu investida como principal agência de socialização, depois da família, e que, nessa condição, ela passou a influir decisivamente no funcionamento desta última e; na medida em que ela acolheu esses saberes exteriores, tomando o que eles produziram por referência modelar para a organização e racionalização do trabalho pedagógico-formativo (no tempo e no espaço), operando cotidianamente com uma série de ações (adestramento do corpo, vigilância hierárquica, sanção normalizadora, exame, etc.) sobre ações possíveis de um sem número de indivíduos, a escola talvez constitua um dos lugares mais exemplares e um veículo, por excelência, de normalização disciplinar.

Nas primeiras décadas do século XX, em especial nos anos 1920-30, a escola foi chamada como elemento essencial para a viabilização de iniciativas, programas e campanhas a nível nacional. Iniciativa que implicou no controle dos currículos e atividades de todas as escolas do país, independentemente da localização. Como cita D'Araújo (2000, p. 37-38), “a escola nacionalizada e monitorada pelo governo seria a porta de entrada para a nacionalidade”.

Essa escola também contribuiu para a manutenção de determinados privilégios de um grupo social em detrimento de

outro. Como exemplo, estão as diversas tentativas de escolas criadas por e para negros, entre o final do século XIX e início do século XX, no Maranhão, São Paulo e Rio Grande do Sul. O Estado se encarregou de dificultar o acesso dos negros à escolarização e facilitar a escolarização de pessoas nomeadamente brancas.

De acordo com Theodoro (2022, p. 175):

Os esforços da comunidade negra esbarraram no descaso e muitas vezes numa atitude de explícita interdição por parte do Estado e da sociedade em geral, confrontando, inclusive, instrumentos legais que impediam a educação do negro.

Além de promover a difusão de conhecimentos eugênicos, a escola se constituiu como um mecanismo de seleção dos biologicamente mais capazes, legitimando, assim, a desigualdade racial. Desde a carta constitucional de 1824, é garantido a todos os cidadãos o direito à instrução primária (leia-se como cidadãos naquele momento pessoas livres e libertas, o que marginaliza escravos e indígenas). Mesmo com o advento da Lei do Ventre Livre, em 1871, que poderia tornar a educação acessível a todas as crianças, a lei abriu uma brecha que restringia o acesso dos filhos de escravas, pois “previa a possibilidade de que as crianças pudessem receber educação e criação a cargo dos proprietários de suas mães” (Theodoro, 2022, p. 178).

Já no período republicano, não ocorreram significativas mudanças nos primeiros momentos. A exclusão seguiu como herança do período monárquico. A Constituição de 1891 não fez referência ao direito à educação pública primária, bem como não garantiu o direito de voto aos analfabetos, excluindo boa parte da população nacional da cidadania política e promovendo uma elitização da educação.

Uma educação pensada para a elite nacional, para a formação de cidadãos nacionais, nomeadamente brancos, exclui a população negra do direito à educação, demarcando, assim, um espaço que não fora criado e disponibilizado para essa parcela da população. Na primeira Conferência Nacional de Educação, realizada em

Curitiba, no ano de 1927, o sanitarista Belisário Penna (1927, p. 29) apresentou uma tese intitulada “Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar”. Logo no início de sua apresentação, aponta que:

são impressionantes o descaso pelas leis imutáveis e inflexíveis da biologia humana, a ignorância de rudimentares preceitos de higiene e profilaxia e o desconhecimento de simples noções de eugenia e de medicina social, não apenas entre as classes incultas ou pouco cultas, que constituem mais de 8/10 da população, como entre as cultas, inclusive, na sua maioria, a incumbida da instrução primária, limitada, de regra, a superficial ensino literário.

Penna explicita a importância da preocupação com a melhoria da vida, da família e da espécie a partir da educação. Para o sanitarista, desde a educação primária deveria se difundir os conhecimentos eugênicos e higiênicos para o melhoramento da espécie, constituindo assim uma consciência eugênica e sanitária nacional. Porém, até os anos 1920, de acordo com Penna (1927, p. 30), “dos poucos brasileiros que sabem defender e melhorar a própria vida, insignificante fração preocupa-se com a defesa e melhoramento da sociedade, contando-se pelos dedos os que cogitam do aperfeiçoamento da espécie”. Assim, a melhoria da espécie e constituição da unidade nacional aconteceriam apenas quando a maioria dos indivíduos fossem capazes de defender a vida.

À educação é atribuída uma missão “biopsicossocial”, segundo Belisário Penna, missão esta que colaboraria para que os indivíduos defendessem sua vida e a vida da espécie. Para isso, a difusão dos conhecimentos da biologia humana e preceitos de higiene e eugenia tornariam os indivíduos mais eficientes em suas funções sociais, principalmente em relação à constituição de casamentos saudáveis, ao cuidado e ensino para os filhos e para os deveres patrióticos.

Nas escolas, especialmente as secundárias, a dificuldade para alunos negros se tornava mais evidente. A discriminação e a hierarquia entre os alunos eram reforçadas em um ambiente que considerava o negro como sinal de falta de aptidão, de atraso, de

maus hábitos, de feiura e de baixo desempenho escolar. Como escreve Theodoro (2022, p. 189), “a sociedade brasileira forjava, a partir dos anos 1930, as bases da convivência racial no país do século XX”.

Mesmo após as reformas educacionais dos anos 1920, implementadas pelos escolanovistas, a desigualdade educacional por raça e cor persistiu. O modelo de escola dos anos 1930 se instituiu na ambiência de tradição eugênica, cujos princípios do racismo, aderentes ao projeto de branqueamento e da branquitude, foram estruturantes. Inclusive, no próprio magistério a presença de professores negros foi praticamente nula, ou seja, assim como o acesso de alunos negros à escola era dificultado, a possibilidade de pessoas negras exercerem a profissão de professor era ainda mais difícil. Theodoro (2022, p. 191) aponta que, naquele contexto, temos “uma educação branca de professores brancos para alunos brancos, relegando os alunos negros a uma condição minoritária e uma posição subalterna”.

A própria população negra, embora uma minoria, se organizou para a criação de escolas, encabeçadas principalmente pela Frente Negra Brasileira (FNB), pois considerava que a educação era a via de inserção positiva na sociedade, uma forma de branqueamento comportamental. O governo federal não facilitava a abertura de escolas para negros. Eram realizadas interdições nas escolas particulares para essa população, o que reforçou a exclusão desses indivíduos do direito à educação.

No mesmo período em que foram criadas escolas por todo o país, em que as reformas de ensino aconteceram, em que os conhecimentos eugênicos e higiênicos passaram a fazer parte dos currículos nacionais, se viu a presença cada vez maior de mulheres em sala de aula e o afastamento de homens, leia-se mulheres brancas e de classe média, conforme analisaremos na próxima seção.

## **2. Educação e mulheres: a constituição de um espaço feminino no magistério**

A constituição de um espaço feminino no magistério nacional está imbricada no processo de constituição do espaço da mulher na sociedade brasileira na primeira metade do século XX, em especial, sua função no núcleo familiar. A família burguesa, moralizada, higiênica, com costumes regrados, se tornou o modelo a ser seguido em uma sociedade cada vez mais urbana e industrializada.

Esse novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, passou a se preocupar com o zelo e cuidado da infância, percebida como estratégica para o desenvolvimento e progresso da nação. Os cuidados higiênicos e eugênicos passaram a ser atribuições das mulheres, que deveriam estar atentas aos mínimos detalhes da vida cotidiana dos membros da família. A vigilância e o controle dos comportamentos estavam relacionados à nova política familiar, responsável pela prevenção dos comportamentos desviantes, dos vícios e das doenças.

A preocupação com a educação da mulher esteve relacionada com a sua função doméstica, não necessariamente com o intuito de preparar a mulher para a vida profissional. As possibilidades de atuação da mulher fora do lar ficaram circunscritas à subordinação masculina, possibilitando que as mulheres exercessem atividades auxiliares, de ajudante, as deixando à margem de qualquer processo decisório.

Como aponta Rago (1985, p. 65), “certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual”. Os cursos de formação superior eram praticamente fechados às mulheres. A elas eram possíveis as profissões como professora primária, enfermeira e doméstica, por exemplo.

Ao pensar a escola das primeiras décadas do contexto pós-abolição como um espaço de construção de uma sociedade estruturada no paradigma racial, é possível compreender que a

educação feminina e a formação da mulher como professora contribuíram para o racismo institucional no campo da educação. De acordo com Bento (2022, p. 78), o racismo institucional está relacionado “a práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado”. É na organização do currículo, da arquitetura, da metodologia e da formação de professores que se constrói a estrutura racista. A presença de professoras e gestores brancos, as representações e discussões nos materiais didáticos e a própria elaboração do projeto político pedagógico da escola contribuem efetivamente para a manifestação da branquitude no país.

O discurso médico-sanitarista das primeiras décadas do século XX irá colaborar para a compreensão do espaço feminino na sociedade, leia-se espaço feminino branco e de classe média. A ideia do “instinto natural” e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade contribuíram para conduzir a mulher ao espaço doméstico. Enquanto o homem se encarregava das funções públicas, à mulher coube aceitar sua missão de ser esposa-dona-de-casa-mãe-de-família e a designação de sua vocação natural para a procriação.

Interessante ressaltar um ponto sobre a amamentação nesse período. A amamentação era comumente realizada por mulheres negras, e o discurso médico começou a criticá-la, alegando que os altos índices de mortalidade infantil estavam relacionados à amamentação por mulheres negras. O leite da nutriz (como eram chamadas as mulheres negras que amamentavam os filhos de mulheres brancas) passou a ser criticado e considerado perigoso para a saúde (degeneração) da família. As mulheres negras eram tidas como pessoas de hábitos duvidosos e cheia de vícios, que adentravam no espaço privado e poderiam contaminar a intimidade da família.

De acordo com Rago (1985, p. 79), “não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da nação”. A partir da ideia de fazer progredir o país por meio da educação de

seu povo, o filho bem criado, amado e educado pela mãe representava o cidadão que seria responsável pelo futuro e progresso da nação. Gadelha (2013, p. 195), nesse sentido, afirma que, de acordo com o Ministro de Educação no governo Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, era necessária a “intervenção do Estado junto à mulher, pois é pela mão desta, dizia ele, que tanto se funda e se conserva uma família, quanto se pode destruí-la”.

Assim, a educação da mulher passou a ser idealizada a partir das suas novas e importantes funções eugênicas e higiênicas na sociedade brasileira. A sua educação e formação constituíram parte de um projeto mais amplo e complexo do Ministério de Educação e Saúde, que era a organização e proteção da família em sua estrutura tradicional, uma família eugenizada.

As legislações de educação da primeira metade do século XX, em especial nos anos 1920-30, apresentavam recomendações específicas para o tratamento diferente entre meninos e meninas. A educação feminina deveria difundir conhecimentos sobre ser esposa, mãe, dona de casa, ou ainda, professora, ou seja, “o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 125).

O magistério, na época, foi o meio pelo qual as mulheres passaram a adentrar o espaço público, mas um espaço permeado pela extensividade da família. A mulher representava, na educação, a extensão do lar, com suas funções normalizadoras, calcadas no cuidado e disciplina das condutas. As escolas primárias se tornaram uma espécie de extensão do lar, onde a mãe e professora era responsável pela educação dos futuros cidadãos brasileiros.

As mulheres brancas e de classe média formam o maior grupo de mulheres que buscaram o Ensino Normal como uma oportunidade de entrar no mundo do trabalho. Houve uma profissionalização para esse grupo de mulheres, cercada por uma orientação que aproxima a função de professora à função de mãe. Acredita-se que, por meio dos currículos, normas e objetivos dos



cursos frequentados pelas mulheres, a educação teria o poder de moldar os comportamentos desejáveis para elas.

A primeira escola de Curso Normal no Brasil foi criada em 1835. Posteriormente, já no final do século XIX, as escolas com esse tipo de formação começaram a ser ampliadas. Em 1888 e 1890, foram promulgadas duas reformas do Ensino Normal, onde os currículos escolares eram basicamente compostos por disciplinas como psicologia, educação moral e familiar, sociologia, direito da família, economia e contabilidade doméstica. Basicamente, se pode perceber que a formação de professoras era estratégica na construção de uma biopolítica do Estado, que visava o governo do corpo-espécie da população nacional.

Na Lei Orgânica do Ensino Secundário, decreto-lei 4.244/42, é dedicado capítulo específico sobre a educação secundária feminina. No texto está citado:

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. E' recomendavel que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.

A educação, portanto, seria um meio fundamental de constituição de sujeitos, no caso, feminino. Como escreve Louro (2007, p. 447), as mulheres deveriam ser “diligentes, honestas, ordeiras, asseadas” para que conseguissem controlar seus maridos e formar os novos cidadãos do país.

Ainda, é interessante ressaltar a influência da doutrina cristã, em especial o catolicismo, sobre a educação das mulheres, apesar de haver a separação entre o estado e Igreja Católica. Uma sólida

formação cristã seria a chave para o processo educativo feminino. Se idealizava que as meninas constituíssem sua moral baseada na pureza de Maria, e perseguissem sua missão maternal, o que implicava no recato e pudor, ao mesmo tempo em que buscava a perfeição moral e a ação educadora de filhos.

A arquitetura das escolas normais se transformou ao mesmo tempo em que a escola se tornou predominantemente uma escola para mulheres. A ordem, a disciplina e a vigilância foram, aos poucos, introduzidas na arquitetura da própria escola, além das fachadas, que se diferenciam das outras escolas do país. A própria fachada sugeriu que aquela escola é um espaço distinto dos demais, assim como o espaço interno foi constituído apontando valores e exemplos a serem seguidos, sugerindo destinos para as moças que frequentam o ambiente.

A representação da professora deveria estar associada a um exemplo a ser seguido por suas alunas e futuras professoras. A postura, as falas, o comportamento e as atitudes deveriam minuciosamente ser cuidados, para que as alunas se espelhassem.

Outro fator importante a ser lembrado é a respeito da sexualidade da professora. Baseada na ideia de pureza, a sexualidade da professora, aparentemente negada, ocupava o imaginário de todos. Foucault lembra que, a partir de meados do século XVIII e início do século XIX, o sexo “tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida” (2014, p. 159) e, a partir desse momento, a sexualidade será permanentemente suscitada ao longo dos anos. Por estar ao lado da vida e representar a articulação entre o corpo e a população, colabora para reforçar a espécie e seu vigor, “saúde, progeneritura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade” (Foucault, 2014, p. 160).

Se percebe uma mudança no discurso sobre esse assunto do século XIX para o século XX. Enquanto no século XIX se evitava o emprego de professoras casadas, de modo a impedir que engravidassem e os alunos acompanhassem esse momento, é possível compreender que a própria gravidez era cercada por uma

certa censura. Também na época, o discurso trazia a incompatibilidade do casamento com o exercício da profissão do magistério. De acordo com Louro (2007, p. 468), “a condição de casada poderia resultar numa fonte de indagação das crianças e jovens sobre a vida afetiva e sexual da professora”, bem como se apresentava a impossibilidade de dividir a dedicação ao lar e aos filhos e a possibilidade de uma eventual autonomia financeira.

Muito provavelmente mulheres que tomassem iniciativas que contrariassem as normas, que tivessem um nível de instrução mais elevado ou que ganhassem seu próprio sustento eram percebidas como desviantes, como uma ameaça aos arranjos sociais e à hierarquia dos gêneros de sua época. Vale lembrar ainda que, por muito tempo, a ignorância foi considerada como um indicador de pureza, o que colocava as mulheres não-ignorantes como não puras (Louro, 2007, p. 469).

Já no século XX, o discurso sobre a sexualidade das professoras vai ser alterado, a professora passou a ser vista como objeto de desejo amoroso, mesmo que ainda pura e com a afirmação de seu papel regenerador da sociedade, em especial, dos homens. As normalistas, como eram chamadas no início do século, subjetivadas pelos novos pressupostos pedagógicos, assumem, por sua vez, uma representação menos rígida, onde deveriam ser mais sorridentes e menos severas. Louro (2007, p. 471) cita que “as normalistas nem sempre seriam professoras, mas o curso era, de qualquer modo, valorizado. Isso fazia com que, para muitas, ele fosse percebido como um *curso de espera marido*” (grifos do autor).

Como é possível perceber, a sexualidade da professora foi constantemente conclamada e assume, de fato, uma posição privilegiada entre o organismo do sujeito-professora e a população representada por seus alunos. A sexualidade passa a intervir nos fenômenos globais da população e, dessa forma, segundo Foucault (2014), as discussões em torno do sexo da mulher passam a estar cada vez mais presentes na educação que é dada a essa mulher, para que cumpra sua “função natural” na sociedade que vive.

A construção de uma nação civilizada e branca passaria pelas mãos da professora e estaria vinculada às estratégias de governo da população e ao controle e disciplina da vida individual. A professora e mãe teriam a obrigação de educar seu filho para uma sociedade eugênica que colabora com o desenvolvimento da raça e da nação. Assim, se entende que o Estado, a partir de estratégias sutis de intervenção no interior da população, passou a, cada vez mais, gerir as relações de gênero e sexualidade.

Na terceira e última seção deste artigo iremos analisar o espaço escolar como um ambiente que colabora para a construção da branquitude no país no início do século XX.

### **3. Educação, raça e gênero: produção da branquitude no Brasil**

Problematizar a produção da branquitude no Brasil a partir das lentes da educação, em especial da educação feminina, contribui para os estudos já desenvolvidos no país a respeito do tema.

O conceito de branquitude, vinculado ao estudo das relações raciais, tem seus primeiros registros nos anos 1990, nos Estados Unidos, através dos *critical whiteness studies*. Ruth Frankenberg, citada por Piza (2014, p. 71), vai definir branquitude como

um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo.

O sujeito branco não precisa representar nada além da sua individualidade, ao contrário do sujeito negro, cuja individualidade está cerceada pela diferença, ou, ainda, pertença “identitária” que o faz carregar sempre uma coletividade.

Cida Bento (2022) descreve que alguns estudiosos destacam três ondas para delimitar o contexto dos estudos sobre branquitude entre o século XIX e o século XX. A primeira e a segunda onda

seriam representadas por Du Bois e por estudiosos negros baseados em suas obras. Para Du Bois, o preconceito racial e a supremacia branca formavam a base da sociedade estadunidense (primeira onda), e para os estudiosos da chamada segunda onda era importante analisar como as instituições definem quem é branco e como distribuem o acesso a materiais e avanços vinculados à branquitude. Já a terceira onda se vincula às reações brancas à presença cada vez maior de negros em lugares que até então eram frequentados apenas por sujeitos brancos. Nesse momento, conforme Bento (2022, p. 57),

O nacionalismo se evidencia recorrentemente na marginalização de grupos considerados minoritários para ocultar e contestar a existência do racismo institucional. A “vitimização” da branquitude e as diferentes manifestações dos grupos brancos que se sentem ameaçados e perdendo o que entendem ser “seus direitos” se revela nesse período.

Interessante ressaltar dois conceitos presentes nos estudos da branquitude: privilégio branco e prerrogativa branca. Enquanto o privilégio branco é entendido como “um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não” (Bento, 2022, p. 63) – ou seja, toda e qualquer pessoa branca é possuidora de privilégio, independente da condição social que possui –, a prerrogativa branca está relacionada a uma posição ativa, onde os brancos “buscam, exercitam e aproveitam a dominação racial e os privilégios da branquitude” (Bento, 2022, p. 64).

No Brasil, como já citado, é a partir dos anos 1930 que serão forjadas as bases da convivência racial no país. É nesse período que o país viverá um momento significativo de desenvolvimento da urbanização e industrialização, além de haver a construção mítica de uma sociedade sem discriminações raciais. Nesse ínterim, os negros foram inseridos juridicamente na população, porém, as diferenças seguiram apontadas no campo biológico. Nas mais diversas esferas da sociedade, os negros estavam excluídos, como, por exemplo, na educação, que apesar de estar em expansão na época também não irá contribuir para alterar o contexto em relação

aos negros, a presença de professores negros em sala de aula foi praticamente inexistente. Como escreve Theodoro (2022, p. 190),

O estigma associado ao aluno negro é reproduzido no ambiente escolar. Aquele que deveria ser o local de formação cidadã e de integração, além da base de um sistema de igualdade de oportunidades, tornou-se, já no seu nascedouro, um ambiente de reforço das ideias racistas e mesmo de sofrimento para o aluno negro.

As ideias racistas foram reforçadas e apoiadas no ideal de constituição de uma nação racialmente classificada e que teria seu progresso associado ao embranquecimento da população. É possível afirmar que a branquitude no Brasil fora construída eminentemente como um atributo masculino, ou seja, o embranquecimento brasileiro esteve associado diretamente às questões de gênero. Branquear em nosso país representava uma moralização da coletividade, assim, “tratava-se de um desejo das elites dirigentes, esmagadoramente formada por homens, e que interpretavam a branquitude como um valor próprio que a caracterizava e distinguia do povo” (Miskolci, 2012, p. 51).

A nação que se desejava constituir era vista basicamente como composta por homens, ricos, brancos e pais de família. O Estado contribuía para legitimar esse pressuposto ao reforçar quem era o cidadão nacional e excluir negros, pobres e desonrados desse grupo. O verdadeiro cidadão nacional deveria levar uma vida regrada pelo casamento e constituição de uma família heterossexual. O homem era visto como portador da branquitude e do progresso, então a reprodução deveria estar sob o controle masculino.

Os meninos de famílias da elite se caracterizavam como o principal alvo das práticas disciplinares exercidas no interior das instituições, em especial as escolas. A educação dada a esses meninos era moralizante, baseada em valores da época que os distinguiam do restante da população, em especial da população negra, o que resultou na criação de uma forma histórica e culturalmente peculiar de branquitude.

Às mulheres cabia a função de mãe e cuidadora dos futuros cidadãos nacionais, compreendidos na maioria das vezes como homens. No documento da I Conferência Nacional de Educação, de 1927, Fernando de Magalhães escreve a Tese 53, com o título “Para lutar contra o analfabetismo: o serviço pedagógico obrigatório, dever cívico feminino decorrente do direito de voto às mulheres”. No texto, o autor defende a tese de que as mulheres tenham o direito ao voto e o dever de realizar serviço pedagógico obrigatório com o intuito de disseminar o ensino no Brasil.

Segundo Magalhães (1927, p. 316),

alcançado pelas mulheres o direito político, que dever cívico ser-lhes-á cobrado? Não certamente o trato dos quartéis. Entretanto, admitida a concessão do direito, há que pensar na criação do dever, bastante a propósito quando se cogita da disseminação do ensino no Brasil.

É evidente o quanto foi associado à mulher a obrigatoriedade do ensino ao cidadão nacional branco e de classe média e alta. Magalhães (1927, p. 315) ainda cita que “as mulheres, e não é preciso indagar a causa, preferem votar nos homens a votar em suas semelhantes”. Assim, a mulher reconhece que as funções políticas e de administração da nação caberiam aos homens e não a elas.

A educação, então entendida como regeneradora da nação e delegada à mulher, vai ser debatida na Conferência de Educação de 1927. Nicolau Meira de Angelis (1927, p. 445), na Tese nº 78, cita que

nessa cruzada entre os professores, os médicos, os jornalistas, os homens de Estado, os dirigentes da Nação, a fim de se conseguir a educação sanitária do caboclo, após a qual hão de desaparecer a imprevidência dos recursos e desprezo da saúde, a incapacidade de trabalho, a injustificada miséria do sertanejo entre as galas e as opulências da natureza.

É evidente na Tese do intelectual a defesa de que a educação é responsável pelo progresso e branqueamento do país. Segundo ele (Angelis, 1927, p. 438), “o mundo continuará sendo o mesmo, e o tempo, imutável, sem cambiantes, assistirá as transformações das raças. São anomalias hoje e amanhã: umas para a evolução, outras

para o aniquilamento da própria vida”. De acordo com seus ideais, é natural que as raças se transformem e que aquelas que apresentem alguma anomalia sejam aniquiladas, em favorecimento da evolução da melhor raça, ou seja, trata-se, do aniquilamento dos negros e do aprimoramento dos brancos, que representariam o desenvolvimento da nação.

Assim, a supremacia econômica, política e social branca é legitimada a partir da branquitude e mantém os privilégios desses sujeitos perante os demais. O branqueamento representaria a ascensão social para o negro e traz à tona um problema de nacionalidade ao questionar como o negro e o branco brasileiros se representam e são representados. O processo de branqueamento brasileiro, apesar de ser apontado como um problema do negro, foi inventado e mantido pela elite branca do país, que visava a manutenção de seu grupo como modelo de evolução humana.

### **Considerações finais**

Analisar a branquitude a partir das lentes da educação é um desafio e se constitui como um outro caminho que possibilita pensar a constituição sociorracial brasileira. Nesse artigo, foi possível compreender que a educação, na primeira metade do século XX, se construiu como um espaço privilegiado de constituição do ideal de nação. Através da educação, se construíram as bases de uma sociedade que se desejava branca e masculina, ou seja, o Estado passa a gerir sutilmente as relações de gênero e sexualidade na sociedade nacional.

A constituição de um espaço feminino na educação, como professora, evidencia a intervenção estratégica do Estado no interior da população. O desejo de uma nação embranquecida está relacionado ao espaço que as mulheres vão assumindo, aos poucos, na sociedade. Ao se tornar esposa-dona-de-casa-mãe-de-família e professora, a mulher passa a contribuir com a educação de seus filhos e alunos para uma sociedade eugênica.



## Referências

- BLACK, Edwin. **A guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa, 2003.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 10 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1942.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SCHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs). **I Conferência Nacional de Educação**. Curitiba, 1927. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123679>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- D'AVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- DE ANGELIS, Nicolau Meira. **Pela perfeição da raça brasileira**. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). *I Conferência Nacional de Educação (1927)* Brasília, DF: Inep, 1997, p. 437-445.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- LACERDA, João Batista de. The metis, or half-breeds, of Brazil. In: **First Universal races Congress**, 1911, Londres. Papers on Inter-racial problems. London: The World's Peace Foundation, 1911. v. 1, p. 377-382.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 443-481.

MAGALHÃES, Fernando de. **“Para lutar contra o analfabetismo: o serviço pedagógico obrigatório, dever cívico feminino decorrente do direito de voto às mulheres”**. In: COSTA, Maria José Ferreira Franco da; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927). *Anais ...* Brasília: MEC SEDIAE/INEP IPARDES, 1997. p. 314-317.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Anablume, 2012.

PENNA, Belisário. **Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar**. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). *I Conferência Nacional de Educação (1927)* Brasília, DF: Inep, 1997, p. 29-33

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 59-90.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-americana de Estudos e Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, 2013. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em: 05 set. 2014.

SILVA, Mozart Linhares da. **Produção de subjetividades raciais no Brasil**: da democracia racial às políticas de identidade. São Carlos:

Pedro e João Editores, 2023. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/producao-de-subjetividades-raciais-no-brasil-da-democracia-racial-as-politicas-de-identidade/>.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal das Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/LpSkSW9hyH6jXDxDdYn7k9w/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar. 2022.

# DOS (DES)ENCONTROS INESPERADOS E IMPREVISÍVEIS DE UMA CARTOGRAFIA MIGRANTE: UM CORPO-MIGRANTE-PESQUISADORA

Letícia Aline Back

Quer se trate de pensar ou de viver, o que sempre está em jogo é o encontro, o acontecimento, portanto a relação enquanto exterior aos seus termos. (Zourabichvili, p. 52, 2016)

A proposta deste capítulo é, em grande parte, falar dos encontros. Os modos de produzir conhecimento a partir de diferentes tensionamentos, onde o corpo da pesquisadora no encontro com o campo de pesquisa fez-se em transformação<sup>1</sup>. Um devir pesquisadora. Nessa perspectiva o encontro também se constitui enquanto processo metodológico, tendo em vista que ele pressupõe não somente o encontro com pessoas, mas também movimentos, acontecimentos, ideias, entidades (cf. Deleuze, Parnet, 1998).

Desse modo, trata-se de pensar mais na perspectiva de achar, encontrar, produzir ao invés de regular, reconhecer, julgar (cf. Deleuze, Parnet, 1998), rasurando, em alguma medida, o modelo hegemônico de fazer pesquisa<sup>2</sup>. Com isso, estar em ato de pesquisa é estar ética e politicamente implicada, buscando por pesquisar *Com*, ao invés de pesquisar *Sobre*.

Assim, surge uma questão: *O que pode um corpo em pesquisa?* Cabe alertar que, ao apontar para um corpo não o tomo enquanto

---

<sup>1</sup> Discussões oriundas da pesquisa de dissertação. BACK, L. A. Os (des)encontros da tríade: processos migratórios, trabalho e cidade. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/2444>. Acesso em: 15 ago 2023.

<sup>2</sup> Trato como hegemônico o modelo pautado na neutralidade e no afastamento pesquisador e objeto.

unidade; singular; único. Ou seja, não se trata *do* corpo. Mas *um* corpo, marcado pelo artigo indefinido: qualquer, múltiplo, composto e dissonante. Um corpo em pesquisa: pesquisadora e campo difusos-confusos-sobrepostos. “Um corpo povoado de multiplicidades” (Deleuze, Guattari, 2011, p. 57). Um corpo-migrante-pesquisadora<sup>3</sup>.

A discussão que se apresentará desliza pela experiência da pesquisadora e os efeitos em pesquisa. Assim, marco que fazer pesquisa “é performar certos mundos, é delinear fronteiras, fazer movê-las, tuidiu-las e tudium a za-las” (Moraes, 2014, p. 132).

Considerando tais aspectos, cabe delimitar alguns pontos: as discussões foram produzidas a partir da pesquisa<sup>4</sup> realizada com migrantes, no município de Lajeado (RS), em 2018. Ainda, a pesquisa construiu-se acompanhando os percursos de um migrante haitiano vinculado a um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do referido município, tendo como pressupostos metodológicos a cartografia.

Com isso, demarco que os deslizos textuais (não como erros, mas como um escorregar por contações, experiências, corpos) permitirão acompanhar andanças pela cidade e pelas produções em pesquisa, brincando com a invenção de um corpo composto: corpo-migrante-pesquisadora. Assim, discuto na primeira parte aspectos (a) éticos da pesquisa em ciências humanas e, na sequência, os (b) efeitos do e no corpo-pesquisadora na perspectiva de uma pesquisa *Com* os migrantes.

---

<sup>3</sup> Parte das discussões apresentadas neste capítulo foram publicadas em resumo, intitulado “O que pode um corpo pesquisador em educação?”, apresentado na XV Jornada Acadêmica do Mestrado e Doutorado em Educação UNISC/2023.

<sup>4</sup> Pesquisa registrada sob o número 90546718.70000.5343.

## **Meu papel será só esse, ser acompanhado? – uma ética (com)partilhada**

“Era uma quinta-feira fria, nublada e chuvosa. Saio de Santa Cruz por volta das 10:30h. Chego ao CRAS às 13:30h, horário combinado com Simon por telefone.

Entro e passo por pessoas fantasiadas para uma festa junina. Era São João! Chego na recepção e Simon me olha como quem me reconhece (ao contrário do que me disse ao telefone). Logo me sinaliza que terá que ficar na recepção em virtude da festa junina. Digo não me importar.

Conversamos sobre a ideia da pesquisa, conto que me interesse em acompanhar sua rotina e circulação pela cidade de Lajeado e as diferentes articulações que produz. Logo me pergunta: “*Meu papel vai ser só esse, ser acompanhado?*” (Diário de Campo, 28 de junho de 2018).

Simon, a quem me refiro no trecho acima, é Renel Simon, haitiano que residia no Brasil, desde 2012. Simon, com a pergunta lançada, questiona não somente seu papel na produção de dados quanto tensiona as práticas de se fazer pesquisa em ciências humanas. Nesse mesmo dia também conversei sobre o termo de consentimento em pesquisa e sobre o anonimato. Na conversa ele sinaliza o oposto, o desejo de que seu nome apareça nas produções da pesquisa<sup>5</sup>.

A partir de seus movimentos em pesquisa, Despret (2011) também se sentiu interpelada em relação ao anonimato quando do seu encontro com um refugiado:

Hávamos cumprido quase todas as etapas: eu havia me apresentado, garantido a ele o anonimato e havíamos abordado os temas que orientavam minha pesquisa. [...] Ele me falava, nesse estágio da entrevista, do desaparecimento de seu irmão. Nesse momento, ele apanhou a caneta que

---

<sup>5</sup> A partir das orientações realizadas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul e com os devidos registros junto a Plataforma Brasil, Simon formalizou, em documento, o desejo de não anonimato.

eu segurava para me dizer: “Veja a senhora, isso é o que fomos. A senhora pode ter essa caneta e escrever com ela. Aqueles que fazem a política escrevem conosco. Eles não pegaram os filhos deles para jogar e os enviaram para a guerra. Eles pegaram nossos filhos e com eles escreveram a guerra. Somos apenas um grão de poeira nessa história”. [...] Esse senhor me fez um ato de resistência: tomar minha caneta nada tinha de anódino; ele resistia muito polidamente, muito gentilmente, permitindo-me assim compreender, aquilo que eu lhe propunha, como posição de sujeito de pesquisa. [...] Assim, eu lhe expliquei: “Suas palavras são tão belas que não podem me pertencer. Desenvolvemos toda nossa pesquisa mantendo o anonimato daqueles que interrogamos porque pensamos que isso poderia lhes dar confiança e tudium-los, e eu me coloco agora a questão de saber se fizemos bem. Temos querido proteger aqueles que testemunham, mas penso que deveríamos tê-los deixado escolher, deixando a questão em aberto. [...] Ele retomou minha caneta, observou minha página, e então nela escreveu seu nome: Jahija Smajié (Despret, 2011, p. 11)

Tinha por certeza que a garantia do anonimato está intrinsecamente ligada à garantia de direitos. Mas, na medida em que me aproximei das discussões, acontecimentos em torno das migrações, é possível inferir sobre o quanto o migrar, por vezes, já se constitui enquanto um processo de apagamento. “Sabemos que vamos sofrer. Precisa estar preparado para sofrer” – em referência a diáspora haitiana (Diário de campo, 28 de junho de 2018). Garantir o não anonimato foi, nesse caso, garantir o direito de registrar percursos e histórias.

Em poucas palavras diversos embates: como produzir *Com*? Por onde passa a ética frente ao não anonimato? “Como me colocar neste ato de permissão de escrita e produção de outras formas de me fazer na relação com o outro, outra? Tenho pensado o quanto tem se tratado muito de me produzir de outra forma. Quais encontros possíveis?” (Diário de Campo, 25 de julho de 2018).

Arrisco a dizer que colocar-se em questão é uma ferramenta cara a uma pesquisadora cartógrafa. Levantar suspeitas as certezas, permite acolher e dar língua aos afetos que pediram passagem (cf. Rolnik, 1989). Nessa perspectiva, “investiga-se como, produz-se com. Como faz aquilo que faz? Para cartografar é preciso, pois, querer o acontecimento, o lançar dos dados, estar aberto à

afirmação do acaso, àquilo que faz problema no mesmo” (Costa, Angeli, Fonseca, 2012, p. 46).

Com isso, nos movimentos dos percursos em pesquisa, Simon e os diferentes migrantes presentes nas andanças pela cidade constituíram-se pesquisadores, numa composição de um campo comum, diverso, repleto de negociações e articulações de linhas de afetação (cf. Back, 2019). Linhas que permitiram movimentos, perguntas e atos em pesquisa, denunciando acontecimentos e reforçando que acompanhar processos é permitir-se um lugar de não-saber. Assim, se evidencia a intensidade dos afetos (como ato de afetar e ser afetado), remetendo ao “móvel em si mesmo, a velocidades e a composição de velocidade entre elementos” (Deleuze, Guattari, 2012<sup>a</sup>, p. 84).

Ao afirmar um campo povoado de corpos pesquisadores, lançamos mão do “desafio de desfazer e refazer certas fronteiras e, com isso, se engajar na aposta de fazer um mundo comum” (Moraes, 2014, p.134). Na medida em que andávamos pela cidade, produzimos os percursos da pesquisa, numa abertura às experimentações e aos acasos de um mapa sempre aberto (cf. Deleuze, Guattari, 2011).

Considerando tais aspectos e a direção ético-política que a cartografia exige, redesenhou-se as perspectivas, dando espaço para as necessidades do campo e dos sujeitos em pesquisa.

### **O que pode um corpo em pesquisa?**

A questão “o que você está se tornando?” é particularmente estúpida. Pois à medida em que alguém se torna, o que ele se torna muda tanto quanto ele próprio (Deleuze, Parnet, 1998, p.10).

Lembro-me de me sentir intrusa, incômoda, estranha. É até engraçada essa coisa do estranhamento: as estrangeiridades e a pesquisadora brasileira (como me chamavam), marcada em sua diferença na relação com os migrantes. No corpo a corpo das



andanças, o racismo doía. Não da mesma forma, jamais! Mas doía dar-me conta dos meus privilégios. “Por duas vezes as pessoas se dirigiram a mim primeiro, no atendimento. Mesmo estando sentada bem atrás. Reporto a ele (Simon). Eu, uma estranha no serviço. Eu, branca de olho claro.” (Diário de Campo, 28 de junho de 2018). Esse é o corpo-pesquisadora que habitou essa pesquisa. Esse é o tornar-se outra na relação com o campo, os migrantes, os acontecimentos e os movimentos em pesquisa.

Um corpo-migrante-pesquisadora construiu-se território existencial. Nos percursos investigativos houve alguns tensionamentos: a língua como barreira e proteção; o acesso às diferentes políticas públicas; o trabalho e a cidade. Em todos, um corpo-migrante-pesquisadora.

O corpo a corpo com o campo da pesquisa comporta sempre uma dose de imprevisibilidade e mesmo de aventura. Habitar um território de pesquisa não é apenas buscar soluções para problemas prévios, mas envolve disponibilidade e abertura para o encontro com o inesperado[...] (Passos, et al, 2015, p. 204).

Na abertura ao campo, as interpelações:

“[Simon] Me chama e diz que eu serei sua assistente. Damos risada. Computador não estava querendo funcionar. Desligamos e ligamos de novo. Pronto! Chama o casal para a sala e diz: Hoje *a brasileira* vai atender! Risadas novamente. Me apresento, digo que, talvez, terão que me ajudar, pois era meu primeiro atendimento. Também se apresentam. Casados há três meses. Ele, senegalês, e ela, brasileira, natural do Paraná. Estavam fazendo os encaminhamentos para a solicitação de visto definitivo. Ela me fala que conhece pouco a cidade, que se mudou mesmo a pouco menos de um mês e que está gostando de Lajeado; Ele, mais tímido, me conta que chegou ao Brasil em 2014, entrando no país pelo aeroporto de São Paulo. Entre documentos e assinaturas, digo que também não sou de Lajeado. Ainda, durante a conversa, brinco que já estou com fome e ela ri perguntando se já provei a comida senegalesa. Digo que não e ela diz: “Menina!! É muita cebola e

pimenta! E eu não gostava de cebola, agora estou me acostumando! Mas ele faz uma carne muito boa!” Brinco que adoro cebola, qualquer coisa me *salvaria* nela.

Ao nos despedirmos, nos agradecem e se oferecem para pagar.

- Não, aqui é a assistência social. Aqui não se paga nada!

Desejo boa sorte com os encaminhamentos. Eles sorriem e agradecem novamente. Ainda, brincam no final: ‘Então, vamos fazer um almoço haitiano e senegalês para a *brasileira!*’ (Diário de campo, 04 de agosto de 2018).

Corpo-migrante-pesquisadora agenciaram-se no campo de pesquisa. Agenciamento que ocorre no movimento de ida ao campo, que só se efetiva na implicação do corpo da pesquisadora (Souza, 2012), borrando as fronteiras entre corpo e campo. “Agenciar acaba por consistir no ato de renúncia ao já sabido e de entrega ao estranhamento em si” (ibidem, p.31). A pesquisadora ocupando o lugar do não saber: *talvez eu precise de ajuda*. Uma estrangeira nas relações senegalesas, haitianas, brasileiras que compuseram as andanças pela cidade e a sala de atendimento do CRAS.

Os incômodos também se fizeram passagem:

“Simon intercala a conversa entre o português e o *creole*. Já percebi que quando quer que entendamos, traduz. Caso contrário... [...]

Paramos em frente a recepção. O senhor que estava no atendimento fez de conta que não o viu. Me incomodo e tenho vontade de intervir. Simon dá um passo à frente. Diz um sonoro bom dia. O senhor não responde o bom dia e pergunta: O que você quer?

Simon diz que ligaram para que ele buscasse um documento. O senhor levanta, diz que irá verificar. Simon faz menção de tudium a-lo e o mesmo se vira e diz: espere aqui!

Simon já sabia com quem falar, percebi. Mas aguardou.

Foi até a porta para conversar com o haitiano que lhe aguardava. Pelo que vi, mostrou uma receita médica. Eu sigo sentada na recepção.

O senhor chama o Simon, com uma espécie de “ei...” Me incomodo, de novo.... E de novo... Observo os olhares.

Simon parece saber. A moça pergunta se ele era parente da senhora que morreu. Ele responde que sim, rapidamente. Olha o documento, mais de uma vez, olhando para os dados... (Depois disse que em outro momento já haviam preenchido os dados errados.)” (Diário de Campo, 13 de julho de 2018).

Nessas aberturas ao campo, os agenciamentos produzidos consideraram e deram lugar aos corpos, atentando para a materialidade destes frente às diferentes relações.

Essa corporeidade tem duas características: de um lado [...] agindo à maneira de acontecimentos; de outro lado, é inseparável de qualidades expressivas ou intensivas, suscetíveis de mais ou de menos, produzidas como afectos variáveis (resistência, dureza, peso, cor...) (Deleuze, Guattari, 2012b, p. 95).

Nas andanças produzidas em pesquisa, os corpos-migrantes tensionam e se sobrepõem ao corpo-pesquisadora e a cidade. No jogo das relações, irrompem, torcem, na medida em que carregam no corpo outras espacialidades (Back, 2019), produzindo outros modos de trânsito, “onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo [...]” (Foucault, 2013, p. 14).

Nesse sentido, compreendo as espacialidades que compõem os corpos migrantes como uma co-constituição de espaços. A partir dessa perspectiva, o espaço é o produto de inter-relações, como uma esfera de coexistência da heterogeneidade, onde multiplicidade e espaço são interdependentes (Massey, 2012).

Espacialidades constituídas pelas histórias que atravessam seus corpos-país. O primeiro país latino-americano a declarar independência. Espacialidades resistentes, moventes, diaspóricas. Tensões políticas, marcas de ditaduras. Fome, desemprego, precariedade na saúde e educação. Terremoto e mais de 200 mil mortes. “A diáspora é um fator econômico” (Diário de Campo, 05 de outubro de 2019), constituindo-se como possibilidade de produzir outras condições de vida (Back, 2019, p. 62).

É o corpo que se constitui enquanto território, interpelado por diferentes pontos: estilístico, histórico, funcional, afetivo (Guattari, 2012). Nas interpelações o corpo migrante produz outros modos de circulação, rachando estratos e percorrendo linhas de fuga (cf. Deleuze, Guattari, 2011) possibilitando novas conexões nos percursos citadinos e no corpo-pesquisadora.

Nas interpelações das andanças a produção de um campo comum e a possibilidade de desenhar-se um corpo-migrante-pesquisadora. Na imprevisibilidade e mergulhada nas experiências das andanças pela cidade, o corpo-pesquisadora tensiona e gera estranhamentos em par com os corpos-migrantes, possibilitando rasuras em processos instituídos. Desse modo, reafirmo a posição que acompanha a cartografia enquanto proposta metodológica: “a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção” (Passos, Barros, 2015, p. 17).

A cartografia, nesse sentido, traça um campo problemático, atenta ao presente vivo da pesquisa (cf. Passos, Kastrup, Escóssia, 2015). Acompanhando as andanças, a pesquisadora também transforma-se em cartógrafa, colocando os olhos e corpo no espaço não-cultivado das importâncias culturais e sociais, perguntando pelo mais improvável, produzindo um desenho dos desdesenhos sociais (Bedin, 2014).

Assim, retomando a pergunta que abre essa seção, poderíamos responder que um corpo em pesquisa é sempre intervenção. É ato em e para a pesquisa. É a possibilidade de gerar novas prerrogativas numa perspectiva de pesquisar *Com*.

### **Para fins de encerramento**

Ocupar diferentes espaços acompanhando os migrantes permitiu que passassem pelo corpo diferentes intensidades citadinas: os estranhamentos, dificuldades e proteções que a língua produzia; o esforço para sustentar os espaços no que tange ao acesso às políticas públicas; os arranjos sociais e comunitários – brechó, igreja, associação de migrantes. Mas também o racismo e

os privilégios de um corpo branco e os tensionamentos quando a pauta eram as mulheres. Um corpo múltiplo, dissonante e diverso foi produzido nas interpelações.

Assim, aponto, portanto, para um corpo-migrante-pesquisadora e cartógrafa, afirmando para um corpo que experimenta, movimenta e é atravessado pela pesquisa. Compondo um campo comum com os migrantes. Um comum não enquanto ponto de origem, mas como devir. Uma linha de devir, que se dá no entre, crescendo pelo meio, compondo-se enquanto velocidade e movimento (cf. Deleuze, Guattari, 2012<sup>a</sup>).

Nas andanças migrantes todos e todas produziram-se também pesquisadores e pesquisadoras. Produziram o território existencial da pesquisa, onde os corpos fizeram-se autoria (Bedin, 2014), compondo trajetos investigativos a partir do encontro: um corpo-migrante-pesquisadora.

## Referências

BACK, L. A. **Os (des)encontros da tríade: processos migratórios, trabalho e cidade.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/2444>. Acesso em: 15 ago 2023.

BEDIN, L. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. In: **Revista Digital do LAV** Vol.7, mai/ago 2014, p. 66-77. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111> Acesso em: 12 dez 2018.

COSTA, Luis Artur; ANGELI Andréa; Tania FONSECA. Cartografar. In: FONSECA, Tania Mara Galli et al (orgs). **Pesquisar na diferença: um abecedário.** Porto Alegre: Sulina, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** Vol.1. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** Vol. 4. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora 34, 2012<sup>a</sup>.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** Vol. 5. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012b.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. In: **Fractal: revista de psicologia** v. 23 n.1, jan/abr 2011, p. 5-28. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922011000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922011000100002&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 17 set 2018.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 edições, 2013.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2ª ed, 2012.

MORAES, M. Do “pesquisarCOM” ou de tecer e destecer fronteiras. In: BERNARDES, A. G. et al (orgs). **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1630> Acesso em: 26 out 2018.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V., ESCÓSSIA, L. (Orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividades**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Sobre a formação do cartógrafo e o problema das políticas cognitivas. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V., ESCÓSSIA, L. (Orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividades**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SOUZA, P. Agenciar. 2012. In: FONSECA, T. M. et al (orgs). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ZOURABICHVILI, François. **Deleuze: uma filosofia do acontecimento**. São Paulo: editora 34, 2016.



## BIOGRAFEMAS: POR UMA ESCRITA QUE NÃO DÊ CONTA DA VIDA

Amanda Cappellari  
Lílian Rodrigues da Cruz

É preciso deixar o outro viver, pois a vida é justamente aquilo que excede qualquer relato que se possa dar (Judith Butler, 2015).

Preparo a instalação para o trabalho amoroso de comungar palavras. Escrevo “faz de conta que isso é um título” centralizado e digito nossos nomes em seguida. Desde os últimos dias estou sussurrando devaneios para uma pergunta antiga que me volta: como narrar uma experiência? Levanto da cadeira porque lembro que ao entrar em casa vi de relance duas folhas secas no lírio [da paz]. Pego a tesoura e corto o que já não florescerá mais. Aproveito também para retirar algumas folhas queimadas da jiboia – acho estranho escrever sem acento agudo, parece que as palavras paroxítonas com ditongo aberto *éi* e *ói* eram mais bonitas antes do *novo* acordo ortográfico. Algumas palavras que gosto seguem marcadas em mim com acento agudo. O que resta em nós daquilo que *já* passou?

Com um estranhamento semelhante ao que sinto em escrever jiboia sem acento, me encontro com minha dissertação de mestrado para *tudium-la* ao dizer do que fica dela em mim, para, apenas enquanto uma aposta, tentar evidenciar uma sílaba tônica outra naquela intenção de pesquisar como saíam dos serviços de acolhimento institucional jovens que completavam a maioria. Portanto, esse texto será montado a partir de uma composição com o já escrito na dissertação “Poéticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria” e com afetações posteriores. A narrativa em primeira pessoa será mantida, mas a tecitura da



pesquisa e do texto está encharcada do pensamento sensível da segunda autora, que orientou as veredas do trabalho.

Digo a você, aliada que suponho também pesquisadora, ou ao menos curiosa dessa imensidão que é nos encontrarmos com outros para produzir pensamentos afetados, que minha agitação sistólica – esse movimento de contração que faz o coração para bombear o sangue para o corpo – era de como eu poderia inventar um cuidado ético ao narrar experiências que não eram minhas, mas que eu testemunharia no momento em que jovens acolhidos ou que passaram pelo desligamento institucional por maioria aceitassem compor comigo. Por não acreditar em pesquisas assépticas, combinemos desde já que as palavras não são inocentes e as escolhas que fazemos evidenciam algo do nosso *eu que pesquisa*. Desde meu lugar, sou uma mulher branca cis hétero magra de classe média, não habitei serviços de acolhimento institucional, gosto de literatura e me encanto pelas miudezas sensíveis que podem acontecer no encontro com outros. Essas localizações atravessam e constituem meu modo de pesquisar.

Em “Cadernos de viagem à China” (2012), uma nota escrita por Barthes me convoca riso e atenção. Indo para uma das conferências programadas, motivo da viagem ao país, acontece um pequeno acidente de carro, nada grave, mas definitivamente imprevisto. Barthes aponta que tudo naquela viagem estava milimetricamente calculado, sem espaço para o imprevisível, para acontecimentos outros. O impacto do carro foi a surpresa que teve durante aqueles dias todos. Eu também tive um acidente de pesquisa, e se deu no encontro com Sol.

### **Por uma escrita que não dê conta da vida: o método biografemático**

Ainda sem saber o que viria depois, comecei a narrar a vida de Magnum. Juntei os cacos de histórias que conhecia sobre desligamentos institucionais por maioria, aquelas que escutei de jovens acolhidos, as de reportagens de jornal, as de livros de

literatura, de músicas que denunciam os horrores de nosso tempo com sensibilidade. Quando o menino Magnum vai crescendo, tenho a sensação de que esse virtual, pois Magnum era um personagem em que eu agrupava fragmentos coletivos, produz um campo de visibilidades sensível para a temática que eu queria pesquisar. Mas, como eu escreveria sobre experiências corporificadas com o cuidado necessário? Como escolheria mostrar isso ou aquilo e não outra situação que me foi narrada? Judith Butler (2015) discute que estamos eticamente implicadas com uma vida quando percebemos a impossibilidade de narrá-la plenamente.

Portanto, uma primeira pista se deu: abandonar qualquer tentativa de dar conta da vida, no sentido de tudo dizer, tudo mostrar. Não seria necessário um pacto com a linearidade, um compromisso com uma ideia de Verdade da narrativa. Sobre Magnum, ficcional, parafraseio Clarice Lispector (1999): acontece que chegou um momento na composição do menino em que “o verbo já não era meu: me transcendia, era de todo mundo, era de Magnum.” Se minha preocupação primeira era de como não estilhaçar uma história, percebo que existe potência em olhar para fragmentos de vida, e que sua força pode estar justamente ali, no modo que os estilhaços se lançam ao mundo para fazer ver e sentir de outros modos. Magnum inventado, agora, tem força de verdade, sua “voz é fantasmagórica, impossível, destituída de corpo e, mesmo assim, persiste, continua vivendo” (Judith Butler, 2015, p. 82). Magnum se faz hospedeiro para o virtual, para esse campo de possibilidades do que se pode vir a ser; eu me faço hospedeira para Magnum. Deixo que ele se ocupe de mim para que eu possa lhe contar como sinto em mim a existência dele. Quando falo do outro não digo propriamente dele, mas sobre como seu mundo me afeta. É sua existência que inaugura e abre passagens para as problematizações vindouras. Assim, a angústia em como contar algo de uma vida se tornou pista metodológica e o movimento foi diastólico – enfim, o relaxamento do coração.

Roland Barthes nos ensina, ao longo de sua obra, esse gesto biografemático de narrar. Em *A Câmara Clara* (1984), produz reflexões sobre fotografia e, ao pensar na sua relação com elas, convoca dois elementos para a discussão sobre como as fotografias o atravessam: *tudium* e *punctum*. O primeiro diz respeito a um interesse cultural, “que não quer dizer, pelo menos de imediato, “estudo”, mas a aplicação a alguma coisa, o gosto por alguém, uma espécie de investimento geral, ardoroso” (p. 45). Já o segundo atravessava esse campo de interesse, “parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar” (p. 46). *Punctum*, portanto, como algo que punge, corta, faz ferida. Mais adiante, Roland Barthes entende *punctum* de nova maneira, que não corresponde mais à forma, mas à intensidade com que um detalhe o atravessa.

Biografema enquanto uma estratégia incapaz e inautêntica. O sujeito narrado perde seu lugar de autenticidade, de “verdadeiro”, já que a pessoa que escreve passa a ser uma fabuladora de realidade. Não há a intencionalidade de uma narrativa que se detenha a datas, cronologia ou linearidade, mas antes uma tentativa de criar biografias abertas, com múltiplas saídas, inclusive para vidas aprisionadas (Costa, 2011). Assim, as fronteiras entre invenção e realidade se borram, já não é possível distinguir quais são os pequenos fragmentos de vida que alimentam a fantasia. Ademais, “a realidade é, no seu limite, uma dobra infinita de ficções” (Vilela, 2010, p. 325).

O biografema pode ser pensado como uma escrita em aberto, sujeita a alterações, a alargamentos, uma contação constantemente inacabada. “Talvez por um tempo, devêssemos renunciar a essa antiga obsessão em chegar ao fundo das naturezas” (Glissant, 2021, p. 220). Portanto,

tomar partido da biografia enquanto criação (e não somente como representação de um real já dado por um passado vivido) é colocar-se diante de uma política que se mostra contrária a todo uso biográfico que sufoca a vida, de toda estratégia ou metodologia thanatográfica (Costa, 2011, p. 36).

“O biógrafo, nessa perspectiva, não narra, de maneira linear, cronológica, coerente, a sua própria vida (nem a de ninguém), mas produz vidas: o biógrafo como um inventor de vidas” (Feil, 2019). Para Ewerton Martins Ribeiro (2015), o biografema impulsiona uma investigação. É o que permite ajustar o zoom para se aproximar de um detalhe de vida, de nuances e ranhuras que só podem ser vistas de perto, com descabida atenção. Foi desse modo que meu biografema reclamou um campo, exigiu encontros cuidadosos para sua invenção. Então me aproximo do problema da atmosfera (Costa, 2011). É necessário analisar não apenas as condições históricas, psicológicas e sociais para a escrita, mas também o campo que a torna possível, ou seja, a vida.

Para tanto, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e também do aceite cuidadoso da instituição que coordena os serviços de acolhimento institucional no município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, me encontrei com jovens acolhidos que já questionavam sobre como seria a vida depois do desligamento institucional (combinamos que os encontros seriam com esses jovens para não fazer emergir a questão em quem ainda não havia se deparado com ela) e também com jovens que haviam saído do acolhimento e que as instituições ainda tinham algum contato. Também me encontrei com profissionais que trabalham nesses serviços e acompanham esses processos, e com pessoas de setores educacionais que pensam em projetos e políticas para o desligamento institucional.

Há um entretanto importante aqui: narrar as vidas que não pude encontrar. Os jovens que fizeram a rua como moradia após o desligamento, aqueles que estavam cumprindo medida socioeducativa na FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo), a menina que aceitou conversar comigo, mas evadiu do serviço na semana seguinte e não voltou até o final da pesquisa de campo, aqueles que retornaram para a vila e começaram a trabalhar no tráfico de drogas. Assim, os encontros aconteceram com sujeitos que, de um modo precário ou não,

seguiam com algum enlace às políticas públicas de assistência social, saúde ou educação.

Após alguns encontros com jovens, tomava o *punctum* como pequeno elemento disparador da escrita do biografema. Depois, esse fragmento era partilhado e aberto a transformações. Voltemos ao Magnum.

Assaltou uma farmácia, acompanhado de um *cupincha*. Era noite e carregava nas mãos uma arma de brinquedo, o suficiente para honrar o nome que lhe foi dado. Magnum, o menino com nome de arma, demonstra toda sua obediência fazendo valer, naquele momento, o futuro profético que lhe ofereceram. Depois de contar como conseguiu não se aliar a nenhuma facção – devido a um conhecido que também cumpria medida socioeducativa com restrição de liberdade -, ele pareceu tentar acalmar a mim e a ele: “Tudo bem, tia, sempre me disseram que eu ia acabar preso”.

Escolho não mergulhar agora nas complexidades que produziram essa cena. O que nos interessa aqui é saber que “essa vida <antes de ser biografada da forma como é> não era” (Costa, 2011, p. 52). Um biografema, justamente ali, no toque macio entre real&ficção, produz outras visibilidades. É um gesto de incorporar a estética como recurso para a inquietação do pensamento. Nas palavras de Jacques Rancière (2005, p. 13), compreender a estética enquanto “um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessa maneira de fazer e modos de pensabilidade de suas relações”.

Ancorada em Adorno (2003), sentir alergia às formas estabelecidas e, por isso, fazer suspensão dos métodos tradicionais. O autor refere que o ensaio recua diante da violência dogmática. Penso que uma metodologia biografemática pretende algo semelhante: o alargamento da vida, e não seu aprisionamento através de um decalque. É um processo de compor enquanto se experimenta.

## O acidente: pensar metodologicamente para saber negar seu uso

Encontrei Sol em uma tarde chuvosa de maio. Alguém havia explicado para ela que eu estava estudando justamente aquilo que a desassossegava e produzia medo há meses. Ela aceitou conversar comigo e me aguardou no segundo andar do anexo do serviço de acolhimento, salão em que aconteceu sua festa de 15 anos. Nos conhecemos com ela contando preciosidades sobre quem é e questionando quem sou. Depois de tagarelarmos com seriedade, contei sobre minha intenção de como narrar algo dos nossos encontros. Ela não gostou. Baixou os olhos e me despedaçou: *eu pensei que tu viria aqui pra me ajudar*. Eu também a tinha despedaçado. *Como posso te ajudar, Sol?*

Ela pediu que eu escrevesse sua história, tal qual ela contaria, sem tirar nem pôr. Uma escrita sem nenhum tracinho do que ela entendia por ficção. Combinamos assim. No segundo encontro, levo materiais para a escrita. Ela começa a falar e solicita que eu escreva. Em algum momento cessa a narrativa, pega uma caneta e anuncia: a partir dessa parte pode ser com minha letra. Até aqui, alguma licença poética da memória para contar desses primeiros encontros. Passamos a nos ver com frequência estabelecida por ela. Ao final de cada encontro, tínhamos um texto sobre sua vida e, quando eu chegava em casa, recebia uma mensagem no WhatsApp com fotos que deveriam acompanhar a escrita e a indicação de quantas cópias impressas eu deveria levar. Depois, ela oferecia esses textos como presentes para pessoas amadas. Quando satisfeita do tanto que havia reescrito da vida, combinamos que eu deveria contar sua história, com minhas palavras, a partir das palavras que ela partilhou.

Sol queria que seu nome próprio aparecesse na dissertação. Através do Comitê de Ética existia a garantia do anonimato de participantes da pesquisa. Não haveria tempo para enviar um adendo para avaliação do Comitê. Aquilo que inicialmente foi pensado enquanto cuidado – o anonimato ou a escrita biografemática – foi tensionado pelo desejo de Sol. Lembro de uma

passagem de Collins (2015, p. 26), “uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências”.

Vinciane Despret (2011) situa o anonimado como efeito sem nome. Ao deparar-se em uma de suas pesquisas com a reivindicação de uso do nome próprio, compreende que essa estratégia é usada em uma tentativa de proteger ou resguardar os sujeitos participantes, mas que isso implica em outro risco, o de fazer silenciar e apagar o sujeito que fala. Cláudia Fonseca (2010) discute que devemos reconhecer que o anonimato não é sinônimo de respeito, que esse se aproxima dos borrões que escondem os rostos em filmes e fotos. Desse modo, a impressão é de que esses sujeitos teriam algo para esconder ou que há algo vergonhoso no conteúdo. No entanto, questiona-se também sobre a hipótese de o uso de nomes próprios servir para diminuir nossa ânsia por pesquisas mais sólidas, verificáveis, como se nos aproximássemos do campo da engenharia social.

### **Por uma poética que nos coloque em relação**

Durante a proposta da pesquisa e a vontade de biografemas enquanto aposta ética, política e estética, não previa a possibilidade de uma narrativa com nomes próprios. Isso não era uma questão. Os biografemas foram pensados como prática de cuidado e de enunciação. E foram. Entretanto, um encontro singular reiterou novamente que, mesmo nos espaços que se propõem porosos, um cadinho a mais de liberdade é possível.

A poética emerge enquanto ato político de afirmação da vida. Por tempo demais um antiproduto acadêmico, ela serve para dizer de outro modo, fazer transbordar uma produção intelectual que se quer sensível. Disputar metodologias de pesquisa não tradicionais é apostar que somos capazes de compor diferentes imagens para a leitura do mundo e que, por isso, podemos intervir nos discursos sociais criando condições de inauguração de “novos

circuitos de conversação que dotem as palavras de sentido” (Weinberg, 2017, p. 524).

Em *Poética da relação*, Édouard Glissant (2021) afirma que o sujeito errante, ao tentar compreender a totalidade do mundo, já sabe que esta é uma tarefa impossível, e que é justamente nisso que está a beleza do mundo. Assim, “a poesia não é uma diversão nem uma exibição de sentimentos ou de belezas. Ela também informa um conhecimento que não poderia ser atingido pela obsolescência” (p. 109). Portanto, “a abertura do poético é imprevisível e surpreendente” (p. 110).

Talvez biografemar seja um dos modos de “fazer passar amorosamente o mundo” no texto (Barthes, 2005, p. 162), em uma constante “busca por aquilo que se move” (Glissant, 2021, p. 46). Um jeito de insistir na variação do vivido, de produzir respostas sempre parciais, de dar duração e fazer passar a vida – especialmente porque alguma coisa, às vezes misteriosa, segue pulsando.

## Referências

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: Adorno, W. T. **Notas de Literatura I**. Tradução: Jorge de Almeida. Editora 34, Coleção Espírito Crítico, pp. 15-45, 2003.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. **A preparação do romance vol. II**. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARTHES, Roland. **Cadernos de Viagem à China**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: Moreno, Renata.



(Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, pp. 13-42, 2015.

COSTA, Luciano Bedin da. **Estratégias biográficas: biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche, Henry Miller**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23, n. 1, pp. 5-28, Jan./Abr, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n1/v23n1a02.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2019.

FEIL, Gabriel Sausen. O método biografemático: escritura nova em educação. **Educação**, [S. l.], v. 44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/29466>. Acesso em: 1 mar. 2024.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: Schuch, Patrice; Vieira, Mirian Steffen; Peters, Roberta. (Org.). **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora UFRGS, pp. 205-227, 2010.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Marcela Vieira, Eduardo Jorge de Oliveira (trad.). Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2021.

LISPECTOR, Clarice. **Um Sopro de Vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental, Editora 34, 2005.

RIBEIRO, Ewerton Martins. Biografema, *studium, punctum*, fotografia: quase um método. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, maio-ago, pp. 45-64, 2015.

VILELA, Eugénia. À contraluz, o testemunho. Uma linguagem entre o silêncio e o corpo. In: Costa, Luciano Bedin da; Fonseca, Tânia Mara Galli. **Vidas do fora: habitantes do silêncio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WEINBERG, Liliana. O ensaio em diálogo: da terra firme ao arquipélago relacional. **Remate de Males**, v. 37, n. 2, pp. 523-546, Campinas – SP, 2017.

## PERSONAGEM CONCEITUAL COMO ESTRATÉGIA CARTOGRÁFICA NA PESQUISA COM CRIANÇAS

Gisele Dhein

Este texto objetiva narrar o percurso metodológico para construção da tese de doutorado, intitulada *Uma cartografia-criança-migrante. Uma entrada: trabalho; uma condição: vulnerabilidade; uma acolhida: escola* (Dhein, 2021), apresentada e defendida em agosto de 2021, e orientada pela professora doutora Betina Hillesheim. A tese teve como objetivo compreender o que é possível no encontro entre crianças e migrações. A seguir, convido você a percorrer comigo o caminho trilhado.

### **Um campo que se constrói nos caminhos: um início**

Algumas escolhas já estavam pré-definidas: migrações internacionais e crianças *dispararam* a pesquisa. Infâncias (Phillipe Ariès, 1981; Sandra Mara Corazza, 2004; Brasil, 1990, Walter Omar Kohan, 2011; 2015), cartografia e território (Gilles Deleuze e Félix Guattari, 1997), operadores teórico-metodológicos. Desse modo, no período que o doutorado ocorreu - 2017 a 2021 - o encontro com o campo de pesquisa foi se construindo. Não somente o encontro com a pesquisa, mas com a ética da proposta teórico-metodológica da pesquisa (cartografia). Sendo uma pesquisa que se faz no encontro, que não pressupõe *a priores*<sup>1</sup>, narrar o percurso, não somente daquilo que desejamos ou esperamos encontrar para responder ao(s) objetivo(s), mas também daquilo que

---

<sup>1</sup> Quando afirmamos que não possui *a priores*, não é no sentido que 'tudo vale'. Pelo contrário, operadores teóricos acompanham o percurso - no caso dessa pesquisa a própria cartografia enquanto proposta teórico metodológica -, como os conceitos de migrações, infância, território.

*inesperadamente* ocorre, o diário de bordo tornou-se essencial no processo. Cartografar “consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos” (Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup, 2010, p. 53).

O desejo pela temática emergiu tanto pelos movimentos que o grupo de pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos estava fazendo quanto pela *vida que estava sendo vivida*, pois “[s]e a pesquisa não tem a ver com a vida que vivemos, então decididamente não faço e não quero fazer pesquisa” (Walter Omar Kohan, 2016, p. 48). Sou psicóloga e docente para os cursos da saúde na Universidade do Vale do Taquari (Univates), em Lajeado/RS. O Vale do Taquari, no qual Lajeado está situado, compreende um local onde migrantes, principalmente haitianos(as), senegaleses(as) e, mais recentemente, venezuelanos(as) têm fixado moradia. Ou seja, atentar para esse processo de acolhimento se configurou uma necessidade-desejo que impulsionou o processo de pesquisa.

Assim, Lajeado passou a ser campo de pesquisa para o grupo. Ainda enquanto construía o projeto da tese, acompanhei - à época em seu processo de mestrado - Letícia Aline Back (2019). Enquanto Letícia construía seus percursos para dissertação, junto a um migrante no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Lajeado, eu me deixava tocar pelas histórias, pelas vivências, pelas trajetórias, para ir compondo o campo de pesquisa para a tese. Um território existencial (Johnny Alvarez e Eduardo Passos, 2010) iniciava sua configuração. No entanto, era um campo que naquele momento somente *as migrações* habitavam. As crianças não. Ou melhor, as encontrei, em *pequenas frações*, nos espaços escolares, a partir de intervenções de um componente curricular que ministro na graduação em Psicologia.

Ainda, em outubro de 2018, o Grupo de Pesquisa realizou uma viagem de estudos para Portugal. Nesta viagem tivemos encontros com vários espaços de acolhimento para migrantes. Novamente, poucas [se não nenhuma] crianças migrantes cruzaram meu caminho. Em novembro do mesmo ano, sem saber que estava

ocorrendo, me deparo com a arte de Raiz Ai Weiwei, na Oca do Ibirapuera em São Paulo/SP. Mais uma experiência sem precedentes para composição da tese.

Foi a docência que fez eu encontrar as crianças. Ainda em 2019 orientei um Trabalho de Conclusão de Curso de uma estudante do município de Encantado/RS, a qual desejava pesquisar com os(as) migrantes que residiam em sua cidade. Foi ela quem me apresentou uma associação em seu município, na qual muitas crianças migrantes frequentavam, no turno inverso à escola. Havia *achado* as crianças. Nesse mesmo período, acompanhei mais uma colega do grupo de pesquisa, Caroline Couto (2020), de setembro a dezembro de 2019, no seu percurso também para a dissertação do Mestrado, realizando oficinas com crianças venezuelanas e haitianas, que acompanhavam seus pais e suas mães, ou familiares, a aulas de língua portuguesa, em uma associação em Porto Alegre/RS.

Encontros que foram compondo um olhar para as crianças; encontros que foram permitindo construir perguntas. Perguntas que são companhia num percurso cartográfico. Perguntas quem movimentam a construção de um mapa da pesquisa.

- Que linhas de desejo emergem no percurso cartografado - entre crianças e migrações? Quais relações elas estabelecem entre si?
- Quais os principais perigos encontrados no percurso? Como essas existências se relacionam com eles?
- Quais agenciamentos vitais se realizam numa cartografia criança-migrante? São agenciamentos de corpos humanos e não-humanos? Se sim, promovem prováveis desterritorializações?
- Nessas desterritorializações, o quanto essas vidas podem fazê-las, sem que corram o risco de se fragilizar?
- Qual a potência de uma vida diante dos afetos que agenciam o processo migratório? Ou ainda, quais saídas podem ser inventadas para criar uma cartografia e possibilitar a visibilidade das intensidades que pedem passagem?

Embora em alguns momentos possam parecer *desvios no mapa*, na cartografia que produzi, os encontros que compartilhei acima

foram fundamentais para construção do problema de pesquisa. Na cartografia, um problema se territorializa e se desterritorializa a todo momento, a partir dos encontros que produz.

Provei a busca incansável por uma criança-migrante. Foi difícil encontrá-la. Você chega em Lajeado, entra na Avenida Senador Alberto Pasqualini, principal acesso à cidade, e chega ao centro da cidade. Você circula e vê senegaleses e haitianos. Não vê mulheres. Não vê crianças. Você vai a Estrela, a Encantado, a Arroio do Meio. E a cena se repete. Fui a Portugal, em 2018, em uma viagem com o grupo de pesquisa, e continuei procurando crianças migrantes. Existem números sobre elas [será?], mas elas não existem, elas não se materializam aos nossos olhos. Se estão em palavras - e palavras também são números - as encontramos nos relatórios pelo mundo: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização das Nações Unidas (ONU), Ministério da Justiça do Brasil, Polícia Federal (PF). Mas será que realmente as encontramos? [Da tese. Dhein, 2021, p. 30].

Desse percurso, um projeto de tese se construiu e foi apresentado em agosto de 2019, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). A pesquisa seria na Associação Pró-Menor Encantado (AME), em Encantado/RS, onde seriam realizadas de 6 a 8 oficinas com as crianças da associação, em março e abril de 2020, para pensar o que era possível no encontro entre crianças e migrações. Uma proposta tese com crianças iniciava. Afinal, havia encontrado as *gentes pequenas* (Sandra Mara Corazza, 2004) que procurava. Mas pausas e desvios também acontecem em uma pesquisa.

### **Pausas e desvios: o inesperado também compõe pesquisa**

A pesquisa iniciaria em março de 2020. No entanto, em março de 2020 o mundo parou. Um vírus fez o mundo parar. A pandemia de SARS-CoV-2<sup>2</sup>. Um hiato no processo de pesquisa se deu.

---

<sup>2</sup> Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do

Todos(as) aprendendo a se relacionar por tecnologias virtuais; pesquisas interrompidas e, até mesmo, muitos estudos não podendo ser realizados. O mundo do trabalho também se transformando. A única *certeza* que seguiu, foram os encontros do grupo de pesquisa, nas terças-feiras pela manhã: num primeiro momento, espaço de acolhimento; após, estudo; e, por fim, quando os anunciados dois anos para o *retorno da normalidade* foram assimilados, um espaço coletivo para repensar os desenhos/propostas das pesquisas.

Não bastasse a pandemia, em julho de 2020, o município de Lajeado e região também sofreram com uma das piores enchentes da história. Uma enchente em meio a uma pandemia. Mais desafios, principalmente para o campo da saúde. Foi nesse período que me aproximei do Fórum Permanente de Mobilidade Humano do Rio Grande do Sul (FPMH-RS) e na Rede Migração/RS, coletivos que objetivam construir e fortalecer redes pro migrantes e refugiados. Tanto o Fórum quanto a Rede mobilizaram forças para acolher e identificar migrantes e refugiados(as) que haviam sido atingidos(as) pelas cheias, para mapear suas necessidades.

Definitivamente não havia possibilidade de uma pesquisa ocorrer. Não a pesquisa que havia desenhado. Não a pesquisa-molar que me habitava naquele momento. Meu [não] desejo de intervenção se configurava *ignorando a pesquisa*. O doutorado parecia não existir. No entanto, Gilles Deleuze e Félix Guattari

---

MERS-CoV e SARS-CoV. [...] Em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo co-ronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Disponível em <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em 19 jan 2021.

desde o início se configuraram como intercessores desse percurso. Ou seja, "[p]esquisar, intervir, cuidar e acolher podem co-habitar. Tudo isso pode se conectar. O *e* que tanto Gilles Deleuze e Félix Guattari nos escancaram enquanto aposta ética, parece que foge, que escapa" (Dhein, 2021, p. 38).

Talvez foi nesse momento que percebo a cartografia enquanto aposta ético-estética-política importante. Ela nos possibilita colocar as molaridades e molecularidades em encontro, em co-existência. No momento que rompe com os binarismos - que configuram tão fortemente os modelos metodológicos da ciência clássica - a aposta em aportes teórico-metodológicos pós-estruturalistas nos permitem operar com produções subjetivas que permitem também evidenciar "afetos que pedem passagem" (Suely Rolnik, 2006, p. 23). Ou seja, uma construção de mapas - que na Cartografia são dos trajetos e dos afetos - que também colocam as intensidades em jogo, que se conectam, que se conversam. "É essa distribuição de afetos [...] que constitui um mapa de intensidade. É sempre uma constelação afetiva" (Gilles Deleuze, 1997, p. 87). Seria necessário construir uma nova proposta.

### **Territórios e rotas: encontros**

Havia perdido novamente as crianças. Naquele momento, encontrar *a* criança, já seria uma possibilidade. No entanto, eu estava na busca de *uma* criança.

#### **Uma.**

"O artigo indefinido é o condutor do desejo" (Gilles Deleuze e Félix Guattari, 2012a, p. 31). Para os autores, o artigo indefinido não marca uma indeterminação. Só faltará determinação "se o aplicarmos a um sujeito determinável ou a uma forma ela própria indeterminada" (Betina Hillesheim, 2008, p. 126). Para produzir determinação, "introduzimos hecceidades, acontecimentos, remetendo a um agenciamento coletivo como condição" (p. 126). A potência do artigo indefinido efetua-se quando o termo que ele faz devir5 destitui-se "das características formais que fazem dizer o, a" (Gilles Deleuze, 1997, p. 12) [Da tese. Dhein, 2021, p. 29].

Nessa nova invisibilidade e pela condição sanitária que nos encontrávamos, optei por uma pesquisa nos materiais de domínio público. Uma escolha difícil, pois um dos pontos principais que havia acordado com minha orientadora, era de que *desejava humanos*. O percurso da dissertação havia sido feito com materiais de domínio público. Agora, *desejava humanos*. A escolha dos materiais seguiu os seguintes critérios:

- (1) Descritores de busca: criança, infância, criança migrante e infância migrante. No singular.
- (2) Onde? Em organizações nacionais e internacionais que atuam no Brasil.
- (3) Como definir quais? Aquelas citadas em artigos e legislações sobre migrações que compuseram o estado da arte no projeto da tese. Além destes, também os relatórios produzidos pelas organizações pesquisadas.
- (4) Quando: 2020. Por quê? Por ser ano que a pesquisa com as crianças migrantes iria ocorrer/ocorreu.

Assim, a partir destes critérios, os materiais selecionados para o percurso cartográfico foram os apresentados no Quadro 1. A busca pela criança migrante iniciava.

Quadro 1. Materiais pesquisados.

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| Organizações Nacionais      | Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)<br><br>Ministério das Relações Exteriores (MRE)<br><br>Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)<br>Polícia Federal (PF)<br>Portal da Imigração  |
| Organizações Internacionais | Organização das Nações Unidas (ONU)<br>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<br>Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)<br>Pacto Global - Organização das Nações Unidas (ONU)<br><br>Organização Internacional do Trabalho (OIT)<br><br><i>International Organization for Migration (IOM)</i> |



|             |   |
|-------------|---|
| Relatórios  | <p>Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020 (OBMigra, 2020), do Observatório das Migrações Internacionais</p> <p><i>World Migration Report 2020</i>, do <i>International Organization for Migration</i> (IOM, 2020), mais especificamente o capítulo 8</p> <p><i>A child is a child</i> (UNICEF, 2017)</p> <p>As regras do jogo. Uma introdução à ação normativa da Organização Mundial do Trabalho (OIT, 2019a)</p> <p>Construir sistemas de proteção social: Normas internacionais e instrumentos de direitos humanos (OIT, 2019b)</p> |
| Legislações | <p>LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.</p> <p>LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. Institui a Lei de Migração.</p>   |

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Do encontro com esse material e descritores, emerge o quadro 2:

Quadro 3. Entrando nos portais<sup>3</sup>.

| Portal   | Descritores para busca | Registros encontrados (total) | Ano 2020 |
|--|------------------------|-------------------------------|----------|
| <b>Organismos nacionais<sup>4</sup></b>  |                        |                               |          |
| Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)<br>Secretaria Especial de Previdência e Trabalho<br><a href="https://www.gov.br/trabalho/pt-br">https://www.gov.br/trabalho/pt-br</a> | Criança                | 1                             | 0        |
|  | Infância               | 0                             | 0        |
|  | Criança migrante       | 0                             | 0        |
|  | Infância migrante      | 0                             | 0        |
| Ministério das Relações Exteriores (MRE)<br><a href="https://www.gov.br/mre/pt-br">https://www.gov.br/mre/pt-br</a>  | Criança                | Notícias 360<br>Mídia 58      | 7<br>1   |
|  | Infância               | Notícias 85<br>Mídia 34       | 2<br>0   |
|  | Criança migrante       | Notícias 38<br>Mídia 38       | 0<br>0   |
|  | Infância migrante      | Notícias 20<br>Mídia 27       | 0<br>0   |

<sup>3</sup> Buscas realizadas em 25 de janeiro de 2021.

<sup>4</sup> Os portais .gov.br migraram para uma nova plataforma. Desse modo, tanto a busca quanto o filtro para a busca de informações, em alguns momentos, apresentaram-se com dificuldades, principalmente no item nomeado “mídia”.

|  |                   |                           |                                |
|--|-------------------|---------------------------|--------------------------------|
| Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)<br>Polícia Federal (PF)<br><a href="https://www.gov.br/pf/pt-br">https://www.gov.br/pf/pt-br</a>                        | Criança           | Notícias 166<br>Mídia 237 | 96<br>Não foi possível filtrar |
|  | Infância          | Notícias 6<br>Mídia 6     | 3<br>3                         |
|  | Criança migrante  | Notícias 0<br>Mídia 12    | 0<br>2                         |
|  | Infância migrante | 1                         | 1                              |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)<br>Portal da Imigração<br><a href="https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/">https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/</a> | Criança           | 13                        | 0                              |
|  | Infância          | 4                         | 0                              |
|  | Criança migrante  | 9                         | 0                              |
|  | Infância migrante | 4                         | 0                              |
| <b>Organismos internacionais</b>   |                   |                           |                                |
| Organização das Nações Unidas (ONU)<br><a href="https://brasil.un.org/pt-br/">https://brasil.un.org/pt-br/</a>   | Criança           | 0                         | 0                              |
|  | Infância          | 0                         | 0                              |
|  | Criança migrante  | 0                         | 0                              |

|  |                   |   |     |
|--|-------------------|---|-----|
|  | Infância migrante | 0   | 0   |
| Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<br><a href="http://www.unesco.org/new/pt/culture/themes/underwater-cultural-heritage/protection/unescos-work/">http://www.unesco.org/new/pt/culture/themes/underwater-cultural-heritage/protection/unescos-work/</a> | Criança           | Não é possível realizar busca no site A busca que existe no site remete ao portal <i>Google</i> (uma busca global, e não no sítio). |     |
|  | Infância          |   |     |
|  | Criança migrante  |   |     |
|  | Infância migrante |   |     |
| Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)<br><a href="https://www.unicef.org/brazil/">https://www.unicef.org/brazil/</a>  | Criança           | 403   | 181 |
|  | Infância          | 305   | 163 |
|  | Criança migrante  | 15  | 8   |
|  | Infância migrante | 9   | 7   |
| Pacto Global - Organização das Nações Unidas (ONU)<br><a href="https://www.pactoglobal.org.br/">https://www.pactoglobal.org.br/</a>  | Criança           | 0   | 0   |
|  | Infância          | 0   | 0   |
|  | Criança migrante  | 0   | 0   |
|  | Infância migrante | 0   | 0   |
| Organização Internacional do Trabalho (OIT)<br><a href="https://www.ilo.org/brasil">https://www.ilo.org/brasil</a>   | Criança           | 645   | 33  |
|  | Infância          | 11  | 0   |

|  |                   |     |    |
|--|-------------------|-----|----|
|  | Criança migrante  | 235 | 11 |
|  | Infância migrante | 77  | 0  |
| <i>International Organization for Migration (OIM)</i><br><a href="https://www.iom.int/">https://www.iom.int/</a> | Child             | -   | 40 |
|  | Childhood         | -   | 4  |
|  | Migrant Child     | -   | 27 |
|  | Migrant Childhood | -   | 3  |
| <b>Relatórios</b>  |                   |     |    |
| Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020 (OBMigra., 2020) <sup>5</sup><br>[No Portal de Imigração]    | Criança           | 25  |    |
|  | Infância          | 0   |    |
|  | Criança migrante  | 0   |    |
|  | Infância migrante | 0   |    |

<sup>5</sup> O Observatório das Migrações Internacionais, OBMigra, foi instituído a partir de um termo de cooperação em 2013 entre o Ministério do Trabalho (MTb), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB). Com a extinção do Ministério do Trabalho (MTb) em janeiro de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assumiu as competências do antigo Ministério no que diz respeito às questões de imigração laboral, incluindo o CNIg. Com isso o OBMigra passou a cooperar diretamente com o MJSP (Disponível em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>. Acesso em 14 fev 2021).

|  |                   |     |
|--|-------------------|-----|
| <i>World Migration Report 2020, do International Organization for Migration (IOM, 2020), mais especificamente o capítulo 8</i> | Children          | 327 |
|  | Childhood         | 4   |
|  | Migrant Child     | 4   |
|  | Migrant Children  | 44  |
| <i>A child is a child (UNICEF, 2017)</i>   | Migrant Childhood | 0   |
|  | Child             | 190 |
|  | Childhood         | 9   |
|  | Migrant Child     | 2   |
| <i>As regras do jogo. Uma introdução à ação normativa da Organização Mundial do Trabalho (OIT, 2019a)</i>                      | Migrant Children  | 33  |
|  | Migrant Childhood | 0   |
|  | Criança           | 26  |
|  | Infância          | 0   |
|  | Criança migrante  | 0   |
|  | Infância migrante | 0   |
|  | Criança           | 334 |
|  | Infância          | 8   |

|  |                          |   |
|--|--------------------------|---|
| Construir sistemas de proteção social:<br>Normas internacionais e instrumentos de<br>direitos humanos (OIT, 2019b) | Criança<br>migrant<br>e  | 0 |
|  | Infância<br>migrant<br>e | 0 |

Fonte: produzido pela autora, 2021.

Uma entrada no rizoma da pesquisa: os portais. E assim fui seguindo. Cartografando, detalhando, olhando para cada um dos materiais encontrados, na busca por *uma* criança migrante. À medida que fui realizando a análise descritiva, algumas cenas, palavras foram chamando atenção. Não somente elas, mas também o entendimento do processo cartográfico. A Cartografia passava a operar como proposta teórico-metodológica. Uma dupla que fomos ensinados(as) e operar em distância, que se fundiram no meu processo de pesquisa - respeitando a ética das pesquisas que apostam no pós-estruturalismo. Tanto as obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992; 1995; 1997; 2011; 2012a; 2012b) quanto os dois volumes do *Pistas do Método Cartográfico* (Passos; Kastrup; Escóssia, 2010; Passos; Kastrup; Tedesco, 2016) *vagavam* nos pensamentos e na tentativa de escrita. Invenção. Criação. Arte. Filosofia. Ciência. Como *operar* com isso tudo?

Foi nesse momento, da descrição dos materiais de domínio público, que fui entender o que a minha orientadora, Betina Hillesheim, em vários momentos me sinalizava: *Gi, a tese se dá no escrever*. Literalmente fui vivendo a experiência do pensamento, da criação e da escrita se produzindo ao organizar em palavras, na escrita, a experiência vivida.

E assim a tese foi se inventando, se criando. A primeira "entrada" que a análise dos materiais me sinalizou, foi do trabalho e da família. Foi nesse momento que, em orientação, para não fugir do *desejo por humanos*, decidimos realizar entrevistas com famílias que migraram com crianças, visto que a família, nos materiais

analisados, estava em *acoplamento* com a criança. Por muito tempo na análise dos materiais, as crianças seguiram invisibilizadas; por isso, a aposta em entrevistas às famílias. As entrevistas foram virtuais e os convites via redes sociais e redes de contato. Era isso que a pandemia possibilitava naquele momento.

Assim, entrevistei, entre março e abril de 2021, três mulheres venezuelanas que migraram com filhos em 2020 e um casal que migrou no final da década de 1990, da Argentina. Embora o casal argentino tenha migrado ainda quando operava a antiga lei de Migrações - a nova data de 2017 -, a entrevista foi importante para a composição da tese e do entendimento das diferenças dos processos migratórios antes de 2017 e depois. Entrevistas cuja aposta era de “[a]cessar o plano do comum e também construir um mundo comum e, ao mesmo tempo, heterogêneo” (Virgínia Kastrup e Eduardo Passos, 2016, p. 15). As conversas ocorreram em uma mescla de português e espanhol. Ora *portuñol* ora *espanguês*, como uma das entrevistadas brincou.

Importante destacar que as entrevistas nesse percurso cartográfico carregaram três pressupostos: enquanto acompanhamento de processos (Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup, 2010); enquanto método de pesquisa-intervenção (Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros, 2010); e como um coletivo de forças como plano de experiência cartográfica (Liliana da Escóssia e Silvia Tedesco, 2010). Assim, conduzimos a conversa pela via do *como* em detrimento do *por quê*. A Cartografia aposta em perguntas que convidem o(as) entrevistado(a) não a respostas de saberes pré estabelecidos, mas que promovam “a abertura do plano coletivo de forças, à sua indeterminação e potência de criação” (Silvia Helena Tedesco, Christian Sade e Luciana Vieira Caliman, 2016, p. 109).

Assim, não ocorreu um roteiro pré-estabelecido, mas alguns pontos disparadores, que em algumas conversas, inclusive, tomaram outras direções (participantes querendo contar o porquê):



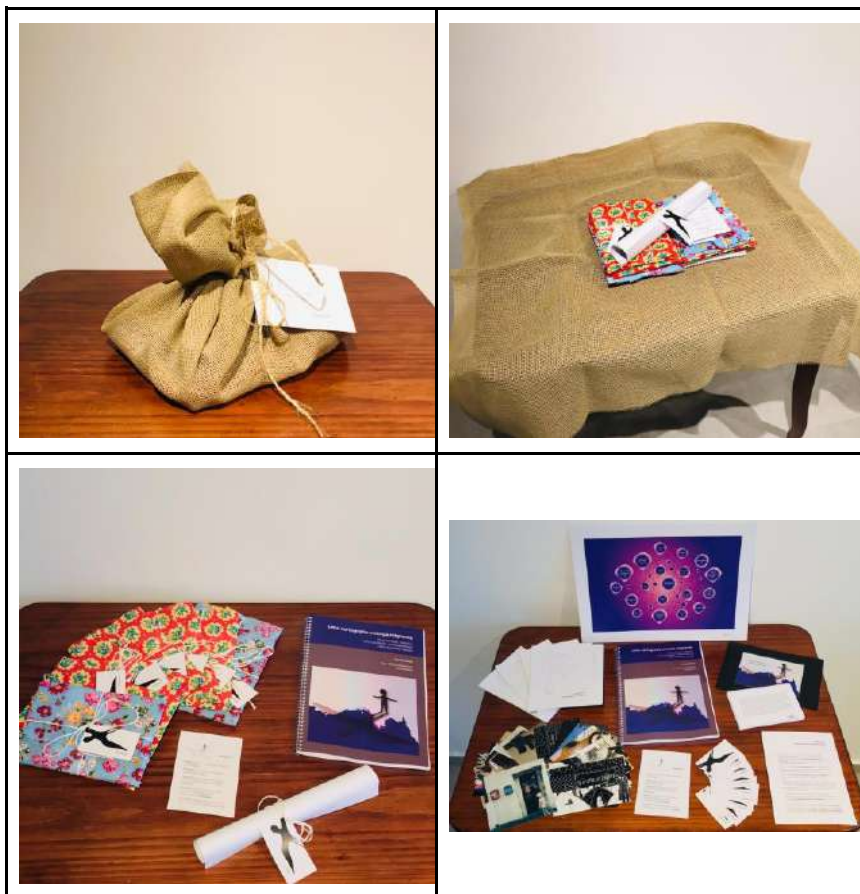
Conte sobre sua chegada e de sua família ao Brasil.  
Como se dão os trajetos, os percursos dessa chegada?  
Como é migrar com crianças?  
Como se constroem as relações nessa chegada?  
Escola, Assistência Social, Saúde: como percebe essas políticas públicas?  
Fale sobre a infância. E sobre a infância migrante.  
(Alguns disparadores de conversa com as famílias, março de 2021)

Após as entrevistas, o mapa da cartografia - um rizoma - foi se configurando e se desenhando. Atrelado a ele, o encontro com o personagem conceitual - que apresentarei a seguir - como saída para alguns dilemas éticos que fui encontrando: meu diário de bordo era refletido de registros. Cenas que foram compondo a cartografia e que já foram mencionadas anteriormente e que eu desejava que compusessem o mapa, e que retomo novamente:

- Vida cotidiana: encontros com migrantes pelas cidades do Rio Grande do Sul: Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Teutônia, Encantado, Porto Alegre.
- Vida de estrangeira: visita técnica com o Grupo de Pesquisa a Portugal, em outubro de 2018.
- Arte de Raiz Ai WeiWeie outras que cruzaram (literatura infantil, principalmente).
- Contato com a AME - Encantado.
- Oficina na AVESOL - Porto Alegre.
- Materiais de domínio público.
- Entrevistas: encontros com vidas de 4 famílias migrantes.

Mas como *utilizar* desse material, respeitando as regras de pesquisa com seres humanos? Como *utilizar* observações do cotidiano, embora saibamos que sendo bem conduzidos os cuidados com a não identificação das pessoas, é possível? Esse cuidado estava presente. Essa não era a minha questão. Talvez minha questão se desenhava em como *alinhar as linhas que pediam passagem?*

## Criação: uma aposta ética, estética e política



Fotos: Dieter Huebner, 2021.

As *linhas que pediam passagem* direcionaram à construção de uma tese física, impressa, um modelo que talvez em 2021 já não estava mais tão presente na academia. *Normalizamos* a virtualidade das orientações, das bancas, das escritas. No entanto, precisei [ou desejei] produzir outra experiência estética. Talvez esta experiência justamente consegue emergir pelo encontro dos afetos e da imersão na proposta metodológica cartográfica. Parecia que algo precisava *ser entregue*; afinal, a intensidade das vivências e histórias pareciam

não ter sentido somente no virtual. Foi assim que iniciou a construção do produto da tese.

Como já mencionado, a entrada foram os materiais de domínio público. Materiais virtuais. Foram os portais que *pegaram minha mão* e me conduziram no caminho do encontro entre migrações e crianças. Desse percurso, figuras-tipo (Suely Rolnik, 2006) foram sendo produzidas; figuras que o constituem; figuram que evidenciam singularidades e, como efeito, apontam para produções subjetivas do encontro entre crianças e migrações.

criança-família

criança-invisível

criança-vulnerável

criança-migrante

criança-corpo

criança-número

criança-número-zero

criança-educação

criança-autóctone

infância-migrante

Nesse caminhar, as *trochas* foram criadas. Para comunidade venezueladna, atalhos, rotas que os(as) migrantes utilizam para chegar até a fronteira com o Brasil. *Desvios que conduzem a um lugar*. Na língua portuguesa, *trocha* remete a reunir pertences mais íntimos em um invólucro. No percurso da tese, ambos significados puderam ser escolhidos, conforme o encontro com a leitura. A tese é constituída por um *texto base*, o qual apresenta a construção do problema da pesquisa, as implicações e o percurso de análise dos documentos apresentados acima. À media que a análise cartográfica opera, *trochas* - que também podemos chamar hiperlinks, hipertextos - conduzem, *desviavam* o(a) leitor(a) para textos *fora do texto*, numa ideia de mapa. Ou seja, a entrada para leitura da tese, tal qual um rizoma, pode ser por qualquer *trocha*. Estas *trochas* dizem de muitos elementos da tese, sejam eles éticos, estéticos e/ou políticos.

Retomando as figuras-tipo, o trabalho, a família e a escola configurarem-se como espaços-instituições importantes do encontro entre criança e migrações, bem como uma condição: a de vulnerabilidade. A tese-cartografia foi se tecendo nestas interrelações e para narrar essa caminhada, um personagem conceitual foi criado: menino-pássaro, o qual foi inspirado nas entrevistas realizadas e outros encontros com a temática. Menino-pássaro que constituiu a criação, a invenção. Um operador estético que brinca no mapa de "personagens rítmicos e paisagens melódicas" (Gilles Deleuze e Félix Guattari, 1997, p. 125); como agente de enunciação. "Os personagens conceituais têm [o] papel [de] manifestar os territórios, desterritorializações e reterritorializações absolutas do pensamento. Os personagens conceituais são pensadores, unicamente pensadores, e seus traços personalísticos se juntam estreitamente aos traços diagramáticos do pensamento a aos traços intensivos dos conceitos" (Gilles Deleuze e Félix Guattari, 1992, p. 92).

Um menino que buscou o percurso inteiro nos mostrar o que era possível no encontro entre criança e migração. Um menino que nos ajudou a conservar o anonimato das identidades dos(as) participantes da pesquisa e, ainda, nos ajudou a *colocar em encontro* todo o percurso, as vivências, as experiências, os encontros já mencionados acima. O vivido e o criado, o inventado encontraram lugar. Afinal, "a pesquisa não se faz pela representação das formas, mas pelas forças circulantes, sendo que a observação não deve dizer da essência, mas do acontecimento" (Betina Hillesheim, Anita Guazzelli Bernardes e Patrícia Flores de Medeiros, 2008, p. 222).

Menino-pássaro. Nosso personagem-conceitual. Nosso sedentário, migrante e nômade. Ele põe em movimento os instituídos que a criança-migrante carrega - as linhas segmentárias -, ao mesmo tempo que rompe territórios, migrando e destituindo as faces rígidas dos encontros entre criança e migrações, promovendo reterritorializações que dizem dos desejos que pedem passagem [Da tese. Dhein, 2021, p. 61].

Numa tese que se propõe a pesquisar migrações, que implicam fronteiras, nada melhor que um menino-pássaro - que acopla humanos e não-humanos, para em seus voos, no encontro com a infância, nos apresentar o devir-infância que o processo migratório carrega. O ponto de partida do mapa construído foi a invisibilidade da criança migrante. Na busca por sua visibilidade, o trabalho - principalmente do pai/homem - se configurou como porta de entrada na paisagem brasileira. Nessa entrada, os trajetos percorridos pela família foram apontando para uma vulnerabilidade enquanto condição migrante e a escola como lugar de acolhimento da criança e da família. Uma infância-migrante em devir possibilitou a emergência de *uma* criança migrante, e a problematização das fronteiras que o processo migratório produz. Como efeito, *uma* criança que nos ensina outros modos de nos relacionar com as fronteiras.

## Referências

- ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Pista 7. Cartografar é habitar um território existencial. In Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da (org). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. pp. 131-49.
- ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.
- BACK, Leticia Aline. Os (des)encontros as tríade: processos migratórios, trabalho e cidade. 2019. Orientadora Profa. Dra. Betina Hillesheim. 95 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.
- BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Pista 3. Cartografar é acompanhar processos. In Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da. (org). **Pistas do método da cartografia**.

Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. pp. 52-75.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1990.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. 2. ed. Ijuí/RS: Editora Ijuí, 2004.

COUTO, Caroline. Infâncias-Migrantes-Literatura-infantil: cometas, para interrogar o mundo e reinventar mapas. 2020. Orientadora Profa. Dra. Betina Hillesheim. 94 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia 2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 4.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia 2. 2 ed. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 2011. v. 2.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia 2. 2. ed. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2012a. v. 3.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia 2. 2. ed. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 2012b. v. 5.

DHEIN, Gisele Uma cartografia-criança-migrante. Uma entrada: trabalho; uma condição: vulnerabilidade; uma acolhida: escola. 2021. Orientadora Profa. Dra. Betina Hillesheim 156 f. **Tese** (Doutorado em

Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021.

ESCÓSSIA, Liliana da; TEDESCO, Silvia. Pista 5. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. pp. 92-108.

HILLESHEIM, Betina; BERNARDES, Anit Guazzelli; MEDEIROS, Patrícia Flores de. Leitura de uma onda: pesquisa e observação. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3, pp. 213-24, set./dez. 2008.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Pista do Comum. Cartografar é traçar um plano comum. In PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia**. A experiência da pesquisa e o plano comum. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2016. pp.15-41.

KOHAN, Walter. Infância. **Entre a Educação e Filosofia**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011,

KOHAN, Walter Omar. **Visões de Filosofia: infância**. Alea, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pp. 216-226, jul./dez. 2015.

KOHAN, Walter Omar. Sobre a escrita acadêmica, a política e a amizade... In CALLAI, Cristiana; RIBETTO, Anelice (org.). **Uma escrita acadêmica outra**. Ensaios, experiências e invenções. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. pp. 48-56.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (org). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. pp. 52-75.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia**. A experiência da pesquisa e o plano comum. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2016. pp. 175-202.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. pp. 17-31.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. Pista da Entrevista. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia**. A experiência da pesquisa e o plano comum. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2016. pp. 92-127.





## FRAGMENTOS DA INCLUSÃO: O QUE NOS É DADO A PENSAR?

Betina Hillesheim

Ao pesquisar a partir de autores pós-estruturalistas, como Michel Foucault e Gilles Deleuze, somos convocados a pensar de outros modos. Tal atitude implica, primeiramente, no estranhamento dos Universais, visto que estes “não explicam nada, eles próprios devem ser explicados” (Deleuze; Guattari, 2007, p. 15). Trata-se, assim, seguindo Nietzsche, de “incomodar a besteira” (Deleuze, 2004, p. 188), entendendo-se sempre que pensar é experimentar (Deleuze; Guattari, 2007).

O que significa incomodar a besteira ao tratar do tema da inclusão? Ora, a inclusão tornou-se um consenso em nosso tempo: trata-se de algo que se coloca em um nível “humanitário”, que diria da nossa “evolução” como seres humanos, dignificando-nos como pessoas “de bem”. A inclusão também é vista como solução para uma série de questões tanto individuais como sociais. Além disso, a outra face da inclusão seria a exclusão, a qual deve ser evitada, condenada, denunciada. A partir desses contornos, a inclusão atinge um estatuto de inquestionabilidade, colocando-se ao lado do Bem e do Justo.

Portanto, problematizar a inclusão, para além de denunciá-la como insuficiente ou propor alternativas, é uma tarefa difícil, que exige, para quem o faz, uma série de justificativas que demarquem que sua posição não é ser contra a inclusão ou assinalar sua pretensa falsidade. Porém, incomodar a besteira se dá no sentido de, foucaultianamente, perguntar-nos o que somos capazes de ver e dizer hoje sobre a inclusão, rachando as palavras e as coisas, buscando extrair suas visibilidades e enunciados (Deleuze, 2004). Dessa maneira, não se trata de pensar como um ato de (re)cognição, mas de afirmação da diferença, visto que, na perspectiva

deleuziana, um filósofo é um homem de má vontade, sendo que “um pensamento que não faz mal a ninguém, que não perturba ou entristece os tolos, não pode ser pensamento” (Schöpke, 2004, p. 172). O pensamento, assim, rompe com qualquer forma de representação. Além disso, como ressalta Zourabichvili (2016, p. 3), talvez a principal questão do pensamento seja de sua necessidade: “não a necessidade de pensar, mas como chegar a um pensamento necessário”. Dessa maneira, é necessário algo que force o próprio pensamento, sendo que o pensamento só se torna possível a partir de um encontro. A besteira é o pensamento que se encontra em estado de torpor, não sendo forçado a ser colocado em movimento. Baseado em Deleuze, o autor afirma que o principal inimigo do pensamento não é o falso, mas o não-sentido, o não-valor, isto é, pensamentos que se fundamentam na simples reconhecimento e não na colocação de problemas.

Nessa perspectiva, este capítulo busca discutir a inclusão a partir de alguns fragmentos da mídia recolhidos e registrados em um diário de um campo. Embora esses registros componham uma pesquisa maior que se propôs a realizar uma cartografia sobre os discursos da inclusão, a intenção aqui não é a apresentação da pesquisa mediante uma análise de dados e discussão de resultados em um sentido tradicional. Tais fragmentos servem, nesse contexto, apenas como disparadores para o pensamento, no intuito de desnaturalizar o que Foucault (2008) nomeia como regime de veridicação, ou seja, as regras do dizer verdadeiro ou falso que nos permitem falar determinadas coisas e não outras. Portanto, o texto se constitui mais como um ensaio do que uma pesquisa empírica, sendo que os fragmentos (recolhidos de diferentes mídias, tais como programas de televisão, jornais diversos, revistas, entre outros materiais) são utilizados como provocações, ou melhor, como exercícios de torção do pensamento. Deste modo, o texto se organiza em torno de quatro fragmentos no intento de retirar o pensamento de um estado de torpor, forçando-o a pensar, colocando novos problemas para a questão da inclusão. E, por fim, utiliza-se um quinto fragmento – o qual conclama que “toda hora é

hora de inclusão” – como forma de mostrar como tais fragmentos compõem, a partir de sua dispersão e heterogeneidade, uma vasta rede de inclusão.

### **Fragmento 1: “Etiqueta atual inclui trato com portadores de necessidades especiais”**

Esse fragmento foi retirado de um caderno especial do jornal Zero Hora, em uma edição de fim de semana. A reportagem versa sobre a publicação de um livro, no qual a autora, que tem esclerose múltipla, aborda questões relativas à “etiqueta inclusiva”. É interessante destacar que, entre algumas recomendações práticas (como, por exemplo, qual a melhor maneira de auxiliar a conduzir uma cadeira de rodas no caso de um declive ou escada), há outras que dizem respeito às construções culturais produzidas sobre as pessoas com deficiências, na tentativa de desconstruir a noção de falta que acompanha a própria palavra, originada do verbo latino *deficere*, que significa faltar, falhar. Nessa perspectiva, há tanto uma preocupação em evidenciar a autonomia da pessoa com deficiência (“não segure ou toque a cadeira de rodas; ofereça ajuda, mas não insista”), quanto com os modos de nomear (“evite o termo cadeirante, pois ressalta o instrumento que a pessoa porta, não o que a pessoa é. Prefira dizer usuária de cadeira de rodas”).

Para além da linguagem denominada como “politicamente correta”, que se instituiu a partir das variadas correntes multiculturais, é necessário compreender que, como pontua Candau (2008), o multiculturalismo não se originou no mundo acadêmico, mas foi produzido no seio das lutas dos movimentos sociais (em especial, do movimento negro). Além disso, multiculturalismo é um termo polissêmico e isto é demonstrado pela necessidade de adjetivá-lo (multiculturalismo liberal, conservador, celebratório, crítico, etc.), pois são muitas as vertentes multiculturais. Entre as variadas abordagens, a autora destaca três que considera fundamentais e que, de algum modo, fundamentam as outras propostas: o multiculturalismo assimilacionista, o

multiculturalismo diferencialista (ou monoculturalismo plural) e o multiculturalismo interativo (ou interculturalidade).

Pode-se dizer que a linguagem “politicamente correta” que tem se disseminado especialmente a partir dos anos 1990, pode se relacionar de formas distintas com as diferentes abordagens multiculturais, ou seja, pode ser vista como estratégia de assimilação do outro, como simples celebração (ou negação) da diferença, como forma compensatória da desigualdade, entre outras. De qualquer modo, o que parece estar em jogo aqui é a compreensão de que a cultura é um campo de lutas que se articula à produção de identidades, tal como formulado pelos Estudos Culturais (Hall, 2006). Ou ainda, a partir das teorizações de Foucault (2004), entende-se que, apesar de feitos de signos, os discursos não são redutíveis à língua ou ao ato de fala, pois fazem mais do que simplesmente designar coisas: discursos são, assim, “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2004, p. 55). Aponta-se, com isso, que nossas nomeações não são inocentes ou fortuitas, mas produzem formas de ver e compreender o mundo, bem como modos de subjetivação. E, ao propor outras formas de nomear, os movimentos sociais pretendem, mediante uma desestabilização dos modos correntes de marcar o outro pela linguagem, causar uma modificação nas relações de desigualdade existentes.

Por outro lado, Foucault, em entrevista a Dreyfus e Rabinow (2010), nos alerta que “nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso” (p. 299), sendo que nossas práticas sempre carregam perigos. Para o autor, isso significa que sempre há algo a fazer, sendo necessário determinar quais os perigos atuais. Thoma (2004), ao discorrer sobre a educação inclusiva, chama a atenção de que “para cada palavra pronunciada ao nomear os sujeitos há uma gama de adeptos ou de profissionais que a ela se opõem” (p. 48).

A partir dessas considerações, é interessante pensar o que as mudanças de termos mostram e escondem. Mas é também preciso atentar que, como assinala Deleuze (2005), embora os enunciados tenham o primado, isso não significa que as visibilidades sejam

redutíveis a eles, pois há uma disjunção entre uns e outros. Assim, é preciso tanto extrair os enunciados das palavras e da língua, quanto extrair as possibilidades das coisas; esta é a tarefa da arqueologia foucaultiana. As formas de utilização da linguagem dizem dos modos pelos quais nomeamos, fizemos aparecer, damos existência e construímos verdades. Por sua vez, a visibilidade não é “a maneira de ver de um sujeito: o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada da visibilidade” (p. 66). Dessa maneira,

o que se pode concluir é que cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado. Nunca existe segredo, embora nada seja imediatamente visível, nem diretamente legível. (Deleuze, 2005, p. 68).

É preciso lembrar a discussão de Foucault (2006) sobre a pintura de Magritte, *Ceci n'est pas une pipe (isto não é um cachimbo)*, que compõe a obra denominada *A traição das imagens*. Se pintar não é afirmar (nem o desenho, nem o enunciado, nem o próprio “isto” são o cachimbo), entre a imagem e o texto ocorre uma relação bastante complexa e problemática. Nesse sentido, para Foucault, há uma especificidade do ver, pois, enquanto o enunciado não é uma proposição a designar um estado de coisas ou um objeto, o visível não se reduz a um sentido mudo, a ser atualizado na linguagem: “certamente, não há um encadeamento indo do visível ao enunciado ou do enunciado ao visível” (Deleuze, 2005, p. 74).

A linguagem “politicamente correta”, aliada a regras de conduta tidas como polidas, entra, portanto, num determinado jogo de verdade, visto que, ainda acompanhando o raciocínio de Deleuze sobre a obra de Foucault, o verdadeiro somente se dá a partir de práticas de ver e práticas de dizer, sendo necessário que essas duas partes que compõem o verdadeiro entrem em relação, insinuem-se mutuamente, entrem em batalha: “falar e ver ao mesmo tempo, embora não seja a mesma coisa, embora não se fale do que se vê e não se veja aquilo do que se fala” (Deleuze, 2005, p.

75). Ao nomear “usuário de cadeira de rodas”, em substituição a “cadeirante”, evidencia-se o primado do dizível, pois o olhar se desloca para o sujeito, entendido não como dependente ou falho, mas como alguém que é autônomo e ativo. Porém, as visibilidades “cadeira de rodas”, “prótese” ou “implante coclear” (para citar algumas) também engendram enunciados outros, constituindo entrecruzamentos diversos, produzindo, a cada vez, verdades sobre a normalidade/anormalidade, a inclusão, os sujeitos normais/anormais. Enfim, pode-se compreender que, como coloca Deleuze (2005), embora os enunciados sejam determinantes e façam ver, o que fazem ver é diferente do que dizem, sendo que, para dar conta dessa relação entre essas duas formas heterogêneas, é preciso introduzir uma nova dimensão: a das relações de poder. E, nesse cenário, um manual de etiqueta inclusiva materializa determinadas forças nos embates sobre a constituição de verdades na arena da inclusão, no intuito de conduzir condutas: afinal, na espessura entre o que se diz e o que se vê, “o sujeito é sempre uma derivada” (Deleuze, 2004, p. 134).

### **Fragmento 2: “a gente está querendo o quê? Inclusão!”**

Esta frase foi trazida em um programa de televisão que versava sobre a proposta de modificação, por projeto de lei, da definição de família. Embora a Constituição Federal estabeleça, em seu artigo 226, parágrafo 3º, que a entidade familiar é a união estável entre um homem e uma mulher (Brasil, 1988), em 2011, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela possibilidade de união jurídica entre pessoas do mesmo sexo. Em reação a tal decisão, o Estatuto da Família é um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, com o intuito de definir família como um núcleo formado entre um homem e mulher. Na entrevista de um casal homossexual composto por duas mulheres, uma delas justifica a sua posição contra a modificação proposta pelo Estatuto da Família a partir da ideia de que se trata de uma luta, fundamentalmente, por inclusão. Ao destacar tal fragmento, busca-se marcar, especialmente, dois pontos: 1) incluir se

coloca em um jogo de oposições; 2) a inclusão, na medida em que se coloca na ordem do discurso contemporâneo, alcança uma posição de legitimidade para reivindicar questões diversas.

A respeito do primeiro ponto, pode-se pensar esse jogo de oposições a partir de duas grandes vertentes (que podem ser desdobradas em várias outras): normalidade/anormalidade e inclusão/exclusão. Tais vertentes se entrelaçam de distintas formas, visto que tanto se pode marcar o normal e o anormal num movimento complexo de exclusões e inclusões – o que Veiga-Neto (2001) discute em um texto intitulado *Incluir para Excluir* –, quanto, como ressalta Kaminura (2007), as próprias políticas de inclusão podem partir de uma naturalização da normalidade e da anormalidade. De qualquer modo, se entendemos tais noções como invenções de nosso tempo, percebe-se que tais oposições obedecem a uma lógica do “ou isto ou aquilo”, isto é, ou o sujeito é uma coisa (incluído) ou outra (excluído). Porém, os sujeitos estão inseridos numa rede intrincada de inclusões/exclusões, conforme a perspectiva da qual se avalia. Embora haja uma série de críticas muito pertinentes ao próprio uso do termo exclusão e sua banalização (cf. Lopes, 2009), não é intenção aqui aprofundar tal discussão. No momento, cabe apenas sublinhar que um pensamento que opera por oposições é um pensamento que, como afirmam Deleuze e Parnet (1998), sempre passa por uma máquina binária que distribui papéis já determinados e que faz com que tudo passe por uma grade de inteligibilidade já formada. Dessa maneira, mais do que uma lógica baseada na noção do “ou... ou...”, pode-se pensar na inclusão como inserida em uma lógica de modulação de condutas, mediante a diferenciação dos níveis de participação dos sujeitos, vistos como flexíveis, participativos e autônomos (Kraemer, 2017).

A respeito do segundo ponto, aponta-se a fragmentação e dispersão das lutas que têm ocorrido na contemporaneidade. Se, em épocas anteriores, como assinalam Hardt e Negri (2006), ao discutir o conjunto de forças que dá substância política ao que denominam como Império, caracterizado por uma ordem global



que obedece a lógicas diversas àquelas constituídas pela noção de soberania dos Estados-Nação, as lutas se concentravam na categoria proletariado – representado especialmente como a classe operária industrial –, atualmente essa classe praticamente desapareceu. As lutas contemporâneas são heterogêneas, dispersas, não se comunicam em outros contextos e, muitas vezes, têm duração muito breve. Entretanto, “o que as lutas perderam em extensão, duração e comunicabilidade ganharam em intensidade” (p. 73). Tem-se, assim, a emergência de movimentos com características absolutamente novas, eliminando a distinção entre as dimensões econômicas e políticas. “As lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais – e, por consequência, são lutas biopolíticas, valendo para decidir a forma da vida” (p. 75). Além disso, os autores afirmam que as lutas não se vinculam de forma horizontal, mas cada revolta tem o potencial de atacar diretamente o cerne virtual do Império.

Nesse sentido, diferente dos pessimistas e nostálgicos que lamentam a dispersão das lutas contemporâneas, destaca-se aqui seu potencial revolucionário. Os autores supracitados identificam três momentos – inclusivo, diferencial e gerencial – que compõem o aparelho geral de controle do Império, o qual se pauta em valores humanos e na coincidência e na universalidade entre os aspectos éticos e jurídicos. Portanto, a inclusão é pré-condição para essa nova ordem global, sendo que as diferenças devem ser incorporadas, afirmadas e administradas. Parafraseando Hegel, Hardt e Negri (2006, p. 61) alertam que o Império “é bom em si mesmo”, mas não “por si mesmo”. Isso significa considerar que, se por um lado, a construção de Império é uma resposta ao desejo de libertação da multidão, congregando diversas lutas contra os mecanismos modernos de dominação, por outro lado, o Império constrói formas de dominação, em determinados sentidos, ainda mais brutais do que a que destruiu, aumentando exponencialmente as redes de exploração capitalista. Entretanto, na visão dos autores, é necessário reconhecer que o potencial de libertação também aumenta. As novas lutas que se constituem nesse cenário ganham

uma nova intensidade, emergindo uma nova qualidade dos movimentos sociais. Se, por um lado, as diferentes lutas contemporâneas são circunscritas e, muitas vezes, incomunicáveis em outros contextos, elas se expandem verticalmente, atacando diretamente o nível global. Diferentemente da imagem marxista da toupeira – que, em determinados momentos, viria à tona para provocar a luta de classes e depois retornaria para baixo da terra com o propósito de cavar novos túneis, “na transição contemporânea para o Império, os túneis estruturados da toupeira foram substituídos pelas infinitas ondulações da cobra” (p. 76). Em outras palavras, se as lutas não são vinculadas horizontalmente, cada uma delas estabelece uma relação direta com o centro do Império, saltando no sentido vertical, caracterizando-se pela intensidade e pela singularidade de seu aparecimento.

A partir disso, entende-se que a inclusão, legitimada como algo inerente ao que se considera como civilizado e necessária dentro dos chamados valores humanos, coloca-se como um princípio ético nos nossos tempos. Assim, diferentes sujeitos e grupos se colocam como “sujeitos-a-incluir”. Contudo, o próprio desejo de inclusão fragmenta as categorias: cada vez mais os sujeitos e grupos passíveis de inclusão se alargam, proliferam, multiplicam-se. Inclusão escolar, inclusão social, inclusão digital, inclusão de gênero e sexualidade, inclusão produtiva... A inclusão se desdobra e se direciona para condições múltiplas: “a gente está querendo o quê? Inclusão!”. A cada nova luta, um ataque direto ao centro do Império.

### **Fragmento 3: “Viva a inclusão: Lego lança o primeiro boneco cadeirante da história da marca”**

Na esteira de uma sociedade que se quer inclusiva e que a inclusão é enunciada (e festejada) em toda a parte, é interessante lembrar uma pesquisa realizada nos anos 1990, nos EUA, a respeito da célebre boneca Barbie. Nessa pesquisa, Steinberg (2001) enumera, a partir de uma vasta coleção da boneca e seus acessórios,

o que a Barbie é (sexy, heterossexual, noiva, babá, secretária, veterinária, astronauta, policial, presidente, étnica...) e o que tem (condomínio rosa, piscina, carro, palco de gravação, namorado, telefone celular, distintivo, roupas variadas, avião, bicicleta...), em contraste com o que ela não é (sem-teto, drogadicta, sadomasoquista, criminosa, bruxa...) ou não tem (uma locomotiva, um navio de guerra, uma metralhadora...). Nas diferentes listas feitas pela autora, a identidade cadeirante (e poderíamos acrescentar surda, cega, ou com síndrome de down, entre outras) não é sequer cogitada. Entretanto, passadas duas décadas, não é fortuito o lançamento do boneco cadeirante da Lego, como anunciado no fragmento acima: a inclusão exige que se dê visibilidade às pessoas com deficiência, seja nas novelas, nos livros infantis, nos filmes, nas empresas, na publicidade, nas escolas...

Antes de festejar os ditos avanços que tal visibilidade parece anunciar, é necessário atentar que, na maior parte das vezes, a questão da inclusão parece estar reduzida às noções de diversidade e de tolerância. No entanto, tais noções são insuficientes para dar conta da inclusão. A esse respeito, Skliar (2003) relaciona a diversidade a uma busca incessante de catalogação da diferença, tornando-a inócua e domesticada, denunciando também o caráter ambíguo da tolerância, a qual, por um lado, é um convite para o reconhecimento das diferenças, mas, por outro, se constitui como uma posição branda, que nos exime de responsabilidades e mascara as desigualdades.

Assim, também é ambígua a produção de artefatos culturais que visam a celebrar a diferença. Nesses tempos de Império, como discutido anteriormente, este é uma máquina de integração universal: todos são convidados, de forma pacífica, a entrar em seus domínios. “Com limites e diferenças suprimidos ou postos de lado, o Império é uma espécie de espaço liso pelo qual deslizam subjetividades sem resistência ou conflitos substanciais” (Hardt; Negri, 2006, p. 218). O momento seguinte, para os autores, considera tais diferenças contingenciais e culturais (ao invés de essenciais e biológicas): são diferenças consideradas não

conflituosas, cuja incorporação não causará maiores danos à ordem estabelecida. Dessa maneira, o Império não trabalha com um cenário de pureza e segregação, mas opera por modulação, prosperando a partir do movimento e da mistura. O Império é pragmático e funciona mediante o gerenciamento de variáveis complexas e cambiantes, as quais exigem uma multiplicidade de soluções sempre inacabadas, mas, de todo o modo, efetivas.

Não se trata, portanto, de negar ou minimizar as diferenças, mas assimilá-las, celebrá-las e colocá-las em movimento num complexo jogo de forças, de forma a não as excluir, mas gerenciá-las, num investimento maciço na vida. A partir da conclamação à inclusão, multiplicam-se as formas a serem assimiladas, pessoas com deficiência, população LGBT, estrangeiros, pobres, refugiados... Todos convocados a serem partícipes do jogo da inclusão, num mundo que se abre em fluxos homogeneizantes e heterogeneizantes, marcados pelo paradoxo da pluralidade e da multiplicidade. Afinal, na contemporaneidade, como assinala Foucault (2010), embora as lutas contra as formas de dominação e exploração ainda continuem presentes, há um incremento das lutas contra as formas de sujeição, contra a submissão das subjetividades. Nessa perspectiva, o filósofo argumenta que, ao definir o exercício do poder como ação sobre ações possíveis, há a introdução de um elemento fundamental: a liberdade. Dessa maneira, as determinações não estão saturadas, mas os sujeitos podem se mover: não se trata de uma servidão voluntária, mas como, no centro das próprias relações de poder, encontra-se a intransitividade da liberdade. A partir disso, mais do que uma relação antagonica – poder x liberdade –, há uma provocação permanente entre esses termos, uma relação agonística.

#### **Fragmento 4: “Exposição Beleza Inclusiva mostra inclusão social”**

Uma das reivindicações recorrentes em diferentes movimentos sociais é por uma maior visibilidade das minorias (homossexuais, transexuais, mulheres, negros, pessoas com

deficiência, e todos aqueles que não se enquadram no padrão branco, masculino, heterossexual, pertencentes às camadas médias urbanas da população). Tal visibilidade pode se dar de formas diversas – como, por exemplo, mediante os próprios movimentos de reivindicação e as ações de protesto, sejam individuais ou coletivas, bem como a inserção e reconhecimento desses grupos nas escolas ou no mercado de trabalho –, mas um dos caminhos consiste na busca por uma maior representação na mídia (por exemplo, através de outros personagens que rompam com os estereótipos discriminatórios) e a valorização de aspectos tidos como pertencentes a tais grupos (podendo-se incluir aqui a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003), que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, com o intuito de ressaltar a cultura negra na formação da sociedade brasileira). Nessa direção, uma exposição sobre Beleza Inclusiva articula-se ao lançamento de um boneco cadeirante, como discutido no fragmento anterior: ambas são ações que conclamam à celebração da diferença e tentam tensionar os padrões normal/anormal, belo/feio.

Pode-se dizer, assim, que o que está em jogo é uma política de identidades. Aponta-se ainda que, principalmente a partir da década de 1960, as denominadas minorias protagonizaram uma série de lutas, tomando a cultura como um palco privilegiado de embate:

Seu propósito consistia, pelo menos inicialmente, em tornar visíveis ‘outros’ modos de viver, os seus próprios modos: suas estéticas, suas éticas, suas histórias, suas experiências e suas questões. Desencadeava-se uma luta que, mesmo com distintas caras e expressões, poderia ser sintetizada como a luta pelo direito de falar por si e de falar de si. Esses diferentes grupos, historicamente colocados em segundo plano pelos grupos dominantes, estavam e estão empenhados, fundamentalmente, em se autorrepresentar (Louro, 2008, p. 20).

Nessa perspectiva, a autora discute, referindo-se especialmente aos movimentos feministas e das minorias sexuais,

que estes compreenderam rapidamente a relevância do acesso aos diversos espaços culturais (novelas, cinema, literatura, rádio, currículos escolares, entre outros). Tal luta inscreve-se como uma disputa pela produção de verdades, entendendo-se, a partir de Foucault (2010), que as verdades são produzidas mediante um constante jogo de forças. Em uma perspectiva foucaultiana, Tomaz (2014, p. 178) afirma a relevância de compreender os recursos disponibilizados pela cultura “para que cada um se torne alguém”, isto é, quais as possibilidades de subjetivação na contemporaneidade.

Porém, é necessário atentar para a observação de Louro (2008), ainda referindo-se aos movimentos feministas e sexuais: se, por um lado, a visibilidade adquirida pode ser vista como uma maior aceitação de tais grupos, por outro, há ainda uma série de circunstâncias de marginalização e opressão ainda enfrentada por eles, sendo que tal visibilidade não pode ser tomada de forma ingênua. Ou seja, ao mesmo tempo em que há uma crescente aceitação da pluralidade, também há um recrudescimento de ataques oriundos de setores conservadores da sociedade, resultando em campanhas que visam a resgatar valores tidos como tradicionais (vistos como “naturais”) ou mesmo em ações de violências de todas as ordens.

### **À guisa de conclusão: “Porque toda hora é hora de inclusão”**

Tendo em vista a argumentação desenvolvida neste capítulo, utiliza-se um outro fragmento para dar fechamento/abertura ao texto. Tal fragmento aparece no contexto de uma discussão proposta por uma Universidade, dentro da programação do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em 02 de dezembro. No presente texto, interessa focar nessa afirmação, cuja legitimidade é circular: “porque toda hora é hora...”. Ou seja, quando se trata de inclusão não caberia nenhuma dúvida ou problematização, visto que a discussão se inscreveria em um plano a-histórico.

Com o objetivo de “incomodar a besteira”, o texto trouxe algumas provocações, sob a forma de fragmentos recolhidos da mídia. Tais fragmentos não formam um conjunto unitário, homogêneo, mas evidenciam a complexidade na qual se inserem os discursos sobre inclusão. Nessa perspectiva, os discursos foram colocados sob suspeita, torcidos, retorcidos, buscando reintroduzi-los no plano temporal e entendendo-os como verdades produzidas no nosso tempo, a partir do entendimento de que eles não são isolados, mas se conectam de modos diversos, formando uma rede de inclusão.

Entretanto, é importante dizer que, na mesma direção de Hardt e Negri (2006), em sua discussão sobre o Império, não se trata de defender ou querer retornar a um tempo em que, mais do que incluir, a segregação estava em pauta.

Sustentamos que o Império é melhor, da mesma forma que Marx insistia que o capitalismo é melhor do que as formas de sociedade e os modos de produção que o precederam. A visão de Marx fundamenta-se numa sadia e lúcida aversão às hierarquias provincianas e rígidas que precederam a sociedade capitalista, e também no reconhecimento de que o potencial de libertação aumentou na nova situação. Da mesma forma, podemos ver hoje que o Império se desfaz dos cruéis regimes do poder moderno e aumenta o potencial de libertação (Hardt; Negri, 2006, p. 63).

Na medida em que a inclusão vem dar lugar a outras formas de vida que não as majoritárias, mas formas minoritárias, frágeis, gaguejantes, vulneráveis, resistentes, novas ou mesmo experimentais, trata-se de reconhecer que, com todas suas ambiguidades – e, talvez, justamente por isso –, é a vida que pede passagem. Vida a ser investida, ora capturada nas múltiplas redes de poder, mas também que resiste, inventando modos de existência, forçando outros movimentos. Toda hora é hora para a inclusão, portanto. Inclusão como conceito balbuciente, que ataca os modelos estabelecidos.

## Referências

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. 2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 21 set. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018). Acesso em: 21 set. 2017.
- CANDAU, Vera. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, abr. 2008. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782008000100005&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100005&lang=pt) Acesso em: 17 mar. 2017.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. In: \_\_\_\_\_. *Ditos & Escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 247-263.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

KAMINURA, Ana Lúcia Martins. Os princípios da inclusão e exclusão: Uma relação sutil. *InterAÇÕES - Cultura e Comunidade*, v. 2, n. 2, p. 185-200. 2007. Disponível em <http://www.redalyc.org/html/3130/313027309013/>. Acesso em: 24 mar. 2017.

KRAEMER, Graciele Marjana. *A modulação das condutas das pessoas com deficiência no direito à escola comum brasileira*. 2017. 202f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 2, p. 153-169, mai/ago. 2009. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8297/5536>. Acesso em: 30 jun. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*. v. 19, n. 2, p. 7-23, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SCHÖPKE, Regina. *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.

SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença*. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STEINBERG, Shirley. A mimada que tem tudo. In: STEINBERG, Shirley.; KINCHELOE, Joe (Org.). *Cultura infantil*. A construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 321-338.

THOMA, Adriana da Silva. Sobre a proposta de Educação Inclusiva: notas para ampliar o debate. *Cadernos de Educação Especial*, Santa Maria, n.23, p. 45-52. 2004. Disponível em

<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a5.htm>. Acesso em: 28 set. 2017.

TOMAZ, Renata. A invenção dos tweens: juventude, cultura e mídia. *Intercom*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 177-202, jul./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/interc/v37n2/1809-5844-interc-37-02-0177.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). *Habitantes de Babel*. Políticas e Poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

ZOURABICHVILI, François. *Deleuze: uma filosofia do acontecimento*. São Paulo: Editora 34, 2016.



## JOGOS DE PODER EM MAPAS: TENSIONAMENTOS A PARTIR DE FERRAMENTAS FOUCAULTIANAS E CONHECIMENTOS DO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Daniel Felipe Schroeder  
Camilo Darsie

Os mapas devem ser entendidos como instrumentos que, historicamente, cristalizam determinados saberes em lugar de outros e definem verdades, muitas vezes, consideradas absolutas. Eles são capazes de subjetivar sujeitos, de diferentes modos, por meio dos jogos de poder que envolvem seus processos de confecção, bem como as informações que lhes dão forma. Mapas, não apenas representam aspectos relativos ao espaço, mas desempenham papel ativo na constituição e disseminação de conjuntos de saberes, articulando, transformando e replicando discursos. Dessa forma, não são meros documentos alicerçados em recursos gráficos e informações neutras, mas, de modo mais amplo, fazem parte das práticas que constituem e transformam modos de ser e de estar no mundo.

Suas representações gráficas são construídas com base em seleção de informações, símbolos e significados que refletem interpretações e intencionalidades, emergentes em diferentes tempos e parcelas do espaço. Portanto, além de representarem aspectos considerados constituintes de "realidades preexistentes", também participam da produção e legitimação de distintos entendimentos sobre acontecimentos que envolvem dinâmicas políticas, econômicas, religiosas, sociais, entre outras, as quais são multifacetadas, concorrentes e intrinsecamente vinculadas às dinâmicas de poder que moldam compreensões sobre o mundo (Peters, 2000).

Neste contexto, torna-se importante ressaltar que três autores do campo da cartografia são fundamentais para o tensionamento

dos mapas na atualidade, especialmente por questionarem, em seus tempos, a ideia de neutralidade que envolvia/envolve tais artefatos: 1) John Brian Harley, que aborda os mapas como imagens impregnadas de juízos de valor que representam formas de conceber, articular e organizar o mundo, descrevendo-os como representações carregadas de mensagens políticas definidas por seus conteúdos, suas distorções e simbolismos; 2) Christian Jacob, defensor da caracterização dos mapas como artefatos resultantes de conjuntos de operações e escolhas gráficas que produzem uma linguagem cartográfica que comunica enquanto subjetiva sujeitos; 3) Denis Wood, defensor do argumento que os mapas representam o espaço de forma intencional, por meio da qual se identifica, se seleciona e se nomeia o que será apresentado.

Diante disso, neste texto, utilizamos as ideias desses três autores em articulação às ferramentas de Michel Foucault, a fim de tensionar os jogos de poder que envolvem mapas, conseqüentemente, tornando-os estratégias biopolíticas. Para tanto, inicialmente, destacamos aspectos culturais que envolvem, por muitos anos, a produção cartográfica, ressaltando que são construções orientadas por práticas de poder. Assim, exploramos a confecção de mapas como um processo influenciado por modos de fazer a seleção de dados e dos elementos iconográficos que lhes constituem.

No segundo momento, abordamos a cartografia como narrativa que produz o espaço, especialmente, por meio de uma visão eurocêntrica que ainda é comum, mesmo em mapas digitais. Por fim, partindo das transformações tecnológicas, relacionadas aos aplicativos e *softwares* de mapeamento, destacamos as mudanças nas formas de compreensão e de representação do espaço, caracterizada pelo surgimento do que chamamos de "cartógrafos amadores", ou seja, sujeitos leigos que assumem papéis cartográficos e marcam uma transição notável no campo e o aumento da circulação de recursos cartográficos digitais entre outros leigos (Wood, 2003).

## **Problematizando a neutralidade cartográfica - um ponto de partida**

Conforme Jacob (2016), deve-se sempre considerar que os mapas são objetos construídos e enraizados em uma cultura visual. A partir desta perspectiva, é necessário explorar a produção dos mapas diante dos valores, crenças e práticas de poder que influenciam seus elaboradores. Assim, a produção cartográfica é um processo no qual são tomadas decisões relacionadas a fatores que dizem respeito à produção e à seleção de dados, bem como aos elementos iconográficos - símbolos e cores - utilizados para a produção de efeitos subjetivos.

Em uma luta constante pela validação de seus produtos, os cartógrafos direcionam a maneira como se observa e se reproduz o espaço, a partir dos elementos destacados. Nesse sentido, é importante explicarmos que o espaço é entendido como a fusão das dinâmicas sociais e naturais, em diferentes escalas, que transformam fenômenos locais em globais - e vice-versa. É a dimensão fundamental que abriga todas as relações humanas, incluindo as econômicas, as políticas, as sociais e as culturais (Souza, 2014; Cavalcante e Lima, 2018). No entanto, ao situar o espaço como um conjunto de relações e subjetivações em constante movimentação, Souza (2014) propõe que ele se desdobra por meio das espacialidades, ou seja, por meio das “dinâmicas que abrangem as mais distintas formas de relações sociais, articuladas às materialidades espaciais já existentes, bem como às resultantes dessas dinâmicas” (p. 144).

Deste modo, os mapas articulam-se às espacialidades e operam ativamente na produção e reprodução do espaço, tanto ao serem elaborados quanto ao circularem entre os diferentes usuários de seus recursos. Os campos de conhecimento e os contextos nos quais os mapas desempenham papel de constituição do espaço são arenas onde emergem competições que envolvem aspectos técnicos e conteúdos distintos, mas, ainda, de maneira mais intrincada, jogos de poder, muitas vezes, subjacentes. Isso molda perspectivas

em relação a diversas verdades que envolvem as áreas da sustentabilidade, da natureza, da política, da ciência, da economia entre outras e, ainda, da vida cotidiana.

Não é exagerado argumentar que ao longo da história da cartografia tal dinâmica tenha se restringido a algumas elites – políticas, culturais ou científicas – responsáveis por balizar os critérios de validação de mapas. Tais grupos sociais contavam/contam com a possibilidade de produzir parcelas do espaço por meio dos modos como as representavam/representam, de acordo com seus interesses e critérios técnicos criados por elas mesmas.

Um exemplo disso relaciona-se ao fato de que muitos mapas, ao longo da história, elaborados por sociedades não europeias, passaram por modificações ou foram rejeitados pelas instituições que validavam as representações cartográficas. Tal situação ocorria em função da hegemonia dos conhecimentos, experiências e crenças dos políticos, militares e cartógrafos europeus encarregados de definir e avaliar o que poderia ser considerado verdadeiro ou não (Harley, 1991). Conforme Wood (1992), durante o período da exploração e colonização de novos territórios, os cartógrafos europeus desempenharam papel fundamental na busca e na consolidação do poder sobre os povos colonizados. Seus mapas eram usados para promover interesses políticos e econômicos, havendo distorções em suas representações para benefício dos colonizadores. Isso suscitou debates éticos sobre a precisão e a justiça na representação do mundo, colocando, desde então, sob suspeita a objetividade dos mapas em contextos sob influência político-ideológica.

Além disso, os cartógrafos elegeram territórios considerados estratégicos, durante o período de expansão europeia, ajudando os colonizadores a consolidarem o controle sobre as áreas dominadas e desempenhando papel-chave na definição de fronteiras por meio de “novas” fragmentações do espaço. Segundo Marshall (2018, p. 127), foi sobre mapas africanos que os europeus traçaram “linhas que tinham mais a ver com o quanto os exploradores, as forças militares e os negociantes de qual potência tinham avançado no

mapa do que com o que as pessoas que viviam entre elas pensavam ser, ou com o modo como queriam se organizar.”

Harley (1989) refere que a idealização dos mapas como meros reflexos objetivos da realidade precisa ser questionada. Assim, estes passam a ser reconhecidos como produtos culturais moldados por perspectivas, intenções e agendas específicas. Eles não apenas retratam o espaço, mas também expressam visões particulares do mundo, podendo ser usados como instrumentos de poder e controle. Conforme o autor, através dos mapas, narrativas são construídas, fronteiras são definidas e ideais identitários são moldados.

É relevante se compreender, também, que mapas são produtos pautados em distorções e desvios sobre as parcelas espaciais que representam, devido às limitações técnicas que os envolvem e que podem ser intencionalmente direcionadas. Para reproduzir os elementos espaciais esféricos em um plano bidimensional, por exemplo, é necessário adaptações nas formas de representação. Assim, como são produções humanas, convencionou-se representar nos mapas aquilo que Harley (2009) denomina como “umbigos do mundo”, que podem ser diferentes entre culturas distintas. Conforme destaca, nos mapas babilônios, a Mesopotâmia está no centro, nos mapas islâmicos é Meca que representa o umbigo do mundo e nos mapas cristãos, Jerusalém aparece como o “verdadeiro” ponto central, por exemplo (Harley, 2009).

Contudo, neste contexto, é fundamental lembrar do mapa-múndi mais utilizado globalmente, até os dias de hoje, produzido por Gerardus Mercator, em 1569. Nele há uma clara intenção de aumentar a proporção do continente europeu por meio de cálculos relativos aos elementos cartográficos. Os meridianos são planejados em linhas retas e verticais, horizontalmente equidistantes, enquanto os paralelos, da mesma forma, dispostos de forma retilínea, mas horizontalmente, fazendo com que as distâncias verticais entre elas sejam sucessivamente maiores. Neste sentido, quanto mais distante das áreas centrais do mapa, maiores são as distorções criadas, fato que favorece os países do hemisfério norte.



Somado a isso, Mercator centralizou o continente europeu, aumentando sua área e ajudando no estabelecimento do que se entende como visão eurocêntrica. Para Harley:

o simples fato de que a Europa esteja situada no centro do mundo nesta projeção, e que a superfície das massas terrestres esteja tão deformada que dois terços da superfície do globo parecem se situar em latitudes elevadas, somente pôde favorecer um sentimento de superioridade dos Europeus. O fato de que os “Estados colonialistas brancos” apareçam relativamente maiores sobre o mapa do que aqueles que eram à época apenas “as colônias” habitadas por povos de cor representadas “muito pequenas”, nos convida a ver no mapa uma profecia geopolítica. (Harley, 2009, p. 12)

Diante disso, é possível compreender que as distorções intencionais apresentadas nos mapas, através da utilização de diferentes variações nas projeções, também funcionam como ferramentas de poder. O aumento de determinados recortes espaciais significa o estabelecimento da superioridade de determinadas localidades. Os mapas, nesse sentido, conduzem os observadores a visões de mundo que são exclusivas, criando um centro de mundo único e verdadeiro, acrescentando força geopolítica e significado à representação cartográfica (Harley, 1989, 2009). Em alguns locais, estas relações de poder estão intrincadas tão fortemente que, conforme Marshall (2022, p. 27) exemplifica, “na Europa, ainda se pensa na Austrália como a terra ‘lá embaixo’”.

Nesse sentido, torna-se interessante mencionar que a perspectiva de poder adotada pelos cartógrafos apresentados até aqui busca, ao longo da história e por meio de mapas mundiais, motivar acerca da problematização destes artefatos. São pontos de partida que estimulam novos olhares sobre a ciência cartográfica e seus produtos. Portanto, o movimento investigativo que direciona este ensaio adota uma visão diferenciada, pautada em noções foucaultianas por meio das quais pode-se pensar que as relações de poder e as diferentes verdades desdobram-se horizontalmente, de modos múltiplos, estando entrelaçadas entre si e ao desenvolvimento e circulação de mapas.

Os mapas são, assim, instrumentos que compõem as práticas discursivas que operam sobre a produção e legitimação de verdades à medida que moldam compreensões sobre o espaço. Essa perspectiva ressalta que projeções cartográficas não são apenas ferramentas técnicas, produzidas por meio de saberes técnicos, mas também são artefatos culturais e políticos que desempenham papel primordial na construção de conhecimentos e na produção e reprodução dos jogos de poder.

### **Jogos de poder nos mapas - do artesanal ao digital**

Consideramos a cartografia uma narrativa multifacetada, pois os mapas são tidos como textos universais. Isso se deve ao fato de que são construídos com base em um conjunto de signos convencionados e amplamente reconhecidos pelas agências internacionais. Portanto, além de representar o espaço, a cartografia associa-se aos exercícios de poder relacionados à produção espacial, como frequentemente discutido nos estudos geográficos (Eugênio, 2021; Harley, 1989)

Gaudio (2003) observa que os mapas buscam representar diferentes partes do espaço, criando sínteses de determinados territórios em determinados momentos históricos. Para realizar essa tarefa, os mapas se baseiam em um conjunto de conhecimentos. Assim, a cartografia está intimamente ligada aos discursos que a fundamentam, os que envolvem os temas sobre os quais trata e aos discursos que ela mesma produz e reproduz. Segundo Foucault (2013), os discursos são produzidos e controlados por aqueles que têm a autorização para fazê-lo e podem ser vistos como práticas que dependem do *status* do sujeito que os emite e dos lugares onde são proferidos.

A produção de mapas em escalas maiores, como mapas-múndi ou mapas de grandes territórios, requer simplificações significativas. Essas simplificações, muitas vezes, causam a impressão de que o espaço é estático, sem mudanças, e que os limites políticos são imutáveis. Isso, por sua vez, contribui para a

construção de uma "vontade de verdade" na cartografia, por meio da qual determinadas representações são privilegiadas em detrimento de outras. Essa construção "da verdade" cartográfica é uma forma de exercício de poder e de controle sobre o espaço e sobre as narrativas que o produzem.

A partir deste argumento, convém destacar que Harley (1989) faz uma análise das relações de poder sobre os mapas em uma perspectiva foucaultiana, especialmente a partir das relações entre saber e poder. Para o autor, como descrito anteriormente, o poder atravessa e emana da cartografia, pois atrás de muitos cartógrafos há inúmeras instâncias e instituições. Assim, os mapas se tornaram cruciais para os Estados exercerem a manutenção dos seus poderes, mas também articulam-se aos micropoderes que envolvem diferentes escalas e sentidos. Entende-se, assim, que a cartografia carrega um "poder interno", que produz efeitos políticos relacionados aos momentos em que estes são produzidos os mapas (Oliveira, 2014).

A produção de mapas, juntamente com os contextos históricos e espaciais em que estão inseridos, ressoa com a perspectiva foucaultiana da "verdade". Conforme sustentado por Almeida (2012), para Foucault, a verdade não é uma entidade estática e objetiva, mas sim uma construção social e histórica intrinsecamente ligada ao poder, o qual produz formas de saber que se materializam em "verdades". O que é considerado verdadeiro em uma sociedade, em um determinado período histórico, é fortemente influenciado pelas estruturas de poder e pelo conhecimento predominante da época. Assim, a verdade emerge como uma construção fluida e mutável, sujeita a variações ao longo do tempo, desempenhando um papel crucial na legitimação e na manutenção dos sistemas de poder.

Foucault (2006, p. 233) esclarece essa perspectiva ao afirmar que entende por verdade "o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros". Isso implica que a verdade não é uma entidade fixa, mas sim uma interação dinâmica entre os

enunciados, práticas e relações de poder que moldam o que é considerado legítimo em determinadas sociedades.

No contexto da produção de mapas, é possível observar como essa noção se aplica, pois os mapas não são representações neutras e objetivas da realidade, mas sim produtos culturais e históricos que refletem as perspectivas, valores e interesses das épocas e lugares em que foram criados. Os mapas, assim como outras formas de conhecimento, são usados para estabelecer e perpetuar relações de poder, muitas vezes, promovendo a visão de mundo daqueles que estão no controle.

A noção foucaultiana de poder, não se concentra em entender seus efeitos como uma entidade isolada, mas sim nas relações de poder que emergem no contexto de diversas interações sociais. Lynch (2018) fornece uma perspectiva das análises foucaultianas, enfatizando que as relações de poder são manifestações diretas das interações sociais que moldam e subjetivam os indivíduos. Nessa perspectiva, o foco recai nas microrrelações de poder, nas relações localizadas, na interação entre indivíduos. Conforme Foucault (1988, p. 92), "é nesse campo das correlações de forças que se deve tentar analisar os mecanismos de poder."

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retorna, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força. (Foucault, 2022, p. 274).

Deste modo, as relações de poder se desdobram a partir de uma multiplicidade de forças que geram impactos e características variadas, inclusive por meio da cartografia. Pode-se afirmar, igualmente, que o poder não é uma estrutura fixa ou uma instituição exclusiva do Estado. Ele é um produto das ações individuais que permeiam todas as dinâmicas de poder. Como Foucault (1988) explica, o poder ocorre "porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um

ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo, mas porque emana de todos os lugares" (p. 88).

Essa concepção de poder se aplica à produção de mapas, pois nunca são meras representações espaciais. Eles sempre estão acompanhados de uma série de elementos que reforçam diferentes intenções, crenças e conhecimentos que os estabelecem como uma forma de verdade. As iconografias e a utilização deliberada de cores nos mapas representam o espaço como um fenômeno abrangente, abarcando conjuntos de ações e formas (Harley, 1989, 2009).

Essas práticas de poder exercidas por meio da produção de mapas não apenas influenciam a população, mas geram efeitos de verdade que permeiam os discursos veiculados. As informações cartográficas não podem ser, simplesmente, categorizadas como verdadeiras ou falsas, pois suas funções não se restringem a refletir uma objetividade geográfica, mas sim instigar e moldar percepções, crenças e comportamentos específicos em determinados sujeitos (Foucault, 2021). Para Oliveira (2014, p. 159):

[...] a confecção e o uso de mapas são mediados por e expressam as relações de poder. Não se trata, contudo, de reduzir a manifestação do poder nos mapas à intencionalidade ou à prática consciente do autor em manipular dados ou cumprir ordens com interesses expressos. [...]

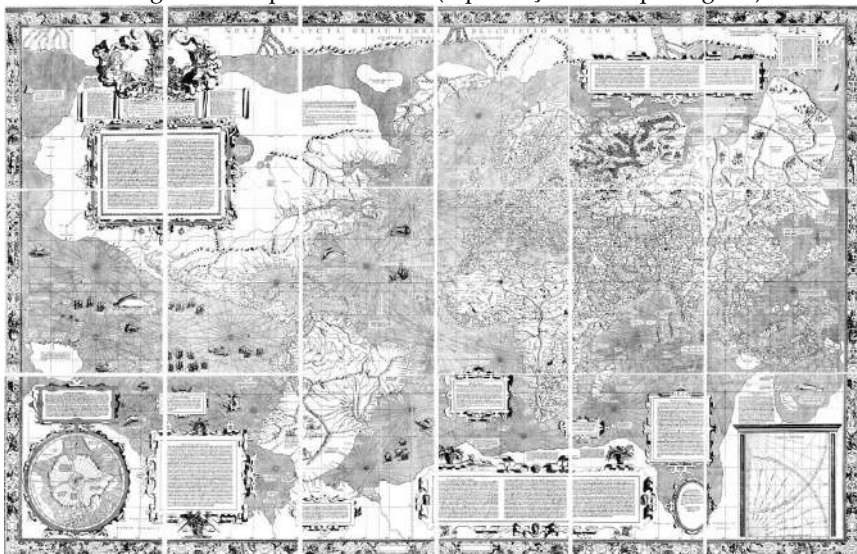
Na produção cartográfica, as dinâmicas de poder não se limitam à escolha e manipulação direta das informações que serão mapeadas. Elas se manifestam de maneira mais sutil, influenciando decisões como a seleção de cores, a configuração de símbolos e iconografias, bem como a escolha dos espaços que serão representados nos mapas. Essas escolhas estilísticas não são apenas estéticas, são estratégias que moldam a percepção do espectador e do elaborador sobre o espaço. Ao considerar esses elementos, relaciona-se essas práticas à noção de "dispositivo"<sup>1</sup>. Os mapas, como

---

<sup>1</sup> Foucault (2022, p. 364) aborda o dispositivo como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos,

parte desse dispositivo mais amplo, não apenas refletem, mas também contribuem para a disseminação de determinadas visões de mundo, consolidando e reforçando as relações de poder existentes e emergentes. Para exemplificar como o poder se entrelaça aos mapas, retomamos a projeção de Mercator (Imagem 1).

Imagem 1 - Mapa de Mercator (reprodução do mapa original)



Fonte: Disponível em: <http://www.wilhelmkruecken.de/ADUSUM/15692001>. Acesso em: 15 nov. 2023

Em sua abordagem cartográfica, Mercator concebeu o globo terrestre de maneira a torná-lo praticamente aberto sobre uma superfície plana, uma representação que, segundo Gurgel (2012), buscava facilitar a utilização prática dos mapas. Contudo, Marshall (2022) destaca que a projeção de Mercator inevitavelmente introduz distorções significativas em nossa percepção, pois representa distâncias curvas em uma superfície plana. Essas distorções são fundamentais para o entendimento do impacto da

---

proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos”.

projeção de Mercator na representação do mundo. Santos (1988) enfatiza que a transformação das superfícies curvas da Terra em superfícies planas, por meio dessa projeção, não ocorre sem distorções em formas e distâncias.

Ao optar por essa representação, Mercator buscou, em certa medida, aumentar a proeminência do continente europeu. Esse viés é claramente perceptível em seu mapa ao ser comparado com outras regiões do globo. Assim, a Europa não apenas se materializa cartograficamente, mas também posiciona-se em uma pretensa posição de superioridade geopolítica. A colocação do continente no "centro do mundo" e a amplificação das massas de terra mais ao norte sugerem uma valorização específica da Europa. Essa perspectiva, por muito tempo, estabeleceu-se como o padrão verdadeiro e de referência para inúmeras representações cartográficas subsequentes.

Assim, a projeção de Mercator transcende sua função prática inicial, onde operava pelo viés da colonização territorial, tornando-se um instrumento poderoso na construção de verdades geográficas que, de maneira sutil, perpetuaram ideias de superioridade europeia no cenário global. Até os dias atuais, é notável que a produção de mapas continue desempenhando um papel crucial na construção de verdades relacionadas ao espaço, influenciando significativamente a maneira como o mundo é percebido. Um exemplo contemporâneo dessa prática é o *Google Maps*<sup>2</sup>, uma ferramenta de localização amplamente utilizada.

---

<sup>2</sup> Conforme Aguiar e Laranjeira (2017, p. 8) o "*Google Maps* é um desdobramento do primeiro projeto cartográfico da *Google Inc.*, iniciado em 2004 com a compra do *EarthViewer*, um aplicativo de manipulação de imagens de satélite criado no início dos anos 2000 pela *In-Q-Tel*, uma subsidiária da CIA, com o objetivo de espionar os movimentos de tropas em depósitos e acampamentos do Iraque. Ao comprá-lo, a *Google Inc.* redesenhou a sua interface de usuário e o rebatizou para *Google Earth*." Atualmente a *Google Inc.* é a principal subsidiária da *Alphabet Inc.*, implantada em 2017, como *holding*. Disponível em: <<https://abc.xyz/>> Acesso em 10 nov. 2023.

Tal *software*, ao oferecer uma visão global detalhada e acessível, é um poderoso agente na (des)centralização e ampliação seletiva de diferentes localidades, guiado pelos interesses e objetivos de seus desenvolvedores e usuários. A escolha de destacar certas áreas em detrimento de outras não é uma decisão arbitrária; ela reflete as dinâmicas de poder sobre a forma como o mapa é produzido. Além de fornecer informações sobre localizações específicas, o *Google Maps* exerce uma influência profunda nas percepções locais ao impactar a visibilidade e a representação de diferentes parcelas do espaço.

A seleção criteriosa de informações para inclusão nos mapas não é apenas uma escolha técnica, é uma forma de exercício de poder. O *Google Maps*, enquanto determina quais estabelecimentos, estradas e características geográficas merecem destaque, molda entendimentos sobre esses lugares. Essas escolhas podem ter consequências significativas na promoção de atividades específicas e na marginalização de outras.

Além de representar o espaço material, o *Google Maps* contribui ativamente para a produção de sua dimensão digital. As experiências de navegação, as informações fornecidas e as opções de interação criam uma espécie de realidade aumentada, digitalmente mediada, adicionando camadas adicionais às maneiras como percebemos o espaço. Em síntese, o *Google Maps* exemplifica como a prática cartográfica contemporânea continua a ser uma forma poderosa de produção de verdades, porém de forma digital e interativa.

### **Novos olhares sobre a produção e utilização dos mapas - uma questão biopolítica e educacional**

A crescente popularização e aumento de avanços tecnológicos, especialmente por meio de aplicativos para *smartphones* e outros *softwares*, possibilitam que uma variedade de sujeitos assumam papéis de cartógrafos, mesmo sem serem formalmente reconhecidos. A tendência, segundo Wood (2003), aponta para o



eventual desaparecimento da profissão do cartógrafo. Neste caso, a noção de que os mapas necessitam seguir um padrão de legenda, escala, entre outros elementos cartográficos, é ignorada e substituída por mapas que se tornam muito mais úteis e eficazes quando seguem outros padrões estéticos (Wood, 2003).

Harley (2001) propõe que os mapas são como textos culturais, enfatizando a riqueza interpretativa que surge ao se explorar sua complexidade em vez de se concentrar apenas na clareza e transparência de suas representações espaciais. Assim, Mesquita (2012) ressalta a natureza aberta e em constante atualização dos mapas, especialmente com a disseminação destes pela *internet*, onde circulam livremente, gerando modos contínuos de se reinterpretar a realidade e educar sujeitos.

Os mapas digitais, impulsionados por uma ampla gama de programas computacionais, tornaram-se ubíquos, acessíveis através de plataformas *online* e incorporados em aplicativos de localização, desempenhando papéis funcional e educativo, significativos, na vida cotidiana (Schroeder *et al.*, 2023). No entanto, conforme salienta Harley (2006), os mapas não são simples representações objetivas da realidade, eles refletem ideologias que moldam o que é incluído e como é representado, influenciando usos em áreas relacionadas à vigilância, à guerra e à demarcação de fronteiras.

Neste contexto, a cartografia emerge como uma condição política e social, parte das relações de poder, inserindo representações que moldam percepções e movimentos da vida (Schroeder *et al.*, 2023). Ibiapina e Bernardes (2019) destacam que os mapas operam como regimes de visibilidade, produzindo representações das relações humanas que podem ser moldadas e, assim, desempenham função de vigilância ao organizar a comunicação de dados relacionados a diversos fenômenos interativos com a sociedade. Além disso, um regime de visibilidade não deve ser entendido apenas naquilo que é visto, mas também em como uma realidade se torna visível a partir de jogos de poder (Ibiapina; Bernardes, 2019).

Nesta análise, os mapas são produtos da imaginação, seleção de informações, símbolos e estilos de representação escolhidos, refletindo o conhecimento e a perspectiva daqueles que os conceberam, não fornecendo uma organização hierárquica das sociedades, mas as tornando visíveis (Harley, 2009; Jacob, 2016).

A partir das relações de poder defendidas por Foucault (1988), abordadas anteriormente, é a partir da emergência das sociedades industrializadas e dos grandes centros urbanos do século XVIII que os governos sentiram a necessidade de novos conhecimentos para controlar as populações, a partir de novos arranjos de poder. De acordo com as reflexões do autor, esse cenário propiciou o surgimento do biopoder, uma configuração de mecanismos que moldam as características biológicas nas esferas das políticas e das estratégias políticas, atuando em diferentes escalas, tanto no âmbito singular quanto no coletivo (Foucault, 2022).

Darsie, Hillesheim e Weber (2021) destacam que o biopoder atua sobre a vida por meio de lógicas distintas e complementares. Assim, Foucault (2002) observa o surgimento de mecanismos de controle mais sutis e racionais, como as estratégias biopolíticas, que visam lidar economicamente com os desafios do aumento da expectativa de vida e suas ramificações, como a inatividade na velhice, os acidentes de trabalho e as enfermidades. A biopolítica, conforme explicado por Darsie, Hillesheim e Weber (2021), com base em Foucault, aborda o corpo como parte de uma espécie, utilizando estatísticas, previsões e quantificação para otimizar seu funcionamento.

Essa abordagem visa articular a vida dos sujeitos aos cálculos estatísticos, concentrando-se em corpos coletivos que podem ser controlados por meio da quantificação. Assim, se passou a conceber a população como um agrupamento de indivíduos interligados socialmente, destacando-se suas necessidades em relação a cuidados específicos em questões patológicas e demandando regulamentações. Foucault (2002) propõe, nesse sentido, enxergar a população como o elemento central na construção da biopolítica. Para o filósofo, a população não é apenas

um conjunto de seres, mas representa peça-chave na estruturação das políticas voltadas para a gestão da vida.

Pensar os mapas como parte das estratégias biopolíticas, vai ao encontro do que propõem Harley (1989) em seus estudos, onde os aborda como ferramentas de exercício de poder. Mapas são representações do espaço produzidas com base em dados coletados e catalogados. Obter estes dados significa se apropriar do espaço produzido pelas sociedades em um determinado instante. Desta maneira, o mapa ilustra, de forma técnica e política, o mundo criado pelos dados que o envolvem. Um mapa, portanto, emerge da produção de conhecimentos que envolvem o espaço em todas as suas dinâmicas. Ao representar dinâmicas do espaço, o mapa produz e reproduz jogos de poder.

Os mapas passam, então, a fazerem parte de um conjunto de instrumentos importantes para as dinâmicas biopolíticas, pois tornam possível visualizar os fragmentos do espaço por onde seria possível se criar as condições de vida mais eficazes, atingindo a eficiência da população. Dessa forma, retoma-se a percepção de Wood (2003) sobre o desaparecimento do cartógrafo, delineando uma transformação fundamental na nossa compreensão e representação do espaço.

A transformação das tecnologias de mapeamento, especialmente as ferramentas que possibilitaram a cartografia digital, tornam obsoletas as representações tradicionais do espaço, deslocando o papel central do cartógrafo na criação dos mapas. Vive-se, portanto, em meio a uma transição cultural e educacional por meio da qual qualquer indivíduo, munido de acesso a essas tecnologias, pode assumir a posição de "cartógrafo amador", gerando mapas e representações personalizadas do espaço moldadas por suas experiências e perspectivas únicas.

No âmbito das estratégias biopolíticas, o desaparecimento do cartógrafo e as tecnologias digitais de mapeamento estão sendo exploradas para a coleta de dados sobre a movimentação e localização das pessoas. Esse processo, por sua vez, facilita o controle e a vigilância sobre indivíduos e populações. As

tecnologias de mapeamento digital, operando através de dispositivos digitais, não apenas capacitam a criação de mapas personalizados por "cartógrafos amadores", mas também alimentam um extenso aparato de observação por parte de autoridades e instituições. Desta maneira, Schroeder *et al.* (2023, p. 46) apontam que os mapas digitais “funcionam como instrumentos de vigilância, que operam através da cartografia, onde é possível organizar e comunicar informações que dizem respeito às mais variadas relações humanas que são produzidas no espaço”.

Portanto, os mapas gerados por meio dessas ferramentas digitais não se limitam a simples representações geográficas; eles são utilizados para rastrear, monitorar e controlar a mobilidade das pessoas em uma escala sem precedentes, ao mesmo tempo em que educam as pessoas sobre os modos de compreender e viver as espacialidades. O espaço, produzido e reproduzido por meio dessas tecnologias de mapeamento torna-se um campo onde o poder se manifesta de maneira difusa e múltipla, influenciando significativamente a forma como se vive, se movimenta e se interage em um mundo cada vez mais digitalizado e algoritimizado.

## **Encerramento**

A análise da produção cartográfica, guiada pela compreensão de que os mapas são produtos culturais enraizados em perspectivas e intenções específicas, revela a complexidade intrínseca dessa forma de representação do espaço. Ao longo da história, os mapas foram não apenas reflexos objetivos da realidade, mas instrumentos de poder que moldaram – e moldam – percepções, legitimando elites e influenciando as relações geopolíticas. A distorção intencional nas representações cartográficas, exemplificada pelo mapa de Mercator, reflete a influência das agendas culturais e políticas na construção de uma visão de mundo exclusiva. A compreensão contemporânea dos mapas como dispositivos culturais e políticos, permeados por

relações de poder e por verdades múltiplas, destaca a necessidade de outras abordagens na interpretação dessas representações, reconhecendo o papel vital que desempenham na construção de conhecimento e nas dinâmicas de poder.

A compreensão de que os mapas são textos universais, construídos por signos convencionados, destaca suas funções como instrumentos de poder que não apenas representam o espaço, mas também moldam, ativamente, percepções sobre ele. A perspectiva foucaultiana de que as verdades são construções sociais e históricas, ligadas às relações de poder, se aplica de maneira relevante no contexto da produção cartográfica e dos tensionamentos que podem ser feitos sobre ela. Mapas, são dispositivos culturais que perpetuam relações de poder ao destacarem certas narrativas em detrimento de outras, seja a partir da noção eurocêntrica produzida pelo mapa de Mercator, no passado, ou da digitalização contemporânea do *Google Maps*.

Assim, a transformação da cartografia, marcada pelo desaparecimento gradual do cartógrafo tradicional e pela ascensão das tecnologias digitais, revela uma reconfiguração profunda nas relações de poder e na forma de representar o espaço. A proliferação de mapas digitais, de maneira mais difundida, não apenas redefine a prática cartográfica, mas também alimenta uma rede complexa de vigilância e controle, incorporando-se às estratégias biopolíticas de governos e instituições.

Nesse cenário, os mapas deixam de ser simples representações para se tornarem instrumentos poderosos na articulação do biopoder, influenciando não apenas a percepção do espaço, mas também regulando e organizando as dinâmicas da vida cotidiana. Tais dinâmicas, conforme acreditamos, necessitam ser atentadas, por cada vez mais pesquisadores.

## Referências

- AGUIAR, S.; LARANJEIRA, A. Cartografias digitais colaborativas: questões para as geografias da comunicação. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., 2017, Curitiba. Anais Intercom, 2017. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3120-1.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2023.
- BERNARDES, A.; IBIAPINA, E. O mapa da saúde e o regime de visibilidade contemporâneo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 322-336, 2019.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAVALCANTE, L. V.; LIMA, L. C. Epistemologia da Geografia e espaço geográfico: a contribuição teórica de Milton Santos. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, v. 22, n. 1, p. 61-75, 2018.
- DARSIE, C.; HILLESHEIM, B.; WEBER, D. L. O discurso de controle de doenças da Organização Mundial da Saúde e a produção de espacialidades nacionais. *Interface*, Botucatu, n. 25. p. 1 - 14, jul, 2021.
- EUGÊNIO, A. A cartografia da conquista: a função dos mapas como instrumentos de legitimação das conquistas geopolíticas no espaço ibérico durante o alvorecer da idade moderna. *GEOgraphia*, vol. 23, n. 51, p. 1-18, 2021.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988
- \_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ditos e Escritos. Volume IV. Estratégia, poder-saber. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- \_\_\_\_\_. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 13 .ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

- GAUDIO, R. S. O mapa enquanto discurso e o discurso do mapa: algumas questões. *Revista Ensaio: Belo Horizonte*, v. 5, n.2, p. 129-145, 2003.
- GOMES, M. C. A. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. *Espaço e Tempo: São Paulo*, n. 16, p. 67-79, 2004.
- GURGEL, A. C. Mercator e sua contribuição à cartografia e ao estudo dos mapas. Orientador: Mercator e sua contribuição à cartografia e ao estudo dos mapas. 2012. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989.
- \_\_\_\_\_. A nova história da cartografia. *O Correio da Unesco (Mapas e cartógrafos)*, Brasil, ano 19, n. 8, p. 4-9, 1991.
- \_\_\_\_\_. La nueva naturaleza de los mapas. Cidade do México: FCE, 2006.
- \_\_\_\_\_. Mapas, saber e poder. *Confins*, n. 5, p. 1-25, 2009.
- JACOB, C. Por uma história cultural da cartografia. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 221-236, 2016.
- MARSHALL, T. Prisioneiros da Geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre polícia global. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- \_\_\_\_\_. O poder da geografia: o futuro do nosso mundo em 10 mapas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- OLIVEIRA, T. K. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. *Revista Brasileira de História: São Paulo*, v. 34, n. 68, p. 151-171, 2014.
- PETERS, M. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SANTOS, B. S. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. *Revista Crítica de Ciências Sociais: Coimbra*, n. 24, p. 139-172, 1988.

SCHROEDER, D. F. et al. Cartografia e Biopolítica: reflexões sobre as estratégias de controle sanitário a partir de mapas digitais. In: BRITES, Liara Saldanha et al. (org.) Estratégias biopolíticas do hoje e a produção de sujeitos: interfaces entre tecnologias na educação e na saúde. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. p. 35-48. E-book em formato pdf. Disponível em: <<https://www.pimentacultural.com/livro/estrategias-biopoliticas>>. Acesso em 05 fev. 2024.

SOUZA, C. D. Educação, Geografia e Saúde: geobiopolíticas nos discursos da Organização Mundial da Saúde e a produção da mundialidade pelo controle e prevenção de doenças. Orientador: Luís Henrique Sacchi dos Santos. 2014. Tese (Doutor em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

WOOD, D. The power of maps. New York: The Guilford Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Cartography is dead (Thank God!). Cartographic Perspectives, n. 45, p. 4-7, 2003.





## EDUCAÇÃO, SAÚDE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE UMA PESQUISA ENTRE CAMPOS

Afonso Cima  
Camilo Darsie

O texto a seguir propõe-se a apresentar caminhos percorridos durante o processo de concepção, pesquisa e escrita de uma dissertação de mestrado em Educação, intitulada "Medicalização da escol(h)a: a produção de estilos de vida saudáveis a partir dos discursos da saúde na Educação Básica" (Cima, 2023). Apesar de situar-se no campo da educação, ao longo do percurso, outros campos de saber foram mobilizados para a constituição do problema que guiou as investigações. Por isso, temos como objetivo lançar um olhar que seja capaz de, em certa medida, buscar padrões, pontos de tensão, regularidades e dissonâncias que emergem e se manifestam num momento posterior à sua estabilização momentânea, ao assumir a forma de uma dissertação finalizada.

O texto divide-se em seis subseções. Primeiramente, na seção "Como descrever uma pesquisa entre campos?" buscamos definir porque e como consideramos pertinente classificar a pesquisa como um movimento "entre campos", e qual a sua importância para a concepção do problema de pesquisa construído. Em seguida, destinamos quatro seções à explicação do que definimos como "momentos de verdade", ou seja, etapas do processo de pesquisa que envolveram ações distintas, porém interligadas. São elas (I) o percurso metodológico escolhido; (II) os conjuntos de saberes empregados; (III) a seleção documental realizada; (IV) a identificação dos fios condutores das relações de poder que conectam o conjunto documental analisado. Por fim, realizam-se as considerações finais, nas quais refletimos sobre o produto final deste empreendimento acadêmico, bem como sobre suas

contribuições e possíveis aprimoramentos a serem realizados com o aprofundamento da pesquisa.

Diante disso, iniciamos esta reflexão, portanto, com o seguinte questionamento: o que moveu a mobilização destas três áreas do conhecimento evocadas – Saúde, Educação e Relações Internacionais – e em quais termos articulam-se as discursividades específicas a cada área do saber?

### **Como descrever uma pesquisa entre-campos?**

A partir da questão que intitula essa seção buscamos realizar a reconstrução da trajetória da pesquisa anunciada na introdução (Cima, 2023), cujo objeto situou-se na investigação acerca da articulação e hierarquização do binômio educação-saúde na formulação e implementação de documentos, manuais, cadernos temáticos e legislação que versa sobre educação em saúde nas escolas. De largada, é importante explicarmos que entendemos ser possível a reconhecer como uma pesquisa elaborada “entre campos” devido aos três eixos discursivos que se entrelaçam na construção de seu problema, quais sejam, a educação, a saúde e as relações internacionais.

Num primeiro plano, situamos os eixos educação e saúde, considerando que a congruência entre ambos orientou a operacionalização da problemática proposta, através da apreensão dos regimes de verdade enunciados nos discursos de cada documento. Já, em um segundo plano, as relações internacionais emergiram a partir da expansão e proliferação de organizações internacionais cujas temáticas centrais situam-se no âmbito da educação e da saúde, principalmente no período pós-segunda guerra mundial, quando foi fundada a Organização Mundial da Saúde, em 1948.

A emergência da saúde como elemento de articulações, acordos e cooperação em âmbito transnacional é considerada um vetor produtivo das relações de poder, no qual políticas nacionais de saúde e educação incorporam princípios, conceitos e objetivos, de

certa forma, alheios às condicionalidades internas de cada sociedade. O entrelaçamento entre demandas e necessidades específicas de diferentes grupos populacionais e a produção de saberes e poderes investidos com a legitimidade e autoridade de organismos internacionais oportuniza, mediante o acesso a tais produtos teóricos, metodológicos e epistemológicos, pelos profissionais e especialistas de cada país, novas discursividades e novos conceitos para a constituição das políticas públicas e sociais internas.

Entendemos que a investigação acerca da constituição dessas discursividades e conceitos nos guiaram – tanto pesquisador quanto orientador – em direção a documentos que, ora produzidos internacionalmente, ora nacionalmente, marcaram a consolidação de estratégias, práticas e ações de articulação do binômio educação-saúde na construção de políticas específicas para o ensino de temas relacionados à saúde na escola.

Neste sentido, pode-se entender que a publicação e formulação de manuais, documentos, relatórios e demais registros documentais cristalizam certo “momento de verdade”. Momento que estabiliza uma série de acontecimentos, processos, articulações, correlações; a materialização momentânea, localizada e contingente das relações de poder-saber que, mobilizadas em função do objetivo estabelecido, produzem uma densa rede teórico-conceitual, investida de determinada racionalidade que manifesta um projeto prático-teórico de ação.

### **Momento de Verdade: o percurso metodológico**

Mobilizando o conceito de “tecnologia de segurança”, proposto por Foucault (2008) no curso de 1977-1978, “Segurança, Território, População”, argumentamos que a percepção de uma certa sucessão de transformações sequenciais nas sociedades, indo do período soberano para o disciplinar para o biopoder, é invertido. Essa inversão ocorre no sentido de anunciar que numa tecnologia de segurança, elementos soberanos, disciplinares e biopolíticos são ativados diferencialmente, conforme o princípio de

configuração que modula as correlações, os arranjos, não de maneira global, mas de forma localizada na sociedade. Desta forma, a interpelação discursiva entre os campos da educação e saúde manifesta determinada correlação de forças que não irá se refletir, necessariamente, no todo da sociedade.

É, portanto, uma técnica totalmente diferente que se esboça. Como vocês veem, não se trata de obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de *atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população*. É essa *naturalidade penetrável da população* que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na *organização e na racionalização dos métodos de poder*. (FOUCAULT, 2008, p. 94, grifos nossos)

As condições de possibilidade, as verdades possíveis de cada época<sup>1</sup>, determinam, em certa medida, os enunciados produzidos pelos discursos. Produzem, portanto, os campos de visibilidade e intervenção que fundamentam e legitimam tais intervenções. A produção de dados e informações que caracterizam a realidade observada e que, através das estratégias, ações e práticas disciplinares e biopolíticas, fundamenta regimes de verdade que operacionalizam os desequilíbrios e as diferenças em função da norma e, posteriormente, os riscos à saúde e formulação de práticas educativas que visam à construção de “estilos de vida saudáveis”.

Foucault apropria-se do saber como conhecimento histórico que, como tal, gera verdades que emergem e situam-se como práticas discursivas. É nesse sentido que para o filósofo o conhecimento e a verdade são produtos históricos, sistemáticos, que se manifestam, inclusive, através de discursos científicos

---

<sup>1</sup> Cabe destacar aqui o uso da terminologia “época”, para sinalizar a transformação dos princípios que orientam os arranjos técnicos, institucionais, científicos e políticos na produção dos discursos e ordenação dos enunciados. Não busco sugerir alguma forma de linearidade temporal, de suplantação de um modelo anterior pelo seu sucessor. Busco evidenciar a metamorfose das ênfases, a reorganização de direcionamento produzida em função da crescente complexidade da articulação entre educação e saúde.

tomados como verdadeiros, positivos, produtores de verdade, aceitos e empregados em toda sua positividade e produtividade (Azevedo, 2013).

A problemática desta “verdade” que legitima, sustenta e justifica o incentivo, o impulso que move tais acontecimentos, processos, articulações e correlações, de acordo com Candiotto (2006), é o fio condutor do ferramental teórico-metodológico foucaultiano, no sentido que “trata-se de tomar distância dos privilégios do sujeito de conhecimento para debruçar-se na produção histórica da verdade” (p. 66).

Desta forma, realizou-se um distanciamento da análise proposicional do enunciado científico, geralmente caracterizada pela relação de neutralidade e objetividade entre sujeito e objeto. Buscamos compreender distinções fundamentais entre certa maneira “clássica” de entendimento da verdade e a sua própria formulação, denominada de história crítica da verdade: “Na história crítica da verdade não há o sujeito e o objeto como unidades universais e necessárias; eles assim se tornam mediante práticas, que podem ser jogos teóricos e científicos, práticas sociais ou práticas de si” (Candiotto, 2006, p. 66).

Esse movimento de proposição, disposição e dispersão de enunciados tem como intenção se materializar em realidade, com certa potência de materialidade. Potência que, para ser materializada, necessita um lastro – econômico, político, social, cultural – que possibilite que tal “materialidade potencial” seja vislumbrada e racionalizada como factível, possível – em condições de se realizar.

### **Momento de Verdade: o olhar analítico**

Este distanciamento, proposto por Foucault, entre sujeito constituinte e objeto empírico dado, transfigura a problemática da verdade para o modo de aplicabilidade de uma “história crítica do

pensamento<sup>2</sup>” (Candiotta, 2006 *apud* Foucault, 1994, p. 632). A história crítica da verdade, compreendida como modo de aplicabilidade de uma história do pensamento, analisa a construção e articulação entre objetos e sujeitos, através de “modos de subjetivação” e “modos de “objetivação”.

Subjetivação, no sentido de apreender como, numa prática histórica específica, emerge o sujeito: qual sua posição, função e limites discursivos; objetivação, de forma a enfatizar como transformou-se em objeto de conhecimento para um saber possível (Candiotta, 2006). Neste sentido, durante a elaboração do enfoque teórico-metodológico da pesquisa, propusemos o emprego de duas categorias analíticas: estudante-sujeito e estudante objeto:

Não pretendo estabelecer duas categorias analíticas distintas e desconexas entre si, mas sim duas percepções interligadas, que caracterizam possibilidades de interpretação que, inseridas dentro do marco teórico-metodológico proposto, permitem enriquecer a discussão e possibilitar perspectivas analíticas outras. (Cima, 2023, p. 22)

Empregamos estas “categorias analíticas” como ferramentas específicas, situadas num contexto localizado e de escopo reduzido. Não pretendemos que sejam universais, que através destas lentes seja possível tornar inteligíveis toda a multiplicidade e complexidade do jogo de relações de poder que situa-se no recorte espacial escolar. Ainda, não assumimos certa posição de “neutralidade científica/epistêmica” entre o observador distante e o objeto analisado.

Tomando esta posição de pesquisa “entre campos”, o chão onde pisamos para buscar a estabilidade e firmeza ao realizar o impulso para cada passo em frente está em constante movimento. Portanto, um questionamento que emergiu foi: Quais seriam as

---

<sup>2</sup> Entende-se o pensamento como “o âmbito no qual são desenvolvidas práticas históricas raras, jamais repetíveis, entre as quais são constituídas ou modificadas relações entre sujeitos e objetos.” (Ibidem, p. 66, grifos meus).

principais diferenças entre os conjuntos de saberes empregados em movimento?

Como tentativa de responder ao questionamento, referimos que a distinção entre ambas se dá, essencialmente, pela visibilidade, ou seja, pelo olhar. "O estudante-sujeito relaciona-se, geralmente, ao escolar como indivíduo de uma multiplicidade mais ou menos homogênea, que tem como denominador comum o fato de estar sujeito da ação educativa realizada no ambiente escolar" (Cima, 2023, p. 22).

O que pretendemos instrumentalizar com este movimento teórico-metodológico é o caráter "subjetivador" da instituição escolar. Subjetivação que tem efeito de planificação relativa das multiplicidades daqueles que estão inseridos no recorte espacial que constitui a escola. Não ignoram-se as diferenças existentes aí; pelo contrário, serão elas que, em parte, fundamentam o instrumental "objetivador" que a educação em saúde mobiliza na escola:

Por outro lado, o estudante-objeto diz respeito à forma com que, através do olhar, de um campo de visibilidade muito mais específico, detalhado e minucioso que identifica, analisa e distribui. Um olhar que ressalta as singularidades e as coloca em distribuição relativa à norma (Ibidem, p. 22).

Se num primeiro movimento se enfatiza aquilo de comum dentre a multiplicidade (estudantes), no segundo momento, a partir do registro e arquivamento das singularidades individuais observadas na vivência escolar, é possível analisar, identificar e distribuir tais singularidades em relação a determinada matriz de normalidade.

A partir daí organizamos a seleção dos documentos, apreendidos como produtos e objetos destes jogos de verdade. Produtos, pois emergentes como verdades possíveis de serem ditas, legitimados por racionalizações específicas fundamentadas metodologicamente e cientificamente por determinada hierarquização do saber. Objetos, uma vez que estabelecem conceitos, produzem seu sentido e os colocam em circulação, fazendo surgir campos de ação possíveis e desejáveis.



## Momento de Verdade: a seleção documental

Um momento de crucial importância situa-se na seleção e construção do arcabouço documental e bibliográfico que fundamentou a análise desenvolvida. Dada a impossibilidade de selecionar infinitamente os materiais disponíveis que abordam a temática de pesquisa, cabe ao autor a tarefa de realizar escolhas arbitrárias e lidar com omissões involuntárias acerca do recorte documental realizado.

Recorte que possibilita o estabelecimento momentâneo e parcial de um campo de visão, de um horizonte discursivo. Seu objetivo é direcionado para a compreensão das positivities do discurso como uma unidade através do tempo, um espaço limitado de comunicação:

[...] espaço relativamente restrito, já que *está longe de ter a amplidão de uma ciência tomada em todo o seu devir histórico*, desde sua mais longínqua origem até seu ponto atual de realização; *mas um espaço mais extenso, entretanto, que o jogo das influências que pôde ser exercido de um autor a outro, ou que o domínio das polémicas explícitas.* (Foucault, 2008, p. 143-144, grifos nossos)

Estes distintos documentos, desta forma, comunicam e dispersam sentidos, conceitos e enunciados pela forma de positividade de seus discursos; positividade que define um campo no qual podem ser articuladas identidades formais, continuidades temáticas e a transformação de conceitos. Por exemplo, como a educação sanitária para saúde se transfigura em educação em saúde como estratégia de promoção da saúde.

Neste sentido, a positividade dos discursos desempenha a função do que, de acordo com Foucault (2008), poderia se denominar um *“a priori histórico”*, que opera como condição de realidade para enunciados. *A priori*, portanto, de uma história específica, pois se refere ao que já foi dito e que engloba os enunciados em sua dispersão, “[...] em todas as falhas abertas por sua não-coerência, em sua superposição e substituição recíproca,

em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível;” (Foucault, 2008, p. 144).

Entretanto, não podemos esquecer que o *a priori* em si não é externo à historicidade; não se localiza acima ou além dos acontecimentos, num outro lugar ou universo inalterável e atemporal, mas define-se como

[...] o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva: ora, essas regras não se impõem do exterior aos elementos que elas correlacionam; estão inseridas no que ligam; e se não se modificam com o menor dentre eles, os modificam, e com eles se transformam em certos limiares decisivos. O *a priori* das positivities não é somente o sistema de uma dispersão temporal; *ele próprio é um conjunto transformável.* (Foucault, 2008, p. 145, grifos nossos)

A avaliação dos documentos foi conduzida por um olhar que os compreendeu como produtos e objetos de práticas discursivas. Foram considerados produtos, uma vez que surgem como verdades passíveis de expressão, respaldadas por legitimação metodológica e institucional. Representam desdobramentos de demandas políticas, governamentais e populares. Por outro lado, foram percebidos como objetos, pois instigam campos de ações potenciais e desejáveis, propiciando a circulação de conhecimentos, estratégias, táticas e práticas que os moldam e, ao mesmo tempo, são moldados por eles. Atravessados, portanto, de determinada positividade.

A formulação das positivities que constituem os documentos analisados possibilita vislumbrar, momentaneamente, o conjunto de enunciados que estão inseridos na prática discursiva, a forma este conjunto é transformável e como as correlações existentes movimentam-se ao longo do tempo.

Considerando o eixo internacionalista proposto, a seleção de publicações realizadas pela Oficina Sanitaria Panamericana<sup>3</sup> (Garza

---

<sup>3</sup> Fundada em 1902 como Repartição Sanitária Internacional, teve seu nome alterado para Repartição Sanitária Panamericana (RSP ou Oficina Sanitaria Panamericana) em 1923. Em 1943, como resolução da XII Conferência Sanitária

Brito, 1944; Horwitz, 1952; Molina; 1954) justifica-se pela influência que tais documentos, ainda que não necessariamente vinculados diretamente ao contexto nacional, exercem na fundamentação, formulação e organização enunciativa daqueles produzidos internamente. Conforme argumentamos, tais documentos trazem consigo um a priori que trata

[...] principalmente a respeito da *necessidade de reformas nos modelos de ensino médico*. Os primeiros objetos de investimento desta nova normativa preventiva foram, portanto, os futuros médicos, que devem estar conscientes de seus papéis como “líderes nas sociedades”. *O ensino médico e o produto do seu processo, o “médico-generalista”, são operadores essenciais desta nova proposta de medicina que busca associar-se ao ideal de uma saúde integral, completa e total da população.* (Cima, 2023, p. 56, grifos nossos)

Contextualizado ao cenário nacional, baseado na descrição realizada pelo médico Raul Di Primio (1961) acerca da profilaxia e prevenção contra a Doença de Chagas no Rio Grande do Sul, destacam-se as maneiras pelas quais o cotidiano, a vida e os lugares são abordados como pontos centrais nos quais a biopolítica é aplicada por meio de diversos vetores. Além dos contextos hospitalares ou educacionais, a materialidade do espaço torna-se compreensível e operacionalizada sob a perspectiva preventiva.

O médico e a racionalidade médica, assim, desempenham papéis como operadores e intermediadores essenciais, constituindo nós na rede biopolítica. Seu propósito é inculcar nos agentes públicos e na população os princípios e valores da "consciência sanitária", efetuando a transposição dos temas científicos provenientes de universidades e laboratórios para o cenário cotidiano da sociedade.

Para que isto ocorra, torna-se necessário que *as ações voltadas para este objetivo sejam moduladas de forma a atingirem públicos para além dos estabelecimentos de saúde e conferências acadêmicas*. Invocam-se a *mídia, instituições da sociedade civil*

---

Panamericana, sua nomenclatura foi alterada definitivamente para Organização Panamericana de Saúde (NUNES, 2008).

e “pessoas de interesse” (entre eles, os profissionais da educação) que possam receber o treinamento adequado e contribuir para a divulgação do ideal da saúde preventiva. (Cima, 2023, p. 60, grifos nossos)

Com base nos princípios do preventivismo, manuais, guias e políticas públicas que visam integrar as áreas da educação e saúde surgem como produtos deste princípio específico que caracteriza a época preventiva. Simultaneamente, desempenham o papel de geradores de significado para os conceitos que utilizam na elaboração e formulação de políticas públicas.

Nas escolas, incentiva-se a utilização de recursos atrativos e que estimulem a curiosidade e os sentidos dos educandos, *conscientizando-os da sua responsabilidade individual no processo de melhora e conservação da sua saúde e da adequação dos ambientes onde vivem aos preceitos do sanitarismo* (Cima, 2023, p. 60, grifos nossos).

A reordenação das ênfases, dos enunciados do discurso que articula educação e saúde nas escolas é demarcada a partir da análise do documento *A New Perspective on the Health of Canadians - a working document*, publicado em 1974 e comumente referido como Relatório Lalonde. A importância deste documento é reiterada pelo emprego da estratégia do “campo de saúde”, constituído por quatro elementos: Biologia Humana, Meio Ambiente, Estilo de Vida e Organização dos Sistemas de Saúde. Esta proposta, inicialmente dirigida a população canadense e circunscrita às condicionalidades e características próprias da sociedade, cultura e instituições do país, inspirou e, em certa medida, fundamentou a estratégia de Promoção da Saúde, difundida globalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sob a definição de conceito de saúde ampliado proposto pela Carta de Ottawa (OMS, 1986).

Temos, portanto, um quadro emergente no qual *a compreensão de problemas e questões relativas à vida e seus riscos são feitos inteligíveis em termos associados à prática científica que têm como objetivo a investigação, ordenamento, compreensão e potencialização da vida biológica do corpo individual e coletivo da sociedade*. Desdobramento que atribui ao campo da saúde o papel de *denominador*

*comum nas articulações e relações de poder que almejam a prevenção de doenças e a promoção da saúde e estilos de vida “saudáveis”.* (Cima, 2023, p. 41, grifos nossos)

Através de sucessivas iterações teóricas, conceituais e práticas, desenvolve-se um extenso arcabouço documental e bibliográfico que opera como produto e objeto de práticas discursivas. Apresenta, desta forma, considerável potencial de materialidade para auxiliar o desenvolvimento e implementação das estratégias de promoção da saúde nos mais distintos contextos nacionais.

Foram elencados, até então, três momentos de verdade postos: percurso metodológico, olhar analítico e seleção documental. No entanto, para completarmos o quebra-cabeça em nossa frente, nos falta uma última peça.

O fio condutor que entrelaça os três eixos de discursividade apresentados articula-se como elemento tanto metodológico quanto analítico. Opera, desta forma, como chave de inteligibilidade que possibilita conduzir nosso olhar analítico através das épocas e documentos, localizando ordenações e reordenações, continuidades e descontinuidades nos discursos estabelecidos no conjunto documental.

Estamos nos referindo a crítica da medicalização como fio condutor da problematização que realizamos a partir da articulação do binômio educação-saúde nas políticas públicas de educação em saúde na escola.

### **Momento de Verdade: a crítica da medicalização como fio condutor**

A pertinência que a crítica da medicalização oferece para a construção da argumentação que propusemos fundamentou-se em dois pontos principais: (I) a problematização acerca do crescente escopo que as categorias de saúde e doença operam para além do campo da ciência biomédica; (II) a aproximação realizada entre educação e biologia, num primeiro momento, seguida pela articulação com o estímulo a transformações comportamentais nos

hábitos e rotinas individuais e comunitárias, objetivando o “empoderamento” dos mesmos.

Conforme argumenta Zola (1975), com o advento da época preventiva, o alcance e a profundidade do saber, prática e racionalidade médica sobre a vida se expandem significativamente. Parte importante deste investimento sobre a vida ocorre em função do emprego de evidências científicas e da discursividade médica para fundamentar a proposição de argumentos a respeito da necessidade de transformações nos hábitos, comportamentos e ambientes que, expressos na linguagem médica, teriam maior legitimidade. Neste sentido, argumentamos que

Desconstrói-se a perspectiva não-médica de um dado problema, reconstruindo-a sob um saber específico - o (bio)médico - que reorganiza os enunciados de acordo com o regime de verdade que o subscreve e o legitima. Através do estabelecimento de processos a serem seguidos e definições que caracterizam os elementos envolvidos no problema, o efeito medicalizante coloca em funcionamento um poder que opera produzindo modos de ser e estar, hábitos e comportamentos adequados e inadequados, doenças e distúrbios a serem tratados (Cima, 2023, p. 100)

Estas novas práticas tecnológicas se baseiam na integração entre educação, vida e saúde, visando aprimorar constantemente o corpo como foco de desenvolvimento. Essa abordagem valoriza a conscientização individual, racional e preventiva como alicerces para uma transformação abrangente da sociedade.

O fortalecimento dos indivíduos como uma estratégia de resistência, por meio de práticas baseadas na medicina preventiva, requer a implementação de ações que promovam uma estreita integração entre educação e saúde. Isso visa cultivar consciências e subjetividades, além de criar ambientes e espaços higienizados e sanitizados.

O caráter produtivo da criação hábitos, multiplicação de práticas higiênicas e a extrapolação do ambiente escolar, objetivando alcançar as famílias através dos estudantes, indicam de que forma o arcabouço de saberes e práticas médicas, aplicado ao espaço institucional da escola, investe em

estratégias, ações e práticas que conectam-se diretamente a conduta, a relação do sujeito consigo mesmo, especialmente através da educação sanitária (Cima, 2023, p. 111)

A interseção entre biologia e educação propõe a integração de um tipo de biopoder que inclui a implementação de práticas preventivas de saúde como um dos principais métodos de promoção sanitária nas instituições escolares. Através de abordagens educativas, busca-se inculcar nos indivíduos uma determinada forma de autopercepção e integração com a comunidade. Ao longo do percurso escolar, a escola investe gradualmente no desenvolvimento do indivíduo, fornecendo informações sobre saúde em diferentes níveis de complexidade, adaptados ao seu desenvolvimento natural. Isso visa capacitar o indivíduo a realizar as transformações necessárias para aderir aos princípios de uma vida higiênica e produtiva.

Entretanto, com o refinamento e aprimoramento teórico-conceitual acerca da saúde pública e as formas com que aplicam-se ao meio ambiente e a população, emerge uma compreensão distinta acerca da ênfase necessária para implementação. Enquanto na “velha” saúde pública orientavam-se principalmente em função da prevenção de doenças e pela “educação para a saúde”, na “nova” saúde pública e na “educação em saúde” devem

[...] superar a conceituação biomédica de saúde e abranger objetivos mais amplos, uma vez que *a saúde deixa de ser apenas a ausência de doenças para ser uma fonte de vida*. Assim, na sua versão contemporânea, a educação em saúde já não se destina apenas a prevenir doenças, mas a *preparar o indivíduo para a luta por uma vida mais saudável* (Oliveira, 2003, p. 424-425, grifos nossos).

Por meio do empoderamento, a estratégia de promoção da saúde busca instilar nos indivíduos e nas comunidades uma forma de racionalidade e comportamento que lhes forneça as habilidades para interpretar o cotidiano e agir de maneira a incorporar atitudes e comportamentos associados a melhorias na qualidade de vida.

Essa abordagem representa uma perspectiva orientada para a produtividade e a positividade, no sentido de adequar o espaço<sup>4</sup> em função do projeto de construção de ambientes, comunidades, políticas e escolhas saudáveis. Hibridizam-se as esferas pública e privada, o individual e o coletivo, cuja articulação fundamental ocorre no corpo.

Temos, portanto, uma aproximação de como, nas distintas épocas mencionadas anteriormente, podemos utilizar o fio condutor na medicalização como elemento articulador e ferramenta analítica.

Articulação que, em determinado período histórico marcado pela primazia do princípio de configuração preventivo, associou-se, de certa forma, à noção de norma disciplinar a partir de um a priori moral e ético, pela segregação e classificação dos “anormais”, pela matriz individual/racional/prevenção que produziria sujeitos saudáveis, conscientes e aptos, em sintonia à episteme moderna, para contribuírem com a força de trabalho necessária para a “renovação” nacional. (Cima, 2023, p. 120)

Demarca-se, desta forma, a época preventiva pela primazia da norma disciplinar pautada por um a priori moral e ético, de segregação dos ditos “anormais” através da matriz individual/racional/prevenção em sincronia com o ímpeto modernizador dirigido à produção de uma força de trabalho nacional capaz de renovar a nação.

No período histórico em que observo a reordenação do princípio de configuração preventivo para o promocional, tal articulação ocorre em função da noção de risco, de protocolos discursivos preventivo-diagnósticos, que visam à inclusão através do empoderamento individual e coletivo. (Cima, 2023, p. 120)

---

<sup>4</sup> O espaço é compreendido aqui como fenômeno produzido por meio da articulação das relações sociais - que desenrolam-se de múltiplas maneiras - com as materialidades naturais e construídas. Não se resume à demarcação de área, mas significa a esfera da vida, que se constitui e se reconstitui permanentemente (Darsie, Cima, Santos, 2021).



Neste segundo momento, de reordenação do princípio preventivo para o promocional, observamos a transmutação da ênfase para a noção de risco, baseada no aprofundamento estatístico das médias e variáveis populacionais. A partir da produção destes dados, empregam-se protocolos discursivos preventivo-diagnósticos<sup>5</sup> que objetivam o empoderamento tanto do indivíduo quanto da coletividade.

Nessa direção, observamos que mesmo a partir de tentativas de mudanças significativas associadas ao processo de educação para a saúde e em saúde, a medicalização continua sendo o fio condutor que une todas as estratégias de saúde na escola. Não sabemos, nem pretendemos anunciar, se existem possibilidades de mudança nessa direção, contudo, ressaltamos que discussões como essas são relevantes para a emergência de novas reflexões.

### **Considerações Finais**

A reflexão proposta neste texto buscou apresentar os caminhos de pesquisa construídos durante a escrita de uma dissertação de mestrado. A caracterização da mesma como uma pesquisa “entre campos” surgiu a partir dos três campos do conhecimento que orientaram a formulação do problema de pesquisa - Educação, Saúde e Relações Internacionais.

A emergência da saúde como vetor de articulações, acordos e cooperação em âmbito transnacional foi posicionada como elemento produtor de discursividades, nas quais entrelaçam-se políticas nacionais de saúde com princípios, fundamentos e

---

<sup>5</sup> Definidos como “[...] ações/técnicas/estratégias retóricas que, tomando como base a racionalidade científica técnico-instrumental, têm buscado padronizar uma síntese universal de fenômenos biológicos e socioculturais, encolhendo suas nuances diferenciadoras (protocolo) através de descrições genéricas de determinado contexto processual (diagnóstico) para, em seguida, propor “medidas solucionadoras” que, supostamente, evitariam e antecipariam um dado problema (prevenção) (Bagrichevsky et al., 2010, p. 1702, grifos meus).

objetivos não necessariamente condizentes às condicionalidades e demandas internas de cada sociedade.

De maneira semelhante à organização deste texto, argumentamos que a realização da pesquisa orientou-se a partir da manifestação de “momentos de verdade” que atuam como tensionadores teóricos-metodológicos, nós de uma rede que se aproximam e se afastam ao longo do texto para encontrarem-se novamente e criarem novos pontos de tensão ao longo da escrita. Elencamos, portanto, quatro momentos de verdade que caracterizam nossa pesquisa: (I) o percurso metodológico; (II) o olhar analítico; (III) a seleção documental; e (IV) a crítica da medicalização como fio condutor.

No primeiro momento, apresentamos as ferramentas metodológicas que utilizamos para abordar o problema de pesquisa proposto. No segundo momento, esboçamos de que forma adaptamos e aplicamos analiticamente tais ferramentas, construindo, assim, nossas categorias analíticas. Para dar forma ao corpo da pesquisa, a seleção documental – terceiro momento de verdade – tornou-se fundamental. Foi a partir dele que realizamos o recorte bibliográfico para que possibilitou nos atermos a um conjunto de enunciados, assumindo os riscos inerentes à tais escolhas.

Chegamos, então, ao quarto momento de verdade, que opera como fio condutor da argumentação proposta. A crítica da medicalização funciona, neste contexto, como matriz analítica que possibilita a convergência dos educação-saúde-relações internacionais. Variável em função do tempo, fixa como vértice analítico. A partir destes momentos de verdade argumentamos que A escola pode ser compreendida como um local privilegiado de medicalização, no qual as práticas preventivas aglutinam-se às estratégias educativas, diluindo a natureza “libertadora” de empoderamento dos indivíduos, conforme exposto pela crítica ortodoxa da medicalização, e utilizando-as como instrumento de orientação e condução das condutas em higiene e saúde.

Apesar de concluída, acreditamos que esta pesquisa abre um fecundo campo de possibilidades a ser explorado, tanto na pesquisa quanto na prática.

## Referências

AZEVEDO, S. D. R. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Filogênese**. Marília: UNESP, v. 6, n. 2, 2013. <https://www.marilia.unesp.br>.

BAGRICHEVSKY, M. et al. Discursos sobre comportamento de risco à saúde e a moralização da vida cotidiana. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.15, p.1699-1708, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700081>.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/form/ação: Revista de Filosofia da Unesp**, v. 29, n. 2, p. 65–78, 2006. <https://revistas.marilia.unesp.br>.

CIMA, A. **Medicalização da escol(h)a**: a produção de estilos de vida saudáveis a partir dos discursos da saúde na educação básica. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 137p. 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/3657>.

DARSIE, C.; CIMA, A.; SANTOS, B. C. **A região como lente para analisar, pensar e transformar o espaço**. In: Ane Carine Meurer; Angelita Zimmermann; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo; Ivania Folmer; Júlio César Suzuki; Rita de Cássia Marques Lima de Castro. (Org.). *As categorias e as Geografias do século XXI*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021, v. 1, p. 344-363.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Eduardo Brandão (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARZA BRITO, A. La enseñanza de la medicina preventiva y de la higiene, factor en la asistencia médico social. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (OSP)**; v. 23, n.7, 1944.

- HORWITZ, A. Enseñanza de higiene y medicina preventiva en los programas de educación médica. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (OSP)**; v. 32, n.1, jan. 1952.
- LALONDE, M. **A New Perspective on the Health of Canadians** – a working document. Governo do Canadá. Ministério de Suprimentos e Serviços. 1981.
- MOLINA, G. La medicina preventiva en la educación médica. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (OSP)**; v.36, n.4, 1954.
- NUNES, E. S. N.. O valor da saúde: história da Organização Pan-Americana da Saúde. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 56, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882008000200020>.
- OLIVEIRA, D. L. A “nova” saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, 2005. <https://www.scielo.br/j/rlae/a/WPsnmqX4hMwLQswcbHvxtkQ/?format=html&lang=pt>.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Carta de Ottawa**. Ottawa: Canadian Public Health Association, 1986.
- ZOLA, I. K. Medicine as an institution of social control. **The Sociological Review**, v. 20, n. 4, 1972. <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1111/j.1467-954X.1972.tb00220.x>.



## FRAGMENTOS DE UMA PESQUISA SOBRE CUIDADOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Douglas Luís Weber

Neste ensaio, busco apresentar o caminho metodológico pelo qual constituí minha tese de doutorado em Educação, intitulada “Práticas educativas em tempos de pandemia: entre o direito à educação e os cuidados em saúde” (Weber, 2023), na qual tensionei “o que foi”, “o que é” e aquilo que ainda “poderá ser” em relação aos desdobramentos relativos à Educação, após o surgimento da pandemia de covid-19 no mundo, em 2020, mais precisamente, no que se refere aos modos de produção de práticas educativas vinculadas aos discursos da saúde.

Motivado por este cenário que envolveu a educação básica no Brasil e a emergência da pandemia, comecei a questionar-me sobre as práticas educativas produzidas neste contexto espaço-histórico, que pode ser espacialmente demarcado e caracterizado como uma crise global. Passei a fazer o exercício de tentar entender quais foram/são as possíveis soluções para desafios tão complexos, e, como a prática docente – que faz parte de meu cotidiano como professor de Geografia, em uma escola privada no interior do Rio Grande do Sul – está organizada a partir destes acontecimentos.

Assim, comecei a traçar uma estratégia metodológica que me ajudou a conceber e desenvolver a investigação e que, da mesma forma, me incitou a questionamentos necessários para problematizar tal espaço-tempo, bem como, potencializou um discurso de necessidade de afirmação do trabalho docente no entre-campos - educação básica e saúde.

Mais precisamente, direcionei minha atenção para as orientações de retorno às aulas presenciais apresentadas em documentos de agências oficiais e/ou organismos governamentais

que, em dado momento, precisaram ser postas em prática nas escolas do país. Assim, aproximei alguns dos desafios enfrentados pelo campo da prática em educação aos discursos sanitários e pedagógicos que se tornaram comuns no contexto pandêmico, levando em consideração que operaram e ainda operam enquanto estratégias biopolíticas, que compreendo a partir dos escritos de Michel Foucault.

Para tanto, foi necessário escolher um determinado percurso teórico-metodológico, por meio de ferramentas conceituais específicas - e da delimitação de movimentos de pesquisa coerentes com tais conceitos - bem como de material de análise capaz de trazer pistas sobre a temática. Partindo disso, na seção seguinte, apresento as ferramentas teóricas utilizadas para pavimentar o caminho investigativo e, posteriormente, exponho os movimentos metodológicos relativos aos modos como escolhi e tensionei o material empírico escolhido.

Antes de prosseguir, contudo, acredito que seja importante alertar os leitores sobre o fato de que não intenciono apresentar, neste ensaio, novas verdades e/ou um percurso metodológico inédito. Em outra direção, compartilho conceitos e experiências que podem auxiliar em outras pesquisas, articulando-se a vivências de outros autores/pesquisadores, a partir de um modo particular de ver, de entender e de operar com a pesquisa que desempenhei.

### **Relações de poder, biopolítica e discurso: lentes potentes para a análise documental**

Na perspectiva foucaultiana, o poder se constitui a partir das relações sociais que se desenrolam historicamente. Sendo assim, opera como um conjunto de mecanismos e procedimentos que agem em rede, de modo a contemplar intenções daqueles que se encontram associados à trama, em um constante jogo de forças. O poder, portanto, se desenrola por meio do estabelecimento de conexões entre autoridades e sujeitos comuns que intencionam governar e resistir com base em interesses diversos. Desta maneira,

entende-se que aspectos da vida social agem sobre indivíduos e coletivos (Darsie; Hillesheim, Weber, 2021).

É válido reforçar, portanto, que na perspectiva foucaultiana, o ponto de observação dos pesquisadores não deve ser exatamente o poder, como se esse fosse um elemento desconectado das mais diversas relações ou, ainda, um plano superior que orienta as dinâmicas humanas e que se encontra sob a posse de alguns. Em outra direção, o que deve ser atentado nas investigações que seguem essa perspectiva são as relações por meio das quais o poder é praticado, negociado, tensionado e que promovem formas de ser e de estar no mundo, por meio de processos históricos (Foucault, 2013).

O poder e as relações mais diversas encontram-se articulados, em constante transformação e funcionamento. Neste contexto, as relações de poder são entendidas como algo positivo, ou seja, algo que produz efeitos que ora podem ser considerados bons ora ruins, mas tal avaliação depende sempre daqueles que se encontram vinculados às suas tramas. "Para captar esse caráter 'positivo' do poder, é necessário ater-se às suas sutilezas presentes no material empírico e deixar o artefato cultural em questão falar sobre os tipos de sujeitos que ele tem desejado constituir" (Maknamara, 2021, p. 201).

Foucault (2000), ao discutir os deslocamentos das formas de poder, refere que no decorrer dos séculos XVII e XVIII, as questões ligadas à vida começaram a se inclinar frente a uma possível mudança de estratégia de poder. Desse modo, a lógica de "deixar viver e fazer morrer", identificada por uma forma de poder ligada à soberania, perdeu espaço para um novo princípio de "fazer viver e deixar morrer", que envolveu aquilo que o autor chamou de biopoder.

Ao dizer que houve uma lógica de "deixar viver e fazer morrer" que foi substituída por outra de "fazer viver e deixar morrer", o autor enfatiza uma mudança no que se refere às ações de governantes. Até determinado momento da história, as preocupações dos soberanos se direcionaram à eliminação dos súditos que poderiam significar ameaças, sem que existissem grandes investimentos no controle da vida - ou no aumento da capacidade de viver - das pessoas. No entanto, após a mudança



mencionada, a vida das populações tornou-se alvo de investimentos, para que vivessem e produzissem mais e melhor. A vida articulou-se, fortemente, à política mediante ao que o filósofo denomina como biopoder. "As forças vivas presentes na rede social deixam, assim, de ser meras reservas passivas à mercê de um monstro insaciável, para se tornarem positividade imanente e expansiva que os poderes se esforçam em regular, em modular ou controlar" (Pelbart, 2015, p. 21).

Em um primeiro momento, essa nova forma de poder que opera sobre a vida se direcionou aos corpos dos indivíduos, por meio do poder disciplinar, no intuito de transformá-los em corpos dóceis, ou seja, disciplinados, úteis e que proporcionam maior capacidade produtiva na lógica capitalista (Foucault, 2000). A disciplina é desenvolvida e aplicada pelas instituições disciplinares, nas quais os indivíduos passam durante seu percurso de vida - hospitais, escolas, prisões, fábricas, igrejas, entre outras. Desse modo, essas instituições trabalham no sentido de domesticar os corpos e os tornar aptos frente à lógica social e industrial que o capitalismo proporciona à cada época. De acordo com Foucault (2005), o poder disciplinar emergiu tendo como objetivos facilitar a redução dos custos relativos aos seus próprios exercícios e expandir os seus efeitos para alcançar o maior número de adeptos.

Veiga-Neto (2014) propõe que o biopoder não se esgota na forma de poder disciplinar, pois atua sobre a vida e se constitui a partir de duas lógicas. A primeira diz respeito à tomada do corpo humano como máquina individualizada, fazendo com que a disciplina atue sobre ele. A segunda se configura na noção de corpo-espécie, fazendo atuar sobre o coletivo uma série de novas tecnologias de regulação e intervenção, a partir de seu conhecimento mais detalhado. Nesse sentido, se o poder disciplinar se volta para o corpo do indivíduo (anatomopolítica), surge também uma forma de poder voltada para a população (biopolítica), constituindo, ambos, o chamado biopoder (Furtado; Camilo, 2016).

Assim, o biopoder se difunde entre as populações, constituindo as relações estabelecidas entre os sujeitos através das questões políticas, econômicas e científicas. Para Foucault (2009), o aumento dos conhecimentos a respeito da vida, as observações e os controles que eram feitos, começaram a proporcionar novas discussões sobre a problemática. As novas técnicas exercidas por esse tipo de poder possibilitaram a regulação e modificação de alguns aspectos ligados aos processos vitais coletivos, como o número de nascidos, o número de mortos, a expectativa de vida, entre outros (Nogueira, 2021).

Conforme dito, quando a vida se tornou um objeto político e a população passou a ser alvo do poder, surgiu a biopolítica que busca controlar e gerenciar, de forma mais eficiente, os indivíduos. Isso abre espaço para que ela e seus mecanismos passem a serem compreendidos pelas estatísticas. Para Foucault (2000), a biopolítica passou a tratar do corpo como um coletivo que possui indivíduos diversos, os quais podem ser diferenciados através das suas inúmeras características. Mesmo com as estratégias biopolíticas atuando sobre a sociedade e suas possibilidades que moldam a operação da vida, trabalhando nas e através das liberdades subjetivas, as racionalidades governamentais desenvolvem-se tipicamente em torno de problemáticas específicas, tais como: saúde, riqueza, segurança, pobreza, cultura, sexualidade ou migração. Estas, por sua vez, constituem os princípios de formação por meio dos quais as populações podem ser definidas e os tipos de características que a elas podem ser desenvolvidas (Butler, 1997).

É neste contexto que, conforme destaca Ortega (2008), a vida é governada a partir da lógica neoliberal que mira, entre outras coisas, na saúde do corpo. Assim, por meio do discurso do risco, o cuidado individual passa a ser entendido como uma responsabilidade coletiva. O cuidado com corpo, com a saúde, com os riscos que envolvem a vida, torna-se uma prática estimulada e orientada pelos profissionais e órgãos estatais e privados, considerados capazes e confiáveis, para que os sujeitos atinjam

melhores condições de vida. De certo modo, é a lógica biopolítica que atravessa os movimentos da saúde e orienta modos de vida considerados mais saudáveis ou seguros.

Com a pandemia de covid-19, o imperativo do cuidado de si e dos outros tomou um contorno mais impositivo e vigilante. Os dispositivos jurídicos e normativos foram utilizados como balizas para a elaboração de documentos e cartilhas que nortearam uma série de medidas direcionadas à população. A constante análise, divulgação, informação e descrição dos traços da pandemia perpassam, até hoje, todos os âmbitos da vida humana, produzindo um sentimento coletivo de corpo-espécie, resistências, modos de ser e, conseqüentemente, novos discursos. Vale retomar que a partir de Foucault (1996), compreende-se os discursos como práticas organizadoras da realidade. Eles não se pautam exclusivamente aos signos linguísticos, mas representam um conjunto de práticas que se estabelecem em determinados tempos e determinados lugares, exatamente da forma como ocorre durante os anos de existência da pandemia de covid-19.

Para Paraíso (2012), apoiada em Foucault (2010), as práticas discursivas são os lugares onde se formam ou se deformam, onde aparecem e se apagam séries emaranhadas de objetos como jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações, ao mesmo tempo superpostas e lacunares. Esses objetos não são produzidos no interior desses discursos, mas em determinadas condições de externalidade que lhes permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade. Enfim, são colocados em um campo de externalidade (Foucault, 2010).

Portanto, as práticas discursivas não se produzem e se encerram em si mesmas. Essas práticas inserem-se em contextos de relações que reclamam as instâncias de emergência, de delimitação e de especificação desses discursos (Paraíso, 2012). Além disso, um discurso é investido historicamente de um teor verdadeiro, porque cumpre com uma funcionalidade específica, qual seja, produzir efeitos de poder instituindo regras para o governo das pessoas,

dividindo-as, examinando-as, adestrando-as, assujeitando-as (Candioto, 2006).

Nessa perspectiva, os discursos oficiais sobre a educação e a saúde não têm o objetivo único de garantia do direito à saúde e/ou da garantia de direito à educação. Tratam-se de discursos que recaem sobre as vidas e suas formas de condução, produzindo tecnologias reguladoras, normas e padrões para a população e sua multiplicidade de processos vitais (Nespoli, 2014). Assim, segundo Fuganti (2009) e Nespoli (2014), a educação e a saúde se mostram como uma experiência de ser governado por outros e uma solicitação de autogoverno e autodisciplina, ou seja, é uma estratégia biopolítica.

É a partir desta lógica - e destes conceitos - que analisei os documentos que apresento a seguir, de modo a problematizar as práticas educativas produzidas durante a pandemia de covid-19. Muitas maneiras de se lidar com a saúde em articulação à educação (e vice-versa) poderiam ter sido postas em prática durante a crise sanitária - paralisação total das aulas por dois anos, oficialização daquilo que se chama de educação domiciliar, ensino exclusivamente em modalidade de Ensino à Distância (EAD) para a educação básica e alguns exemplos inimagináveis neste momento -, contudo, dados os discursos que nos atravessam, especialmente os produzidos pelos documentos oficiais, os desafios e as práticas dos profissionais da educação se tornaram, muitas vezes, parecidos em diferentes lugares, fazendo emergir preocupações semelhantes diante da necessidade de criação de condições de ensino remoto, relativamente padronizado, durante o período de cancelamento de aulas presenciais.

### **A produção de dados por meio de documentos oficiais**

Parto do pressuposto de que ocorreram relações importantes entre as práticas discursivas que se desdobraram, oficialmente, nos campos da educação e da saúde no contexto da pandemia de covid-19. Nesse sentido, entendo que tais dinâmicas produziram efeitos

sobre as práticas educativas desempenhadas por profissionais da educação básica. Diante da complexidade das áreas e das diversas temáticas que por elas circularam, realizei a delimitação do material de pesquisa, especialmente a partir de seus enunciados.

Segundo Paraíso (2012), estratégias de descrição e análise possibilitam que se procure e se mostre nos enunciados dos discursos as suas práticas e o modo em que ele atua quando em funcionamento. Ainda segundo a autora, esses processos acabam por tornar os discursos mais visíveis de forma a expor possíveis questionamentos, rupturas que podem limitar ou dar novos sentidos às falas. Assim, analisam-se “as manobras, as táticas e os funcionamentos das posições estratégicas que dão efeito de conjunto a determinadas relações de poder em um discurso” (p. 39).

Para Fischer (2001) analisar o discurso é dar conta de relações históricas e de práticas muito concretas, que apresentam vida dentro dos próprios discursos, ou seja, para além das páginas ali transcritas, existem inúmeras e indissociáveis relações de poder e saber. Assim, observei os documentos escolhidos enquanto fragmentos de práticas que os produzem ao mesmo tempo em que são produzidas por eles.

Sommer (2007) afirma que se deve rejeitar todo um conjunto de pressupostos linguísticos quando se propõe analisar discursos através de uma perspectiva foucaultiana, especialmente os que qualificam os discursos como a mera realização da fala de diversos sujeitos. Conforme Paraíso (2012), é a partir desse modo que se analisam “as manobras, as táticas e os funcionamentos das posições estratégicas que dão efeito de conjunto a determinadas relações de poder em um discurso” (2012, p. 39). Assim, analisei documentos que apresentam um panorama global das temáticas, bem como, da realidade nacional durante a pandemia de covid-19.

Como a delimitação de minhas investidas investigativas se encontrava no campo da educação e da saúde, foi necessário traçar um caminho que buscou relacionar preceitos de ambas as áreas. Além disso, para qualificar meu olhar sobre a proposta, pautei as buscas em quatro agências oficiais e/ou organismos

governamentais promotoras de tais documentos, sendo elas: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Ministério da Educação do Brasil (MEC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Tal escolha se deu pelo grau de importância política, social e cultural que tais organismos possuem, bem como, pelo fato de serem grandes responsáveis pela oficialização de conhecimentos, normas, legislações e práticas nas suas áreas de atuação.

Em uma primeira busca nos repositórios das agências oficiais e/ou organismos governamentais, percebi uma grande variedade de publicações como livros, revistas, almanaques, entre outros. Assim entendi que seria necessário um enfoque mais específico para que de fato se chegasse aos materiais adequados para as intenções de análise. Portanto, passei a considerar apenas documentos que traziam algum caráter normativo, identificados nos sites como: "relatórios", "documentos", "normativas", "boletins" e "fichas técnicas". Em seguida, o material encontrado foi dividido em três agrupamentos: 1) documentos elaborados sobre a perspectiva unicamente da área da educação; 2) documentos elaborados sobre a perspectiva unicamente da área da saúde; 3) documentos que apresentam informações e dados de ambas as áreas.

Para a pesquisa nos sites, realizei buscas com filtros, a partir dos seguintes descritores: "educação", "covid-19" e "saúde". Também foi considerado apenas o recorte temporal dos anos de 2020 e 2021 (período de principal ocorrência da pandemia, até então). Os resultados (documentos) encontrados estão na tabela abaixo.

Tabela 1 – Documentos encontrados

| TEMÁTICA       | UNESCO | UNICEF | OMS | MEC | TOTAL |
|----------------|--------|--------|-----|-----|-------|
| Educação       | 7      | 13     | 4   | 18  | 42    |
| Saúde          | 3      | 4      | 22  | 3   | 32    |
| Educação/Saúde | 1      | 2      | 2   | 3   | 8     |

Após a constatação do grande número de documentos encontrados, foram necessárias mais algumas delimitações. Assim, o passo seguinte foi refinar a busca, no sentido de filtrar os documentos que poderiam auxiliar na compreensão da problemática proposta.

Para isto, foi realizada uma primeira leitura dos documentos, considerando as seguintes questões: 1) O documento apresenta dados, normas, regulações que visem analisar/apresentar/informar questões de educação e saúde vinculadas diretamente à pandemia de covid-19? 2) O documento pode ser utilizado/considerado em termos de gestão pública para aplicabilidades relacionadas à pandemia de covid-19? Partindo disso, foram selecionados apenas 3 para compor os objetos de análise.

O primeiro é denominado "Guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas de educação básica", do MEC, de 2020, que contém normas técnicas de segurança em saúde e recomendações de ações sociais e pedagógicas a serem observadas pelos integrantes da comunidade escolar. O segundo, "Educação em tempos de pandemia: direitos, normatização e controle social" da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) com apoio da UNICEF, do ano de 2020, que busca orientar os Conselhos Municipais de Educação (CMEs) em todo o Brasil sobre como ajudar a garantir o direito à educação de crianças e adolescentes, jovens e adultos, durante o período da pandemia. Por último, "Orientações para a reabertura segura das escolas considerando os dados da pandemia de covid-19: guia para gestores de educação e saúde Um guia para Conselheiros Municipais de Educação", de 2020, elaborado pela UNICEF, que buscou orientar gestores nas áreas da educação e da saúde para a avaliação da situação da pandemia da covid-19 em seus estados e municípios. Esta ferramenta de consulta estava baseada em um marco teórico da OMS, adaptada e revisada para a realidade brasileira, e, ao mesmo tempo, compreensível para o público em geral.

A partir dos documentos, ferramentas analíticas e perspectivas teóricas escolhidas foi possível compreender que, no contexto da pandemia, as normativas que buscavam garantir o direito à saúde - à vida - e as orientações pedagógicas direcionadas aos ambientes escolares que visavam garantir o direito à educação, ocorriam de forma incompatível com as realidades vividas em ambientes escolares no contexto da crise. Isso ocorreu em função de os enunciados que se encontravam nos documentos não podiam ser aplicados, de fato, para grande parte dos estudantes e escolas, especialmente da educação pública, em função de fragilidades estruturais anteriores à pandemia e à falta de investimentos durante seu acontecimento.

Interessante mencionar, neste ponto, que as normas apresentadas nos documentos se distanciaram das narrativas frequentemente circulantes em artefatos jornalísticos e acadêmicos que tratam da educação básica. No entanto, operaram enquanto produtores de verdades relacionadas ao retorno às aulas. Além disso, notei um desencontro de concepções entre as áreas, uma vez que os documentos elaborados pelas agências e organizações foram concebidos primordialmente no contexto da saúde, desconsiderando a educação enquanto processo multidimensional que perpassa e é perpassada por diversos elementos, tais como questões culturais, políticas, sociais, econômicas, os quais abrangem uma gama de disciplinas diferentes. Com isso, os preceitos desses documentos não produziram apenas o modo em que as práticas pedagógicas deveriam ser organizadas e orientadas, mas constituíam uma relação indissociável entre as diferentes escalas espaciais e temporais presentes no cenário educacional pandêmico.

Também compreendi que quando a saúde e a educação são balizadas por normatizações regulatórias, os eventos e as práticas relacionados a elas instituem verdades nem sempre associadas às demandas cotidianas. Assim, as estratégias biopolíticas que envolveram este embate, de algum modo, ocasionaram uma ideia de "direito seletivo" à educação, pois na prática garantiram



atividades apenas para aqueles que se encontravam em melhores condições de acesso aos recursos necessários para o momento.

### **Considerações finais**

Ao longo deste ensaio, explorei o processo teórico-metodológico que norteou a construção de minha tese de doutorado em Educação, no contexto do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Nela, conforme destaquei inicialmente, investiguei a produção de práticas educativas durante o período mais crítico da pandemia de covid-19. Mais precisamente, observei contexto da educação básica, a partir de uma perspectiva considerada pós-crítica.

Para tanto, conforme apresentei, fiz uso de conceitos foucaultianos como possibilidade de tensionar documentos oficiais a partir de uma perspectiva que os entende enquanto materialização e fragmentos de redes de poder. Deste modo, emergiram discussões que me conduziram a pensar sobre tais documentos enquanto normativas que, apesar de não se adequarem às realidades cotidianas da educação brasileira, instituíram modos de pensar o direito à educação em um cenário de crise sanitária.

Observo, a partir disso, que movimentos investigativos nessa perspectiva podem ser bastante produtivos na direção de serem criadas conexões entre os formuladores de estratégias e os profissionais que se encontram na linha de frente da educação. Essa reflexão emerge da constatação de que os discursos da saúde, de certo modo, ainda sobrepõem-se aos da educação, construindo propostas otimistas, porém pouco aplicáveis.

Assim, espero que outros pesquisadores que procuram se aventurar nas tramas de pesquisas que questionam as verdades historicamente cristalizadas, sobre a articulação entre os campos da saúde e da educação, sintam-se motivados e amparados, mesmo que sutilmente, pelas experiências que apresentei.

## Referências

- BUTLER, J. *The Psychic Life of Power. Theories of subjection*. California: Stanford University Press, 1997.
- CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/Form/Ação* - São Paulo: v. 29, n. 2, 2006.
- DARSIE, C.; HILLESHEIM, B.; WEBER, D. L. O discurso de controle de doenças da Organização Mundial da Saúde e a produção de espacialidades nacionais. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, 2021.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*. n. 114, nov. 2001.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Laura Fraga de Almeida Sampaio (Trad.). São Paulo: Loyola: 1996.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade – curso no College de France (1975-1976)*. Maria Ermantina Galvão (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir – Nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A história da sexualidade 1 – a vontade de saber*. Maria Teresa da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. (trad.) Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26ª ed. São Paulo: Graal, 2013.
- FUGANTI, L. Biopolítica e produção de saúde: um outro humanismo. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu*, v. 13, 2009.
- FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Rev. Subjetividade*, v.16, n. 3, 2016.
- MAKNAMARA, M. Discursos, subjetividades e formação docente: entre culturas da mídia e da memória. *Caderno de Letras: Pelotas*, n. 40, 2021.
- NESPOLI, G. Biopolíticas da participação na saúde: o SUS e o governo das populações. In: GUIZARDI, F. L. et al (Org.). *Políticas de participação e saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.
- NOGUEIRA, K. W. A. S. Gestão da vida e biopolítica nas tramas e tecituras da covid-19 no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 1, n. 26, 2021.

ORTEGA, F. O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Garamond: Rio de Janeiro, 2008.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. IN: MEYER D. E; PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós- críticas em educação (orgs.) Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PELBART, P. P. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. *Saúde e Sociedade*, v. 24, 2015.

SOMMER, L. H. A Ordem do discurso escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, 2007.

VEIGA-NETO, A. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 31, 2014.

WEBER, D. L. Práticas educativas em tempos de pandemia: entre o direito à educação e os cuidados em saúde. Universidade de Santa Cruz do Sul [Tese de Doutorado]. Santa Cruz do Sul, 2023.

## ARQUITETURA, GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO: A PRODUÇÃO DE SUJEITOS POR MEIO DE AMBIENTES, PAISAGENS E HETEROTOPIAS

Bruno Cristiano dos Santos  
Camilo Darsie

A articulação da Arquitetura com o campo da Educação representa uma possibilidade de transformação relacionada às perguntas que geralmente são feitas nos processos de investigação dessas ciências. Se, por um lado, as práticas e estudos arquitetônicos são, frequentemente, atravessados por discursos e preocupações técnicas, emergentes dos conhecimentos reconhecidamente "exatos", por outro, pesquisadores da área Educação dificilmente operam com ambientes e paisagens projetadas como artefatos que funcionam na direção de subjetivar e educar sujeitos.

Apesar de ambientes educacionais serem, em alguns casos, discutidos por meio de recursos que podem potencializar práticas e resultados pedagógicos, especialmente em contextos escolares e de formação, as dinâmicas espaciais, de maneira ampla, costumam ser pouco atentadas por ambas as áreas. Contudo, motivados pelos modos de fazer pesquisa que se associam às teorias pós-estruturalistas, compreendemos que diversas dinâmicas educativas ocorrem por meio do espaço, ou seja, por meio das relações humanas e das modificações materiais que agem concomitantemente e associadas, em diferentes lugares.

Assim, nas linhas que seguem, apresentamos reflexões pautadas na aproximação entre conhecimentos emergentes na Arquitetura, na Geografia e na Educação de modo a motivarmos diferentes possibilidades de olhares, de pensamentos e de questionamentos acerca das dinâmicas espaciais, dos projetos arquitetônicos e dos processos educacionais.

Diante disso, destacamos que a pesquisa que originou este ensaio investigou maneiras pelas quais elementos arquitetônicos operam enquanto estratégias biopolíticas que educam sujeitos (Santos, 2022). Para tanto, foram tensionadas experiências com edificações modernistas e brutalistas projetadas e/ou construídas na década de 1950, no Brasil. Nessa perspectiva, os conceitos de ambiente e paisagem, relevantes nos campos da Arquitetura e da Geografia, bem como as noções de poder, biopolítica e heterotopias, apresentadas por Michel Foucault, foram destrinchadas, sendo empregadas como ferramentas analíticas potentes para o campo da Educação.

Nas seções seguintes, para tanto, em um primeiro momento, recorreremos ao campo da Geografia de maneira a definir os conceitos que são utilizados, também, na Arquitetura. Mais precisamente, operamos com o espaço, enquanto fenômeno abrangente, e com ambientes e paisagens – categorias operacionais – de modo a definir um recorte operacional. Sequencialmente, tensionamos os processos educacionais que ocorrem por meio dessas categorias, a partir das noções de heterotopias e biopolítica, operando com as cidades e seus ambientes urbanos, enquanto escala de observação.

De antemão, ressaltamos que compreendemos, por meio do processo investigativo realizado, que os ambientes e as paisagens operam na produção de sujeitos, em níveis individual e coletivo. As diferentes projeções que compõem o espaço podem ser entendidas como materializações das relações de poder que permeiam diferentes localidades, em diferentes períodos, conduzindo e promovendo assujeitamentos. Tanto arquitetos, através de seus projetos, quanto sujeitos que de alguma maneira os contemplam, são subjetivados pelos conjuntos de verdades que promovem a constante transformação espacial. No limite, argumentamos que o espaço, neste contexto, educa e se modifica em decorrência das relações que englobam os sujeitos e as materialidades.

## Ambientes, paisagens e os jogos de poder

O espaço, pela perspectiva geográfica, é compreendido como a dimensão que abarca todas as manifestações e interações que ocorrem entre sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2006). Desta maneira, não se resume às relações humanas ou às transformações materiais – naturais ou construídas –, mas, de forma mais ampla, resulta de processos que envolvem a articulação de ambas (Lagasse; Darsie, 2021). O espaço, neste contexto, é um fenômeno em constante reorganização que ocorre de modo multiescalar e polirrítmico (Darsie, Weber, 2021; Darsie, 2021).

É a partir desses processos – múltiplos – que os sujeitos são produzidos e reproduzidos por dinâmicas de subjetivação ocasionadas, conforme argumentamos, pelas reconfigurações espaciais que eles mesmos operacionalizam. Trata-se, no limite, de processos indissociáveis que, ao mesmo tempo em que subjetivam sujeitos, transformam estruturas espaciais que não se desvinculam das transformações que os envolvem, individual e coletivamente.

Configuram-se, portanto, as espacialidades, ou seja, conjuntos de subjetividades que orientam modos de ser e de agir, de acordo com as possibilidades e as balizas espaciais. Esse conceito nos permite pensar que o espaço, devido à complexidade de suas dinâmicas e de sua concepção, faz parte daquilo que entendemos enquanto sujeitos, ao mesmo tempo em que os sujeitos fazem parte dele.

Tratar o espaço como um produto das mais diferentes relações, no interior de diferentes escalas, bem como entre essas diferentes escalas, pressupõe considerar que ele não está acabado [...]. Partindo dessa situação, proponho que o espaço é um produto das relações mais diversas, que se desdobram por meio das espacialidades que são produzidas no âmbito desse mesmo espaço. As espacialidades são as dinâmicas que abrangem as mais distintas formas de relações sociais, articuladas às materialidades já existentes, bem como às resultantes dessas dinâmicas (Souza, 2014, p.144)

Contudo, vale a pena explicar que, na Arquitetura, o espaço é tomado como um conceito operacional que pode ser descrito como

um vazio que passa a ser preenchido pelas funções e atividades dos corpos que o habitam e o projetam. O espaço arquitetônico, portanto, é compreendido por meio dos elementos materiais, elaborados por especialistas, diretamente associados ao ato de criação e às estruturas construídas. Tal modo de definir o espaço, no campo dos estudos arquitetônicos, conceitualmente, se alinha ao que, no campo da Geografia, é chamado de ambiente, ou seja, uma das categorias operacionais que auxiliam leituras acerca do fenômeno espacial.

Nesse contexto, a Arquitetura assume um caráter de ação criativa, fundamentada na habilidade humana de transformar ambientes, o que, conseqüentemente, está inserido no escopo das dinâmicas espaciais, conforme se acredita no campo da Geografia. Além disso, tendo em vista as edificações resultantes de projetos arquitetônicos, não apenas os ambientes passam a ser alterados, mas, de maneira ampla e visivelmente identificável, as paisagens são transformadas.

A paisagem – outra categoria operacional geográfica, também relevante no campo da Arquitetura – se torna um elemento crucial para o tensionamento que apresentamos neste ensaio, visto que ela serve como uma espécie de meio de comunicação entre as formas – naturais e construídas – e os sujeitos, desempenhando papel educativo pelo modo como atravessa diferentes pessoas, instituindo modos de se relacionar com/no espaço. Ela é moldada pelas relações sociais que produzem e reproduzem o espaço, afinal de contas, podem ser pensadas como uma lente que permite observar o espaço e as espacialidades por meio de suas formas físicas capturadas pelo olhar, as quais evidenciam a sobreposição de diferentes tempos, já que é carregada de heranças culturais.

Segundo Santos (2006), a paisagem é um conjunto de formas, naturais ou construídas, que refletem as interações contínuas entre o ser humano e o ambiente. Ela representa, de maneira integrada, as relações dinâmicas, produtivas e materializadas que configuram o espaço em diferentes momentos da história. Nesse contexto, o entendemos como um "conceito lente" que possibilita uma

compreensão dimensional do espaço, considerando a interação de elementos naturais, tecnológicos, socioeconômicos e culturais, sobrepostos e interconectados. A paisagem materializa e torna visíveis as relações de poder que se manifestam em locais e momentos específicos, por meio de edificações, de artefatos publicitários, de parques e jardins e de seus demais componentes (Darsie; Hillesheim; Weber, 2021).

Podemos pensar que a relação entre a paisagem e a produção de sujeitos atravessa a história da humanidade, pois desde os primeiros muros construídos, como medida de proteção de territórios – conceito que, na Geografia, se estabelece a partir da demarcação espacial emergente das relações de poder – foi marcado o início da transformação daquilo que é visível e dotado de significado, por meio das interações sociais (Maximiano, 2004). A paisagem, então, compreende o conjunto de materialidades e sociabilidades que podem ser observadas, a partir de determinados enquadramentos, como uma fotografia das formas espaciais. Ela abrange, especialmente, o conjunto de transformações geográficas e históricas que podem ser observadas enquanto elementos que se referem a épocas distintas.

Dessa forma, emerge como um componente lógico do espaço que é produto de seleções, muitas vezes, criteriosas na criação das formas. Pode-se afirmar, por isso, que a paisagem é plural, caracterizada por associações entre diferentes fragmentos de "paisagens", representando conjuntos de artefatos culturais construídos, frequentemente observados em contextos urbanos e não urbanos. Por esse viés, ela é constituída por formas e funções em transformação, em sincronia com as mudanças do espaço, evidentes ou imperceptíveis.

Do ponto de vista arquitetônico, um recorte paisagístico se apresenta como uma representação visível do espaço-tempo, incluindo sua composição formal e estrutural. No entanto, os aspectos sociais que permeiam esses recortes, inicialmente invisíveis, estão diretamente associados às relações de poder que



orientam as sociedades e o delineamento daquilo que pode ser construído e contemplado (Serpa, 2010).

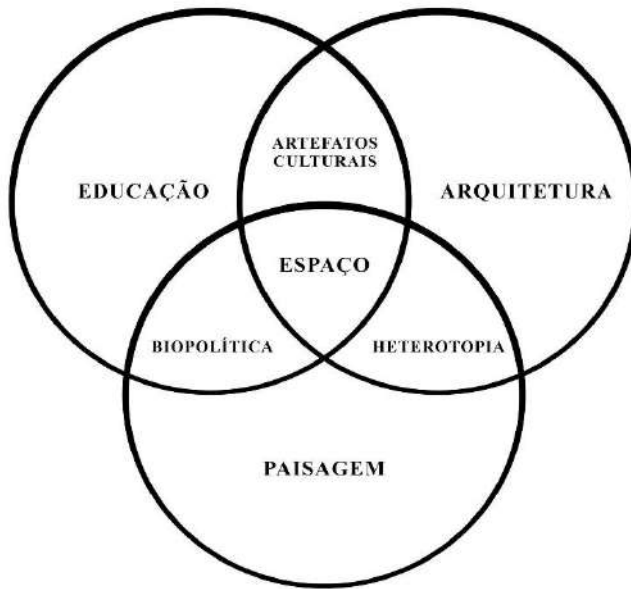
Bernardes (2020) argumenta que as paisagens são constituídas por objetos reais, distribuídos em um sistema material, relativamente constante, que as transformam em instrumentos de poder que balizam fluxos e compreensões sociais. Elas operam sobre modos de ser e de estar no espaço por meio dos jogos de poder que as constituem e que se tornam materializados em suas estruturas (Darsie; Weber, 2019).

Conforme observado por Foucault (2008), o poder não se restringe a um recurso detido por indivíduos ou instituições específicas, mas funciona como uma rede que permeia e molda, de maneira contínua, as dinâmicas sociais. Ele se manifesta por redes e práticas discursivas, ou seja, por situações cotidianas e conhecimentos que são constantemente produzidos, transformados e compartilhados socialmente. O poder, neste sentido, não opera de forma vertical, a partir de quem, em tese, o deteria, mas funciona horizontalmente, delineando-se a partir de múltiplas intenções que se encontram em constante competição.

De acordo com Aleikseivz (2016), ao examinar teorias sobre a microfísica e a operação do poder, Foucault, ao falar sobre materialidades espaciais, destacou a preeminência do poder disciplinar político. Nesse contexto, a concepção e a transformação do espaço emergem como elementos centrais na tecnologia dos fluxos de poder, influenciando a disposição dos sujeitos em ambientes diversos, por meio da disciplina. Assim, o dispositivo disciplinar surge como resultado das ações dos próprios sujeitos, criando paisagens e ambientes que, por sua vez, produzem outros assujeitamentos em um ciclo de transformação contínua – onde o sujeito molda o espaço e o espaço molda o sujeito.

Essa perspectiva sugere que a Arquitetura não desempenha apenas o papel de objeto, mas, ao contrário, participa ativamente em ciclos de transformações, em contextos espaço-temporais específicos, nos quais os instrumentos produzidos se tornam objetos daquilo que pretendem criar.

## Diagrama de Conceitos



Fonte: Elaborado pelos autores

Através dessa perspectiva, os ambientes e as paisagens se configuram, também, como estratégias biopolíticas, pois seus componentes, em interação com outros elementos, operam na direção de promover determinados estilos de vida, pautados por determinadas verdades que por vezes se sustentam em parâmetros numéricos, estatísticos e técnicos, visando ordenar coletivos. Seguindo os princípios fundamentados nas obras de Michel Foucault e discutidos por Ritter (2014), ao abordarmos a biopolítica relacionada aos ambientes e às paisagens, passamos a lidar com este conceito como um modo de governar a vida que pode ser associado à Arquitetura.

Destacamos, neste contexto, que a partir de meados do século XVIII, a abordagem das questões práticas governamentais foi racionalizada por meio da análise histórica, dos cálculos populacionais e das métricas associadas aos problemas coletivos, permitindo uma melhor compreensão e um melhor direcionamento

das transformações no uso do espaço, ao longo dos séculos, no sentido de promoção e defesa da vida. Nesse sentido, emergiram práticas de governo que podem ser compreendidas como processos, análises, instituições e estratégias que buscam controlar determinadas populações, empregando estratégias de economia política (Oliveira, 2019).

Em suas obras, Foucault utiliza o conceito de governamentalidade como alicerce para as relações de poder relacionadas ao governo das sociedades, possibilitando a investigação do surgimento do Estado. Assim, a Arquitetura "biodisciplinar", conforme nomeada por Ritter (2016), ou biopolítica está conectada à noção de governamentalidade de duas maneiras: por meio do disciplinamento dos corpos e a partir da administração das populações pela utilização estratégica de ambientes e paisagens.

Uma análise aprofundada sobre a utilização dos ambientes urbanos, encontrada na obra de Lynch (1997), discute a organização da identificação de ambientes. O autor descreve as cidades com base nos princípios de planejamento urbano ao argumentar que os ambientes se tornam mais compreensíveis ao possibilitarem experiências urbanas mais ricas, ou seja, de maneira aglutinada. O ambiente urbano, enquanto uma escala mais abrangente, é capaz de introduzir indivíduos na morfologia geral das cidades em articulação às paisagens. Dessa forma, as cidades passam a explorar a competência da expressão visual e de toda a sua profundidade, de modo a orientar/produzir sujeitos por meio das dinâmicas do espaço.

É possível entender, portanto, que os conceitos geográficos aplicados à Arquitetura e, complementarmente, à educação, operam como interlocutores possíveis para o tensionamento de determinados modos de produção de sujeitos a partir de parcelas espaciais urbanas. Essas ideias formam o alicerce para a integração da Arquitetura aos contextos sociais e às práticas educacionais.

## Heterotopias - recortes espaciais que educam sujeitos

Partindo dos preceitos teóricos que envolvem ambientes e paisagens, é interessante destacar que Foucault (1986), ao argumentar que há parcelas do espaço que funcionam em condições não-hegemônicas, oportuniza novos modos de tensionar e discutir os elementos arquitetônicos que constituem o espaço. Nesse sentido, desdobramos seus argumentos, baseados em escalas operacionais, de modo a pensar que as cidades, devido aos seus modos específicos de se desenvolverem, associados às espacialidades de seus habitantes e às suas estruturas únicas, também podem ser pensadas enquanto parcelas espaciais que contrastam em relação a outras.

Segundo o autor, o espaço pode ser pensado a partir de posicionamentos de oposição, ou seja, de parcelas espaciais que se contrapõem a outras, em formas e conteúdos. Partindo disso, refere que surgem as heterotopias, ou seja, áreas que se estruturam – ambientes e paisagens<sup>1</sup> – em contextos sociais que, de certo modo, possibilitam dinâmicas descoladas ou diferentes daquelas que modelam a maioria dos outros lugares. Segundo Lopes (2012)

Apesar das mudanças de percepção do espaço (localização - extensão - posicionamento), na prática, segundo Foucault, ainda podemos perceber que o espaço não foi inteiramente dessacralizado. Certos jogos de oposição com o espaço privado e espaço público, espaço da família e espaço social, espaço da cultura e espaço do útil, espaço de lazer e espaço de trabalho, ainda são tidos como naturais (não criados). No fundo, o que estes jogos de (o)posição revelam são as relações que definem os posicionamentos (nos quais vivemos), e o fato de que a análise destas relações poderia trazer à tona elementos que, ainda, sacralizam o espaço e estruturam o mundo. Seria possível, segundo o autor, empreendermos uma lista descritiva que fosse abarcando, um por um, os tipos de relação de posicionamento existentes. Entretanto, apesar dessa possibilidade, Foucault se propõe a analisar um tipo especial de relação de posicionamento (de espaço), que tem a 'curiosa

---

<sup>1</sup> Seria possível associarmos a outras categorias analíticas do campo da Geografia - lugar, região, por exemplo - mas, considerando o argumento deste ensaio, concentramos os tensionamentos no escopo do ambiente e da paisagem.

propriedade' de estar em relação com todos os outros posicionamentos. Este espaço pode ser dividido em duas formas: utopias e heterotopias (p. s/n).

Partindo disso, é relevante mencionarmos que as utopias seriam constituídas pelas intenções de projeção e produção de ambientes e/ou paisagens que, na prática, ainda não existem, enquanto as heterotopias se encontram materializadas. A paisagem, portanto, enquanto componente urbano composto, em grande parte pela Arquitetura, pode ser interpretada como uma categoria que possibilita observar e discutir a produção de sujeitos a partir da perspectiva das heterotopias, pois ela acumula contrastes que operam como oposições, emergentes de relações de poder. Para tanto, é importante atentar aos princípios, elencados por Foucault (1986), acerca do que seriam as heterotopias.

O primeiro define uma heterotopia como a construção de culturas ao longo da história, ou seja, uma "constante de todo e qualquer grupo humano". Referimos, assim, que apesar de o pensamento crítico e/ou reflexivo sobre a paisagem ter surgido apenas após a segunda metade do século XX, as relações entre as formas materiais visíveis podem ser rastreadas em todas as interações humanas com os ambientes, desde as primeiras sociedades até os dias de hoje.

Nesse sentido, destacamos que Costa (2014), ao refletir sobre as edificações contemporâneas, projetadas pelo arquiteto Frank Gehry, menciona o papel da Arquitetura enquanto linguagem disposta na paisagem, que orienta modos de ser e de subjetivar, em diferentes tempos e parcelas do espaço. Nessa direção, os ambientes e as paisagens podem ser compreendidos como textos que interpelam sujeitos, a cada passo, a cada ação, a cada olhar. Complementarmente, entendemos que a interpelação dos sujeitos ocorre por meio de fragmentos da paisagem que podem ser observados a partir da escala urbana.

Conforme apontado por Santos (2006), a paisagem pode ser compreendida como a sobreposição de tempos, o que permite pensar que as (o)posições se tornam visíveis e produtivas. São os

contrastes paisagísticos que, apesar de nos orientarem sobre novas possibilidades espaciais, nos educam, constantemente, no sentido de nos mostrarem quem podemos ser e de onde podemos ter vindo, enquanto sujeitos, por meio da Arquitetura. As oposições, neste caso, produzem, também, novas maneiras de sermos e de interagirmos com o espaço, do qual fazemos parte, e com os coletivos que o compartilham, a partir das espacialidades.

Um exemplo relacionado a isso pode ser observado na imagem que segue, na qual apresentamos a Casa Dançante, projetada por Frank Gehry, na cidade de Praga, na República Tcheca. Para além de seus traços e formas incomuns – que podem ser associados ao que chamamos de pós-modernidade –, a edificação contrasta com as demais, de certo modo, apresentando um novo modo de pensar, de ser, de estar conectado ao espaço. Contudo, ela não se descola das heranças culturais que cercam e a tornaram possível, visto que se encontra acoplada aos fragmentos de paisagem emergentes de outras formas de pensar e de ser, de outras verdades que produziram os sujeitos, bem como a Arquitetura.

Casa Dançante, de Frank Gehry - Praga,



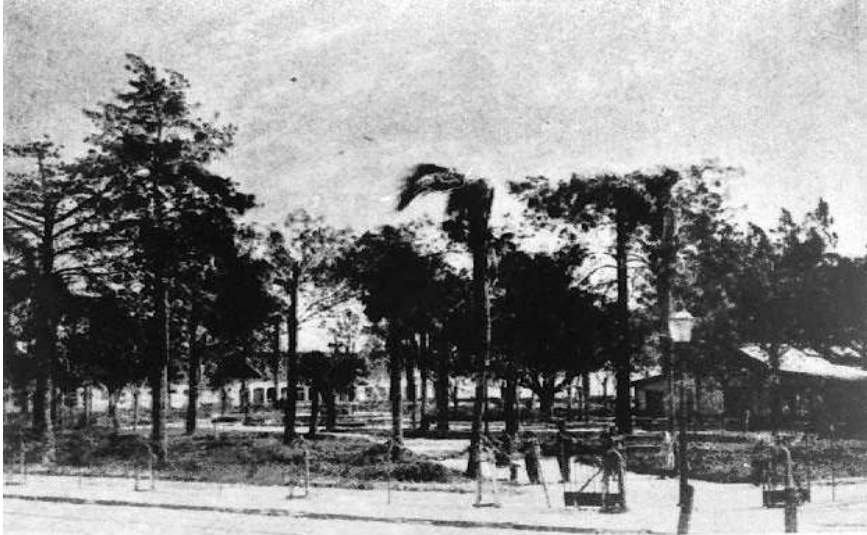
Fonte: <https://mundovastomundo.com.br/praga/casa-dancante-tancici-dum/>

O segundo princípio está relacionado ao tempo. Foucault (1986) argumenta que as heterotopias passam por transformações,

em suas funções, associadas a diferentes contextos temporais. Isso pode ser exemplificado por meio dos projetos paisagísticos de praças, parques e demais áreas de lazer. Na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, por exemplo, a Praça da Harmonia, antigamente chamada de Largo da Força, delimitada pelas ruas dos Andradas, Siqueira Campos, General Portinho e parte da Primeira Perimetral, servia de ambiente para execuções públicas, por enforcamento, no final do século XIX. Contudo, hoje é vista como centro de eventos culturais abertos, direcionado ao encontro de diferentes pessoas que apresentam intenções semelhantes e/ou diferentes, mas que manifestam-se coletivamente. Desta forma, observamos grande transformação na relação entre uma parcela espacial e significação pública atribuída a ela.

Nas imagens que seguem, é possível observar mudanças, entre passado e presente, relacionadas à organização e à ocupação do ambiente mencionado. Essas mudanças se materializam na paisagem, tanto pelos equipamentos que constituem o ambiente, materialmente construídos, quanto pela vegetação que se transforma de modo a alterar os modos de ver e de sentir daqueles que as observam e/ou circulam por elas.

## Fotografia de 1894 Praça da Harmonia



1894

PRAÇA DA HARMONIA — PORTO ALEGRE

Fonte: Lume UFRGS

## Festa Junina na Praça Brigadeiro Sampaio (Praça da Harmonia) em 24 de junho de 2017 -



Fonte: [tripadvisor.com.br/Attraction\\_Review-g303546-d10084938-Reviews-Praca\\_Brigadeiro\\_Sampaio-Porto\\_Alegre\\_State\\_of\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul.html](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303546-d10084938-Reviews-Praca_Brigadeiro_Sampaio-Porto_Alegre_State_of_Rio_Grande_do_Sul.html)



Podemos argumentar, portanto, que os modos de usufruir e de compreender ambientes e paisagens se relacionam às dinâmicas de poder que permeiam as sociedades em diferentes momentos, em diferentes localidades, especialmente a partir da função e dos equipamentos urbanos utilizados para tanto – forcas x barracas festivas. No que se refere aos marcadores estéticos ou às funcionalidades de parcelas espaciais distintas, os processos educacionais ocorrem na direção de validar novas práticas e novas verdades, em áreas específicas, ao mesmo tempo em que buscam anular velhos preceitos. Essas lógicas, contudo, não se transformam de maneira global – ou universal –, mas, ao contrário, se sobrepõem, acompanhando e transformando espacialidades localmente instituídas que podem ser observadas, avaliadas e comparadas em escalas urbanas.

No terceiro princípio que envolve as heterotopias, Foucault (1986) descreve a sobreposição de funções de várias realidades em um só recorte espacial, em uma alternância de significados. É possível identificar a ideia de sobreposição e representação de diversas tramas, em elementos como: paisagismo, vias de circulação e estruturas ferroviárias. Esses ambientes alternam-se em consonância e possuem diferentes significações espaciais. Em uma mesma via, por exemplo, o espaço passa a ser percebido de diferentes maneiras por um passageiro de trem, por um pedestre e por um motorista de carro. Assim, ocorrem três reflexos de sobreposição em apenas um ambiente, tendo como elemento singular a via de fluxo de trânsito.

## Construção de vias na cidade de Porto Alegre/RS



Fonte: <https://prefeitura.poa.br>

Assim, torna-se relevante destacarmos que um dos elementos que constituem o espaço é a imprevisibilidade de seus acontecimentos, de transformações e das percepções (Souza, 2014; Darsie, 2021). Nessa perspectiva, atentamos ao fato de que as subjetividades relacionadas ao espaço – as espacialidades – não são homogêneas, tampouco orientadas de forma ordenada, pois cada sujeito, por meio de suas experiências, significa de maneira única suas intenções e experiências espaciais.

Por isso, podemos dizer que os processos de significação espacial e de assujeitamento ocorrem a partir de dinâmicas educativas que emergem das vivências espaciais que, mesmo apresentando algumas tendências, não se encaixam em padronizações universais. Isso significa que, mesmo educando por meio de seus ambientes e paisagens, a cidade não torna iguais os sujeitos que a formam, mas, de maneira multifacetada, subjetiva esses sujeitos na direção de criar sentimentos de unidade – coletivamente –, ao mesmo tempo em que ressalta marcadores de diferenciação singulares – individualmente.

O quarto princípio refere-se a peças funcionais que envolvem as espacialidades e que operam cumulativamente. Museus, bibliotecas, cemitérios e áreas públicas onde a vegetação se

modifica ao longo dos anos, se encaixam nessa lógica. O corpo-vivo – a sociedade – e a morfologia urbana, ambos em constante modificação, representam formas de heterocronia, pois é por meio do tempo que pode ser gerenciada a acumulação cultural materializada por artefatos ambientais (Foucault, 1986). Neste sentido, a análise desse processo cumulativo é o modo pelo qual o desenvolvimento urbano funciona como um elemento que subjetiva os sujeitos na direção de entenderem-se enquanto frutos da história ao passo em que os lança na direção do futuro a partir de uma ideia de "evolução" espacial.

Na mesma direção daquilo que apontamos em relação à Casa Dançante e à Praça da Harmonia, os equipamentos urbanos constituem ambientes e paisagens de modo a fornecer indícios de pertencimento e identificação. São os recursos subjetivos, de cada pessoa, que potencializam aprendizagens e modos de se relacionar e entender as peças funcionais que estruturam as localidades, bem como aquilo que elas podem representar. Podemos pensar, portanto, que emergem processos educacionais que subjetivam sujeitos por meio de fragmentos do espaço, oportunizando desfechos imprevisíveis que operam na sua constante reconfiguração, oportunizando diferenças entre parcelas espaciais distintas.

O quinto princípio aborda a concepção arquitetônica como preenchimento de uma parcela do espaço (Leitão; Lacerda, 2016). O recorte espacial, neste caso, deve possuir uma delimitação territorial própria, podendo ser visível ou não, como é o caso da demarcação de zonas e vias centrais que controlam, indiretamente, as suas entradas e saídas. Esse princípio destaca a desestabilização dos marcos de acesso e livre trânsito por meio do uso de elementos da Arquitetura. Assim, os pilotis ou pilares de sustentação, constituídos por colunas visíveis nos níveis térreo de prédios modernistas, por exemplo, transformam locais de implantação de obras em espaços públicos, pois elevam o elemento material para além do plano de seus terrenos, permitindo a fluidez de caminhos por entre as obras arquitetônicas, refletindo uma mudança notável nos padrões de apropriação de parcelas espaciais.

Podemos citar, neste caso, o projeto do Museu de Arte Moderna de São Paulo (Masp), de Lina Bo Bardi, de 1968. Conforme pode ser observado na imagem, o prédio permite a utilização de seu ambiente projetado pelo público, em seu nível térreo. Além disso, promove a sensação de interconexão com demais prédios que seguem a mesma lógica arquitetônica, produzindo uma rede de passeio que pode subjetivar sujeitos na direção de se pensarem como "unidade coletiva" formada por pessoas e edificações, especialmente, públicas.

### Museu de Arte Moderna de São Paulo



Fonte: Acervo Histórico Online da Cidade de São Paulo

Diante dessa característica marcante das obras modernistas dos anos de 1950 e 1960, e dos vãos públicos que as caracterizam, observamos propostas de ordenamento social que buscam organizar os ambientes e as paisagens por meio de uma lógica coletiva sustentada nos movimentos e encontros. São, justamente, os marcadores de "abertura", que se opõem ao que pode ser compreendido como parcelas espaciais privadas, que agem

subjetivando e educado sujeitos na direção de se entenderem enquanto população. Os ambientes abertos, públicos e em constante movimento oportunizam, para além da construção de senso coletivo, um melhor controle das condutas, conforme apontado por Foucault, ao discorrer sobre a biopolítica.

Neste ponto, torna-se importante destacarmos que os espaços coletivos operam de forma produtiva, não impositiva. São práticas de governo que desdobram-se a partir das dinâmicas populacionais, por meio das quais todos são observados e observadores, mesmo que não sejam explícitas essas intenções. Nesse sentido, ambientes e paisagens abertas funcionam como moduladores dos modos de ser em seus contextos espaciais. As relações humanas, em articulação às estruturas arquitetônicas, educam sobre os modos de estar no espaço e de se sentir parte de um grupo humano de sujeitos.

Associado ao item anterior, o último traço das heterotopias, conforme Foucault (1986), envolve a função ambiental como noção de expansão territorial ou símbolo, criando uma ilusão de preenchimento espacial. Entende-se, portanto, que opera na criação de recortes espaciais distintos, com regras próprias de funcionamento e horários, assemelhando-se a um corpo-vivo. Essa abordagem se alinha à noção de Urbanismo, em que a morfologia e as limitações territoriais das cidades formam a paisagem urbana.

Nesse sentido, destacamos que a cidade, conforme classificada por Lynch (1997), compreende cinco elementos principais: fluxos, marcos, bairros, limites e pontos nodais, que ao longo do tempo adquirem características subjetivas para os indivíduos diante de paisagens em constante transformação. Essa perspectiva técnica pode ser entendida como um mecanismo biopolítico, visto que orienta as normas e as condutas urbanas, coletivamente. Ela controla e ensina sobre as formas de interagir com os demais viventes e com as estruturas do espaço, servindo como ferramenta de governo.

Encaminhando-nos para o fim da discussão, ressaltamos que o espaço e os sujeitos constituem um fenômeno único, por meio do

qual indivíduos e grupos são assujeitados enquanto parcelas espaciais são transformadas materialmente. Nesse contexto, compreendemos que as heterotopias, propostas por Foucault, constituem-se enquanto ferramenta produtiva no que se refere à observação e ao tensionamento das dinâmicas espaciais. É por meio dessa perspectiva que podemos afirmar que o espaço educa e é educado, a partir de dinâmicas constantes e imprevisíveis.

### **Considerações finais**

Neste ensaio, destacamos alguns dos processos educativos que ocorrem por meio do espaço, especialmente, associados aos ambientes e as paisagens, tendo como base os preceitos da Geografia e da Arquitetura. O argumento central refere que o espaço, enquanto fenômeno que emerge, transforma e é transformado a partir de sistemas de objetos e de sistemas de ações, promove subjetividades e educa sujeitos. Retomamos que o espaço não pode ser entendido como conjunto de ações humanas ou de materialidades, separadamente. É a associação entre essas dimensões que caracteriza esse elemento, prática e teoricamente.

Nesse sentido, tomamos a Arquitetura como campo do saber que, em associação a outros, transforma ambientes e paisagens, de forma direta, desempenhando ações relevantes acerca da produção de sujeitos. Conforme sinalizado, logo no início, foi a aproximação entre, pelo menos, três ciências distintas – Geografia, Arquitetura e Educação –, sob os preceitos das teorias pós-estruturalistas, que oportunizou a criação e operação de novos olhares, novos questionamentos e novas reflexões acerca da temática.

A relação entre Arquitetura, biopolítica e heterotopias revela uma relação que transcende o conceito de construção física, estando esta relação aplicada às paisagens sob as espacialidades. A arquitetura emerge na paisagem como uma interessante ferramenta biopolítica, influenciando o ambiente construído e moldando interações sociais, políticas e culturais. Ao criar ambientes e paisagens, a decisão projetual desempenha um papel crucial na

configuração das experiências humanas e, por extensão, na gestão das populações.

Diante disso, frisamos a relevância de investigações que busquem tensionar verdades cristalizadas nos contextos profissionais, escolares e acadêmicos. Acreditamos que a habilidade de direcionar análises diferentes das consideradas mais comuns, por profissionais e pesquisadores das três áreas, é capaz de qualificar discussões e processos práticos. Além disso, esse movimento pode ser bastante produtivo no que se refere a transformações sociais que amenizem as durezas dos tempos que vivemos.

Certamente, a busca de certa "inovação" acadêmica expõe pesquisadores e pesquisadoras a riscos epistemológicos, teóricos e metodológicos, contudo, de forma mais significativa, abre brechas para novas formas de entender as transformações que constantemente ocorrem em diferentes instâncias da vida contemporânea. Esperamos, portanto, que as ideias apresentadas sirvam para disparar novas incursões, de modo a virem a ser potencializadas, questionadas e/ou transformadas por novos e criativos desdobramentos teóricos.

## Referências

ALEIKSEIVZ R. A. **Espaço e Poder na Reflexão de Foucault: Dos Dispositivos a Governamentalidade**, UFPR (Dissertação de Mestrado), Curitiba, 2016.

BARBOSA, L. **Um parque, três projetos**. UFRGS (Dissertação de Mestrado), Porto Alegre, 2016.

BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Revista Formação**, v. 27, n. 50, 2020.

COSTA, M. V. Cultura e pedagogia - lições da espacialidade revolucionária de Frank Gehry. **Educação e Realidade**, v. 39, 2014.

DARSIE, C.; HILLESHEIM, B.; Weber, D. L. O discurso de controle de doenças da Organização Mundial da Saúde e a produção de

espacialidades nacionais. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.

DARSIE, C.; WEBER, D. L. **Entre acolhimentos e estranhamentos: notas sobre migrantes e espacialidades**. In: Adriana da Silva Thoma, Betina Hillesheim, Carolina de Freitas Corrêa Siqueira. (Orgs.). *Inclusão, diferença e políticas públicas*. 1ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2019.

DARSIE, C.; WEBER, D. L. **Geografia da Saúde e Educação Básica: um panorama**. In: Robson Olivino Paim; Ana Maria de Oliveira Pereira; Carina Copatti, Claudionei Lucimar Gengnagel. (Org.). *Geografias que fazemos: educação geográfica em diferentes contextos*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

DARSIE, C. **Modos de pensar o espaço a partir da prevenção e do controle de doenças: espacialidades, informações, monitoramento e molecularidade**. In: Claudionei Lucimar Gengnagel. (Org.). *Ensino de ciências humanas: reflexões, desafios e práticas pedagógicas*. Chapecó: Livrologia, 2021.

FOUCAULT, M. **De Outros Espaços**. Pedro Moura (Trad.). Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978 – 1979). Eduardo Brandão e Claudia Berliner (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LAGASSE, G.; DARSIE, C. A Netflix e a educação em rede 'pelo' e 'sobre' espaço. **Textura**, v. 23, 2021.

LEITÃO, L.; LACERDA, N. O espaço na geografia e o espaço da arquitetura: reflexões epistemológicas. **Cadernos MetrÓpole**, v. 18, 2016.

LOPES, D. K. Heterotopias. **Revista do Colóquio**, n. 2, v. 3, 2012.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Revista Rae'Ga**, n. 8, v. 4, 2004.

PANERAI, P. et al. **Formas Urbanas: da Manzana ao Bloque**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.



RITTER, V. F. O Espaço e a Biopolítica. Poliética. **Revista de Ética e Filosofia Política**, v. 2, p.88-111, 2014.

RITTER, V. F. **Da verdade dos espaços ao espaço da verdade. A genealogia dos espaços e seus modos de subjetivação em Michel Foucault**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Tese de Doutorado). Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. 2016.

SANTOS, B. C. **Espaço e Educação: Arquiteturas Modernistas e Brutalistas do Brasil e a Produção de Sujeitos**. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SERPA, A. Milton Santos e a Paisagem: Parâmetros para a Construção de uma Crítica da Paisagem Contemporânea. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, n. 27, 2010.

SOUZA, C. D. **Educação, geografia e saúde : geobiopolíticas nos discursos da organização mundial da saúde e a produção da mundialidade pelo controle e prevenção de doenças**. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 2014.

WERMUTH, M. Â. D.; FORNASIER, M. O. **Da Arquitetura da Inclusão (Sociedade Disciplinar) à Engenharia da Exclusão (Biopolítica): Uma Análise a Partir da Arqueologia/Genealogia do Poder em Michel Foucault**. In: José Alcebíades De Oliveira Junior; Renata Almeida Da Costa; José Luiz Borges Horta. (Org.). *Filosofia do direito II*. Florianópolis: Conpedi, 2015, v. 1, p. 202-227.

## EDUCAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CAMINHOS DE UMA PESQUISA SOBRE TRATADOS INTERNACIONAIS E POLÍTICAS ANTI-IMIGRAÇÃO

Guilherme Vendruscollo Werlang  
Camilo Darsie

Os estudos pós-estruturalistas em educação se expandem, no Brasil, há mais de 30 anos. Inicialmente, foram desenvolvidos por meio de problematizações acerca de dinâmicas escolares, universitárias e relativas a outros ambientes de ensino. Porém, outros movimentos investigativos passaram a ser traçados a partir de incursões que consideram que os processos educativos não se limitam às instituições tradicionais de ensino. Conforme apontado Goulart, Souza e Darsie (2023) e Hillesheim (2015), apesar da educação ser, muitas vezes, associada aos educandários, sob as balizas da pedagogia escolar, atualmente, com a ajuda dos olhares pós-estruturalistas, debates da área consideram uma gama diversificada de práticas, lugares, artefatos, sujeitos e propostas, ora confluentes ora conflitantes.

Esse modo de pensar e desenvolver discussões no campo da educação convida investigadores a refletirem a partir de diferentes contextos e campos do saber. Alguns exemplos podem ser encontrados em pesquisas como a de Souza (2014), em que são abordadas questões relacionadas aos campos da geografia, da educação e da saúde por meio de documentos internacionais que visam regulamentar normas de biossegurança; a de Santos (2022), que apresenta a intrincada relação entre o espaço, a arquitetura e a educação a partir das edificações modernistas da década de 1950; a de Coutinho e Lignau (2021), que associa a análise do discurso de Michel Foucault às metodologias ativas de educação na engenharia de alimentos; e a de Bortolazzo (2015), que intersecciona as

narrativas acadêmicas e midiáticas para destacar a produção de uma geração digital, utilizando-se dos Estudos Culturais.

Para Paraíso (2004, p. 295), pesquisas deste gênero

[...] têm contribuído para a conexão de campos, para o desbloqueio de conteúdos, para a proliferação de formas e para o contágio de saberes minoritários. Os sentidos são multiplicados, os conhecimentos expandidos, os espaços de criação e invenção povoados. Elas têm-se posicionado contra a fixidez de significados, de narrativas, de valores, de classificações, de subjetividades, de verdades. Sua força tem sido grande, já que desarruma muito do já pensado na educação e mostra a importância de significar de outro modo, de criar, produzir, multiplicar e proliferar.

Sendo assim, o desafio encontrado neste ensaio, diz respeito à apresentação de pontes teórico-metodológicas entre os campos da Educação e das Relações Internacionais (RI), a partir de uma perspectiva pós-estruturalista. Destaca-se que as RI compõem uma área das Ciências Humanas que envolve várias disciplinas, como: História, Economia, Política, Geografia, Direito, Filosofia, Sociologia, Antropologia, entre outras. É, portanto, uma área multidisciplinar que busca explicar os diferentes conceitos que envolvem a política internacional, levando em conta diversas teorias utilizadas para a análise de fenômenos e atores nacionais e internacionais.

As três principais correntes que dominam os discursos teóricos das Relações Internacionais são o Realismo<sup>1</sup>, o Liberalismo<sup>2</sup> e o Marxismo<sup>3</sup>. Muitas dessas teorias utilizam-se de termos e autores do passado para formular suas argumentações. Contudo, nas últimas décadas, vários estudos passaram a problematizar suas estruturas, dando origem a novas reflexões que procuram explicar e tensionar seus objetos de estudo, bem como desenvolver novas perspectivas de debates para questões atuais. Como exemplo,

---

<sup>1</sup> Ver obras de Hans Morgenthau.

<sup>2</sup> Ver obras de John Ikenberry.

<sup>3</sup> Ver obras de Immanuel Wallerstein.

podem ser mencionados o Construtivismo<sup>4</sup>, o Feminismo<sup>5</sup>, a Teoria da Dependência<sup>6</sup> e as teorias “pós” – Pós-Realismo<sup>7</sup>, Pós-Liberalismo<sup>8</sup>, Pós-Estruturalismo<sup>9</sup> e Pós-Colonialismo<sup>10</sup>.

Tais teorias almejam motivar novos olhares, ou mesmo (re)significar os discursos predominantes no campo, contudo, ainda são incipientes. Mais rara é a articulação entre Relações Internacionais e Educação, porém, Rocha (2009), Neto (2016), Dadda (2018), Alves (2020) e Alcântara (2022) são exemplos de pesquisadores que articulam esses dois campos.

Rocha (2009) aborda “[...] a troca de saberes relativos à temática sobre Cultura/Educação/Poder nas relações sociais – nacionais e internacionais – de modo a suscitar, nos secundaristas, questionamentos sobre o papel de cada indivíduo e das sociedades no caminho mundial globalizado” (p. 2). Neto (2016) argumenta que os internacionalistas precisam operar com novas análises e metodologias para darem conta das emergentes problemáticas que envolvem as RI, diferentemente daquelas que constituem o seu campo clássico, que foca em questões relacionadas aos Estados-nação, às instituições intergovernamentais e à diplomacia formal. Para isso, o autor cita que é possível se utilizar da perspectiva Pós-crítica – tanto pós-estruturalista quanto pós-colonialista – por romper “[...] com a ontologia e epistemologia da ciência clássica, reconhecendo que ‘sujeito’ e ‘objeto’ não são unidade, totalmente, separadas e que não se deve buscar, no fazer científico, uma verdade universal e inquestionável” (Neto, 2016, p. 36).

Nesse contexto de produção de novas possibilidades, de discursos e saberes conflitantes e complementares, desafiamo-nos, na linha de pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, do

---

<sup>4</sup> Ver obras de Alexander Wendt e Martha Finnemore.

<sup>5</sup> Ver obras de Cynthia Enloe e J. Ann Tickner.

<sup>6</sup> Ver obras de Raúl Prebisch.

<sup>7</sup> Ver obras de Kenneth Waltz.

<sup>8</sup> Ver obras de Joseph Nye e Robert Keohane.

<sup>9</sup> Ver obras de R. B. J. Walker.

<sup>10</sup> Ver obras de Edward Said e Gayatri Chakravorty Spivak.

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul, a estudar novas perspectivas, a ampliar modos de olhar para teorias e conceitos que já estavam dados e circulando como verdades absolutas. É por meio dos estudos foucaultianos que buscamos “abalar” algumas das estruturas modernas e positivistas que delineiam as Relações Internacionais. De certa forma, todas as certezas e verdades que subjetivam sujeitos ao longo do tempo podem ser colocadas em questionamento, causando estranhamentos e desconfortos, mas, certamente, produzindo novos modos de pensar.

Nesse sentido, nas linhas que seguem, apresentamos fragmentos de um caminho de pesquisa que buscou tensionar as questões apresentadas em articulação aos movimentos migratórios internacionais (Werlang, 2020). Mais precisamente, compartilhamos recortes de argumentos e percursos escolhidos para a problematização de documentos oficiais, internacionais, relativos aos movimentos migratórios a partir do conceito de necropolítica, emergente dos estudos do filósofo camaronês Achille Mbembe. A intenção é fomentar reflexões junto a outros pesquisadores que vislumbram se aventurar em travessias semelhantes.

### **Análise do discurso e documentos internacionais sobre migrações**

Partimos do princípio de que as migrações sempre ocorreram e são ocasionadas por vários fatores: econômicos, sociais, políticos, bélicos, e mais recentemente, climáticos. Consideramos, também, certa distinção entre os motivos que impulsionam as migrações internacionais, pois, por um lado, sujeitos mudam-se para outros países ou regiões em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida e, por outro, fogem por temerem possíveis violências relacionadas à “raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados” (Acnur, 2023).

Na conjuntura das últimas décadas, neste contexto, observa-se que as principais rotas migratórias, marítimas e terrestres, envolvem diversos desafios que colocam as vidas dos migrantes em risco. As caravanas que saem da América Central e cruzam o México em busca de oportunidades nos Estados Unidos, por exemplo, atravessam um rio conhecido por suas correntezas traiçoeiras e quando chegam ao tão almejado destino, muitas vezes deparam-se com detenções em lugares com pouca infraestrutura, com falta de alimentos, água e acomodações dignas por dias. Ainda, aqueles que atravessam o Mar Mediterrâneo em busca de melhores oportunidades na Europa, enfrentam condições adversas associadas ao clima, às embarcações que não contam com segurança adequada e à exploração por parte de traficantes humanos.

Porém, é importante destacar que há Organizações Internacionais (OI) criadas para proteger os migrantes internacionais, como as vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), quais sejam, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para Migração (OIM). Esses dois sistemas intergovernamentais são responsáveis por conduzir esforços direcionados à contenção de crises internacionais em diversas regiões globais.

Tanto a ACNUR quanto a OIM produzem relatórios periódicos sobre a situação da migração global, especialmente em regiões específicas afetadas por conflitos, crises políticas e econômicas. Além disso, desenvolvem e buscam aplicar políticas voltadas para o acolhimento, tratamento e auxílio de migrantes. Os documentos elaborados por essas Organizações, mesmo que não sejam diretamente pensados para isso, educam, tanto migrantes quanto não migrantes, por meio de discursos que propagam-se através de diferentes práticas e que acabam sendo materializados e oficializados ao serem transformados em materiais oficiais e publicáveis.

Os discursos mencionados podem ser tensionados a partir daquilo que conhecemos como "análise de discurso". Nessa direção, torna-se importante explicar que tal modo de observar a questão não se restringe à análise de atos de fala ou mensagens escritas,

mas, de forma mais complexa e ampla, relacionam-se ao conjunto de práticas discursivas que colocam em disputa diferentes verdades, possibilitando que determinados modos de pensar e agir sejam possíveis, enquanto outros não. Assim, essa é a principal ferramenta metodológica de pesquisa que adotamos na investigação que originou este ensaio. Ela pode ser utilizada para compreender como os discursos que se apresentam em tratados e documentos internacionais educam, controlam e, de certa forma, moldam as populações migrantes e autóctones.

Segundo Foucault (2007), os discursos transcendem a mera expressão verbal, englobando práticas discursivas que permeiam diversas instituições e estruturas sociais. Eles não são apenas informações objetivas, mas, de outra forma, são instrumentos de poder que moldam os sujeitos e constroem o conhecimento através da relação poder-saber. Para Foucault, os discursos perpetuam “regimes de verdade” que são definidos pela sociedade como verdadeiros (Paraíso, 2014). Foucault (2000, p. 23) afirma que “não existe uma verdade a ser descoberta; existem discursos que a sociedade aceita, autoriza e faz circular como verdadeiros”.

Para compreender esses discursos é importante considerar o que o autor entende por poder. O poder, para ele, permeia todo o tecido social, subjetivando sujeitos, produzindo saberes e criando regimes de verdade.

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares [...] O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (Foucault, 1997, p. 90).

Desse modo, por se enquadrarem em jogos de poder, os discursos que envolvem as migrações produzem verdades e instituem modos de ser, pensar e estar no mundo. Além disso, educam os sujeitos, espalhando-se no tecido social – nas escolas, prisões, hospitais, fábricas, lares, e universidades – alcançando diferentes e numerosos grupos humanos. Ao considerar, então, que

os discursos estão em “todos os lugares”, entende-se que eles estão presentes e são relevantes no campo das Relações Internacionais, pois “[...] os discursos estão, também, produzindo e sendo reproduzidos pelas/nas instituições intergovernamentais internacionais” (Werlang, 2020, p. 29).

Assim, a partir de documentos como a Declaração de Cartagena (1984)<sup>11</sup>, Cartagena (+30) (2014) e Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (2018), é possível estruturar uma problematização consistente sobre o tema. Entretanto, deve ser considerado que existem outros documentos e tratados, não abordados aqui, mas que são marcos iniciais fundamentais para se compreender os documentos posteriores, justamente por terem validado os saberes que são debatidos atualmente. Tais documentos recebem atualizações que se relacionam com a emergência de novos discursos ou com a transformação dos já existentes.

Logo após a fundação da ACNUR, por exemplo, houve a expansão do significado de refugiado, já que a Convenção de 1951 o definiu como aquele que teme “[...] ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país” (Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951, art. 1, inciso 2, p. 2). Esses enunciados faziam sentido no contexto de um mundo que acompanhou o início e o fim da Segunda Guerra Mundial.

Porém, a partir de 1984, definiu-se que essas definições já não conseguiam mais abranger os novos desafios dos refugiados, além de não serem especificamente voltados para a região da América Latina. A Declaração de Cartagena (1984), portanto, serviu para preencher essas lacunas, propondo a seguinte atualização:

---

<sup>11</sup> Documento formalizado em Cartagena, na Colômbia, composto por 10 países latino-americanos (Belize, Colômbia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Venezuela) se reuniram para discutir novas formas de incorporar a questão dos refugiados de forma mais branda, no intuito de abrigar mais pessoas dentro do escopo da definição de refugiado.



os refugiados são as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (Declaração de Cartagena, 1984, Terceira Conclusão, p. 3).

A partir daí, os países sul-americanos compostos na Declaração se reuniram a cada 10 anos (sendo o último encontro realizado no Brasil<sup>12</sup>, em 2014) para discutirem as novas temáticas associadas às migrações e desenvolverem aportes jurídicos quanto aos migrantes. Desde a primeira Declaração, o fórum foi expandido para 28 países, incluindo o Brasil. A Declaração de Cartagena foi utilizada para formar a Lei nº 9474 de 1997, responsável por estabelecer os princípios e as diretrizes para a formulação da política migratória brasileira, definindo os direitos e deveres dos estrangeiros no país, bem como os critérios para concessão de vistos e autorizações de residência (Almeida; Minchola, 2015).

O outro tratado internacional mencionado é o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (2018). Desde 2015, após a crise migratória europeia, diversos países resolveram qualificar os direitos dos migrantes em todo o mundo, bem como regular a migração internacional. O texto do tratado apresenta diferentes compromissos para combater questões atuais e futuras. Basicamente, os discursos que lhe compõem constroem verdades. Nesse caso, instaura-se uma lógica que orienta os países a repensarem suas políticas migratórias para torná-las seguras, ordenadas e regulares.

Para a análise de discurso, não há formas de dizer que determinadas narrativas estão “certas” ou “erradas”, há apenas maneiras de analisar aquilo que está dado; nesse sentido, pensando a partir do Pacto para Migração, os discursos constituem normas que conduzem os migrantes, os Estados e as OI a determinados modos de compreender e atuar acerca das migrações. Além disso, as narrativas apresentadas e produzidas pelos documentos

---

<sup>12</sup> Sendo, portanto, definida como Cartagena +30.

internacionais não operam por meio de práticas repressoras, mas estabelecem normas de conduta dos migrantes e ensinam modos de viver a partir de pactos democráticos. Assim, os discursos representados nos tratados internacionais educam os migrantes e governos nacionais e internacionais para que esses repensem, constantemente, as políticas migratórias.

Portanto, por meio da análise de discurso, em uma perspectiva foucaultiana, é possibilitada a problematização de diversas narrativas que estruturam os documentos e tratados internacionais. Mesmo que esses não contem com a obrigatoriedade de serem respeitados, eles ainda exercem influência no âmbito internacional, levando os governos dos Estados a se ajustarem para atender às demandas relacionadas à migração.

### **Biopolítica x Necropolítica: aproximações com as políticas anti-imigração dos Estados nacionais**

**Imagem 1** - Fronteira entre Sérvia e Hungria



Fonte: Almeida, 2017. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2017/um-mundo-de-muros/servia/persistencia/>

Esta imagem foi selecionada com o intuito de contextualizar as cercas e os muros que impedem o avanço dos migrantes em

diversos países, nos dias de hoje. A cerca apresentada faz parte da fronteira entre Sérvia e Hungria, sendo uma entre tantas outras barreiras erguidas pelo mundo nas últimas décadas para deixar migrantes fora de determinados territórios. Grande parte dessas fronteiras fortificadas estão localizadas no continente europeu, onde, após a crise migratória europeia, centenas de milhares de emigrantes da África e Oriente Médio buscaram melhores condições de vida.

Além dessas barreiras físicas, existem também obstáculos invisíveis, que, embora não sejam vistos na paisagem, podem ser mais prejudiciais e até mesmo mais letais que as fronteiras fortificadas, quais sejam, as políticas anti-imigração. Certos Estados, como a Hungria, as consideram como uma espécie de "proteção" contra "elementos indesejados" o que permite que sejam pesadas como estratégias biopolíticas.

A biopolítica representa a política do Estado sobre a vida das populações, sob os mecanismos do biopoder. Segundo Foucault, tal modo de pensar e agir surgiu no contexto da transformação dos mecanismos de poder, a partir do século XVIII, ao se abandonar as práticas de soberania, que decidiam quem deveria morrer, em lugar de um poder que visa produzir e ordenar a vida. Além disso, esse poder sobre a vida foi implementado através do disciplinamento em articulação aos conhecimentos úteis para controlar e normalizar populações. Isso envolveu a contagem, a quantificação e a medição de diversas populações, resultando na criação de campos de conhecimento como a Estatística, a Demografia e a Disciplina Sanitária.

A norma, assim, torna-se crucial para o biopoder, atuando como mecanismo disciplinar sobre corpos individuais e regulamentador sobre populações inteiras. Essas políticas de poder-saber, aplicadas pelos Estados, podem considerar certos grupos sociais impróprios, indesejados, diferentes. Ou seja, aqueles que não se encaixam na norma vigente, como os migrantes, podem ser alvo de determinadas estratégias que visam a proteção da vida de outros grupos humanos.

As ideias de "fazer viver" e "deixar morrer" estão relacionadas ao biopoder, pois ele envolve a criação de políticas estatais para regular e controlar os sujeitos, promovendo o bem-estar para muitos, mas também excluindo e deixando morrer aqueles considerados anômalos ou indesejados. Sendo assim, o racismo emerge como um mecanismo de Estado, categorizando grupos e definindo quem deve viver e quem deve morrer com base em critérios científicos. Ao articular o conceito de biopolítica aos migrantes, observamos que os Estados acabam adotando tanto políticas que favorecem a migração quanto medidas que a combatem dentro de seus territórios.

Nesse sentido, os Estados precisam agir sobre os corpos dos migrantes, ou seja, criar políticas anti-imigração para que os migrantes não se "misturem" às populações autóctones, especialmente devido às diferenças existentes entre os sujeitos. Assim, os governos perpetuam discursos indicativos de que essas populações não devam ser bem recebidas em novos países, especialmente pelo risco de uma suposta "quebra de valores" tradicionais e do aumento da criminalidade, como é o caso da Hungria. Pode-se utilizar a noção de biopolítica para analisar essas políticas húngaras: de um lado, o governo (e principalmente seu primeiro-ministro Viktor Orban) cria narrativas apoiadas em uma lógica conservadora europeia-cristã, sugerindo que o continente europeu poderia estar "em risco" devido à "invasão" de homens, mulheres e crianças muçulmanas com costumes considerados, para os países hegemônicos, como "retrógrados". Por outro, as materialidades, como a construção de muros, o policiamento das fronteiras e a deportação desses imigrantes considerados "ilegais", operam na direção de assegurar as vidas daqueles que estão "dentro" e que compartilham valores considerado mais adequados.

Criam-se mecanismos legais que impedem o avanço desses sujeitos para o interior da Europa, principalmente para a Alemanha. A própria União Europeia cria condições para que migrantes não cheguem ao país, como é o caso da situação com a Turquia. Tais mecanismos subjetivam sujeitos, por meio de

processos educacionais que ocorrem concomitantemente ao estabelecimento de normas, limites e modos de ver e entender os migrantes.

No entanto, mesmo se considerando que o conceito de biopolítica é capaz de abarcar as discussões abordadas, tomamos, aqui, o conceito de necropolítica. Este foi desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe a partir das noções de biopoder-biopolítica e racismo de Estado de Michel Foucault. Enquanto Foucault via a expressão máxima da soberania no biopoder, que organiza a vida, Mbembe (2018) foi além, argumentando que o domínio reside no poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Mbembe (2018) propõe que a necropolítica é fundamental para se entender as formas contemporâneas de subjugação de vida ao poder da morte, variando das análises de Foucault. Dessa forma, as reflexões de Mbembe ajudam a ampliar as discussões sobre biopolítica, introduzindo a necropolítica como uma lente possível para entender as relações contemporâneas de poder, vida e morte.

Mbembe (2018) explora a relação entre necropolítica e a ocupação colonial contemporânea no caso da Faixa de Gaza. A população é submetida a condições precárias de vida, cercamentos e a soberania do Estado é exercida de maneira brutal pelo Estado israelense. O autor (2018) aborda, neste caso, a verticalização do poder, exemplificado pela política israelense que busca controlar a Palestina a partir do céu, por meio de drones. Ainda, discute a proliferação daquilo que chama de máquinas de guerra, a formação de milícias e o colapso das instituições políticas formais em certos contextos pós-coloniais. Ele destaca que o Estado pode se transformar em um mecanismo de guerra e a necropolítica pode estar presente em diversas formas.

O neoliberalismo encontra-se ligado à necropolítica. Segundo Kayser (2019) e Valverde (2017), ele promove a eliminação física de grupos considerados indesejáveis. Zubizarreta (2018) destaca a proteção eficaz dos direitos das corporações transnacionais em contraste com a desregulação dos direitos de refugiados e migrantes pelos Estados-Membros da União Europeia. Isso resulta

em uma situação onde os direitos humanos são negligenciados em relação à “crise humanitária”, com os migrantes sendo os sujeitos mais evidentes da necropolítica, pois representam os corpos racializados e descartáveis. Harker (2019) argumenta que o migrante é central no “novo racismo das sociedades avançadas”, sendo visto como uma ameaça constante à ordem civilizada, conforme descrito por Mbembe. “O migrante é o estranho, estrangeiro, bárbaro, inaceitável, ‘iliberal’, é aquele sujeito que não se enquadra nas regras da democracia liberal e que se apresenta como uma ameaça constante, mesmo quando silenciosa, à ordem civilizada (Harker, 2019, p. 1).

Nesse sentido, a necropolítica é uma maneira de entender as políticas contemporâneas anti-imigratórias e, também, de se educar sujeitos sobre elas. Quando as políticas de Estado vão para medidas extremas, elas deixam de “fazer viver, deixar morrer” para “fazer morrer, deixar viver”. Deve-se destacar que não há uma política de morte *per se*, mas há mecanismos de morte nos governamentos estatais e nos modos como estes subjetivam sujeitos.

Alguns exemplos de políticas de morte relacionadas às normas anti-imigração podem ser representados pelo muro invisível de Agadez, que envolve a implementação da lei nº 2015-36, imposta pela União Europeia para barrar o fluxo de migrantes da África rumo à Europa ao mesmo tempo em que se promete, a governos sem dinheiro, quantias para a “estabilidade”; pelos centros de detenção europeus, tais como o Centro de Internação para Estrangeiros (CIE), na Espanha, que envolvem a reclusão e detenção de migrantes que aparentemente não cometeram nenhum crime; pelos americanos, que possuem a mesma lógica dos europeus e, por fim, por Moria, um campo de refugiados da Europa, com capacidade para 2.800 pessoas, que encontra-se em condições precárias, com mais de 15 mil refugiados, até 2019. Segundo Harker (2019) são regimes de poder que precarizam aqueles corpos que não são dignos da própria vida.

Mesmo que não haja participação explícita dos Estados na morte desses migrantes, eles geram políticas de precariedade ao

prendê-los e deixá-los em campos sem condições sanitárias ou sem perspectivas para uma vida digna. É justamente a passividade relacionada a essas vidas que as transformam em mortes. Entende-se, a partir de Butler (2015), que as vidas migrantes são vulneráveis e, portanto, são passíveis de morte. Para a autora, essas existências não são consideradas passíveis de luto, pois são de países africanos, asiáticos, e que, portanto, estão fora do contexto hegemônico europeu e norte-americano. Pode-se dizer, então, que essas vidas são “descartáveis” e, assim, ensina-se que devem ser entendidas dessa forma.

### **Considerações finais**

O atravessamento de diferentes saberes permite que o tema das migrações seja discutido por meio de rotas teóricas alternativas, sem estar atrelado às balizas teóricas e hegemônicas do campo das Relações Internacionais. Nesse sentido, é possível criar formas de pesquisa envolvendo a temática dos migrantes. Ao utilizar as ideias de Michel Foucault e Achille Mbembe, emerge uma nova possibilidade de olhar sobre as políticas anti-imigração dos Estados. Através das noções de biopolítica e necropolítica, pode-se problematizar jogos de poder, por meio dos quais os Estados gerenciam a vida e a morte de sujeitos migrantes.

Os documentos criam resistências ao anunciarem os direitos, deveres e as obrigações de cada Estado. O Pacto Global regulamentou as novas formas de conceder direitos. Cabe aos Estados também se responsabilizarem pelas vidas dos migrantes, criando políticas públicas que favoreçam a vida desses sujeitos. Sendo assim, os documentos internacionais educam através dos discursos produzidos por suas narrativas. Os Estados, as Organizações Internacionais e as populações estão relacionadas dentro das relações de poder-saber que os constituem através dos discursos que (re)produzem.

A criação de novas normas internacionais pode desafiar as regras estabelecidas pelos Estados quanto às migrações. Mesmo

assim, ainda há políticas anti-imigração, pautadas pelo neoliberalismo, que continuam exercendo seu papel no mundo globalizado, criando fronteiras fortificadas e militarizadas. Para além disso, todos esses movimentos podem, e devem, ser entendidos como processos educacionais que também estabelecem fronteiras. As maneiras como Estados e OI tratam a migração é um importante dimensionador de modos de ser e pensar.

## Referências

ACNUR. **Refugiados**. ACNUR, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em 12 nov. 2023.

ALMEIDA, A. J.; MINCHOLA, L. A. B. O “espírito de Cartagena” e a política brasileira de refugiados. Porto Alegre: **Revista Perspectiva**, UFGRS, 2015.

ALVES, M. V. H. As conferências mundiais contra o racismo e a formação para as relações étnico-raciais: um encontro entre Relações Internacionais e Educação. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 8, n. 17, p. 27-48, 29 nov. 2020.

BORTOLAZZO, S. F. **Narrativas acadêmicas e midiáticas produzindo uma geração digital**. 2015. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, 1ª ed.

CARTAGENA +30. Declaração do Brasil: **Um Marco de Cooperação e Solidariedade Regional para Fortalecer a Proteção Internacional das Pessoas Refugiadas, Deslocadas e Apátridas na América Latina e no Caribe**. Brasília, 3 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=548707d64>> Acesso em 13 nov. 2023.



COUTINHO, M. M. L.; LINGNAU, C. M. O discurso nas metodologias ativas na Engenharia de Alimentos: um relato. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)**, [S. l.], v. 1, n. 35/36, p. 138–143, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/41444>.

Acesso em: 31 jan. 2024.

DADDA, M. S. **Conexões possíveis entre educação e Relações Internacionais**: o Programa “Educação para Todos” e o papel do Banco Mundial. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/196054>. Acesso em 25 out. 2023.

FERREIRA, D. C. B.; ERBS, R. T. C. Pós-estruturalismos e educação: condições de produção conceitual de um campo. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 28, p. e40530, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/40530>. Acesso em: 23 out. 2023.

FISHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, 2001, n. 114, p. 197-223. DOI: 10.1590/S0100-15742001000300009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acesso em: 24 out. 2023.

FOLLY, M. **Saída do acordo global sobre migrações pode impactar brasileiros no exterior**. El País, 12 jan. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/12/opinion/1547304022\\_687377.html#?prm=copy\\_link](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/12/opinion/1547304022_687377.html#?prm=copy_link). Acesso em 13 nov. 2023.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

GLOBAL COMPACT FOR MIGRATION. **Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration**. Marrocos: 10 e 11 dez. 2018. Disponível em: <https://refugeesmigrants.un.org/sites/default>

/files/180713\_agreed\_outcome\_global\_compact\_for\_migration.pdf.  
Acesso em 13 nov. 2023.

GOULART, T. B. de M.; SOUZA, M. S. de; DARSIE, C. Education and subjectivation about young people from the periphery: the production of space and entrepreneurs in the newspaper O Globo. **SciELO Preprints**, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7048>. Acesso em: 20 dez. 2023.

HARKER, S. C. **Necropolítica**. Os centros de detenção de estrangeiros e a economia dos maus corpos. Instituto Humanitas UNISINOS. Entrevista: Sérgio Calderón Harker. 31 out. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593943-necropolitica-os-centros-de-detencao-de-estrangeiros-e-a-economia-dos-maus-corpos>. Acesso 15 nov. 2023.

HILLESHEIM, B. Políticas públicas e educação: desdobramentos para a pesquisa. Revista **Ibero-americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 3, p. 788-796, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaae.v10i3.8092>. Acesso 20 jan. 2024.

KAYSER, E. **Neoliberalismo e necropolítica**. Instituto Humanitas UNISINOS. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595098-neoliberalismo-e-necropolitica>. Acesso 15 nov. 2023.

MBEMBE, A. Os africanos devem se livrar do desejo da Europa. Artigo de Achille Mbembe. Unisinos, **Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI**, 15 fev. 2019. Disponível em: <http://unisinos.br/blogs/neabi/2019/02/15/os-africanos-devem-se-livrar-do-desejo-da-europa-artigo-de-achille-mbembe/>. Acesso 13 nov. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, P. C.; ALMEIDA, L. **Na porta da Europa, entrar é ciclo de perpétua incerteza**. Folha de São Paulo, 07 ago. 2017. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2017/um-mundo-de-muros/servia/persistencia/>. Acesso em 13 nov. 2023.

NETO, P. H. R. Educação e Relações Internacionais: diálogos possíveis. Porto Alegre: UFRGS, **Revista Todavia**, série 2, vol. 1, nº 1, jul. 2016.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D.E.; PARAÍSO, M. A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2. ed., 2014.

PARAÍSO, M. A. **Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil**: esboço de um mapa. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 283–303, mai. 2004.

ROCHA, E. S. Cultura e educação como formas de poder nas Relações Internacionais: uma reflexão histórico-cultural sobre a importância do indivíduo e da sociedade no destino do mundo globalizado. **CAMINE - Caminhos da Educação**, vol. 1, n. 1, 2009. ISSN 2175-4217.

SANTOS, B. C. **Espaço e educação**: arquiteturas modernistas e brutalistas do Brasil e a produção de sujeitos. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022.

SILVA, B. A. C. A implementação do ensino da educação para as relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo do curso de Relações Internacionais nas Universidades públicas brasileiras. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 37, n. 1, p. 105–122, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/5930>. Acesso em: 25 out. 2023.

SOUZA, C. D. de. **Educação, geografia e saúde**: geobiopolíticas nos discursos da Organização Mundial da Saúde e a produção da mundialidade pelo controle e prevenção de doenças. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

WERLANG, G. V. **Da biopolítica à necropolítica**: tratados internacionais, políticas anti-imigração e educação sobre migrantes. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/2769>. Acesso em: 25 out. 2023.

ZUBIZARRETA, J. H. **La necropolítica frente a los derechos humanos**. CATDM, 11 fev. 2018. Disponível em: <https://cadtm.org/la-necropolitica-frente-a-los>. Acesso em 15 nov. 2023.



# BIOPOLÍTICA E LUSOTROPICALISMO: SEXUALIDADE E GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS NACIONAIS DE PORTUGAL E BRASIL<sup>1</sup>

Mozart Linhares da Silva  
Mateus Silva Skolaude

Morena tropicana eu quero o teu sabor  
Alceu Valença

## 1. Introdução: problematização

O objetivo deste texto é o de apresentar uma análise comparativa das narrativas identitárias nacionais entre Portugal e Brasil nos anos 1930, considerando, numa perspectiva biopolítica, segundo os estudos de Michel Foucault, a questão racial e, sobretudo, a mestiçagem na configuração da população. No caso lusitano, enfoca-se o império colonial em África e, no brasileiro, a constituição de um devir nacional no contexto pós-abolição.

As discussões que interpelavam o problema racial nos anos 1930 buscavam dimensionar o arranjo biopolítico brasileiro que, a partir de então, tomava a figura do mestiço como corolário nacional. Esse modelo discursivo, que encontramos na obra maior de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, foi tomado como desdobramento de uma tradição lusitana historicamente afeita às misturas raciais, haja vista o histórico trânsito etnicorracial que caracterizou a formação de Portugal, bem como o processo expansionista colonial no Brasil desde 1500. Portugal e Brasil se entrelaçavam, portanto, numa tradição simpática à miscigenação que moldava o caráter luso-brasileiro.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa conta com apoio da FAPERGS, através do Edital 07/2021 - Programa Pesquisador Gaúcho - PqG, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital Universal: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021.

A partir da abolição da escravatura e do advento da República, a questão racial no Brasil centralizou os debates sobre o futuro civilizatório da nação que procurava refundar uma narrativa nacional. Dentre as ideias que ocuparam o centro dos debates destacamos as calcadas no racismo científico, que adentraram no país na segunda metade do século XIX, na esteira do positivismo, evolucionismo e darwinismo social, bem como as do eugenismo, sanitarismo e culturalismo. Mesmo considerando a pluralidade e a complexidade desse debate em torno do devir nacional, sobressai a problemática da miscigenação como elemento estruturante da sociedade brasileira. A miscigenação será o mote tanto do chamado projeto de branqueamento da população, como da construção do que ficou conhecido como “mito” da democracia racial, tornado discurso oficial do Estado brasileiro a partir da era Vargas. Na esteira desse arranjo nacional é que se constitui, na obra de Gilberto Freyre, o movimento luso-tropicalista dos anos 1950, que visava estender a experiência brasileira ao império português no contexto do Estado-novo lusitano, com a ascensão do projeto nacionalista de Salazar.

A mestiçagem é apresentada como uma originalidade luso-brasileira que possibilitou ao Brasil contornar o racismo e estabelecer novos caminhos civilizatórios, distanciando-se do modelo europeu centrado no racismo de Estado. Diante dessas afirmações, o que propomos nesse texto é verificar a experiência luso-tropicalista do império português em África e a forma com a qual o Brasil traduziu a miscigenação como suporte para a construção da narrativa nacional a partir da era Vargas, tomando como foco de análise, numa perspectiva interseccional raça-gênero, o caso da mulher negra e mestiça, no caso, a “mulata”, figura que nos serve de apoio para contrastar os dois casos.

A perspectiva luso-tropicalista, que estabelece um diálogo entre Brasil e Portugal na constituição da população, revela semelhanças e diferenças entre os dois países. A miscigenação, central na narrativa brasileira, busca repercutir em Portugal um *ethos* lusitano, mas as considerações sobre as populações lusa e luso-africana revelam diferenças importantes.

Enquanto a figura do mestiço é vista como móvel e capaz de transitar entre diferentes espaços sociais, a mulata é problematizada por fixar uma identidade no Brasil, o que, adiantamos, não se verifica no caso português. Como materialidade discursiva, tomamos como fonte os textos oriundos de dois eventos coincidentemente ocorridos no ano de 1934, um no Brasil e outro em Portugal: o 1º Congresso Afro-Brasileiro e a 1ª Exposição Colonial Portuguesa.

## **2. Breve comentário sobre a biopolítica como grade analítica**

A biopolítica é uma lente analítica elaborada pelo filósofo Michel Foucault que nos permite pensar as formas de governar a população, o momento em que esta, entendida enquanto corpo-espécie, enquanto registro biológico da espécie, entra no cálculo do poder (Foucault, 2001; 2002; 2008). Foucault identificou, no mesmo contexto da sociedade disciplinar, analisada na obra “Vigiar e Punir ([1975] 2010), a emergência de um poder que ultrapassa uma anatomopolítica do corpo individual para um poder que visa gestar o corpo-espécie da população.

A biopolítica aparece como uma nova forma de entender a funcionalidade do poder a partir do século XVIII, considerando o crescimento da população naquele contexto, bem como a necessidade de outras tecnologias de governo, atentas ao fenômeno da vida, da espécie, com todas as nuances que dizem respeito à saúde, à morbidade, à vida e à morte. Foucault aponta que fora nesse momento no século XVIII que assistimos “a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas” (2001, p. 131).

É na regulação das populações que esse biopoder vai agir, na normalização que faz convergir a disciplina cada vez mais meticulosa sobre o corpo com o agenciamento maciço da população. Regulação operada por médias, estatísticas e mensurações de largo alcance são tecnologias a que o biopoder lança mão para gestar e intervir no corpo-espécie da população. E é



preciso notar que a biopolítica, ao lançar mão da biologia como nexó organizador do biopoder, não está interessada apenas na otimização e melhoria das condições de vida da população, mas também na constituição da própria população. É nesse sentido que a raça aparece como um elemento fundamental na dinâmica do Estado-nação que nasce no mesmo contexto. Se a biopolítica é uma arte de governo que visa à vida, é preciso entender a quem se destina a qualificação da vida como critério que faz o indivíduo merecer viver.

Noutros termos, ao colocar a vida qualificada como critério de regulação da população, foi preciso pensar e decidir sobre a vida que não merece ser vivida. Foucault pergunta: “como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” (2002, p. 305). E responde, “é aí, creio eu, que intervém o racismo” (2002, p. 305). Mas no que se constitui o racismo, questiona-se o autor? É nesse momento que Foucault mostra como o Estado-nação moderno é estruturado no discurso da raça, no racismo. Pois é o domínio do biopoder que faz a censura entre os que merecem e os que não merecem viver em nome de uma população normalizada. Diz o autor ao pensar sobre o que é o racismo:

É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns em relação aos outros (2002, p. 304).

O racismo funciona, portanto, como elemento estratégico na conformação da própria população dos Estados-nação. Na realidade, o racismo “científico” nasce justamente nesse contexto em que a população aparece como problema, de modo a atuar na sua própria constituição. Das tecnologias de intervenção na

conformação da população nacional, é preciso chamar a atenção para a eugenia, conceito cunhado por Francis Galton (1822-1911) que diz respeito ao melhoramento da espécie humana através de políticas de seleção de progenitores, orientação matrimonial e mesmo, na sua forma negativa ou radical, esterilização e eliminação dos tipos disgênicos. É ao sexo que se direciona grande parte das intervenções eugenistas, pois o sexo é, segundo Foucault, “o acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e a vida da espécie” (2001, p. 137). É nessa direção que a raça e o racismo de estado se situam no cerne da construção das narrativas da nação, ao lado da história e dos mitos fundadores, oferecendo à identidade nacional a sua naturalização, seu essencialismo biológico fundamental.

A par dessas breves considerações, podemos entender como, nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir dos anos 1930, a raça fora mobilizada para problematizar a nação. No caso luso e brasileiro, ela nos oferece uma das chaves para entender a construção das narrativas que estão na matriz tanto do lusotropicalismo quanto da democracia racial. Como nexos de tais narrativas, destacamos a mestiçagem, tendo em vista a interseccionalidade raça-gênero para pensar a figura da mulata.

### **3. Gênero, Sexualidade e Exotismo na escala Lusotropical**

Nos anos 1930, tanto em Portugal como no Brasil, tivemos dois períodos chamados de Estado Novo: no caso lusitano, da Constituição de 1933, que consolida a presença de Salazar no poder, até a Revolução dos Cravos, em 1974; e no caso brasileiro, o período entre 1937 e 1945, com Getúlio Vargas dirigindo o país. Em que pese as significativas diferenças, os dois regimes se constituíram num contexto marcado pela ascensão do fascismo ou das tendências corporativistas e nacionalistas. Tanto em Portugal como no Brasil, esse período é marcado pela tentativa de reestabelecer as relações entre Império, Estado e nação, com profundas problematizações acerca da “identidade nacional”.

Tratava-se da construção de políticas, cada uma a seu modo, que visavam moldar ou constituir novos vieses “ideológicos” que implicavam a construção de novos regimes de verdade sobre a “ontologia” nacional. E, nesse processo, destacamos o problema da raça, tanto em Portugal, envolto com as tentativas de restaurar uma postura imperial sobre as colônias africanas, a partir dos anos 1930, quanto no Brasil, que vivia os rescaldos do pós-abolição e desencadeava as discussões sobre o futuro de uma civilização mestiça nos trópicos. Em ambos os casos, para além das diferenças, queremos destacar determinado tipo de discurso que procurou “costurar” um novo arranjo biopolítico em relação ao corpo-espécie da população.

Se, por um lado, em Portugal, existia um colonialismo com pretensões nacionalistas e que pensava o exemplo brasileiro como referência nas colônias, por outro, no Brasil, havia um nacionalismo que mobilizava o contributo africano e rediscutia a origem portuguesa, uma vez que concebia sua singularidade enquanto povo propenso à miscigenação. Para tratar destas questões, destacamos a gênese do ideário lusotropical, tendo em vista a circulação de ideias no universo intelectual luso-brasileiro, em especial, da referência exercida pela obra do sociólogo Gilberto Freyre, tanto no Brasil como em Portugal.

A categoria do luso-tropicalismo foi desenvolvida por Freyre no início dos anos 1950, em conferências reunidas no livro “Um brasileiro em terras portuguesas” (1953). Para tanto, uma “arqueologia” do lusotropicalismo revela que suas bases epistêmicas já se encontravam em livros publicados nos anos 1930, como é o caso de “Casa Grande & Senzala” ([1933] 2006), “Conferências na Europa” (1938) e uma nova versão em “O mundo que o português criou” ([1940] 2010). Nestas duas últimas publicações, Freyre transpôs o estudo de caso brasileiro exposto no livro publicado em 1933 ao conjunto do império lusitano, de modo a partilhar, em linhas gerais, a visão de que os portugueses foram colonizadores mais brandos que os demais europeus, propensos à miscigenação com “gentes de cor” e habitantes dos trópicos,

chamando a atenção para um conjunto de fatores de ordem religiosa, geográfica e histórico-cultural. Essas tendências teriam se disseminado por praticamente todo o império colonial português, constituindo nessas regiões uma democracia social com unidade de sentimentos e cultura:

Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimentos e de cultura. (...) Essa unidade íntima de sentimento e de cultura é consequência dos processos e das condições de colonização portuguesa que na Ásia como no Brasil, nas ilhas do Atlântico e até certo ponto da África, desenvolveram nos homens as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de democracia social, características do povo português – o mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores (...) A glória do seu sangue não foi tanto do guerreiro imperial que conquistasse e subjugassem bárbaros para dominar e os explorar do alto. Foi principalmente a de procriador europeu nos trópicos (Freyre, 1938, p. 07).

A partir desta “alegoria” civilizatória, Freyre universaliza progressivamente uma configuração geral do Brasil para todo o mundo que o português criou. O processo civilizatório brasileiro acabaria por impor seus elementos genéticos de aproximação entre polos inicialmente antagônicos pela aproximação entre o homem (branco/europeu) e a mulher (africana/negra/mulata) que dar-se-ia pela confirmação de um novo tipo social e étnico fundamentalmente dinâmico: o mestiço (Thomaz, 2013, p. 55-56). A assimilação característica das sociedades fundadas pela égide lusitana tenderia a incorporar os elementos exógenos que, longe de representarem possíveis desordens, acabariam por se adaptar aos valores luso-tropicais. Freyre retoma constantemente, desde “Casa Grande & Senzala”, a importância da atração do homem português pela mulher índia, negra e, sobretudo, pela mulata.

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada aliás às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: ‘Branca para casar, mulata para f...’

negra para trabalhar', ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata (Freyre, 2006, p. 71-72).

Conforme Thomaz (2013, p. 57), na perspectiva freyriana, o ato sexual estaria num primeiro movimento de assimilação do outro, ou melhor, da outra, quase sempre morena (mulata). A origem desta peculiar atração estaria na própria história de Portugal, uma vez que a liberdade sexual do período colonial fora desdobramento de homens aventureiros que encontraram primeiramente na Índia e, posteriormente, na negra, o paralelo de beleza há muito presente na cultura lusitana, isto é, "a moura encantada". A liberdade sexual do período colonial não seria apenas uma estratégia de povoamento de terras pouco densas demograficamente, mas também fundadora de uma sociabilidade específica que, ao somar amor com servidão, evitaria conflitos e acabaria por estabelecer uma efetiva política de assimilação, independentemente de outros poderes como Estado e Igreja.

A liberdade sexual, desdobramento de outras liberalidades morais que o processo colonial engendrou, como sabemos bem no caso brasileiro, a exemplo das observações de Antonil sobre a falta de rigidez moral dos colonizadores e a facilidade com que os pecados por aqui eram perdoados (Antonil, [1711] 1837, p. 32), agia como energia civilizadora. Muito dessa liberalidade tinha como símbolo ou mesmo materialidade, a mestiçagem, em si um pecado, conforme a *doxa* corrente. A mulata encarnava, desde já, essa figura do relaxamento das moralidades, e sua sensualidade fora sempre exaltada como uma força desmobilizadora dos costumes tradicionais. É interessante observar, portanto, como as mulheres negras, mas sobretudo aquelas chamadas de mulatas, serão constituídas e "representadas" no Brasil e em Portugal. Isso nos oferece a oportunidade de olhar com mais cuidado para as diferentes formas de construção desse corpo-espécie da população na escala lusotropical. Iniciemos tomando o caso da 1ª Exposição Colonial Portuguesa (1ª ECP).

### **3.1. Raça, erotismo e devir colonial na 1ª Exposição Colonial Portuguesa**

A partir da promulgação do Ato Colonial, em 1930, e o advento do Estado Novo, em 1933, a razão de ser de Portugal se traduz na referência simbólica de legitimação do espaço colonial, ao passo que renunciar ao império colocaria em risco a constituição da própria nação. Diante disso, em 1934, os ideólogos do governo, sob inspiração da Exposição Colonial de Paris, de 1931, organizaram a primeira das suas grandes exposições (Thomaz, 2002). Sediada na cidade do Porto, a partir de uma ampla e diversificada programação, a 1ª ECP foi financiada pelo governo e constituiu a formatação mais bem acabada do projeto luso-tropical. Destinada a propagandear o Estado Novo como um regime moderno, procurava representar o território ultramarino em sua mais completa diversidade. Entre junho e setembro de 1934, dentre as inúmeras atrações apresentadas, a que recebeu maior atenção da imprensa e do público metropolitano foi o zoológico humano constituído de aldeias indígenas que visava recriar o universo cultural dos grupos oriundos de diferentes colônias. Era indispensável traduzir o cotidiano dos povos o mais próximo da realidade, com a floresta tropical, o deserto e a alimentação típica das aldeias. O objetivo consistia em oferecer ao público a sensação de viajar por todo o império português. Neste passeio, as exposições etnográficas foram as mais populares, num total de 324 nativos expostos, entre mulheres, homens e crianças. A 1ª ECP representou um marco, pois pela primeira vez na história portuguesa, mulheres africanas foram expostas seminuas para a “apreciação” do público metropolitano, como forma de inspirar a libido masculina e a conseqüente ambição colonialista.

**Figura 1 - Cartão Postal de Rosinha**



Fonte: Alvão, 1934.

A Figura 1 traz o cartão postal da exposição. Chama a atenção o recorte da fotografia original (de corpo inteiro), com o objetivo de destacar a parte superior do corpo de uma menina, realçando, a partir do contraste de luz e sombra, a sensualidade e o exotismo da jovem guineense. Na legenda do cartão postal, destacava-se a figura de Rosinha como “O Sucesso da Exposição de 1934”. Este sentimento foi amplamente partilhado, Rosinha foi o “corpo-outro” (objetificado) mais fotografado, analisado e discutido da exposição. Entre as muitas atrações durante os mais de três meses de verão que a exposição permaneceu aberta, Rosinha foi alçada como a representação suprema do grande império português (Morais, 2010).

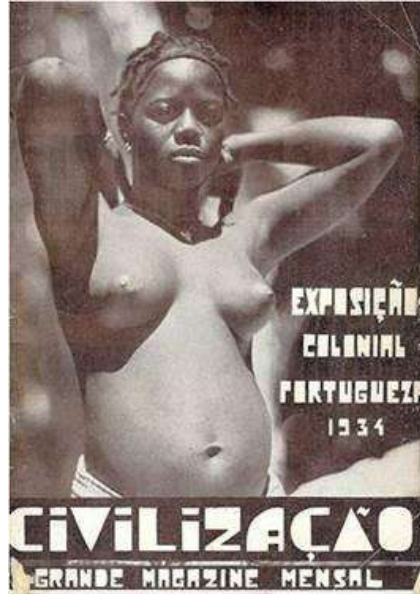
Rosinha também obteve destaque em outros espaços da mídia portuguesa, geralmente a partir de uma perspectiva estereotipada e mesmo erótica. Neste caso, destacam-se outros espaços em que Rosinha foi popularizada, isto é, em campanha publicitária e capa de revista, conforme figuras 2 e 3.

Figura 2



Fonte: Publicidade dos Armazéns Cunhas. In: José; Porto, Blog, 2013.

Figura 3



Fonte: Revista Civilização, junho de 1934.

Nas duas figuras referidas, notam-se representações distintas de Rosinha. Na fotografia da esquerda, a jovem guineense aparece vestida e com os seios recobertos, talvez indicando uma perspectiva mais moralizadora assumida pelo patrocinador, os Armazéns Cunhas. Contrariamente, na fotografia da direita, publicada na capa da Revista Civilização, Rosinha é exposta novamente sobre o signo da erotização, com os cotovelos erguidos e as mãos postas para trás da cabeça como forma de realçar os seios.

Verifica-se que os significados produzidos pelas representações de Rosinha oferecem, neste caso, a demarcação exótica enquanto mulher e africana posicionada por meio de práticas e processos simbólicos que constituíam os elementos centrais enunciados na exposição. A fronteira estabelecida por meio de sistemas classificatórios privilegiou, no corpo feminino, algumas



categorias científicas da “Vênus negra portuguesa”<sup>2</sup>. Fotografada de várias maneiras, a mulher negra, geralmente seminua, afiançava os códigos visuais recobertos de mistérios e desejos. Como era negra, poderia estar sem roupa, uma vez que não transgrediria a moral vigente dos visitantes europeus, brancos e cristãos. A pretensão erótica das fotografias reforçava o exótico e personificava aquilo que o império queria afirmar, ou seja, o lugar das mulheres, no caso, disponíveis sexualmente para os desbravadores portugueses (Vicente, 2013).

É nesse sentido que as mulheres da etnia balanta também foram expostas pelos organizadores da exposição, tendo em vista os anseios da política estado-novista que buscava estimular a emigração para os territórios ultramarinos do império. A estratégia foi bem-sucedida, uma vez que as mulheres balantas não só atraíram um grande público, “ansioso para ver os pretos”, como também representavam um “tipo de beleza” capaz de mobilizar na memória do passado o futuro da política imperial. Se o império reconhecia as etnias de seus domínios, o fazia demarcando a fronteira civilizados-incivilizados, ecoando “o fardo do homem

---

<sup>2</sup> “Vênus negra portuguesa” está relacionada com *Saartjie Baartman*, a chamada Vênus de Hotentote (Vênus negra) que, em princípios do século XIX, circulava tanto nos meios científicos como nos de entretenimento, entre Londres e Paris. Além dela, muitas mulheres e homens foram, ao longo da segunda metade do século XIX, apresentados como “selvagens” ou “nativos” e expostos no jardim de aclimação de Paris, nas exposições europeias ou no circo itinerante do norte-americano *Barnum*. Este mesmo fenômeno, central para se compreender a ideologia colonial deste período, foi desprezado pela academia durante muitos anos. Porém, nas últimas décadas, os “zoos humanos” têm sido estudados na perspectiva da história do colonialismo, racismo e cultura visual. Uma consciência crítica desenvolvida a partir da década de 1960 veio questionar a violência com que os corpos das mulheres negras foram transformados em objetos desumanizados, ao longo da história. Cumpre assinalar que o esqueleto e alguns dos órgãos de *Saartjie Baartman*, a chamada Vênus de Hotentote, ficaram em exibição no Museu do Homem, em Paris, até 2002, quando o presidente sul-africano Nelson Mandela requereu formalmente que seus restos fossem enviados ao seu país natal para o sepultamento (Vicente, 2013, p. 06).

branco” que traduzia a missão civilizatória do império britânico. A fotografia a seguir sintetiza essa perspectiva:

Figura 4



Fonte: Revista Civilização, junho de 1934.

O Monumento ao Esforço Colonizador, localizado na Praça do Império, serviu de cenário para a exibição da mulher negra empunhando a bandeira de Portugal. A figura, apresentada pela Revista Civilização com o enunciado “Negra muito embora, portuguesa de lei, ei-la empunhando a bandeira verde rubro que

domina todo o Império”, conota o forte caráter simbólico da 1ª ECP. Se, por um lado, afirmava-se a diversidade colonial e o reconhecimento da condição da “mulher negra” enquanto portuguesa, por outro, demarcava-se as hierarquias no interior do projeto colonial.

Isabel Morais (2010) entende que o erotismo e o fetiche foram utilizados como “instrumentos de poder” criados deliberadamente em torno das mulheres negras. Para a autora, não existiu um único evento que tenha sido mais eficaz na concretização deste objetivo, uma vez que esta exploração feminina ajudou a disseminar o apelo luso-tropical freyriano nas diferentes classes sociais, sobretudo, no universo popular masculino. Na mesma direção, salientou que a exposição serviu como porta de entrada para uma visão colonial onde a África era representada pela harmonia racial e como um lugar idealizado para os colonos e suas futuras e misteriosas companheiras. Tratadas nesses termos, as colônias emergiram como lugares desejáveis e irresistíveis, terras de oportunidades para ganhos econômicos, sociais e sexuais, ou seja, um endêmico “novo Brasil” (Morais, 2010, p. 26).

Sendo assim, a 1ª ECP, ao apresentar as mulheres negras como um atrativo colonizador, não via na miscigenação um problema, ainda que ela não fosse afiançada oficialmente pelo Estado português, questão central explorada pela narrativa luso-tropical, conforme encontramos em Freyre.

### **3.2. Função erótica da mestiçagem na construção da narrativa identitária brasileira**

No mesmo ano do 1ª ECP, ocorre em Pernambuco o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1º CAB), evento em que a questão racial também foi pautada como um problema identitário, ou melhor, como um problema biopolítico na construção da nação. Organizado por Freyre em novembro de 1934, no Recife, este encontro representou um marco importante nas discussões sobre o devir nacional, sobretudo considerando as querelas sobre a composição

racial, nomeadamente mestiça, da população nacional. O 1º CAB ocorre num contexto interessante de mudança de orientação política e cultural no Brasil. Se considerarmos as discussões sobre o determinismo racial, que desde a geração de 1870 vinham sendo difundidas, os movimentos eugenista e sanitarista e o projeto de branqueamento da população nos anos 1910 em diante, temos que entender o 1º CAB como um ponto de chegada de uma série de perspectivas sobre a nação.

As pesquisas apresentadas no encontro demonstravam uma rede complexa de interpretações, que iam desde perspectivas que tomavam a miscigenação como um entrave civilizatório, até trabalhos de valorização da mestiçagem enquanto questão estrutural no horizonte do país, a exemplo de Roquette-Pinto e, claro, de Gilberto Freyre. Apesar de suscitar novas vias de pensamento sobre os estudos afro-brasileiros, alguns intelectuais ainda ressoavam um forte racismo científico, estabelecendo suas investigações com base em teorias que definiam o servilismo, a degeneração física, mental e sexual como algo associado à origem racial. Em texto intitulado “Uma escrava original” (1937), Carlos Pontes narra a história “singular” de Joanna Baptista, cafuza paraense, filha de uma índia e de um escravo negro, ambos pertencentes a um padre. Libertada após a morte de seu senhor, sentiu-se incapaz de viver em liberdade e resolveu vender-se como escrava por 80 mil-réis, 40 mil em dinheiro, 40 mil em adereços de ouro e “trastes” para se vestir. Valendo-se deste registro, Pontes conclui que: “aquella vocação servil, tão extraordinária, não conheceu antecedentes e não estimulou imitadores entre nós” (Pontes, 1937, p. 137).

A mesma relação entre raça e aptidões morais e psicossociais é tratada no texto “Os negros na história de Alagoas” (1935), de Alfredo Brandão. O extenso artigo toma a sexualidade africana como traço evidente de degradação moral ao afirmar que “existiria na raça negra uma tendência para a poligamia e para a prostituição”. Brandão deixa claro seu viés biodeterminista ao afirmar que:

Esses traços sobre a psicologia sexual do negro, sobre a tendência para a prostituição, despudor e diminuição das faculdades affectivas, esses traços que escriptores diversos generalizando, consideram caracteres ethnicos, não poderiam com effeito escapar aos africanos no Brasil, porque então seria fugirem as leis de hereditariedade e atavismo. (Brandão, 1935, p. 82).

As “teses” de Brandão não são caso isolado, ao contrário, encontramos essa abordagem em autores desde o final do século XIX. Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico maranhense da Faculdade de Medicina da Bahia, em texto seminal sobre a relação entre raça e criminalidade, nomeadamente dos mestiços, afirma que “mesmo nos mestiços mais disfarçados, naquelles em que o predomínio dos caracteres da raça superior parece definitiva e solidamente firmado, não é impossível revelar-se de um momento para outro o fundo atávico do selvagem” (1894, p. 161-162). Segundo Campos (2005, p. 2), o médico maranhense considerava que “por maiores que tenham sido os seus (dos negros) incontestáveis serviços a nossa civilização, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo”.

No que diz respeito à “figura” da mulata, Nina Rodrigues fizera uma afirmação paradigmática (e muito citada) que cabe ser reproduzida: “A sensualidade do negro pode attingir então ás raias quasi das perversões sexuaes morbidas. A excitação genesica da *classica mulata* brasileira não póde deixar de ser considerada um typo anormal” (1894, p. 153). Essa anormalidade dos mestiços, no caso da mulata, revela os traços do atavismo do selvagem que mesmo nos mestiços mais “disfarçados” a qualquer momento pode revelar-se (Rodrigues, 1894, p. 161-162).

De modo geral, a questão do determinismo racial que apontava para a degeneração da população é vencida, contudo não pelo abandono do paradigma racial, mas considerando seu alargamento nas teses do branqueamento. O devir da nação tem como meio a mestiçagem. A positivação do mestiço terá desdobramentos importantes, considerando como será mobilizado culturalmente no Estado Novo, com a legitimação da chamada “ideologia” ou “mito” da democracia racial.

Se é evidente a contribuição dessas teses que relacionavam a hipersexualização com a raça na construção identitária da mulata, é preciso considerar que ela incorporará um ideal estético e sensual que contrastará com a mulher negra. Aqui o racismo opera um duplo sentido: dissocia a figura da mulata da mulher negra, positivando a primeira em detrimento da segunda. De certa forma, atualiza o adágio de Antonil, pois seria o Brasil o paraíso das mulatas e o inferno das negras.

Mariza Corrêa (1996, p. 50) aponta que, dos anos 1930 em diante, a mulata será constituída como um terceiro elemento deslocado da polaridade branco e preto. Ao contrário do mestiço, o que se observa é que a mulata resolve, de certa maneira, a ambiguidade do sistema racial fluido brasileiro ao fixar uma identidade própria. Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 28), ao se debruçar sobre essa construção identitária, chama a atenção que fora justamente a construção desse imaginário erótico da mulata, propensa à sexualidade e à libidinagem, que criou uma “cultura do estupro”, ainda hoje enraizada no país<sup>3</sup>.

Estudos sobre a presença de atores e atrizes negros e mulatos no teatro brasileiro realizados por Lopes (2009, p. 81) mostram que

O mulato, enquanto personagem, apareceu de diversas formas no teatro musical ligeiro: o capadócio, o malandro, o capoeira, o "povo da lira". Mas esses tipos não tinham o mesmo grau de celebração que tinha a mulata, enquanto ícone da nacionalidade. O ator masculino costumava encarnar o bufão a conduzir a comicidade e a crítica ferina, além de apresentar a personagem central feminina, portadora de majestade, sensualidade e graça para uma plateia masculina apreciativa.

---

<sup>3</sup> Conforme dados do Atlas da Violência (Ipea/FBSP, 2018), são alarmantes os indicadores de violência sexual contra mulheres no Brasil, em especial, mulheres negras. Estima-se que, em razão da subnotificação que caracteriza esse tipo de crime, teriam ocorrido entre 300 mil e 500 mil casos de estupro em 2016. O levantamento revela que as polícias registraram 49.497 estupros em 2016, ao passo que o Sistema Único de Saúde contabilizou 22.918 casos, o que representa uma média de 135 estupros registrados por dia no país.

Essa constatação converge com a análise de Mariza Correa, já citada. Trata-se de uma construção identitária que vai contornando os estereótipos universalizados na mulher negra (e negros em geral), oferecendo um novo estereótipo que encarna uma “essência própria”. A mulata, segundo Lopes (2009, p. 82),

passou a significar para alguns intelectuais da virada do século XIX para o XX o símbolo de um pecado, que carregava consigo em sua sensualidade deletéria. No dizer de José Veríssimo, a mulata era “um dissolvente da nossa virilidade física e moral”. Para outros, ela simbolizava a ausência de pecados ao sul do Equador, a imagem utópica de uma sociedade sem pecado, raça ou classe.

Esse universo vai se desenhando com mais intensidade a partir dos anos 1920, sobretudo pela força do modernismo, como mostram as inúmeras pinturas de Di Cavalcanti sobre mulatas. Segundo Almeida, “os papéis destinados às “mulatas” de Di Cavalcanti enfatizam, na maioria das vezes, os lugares sociais que ao longo da história foram reservados a essa personagem: o lugar de sedução, a dançarina alegre, a prostituta, a mulher passiva, o objeto de desejo” (2007 *apud*. Chamom; Nascimento, 2018, p. 138).

A mulata, segundo o inventário de Mariza Corrêa, é repetidamente relacionada aos temperos e aromas brasileiros. Segundo a autora (1996, p. 39):

manjerição, cravo e baunilha nas de Aluísio Azevedo (*O cortiço*, 1890); cravo, canela e alecrim nas de Jorge Amado (*Gabriela, cravo e canela*, 1958; *Tenda dos milagres*, 1969); mandioca doce nas de João Felício dos Santos (*João Abade*, 1958). A lista poderia continuar, mas podemos resumi-la no verso de Lamartine Babo (*O teu cabelo não nega*, 1932): “Tens um sabor / bem do Brasil”.<sup>2</sup> Além de cheirosa e gostosa a mulata é muitas outras coisas nesses e em outros textos: é bonita e graciosa, dengosa e sensual; em suma, **desejável**.

A música popular está atravessada por composições que ressaltam a sensualidade, o erotismo e a sedução despertada pela mulata. A epígrafe no início do texto referente à música de Alceu Valença, “Morena Tropicana”, uma das canções mais famosas do artista pernambucano, é reveladora deste imaginário. A letra da

canção compara a pele e o cheiro da morena/mulata ao sabor das diferentes frutas nordestinas.

Nas primeiras décadas do século XX, o Teatro de Revista abria as portas para o samba e, conforme Leticia Vidor de Sousa Reis, as mulatas eram exaltadas nas composições. A autora (2203, p. 262) afirma que, nessas composições “as referências às brancas são praticamente inexistentes. Contudo, nessa terra de mulatas, parecia não sobrar muito lugar para as negras também já que, como dizia um samba, lançado por Araci [Cortes] em 1934, *Crioula Só por Necessidade*”. Araci Cortes, considerada a primeira grande cantora popular, conhecida nas Revistas por imortalizar a primeira audição de *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, dançou em Paris, em 1933, na boate *Chez Les Nudistes*, onde fora chamada de *la célèbre folkloriste brésilienne* (Reis, 2003, p. 265).

A mulata vai ser tema ordinário da música e cultura popular. Ataulfo Alves iniciava a composição “Mulata assanhada”, de 1960, com os seguintes versos: “Ô, mulata assanhada / Que passa com graça / Fazendo pirraça / Fingindo inocente / Tirando o sossego da gente”. Nos anos 1970, Oswaldo Sargentelli ganhou fama com o show “As Mulatas”, apresentado no Brasil e no exterior. Sargentelli exibia “suas” mulatas como “produto cem por cento nacional”, e é apontado como um dos mais efetivos responsáveis pela estereotipificação da mulher brasileira fora do Brasil. Chegou a ter quarenta mulheres trabalhando em seu *show business*.

Figuras 5 e 6 - As mulatas de Sargentelli





Este é o contexto em que a ditadura militar ratificava o mito da democracia racial, cabendo à mulata, tradução da sedução tropical e da ausência do pecado abaixo do equador, simbolizar um dos elementos fundamentais da identidade nacional.

Para encerrar essa seção, cabe citar Corrêa (1996, 48), para quem

“a mulatice é um gênero de ser, consagrado por Di Cavalcanti ou Sargentelli, entre outros, algo assim como o equivalente a um gênero literário e a mulata é uma figura engendrada, culturalmente construída num longo processo histórico que a opõe seja às figuras femininas que são moeda corrente em nossas pesquisas, seja às figuras masculinas que se opõem a elas (opondo-se, ao mesmo tempo, ao Branco e ao Negro).

A mulata adquire estatuto próprio, sensual e mestiça, com traços “finos” e “branqueados”, racialmente define um entre-lugar, no que diz respeito às classificações de gênero, “ao encarnar de maneira tão explícita o desejo do Masculino Branco, a mulata também revela a rejeição que essa encarnação esconde: a rejeição à negra preta” (Corrêa, 1996, p. 50).

#### **4. Considerações finais**

Durante todo o texto, trabalhamos com um duplo tensionamento. Em primeiro lugar, colocamos em questão o luso-tropicalismo freyriano como uma estratégia de resignificação da relação de Portugal com África, procurando na mestiçagem à brasileira um nexu colonial civilizatório. O caso da erotização da mulher negra africana não se desvincula do racismo científico nem mesmo dos atributos do exotismo, cujo distanciamento civilizatório é um marcador efetivo na construção da relação Portugal-África. Não há, nas “representações” de Rosinha e outras, a perspectiva da construção de uma identidade mestiça, ao contrário, o marcador racial continua a polarizar a civilização e o outro, o selvagem, cujo atavismo sexual funcionaria como um atrativo extra, mas não como civilizatório ou construção simbólica da nação ou do império. A

exposição colonial, ao evidenciar mulheres seminuas e erotizadas, tornava a miscigenação uma ideologia central do regime e da política colonial, ou seja, a erotização de mulheres africanas buscava a mobilização subjetiva no universo masculino da política imperial, mas não funcionava como figura síntese do devir do império, mesmo com os esforços freyrianos dos anos 1950.

Em segundo lugar, procuramos apontar como, na construção da mestiçagem brasileira, o gênero atravessa a raça e a ressignifica na figura da mulata, fixando uma identidade para além das indecidibilidades do mulato. Como afirma Mariza Corrêa, “a mulata é a tal” (1996, p. 48), e sendo, não estando, ela encarna a figura de síntese racial e cultural aceitável para uma narrativa que procura construir uma “identidade” calcada na conciliação e dissolução das polaridades.

É preciso dizer que essa solução biopolítica construída pela generificação da mulher mulata garante, também, que a polaridade branco e negro se mantenha hierarquicamente organizada, sendo a mulher branca eugenicamente constituída para a vida social e a mulher negra desclassificada para tal. A mulata como síntese mestiça é incluída no universo cultural pela erotização, ratifica certo patriarcado que a institui, ao mesmo tempo em que dissolve a violência das relações sexuais, constituindo a permissividade que alimenta, ainda, a cultura do estupro no Brasil, cujos dados estatísticos não cansam de mostrar.

## Referências

ALVÃO, Domingos. **Álbum fotográfico da I Exposição Colonial Portuguesa**. Porto, 1934.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulencia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837.

**ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018**. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2018. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?opt>

ion=com\_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso em: 07 set, 2019.

BRANDÃO, Alfredo. Os negros na história de Alagoas. In: FREYRE, Gilberto (org.). **Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro**. Recife, 1934, 1º volume, Ariel – Editora LTDA, 1935, p. 55-92.

CHAMOM, Andréa Regina Marque; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do. As “mulatas” de Di Cavalcanti: um estudo em psicologia social. **Memorandum**, 35, p. 133-160, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/mozar/OneDrive/UNISC/PPGEDU/Mateus/6891-Texto%20do%20artigo-22811-3-10-20181221.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, (6-7), p. 35-50, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 38. ed., Petrópolis: Vozes, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal**. 51ª edição, São Paulo: Global, ([1933] 2006).

FREYRE, Gilberto. **Conferências na Europa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

FREYRE, Gilberto. **O Mundo que o Português criou**. São Paulo: É Realizações Editora, [1940] 2010.

FREYRE, Gilberto. **Novos Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro**. Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A., 1937.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953.

LOPES, Antonio Herculano. Vem cá, mulata! **Tempo**, vol. 13 no. 26, Niterói, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042009000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100005)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MORAIS, Isabel, "Little Black" at the 1934 Exposição Colonial Portuguesa. In: TRACEY, Jean. MARKWYN, Abigail M. **Gendering the Fair: Histories of Women and Gender at World Fairs**. University of Illinois Press, 2010, p. 19-36.

PONTES, Carlos. Uma escrava original. In: FREYRE, Gilberto (org.). **Novos Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro**. Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A., 1937, p. 132-140.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. "O que o rei não viu": música popular e nacionalidade no Rio de Janeiro da Primeira República. **Estudos afro-asiáticos**, vol. 25 n. 2 Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-546X2003000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000200003)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

**REVISTA CRUZEIRO**. Ano 1932, Edição 44. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

**REVISTA CIVILIZAÇÃO**, Grande Magazine Mensal. Porto: Américo Fraga Lames & C.<sup>a</sup> (Livraria Civilização), n. 69, junho de 1934.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; BIANCO, Bela Feldman (Orgs). **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. 2º ed. Lisboa: ICS, 2013, p.47-70.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1894.

VICENTE, Filipa Lowndes. "Rosita" e o império como objecto de desejo. *Ipsilon*, 2013, p. 01-07. Disponível em: <<http://www.publico.pt/cultura/jornal/rosita-e-o-imperio-como-objecto-de-desejo-26985718#/0>>. Acesso em: 04 set. 2019.

## **SOBRE OS/AS AUTORES/AS:**

**Afonso Cima:** Mestre em Educação pela Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Internacionalista pela mesma instituição. E-mail: afonsocima94@gmail.com

**Amanda Cappellari:** Psicóloga formada pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), mestra e doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGSI-UFRGS). Integrante do Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividades (GEPS). E-mail: amandacappellari@gmail.com

**Betina Hillesheim:** Doutora em Psicologia (PUCRS), professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Psicologia (UNISC). Líder do grupo de pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9486-5459> E-mail: betinahillesheim@gmail.com

**Bruno Cristiano dos Santos:** Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Arquiteto e Urbanista, membro do grupo de pesquisa de Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos do PPGEdu UNISC. E-mail: brunocristiano93@gmail.com

**Camilo Darsie:** Pós-Doutorado em Saúde Coletiva (2017) e em Educação (2022). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do Curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. E-mail: camilodarsie@unisc.br

**Daniel Felipe Schroeder:** Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Graduado em Geografia – Licenciatura Plena, pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. E-mail: danielfelipeschroeder@hotmail.com

**Douglas Luís Weber:** Doutor e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Professor do curso de Medicina da mesma instituição. E-mail: douglasweber@unisc.br

**Gisele Dhein:** Psicóloga. Docente na Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES/Lajeado/RS). Sócia da Tálamo - Apoio à Gestão. Mestre em Psicologia (PUCRS - 2010). Doutora em Educação (UNISC - 2021). Contato: gidhein@gmail.com.

**Guilherme Vendruscollo Werlang:** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Mestre em Educação. Bacharel em Relações Internacionais. E-mail: guilhermewe@mx2.unisc.br

**Letícia Aline Back:** Psicóloga, Mestra em educação, doutoranda e bolsista Prosuc Capes II do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação - UNISC. E-mail: leticiaaback@gmail.com.

**Lílian Rodrigues da Cruz:** Psicóloga, doutora em Psicologia (PUCRS), professora e pesquisadora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS). Coordenadora do Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividades (GEPS). E-mail: lilian.rodrigues.cruz@gmail.com.

**Marisa Fernanda da Silva Bueno:** Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com bolsa PROSUC/CAPES. Tese de

Doutorado com Menção Honrosa da CAPES. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Advogada. Integrante do Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação (UNISC). E-mail: contato@marisabuenoadvocacia.com.br.

**Mateus Silva Skolaude:** Professor no Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e no Ensino Médio da Escola de Educação Básica Educarse. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Pós-doutor em Educação (PNPD/CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado em Educação da UNISC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8719-9440>; E-mail: [mateusskolaude@unisc.br](mailto:mateusskolaude@unisc.br).

**Mozart Linhares da Silva:** Doutor em História pela PUCRS, com extensão na Universidade de Coimbra, pós-doutor em Educação pela UFRGS, professor do Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) e do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da UNISC. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPQ) Identidade e diferença na educação e coordenador do Observatório de Educação e Biopolítica (<https://oebio.wordpress.com/>). <http://orcid.org/0000-0001-9838-5436>; E-mail: [mozartlinhares@gmail.com](mailto:mozartlinhares@gmail.com).

**Rafaela Rech:** Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul, possui Licenciatura em História pela mesma Universidade. Já foi professora de História do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada. Atualmente exerce a função de Analista de Educação do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4128-4399>; E-mail: [rafaela.rech@sesirs.org.br](mailto:rafaela.rech@sesirs.org.br).

**Willian Fernandes Araujo:** Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação



(PPGEdu) e em Administração (PPGA) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Pesquisa plataformas digitais e algoritmos, explorando a mediação tecnológica, particularmente em áreas como a alfabetização algorítmica, a governamentalidade, a produção de sujeitos e a educação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3271-6690>; E-mail: [willianfaraujo@gmail.com](mailto:willianfaraujo@gmail.com).

Inspirado em Michel Foucault, este livro detalha uma jornada de pesquisa em educação, na qual autores exploram a construção de ferramentas teóricas para produzir objetos de estudo e agir politicamente. Eles investigam nuances detalhadas, buscando novos modos de vida, ao dialogar com diversas disciplinas para enriquecer a prática educacional.